

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ELVIS ALBERT ROBE WANDSCHEER

**AGRICULTURA URBANA: UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE EM BELÉM-PA NO
NORTE E PORTO ALEGRE-RS NO SUL DO BRASIL**

Porto Alegre - RS

2015

ELVIS ALBERT ROBE WANDSCHEER

**AGRICULTURA URBANA: UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE EM BELÉM-PA NO
NORTE E PORTO ALEGRE-RS NO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Porto Alegre - RS

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Wandscheer, Elvis Albert Robe

Agricultura Urbana: Uma Análise da Atividade em Belém-PA no Norte e Porto Alegre-RS no Sul do Brasil / Elvis Albert Robe Wandscheer. -- 2015.
282 f.

Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Agricultura Urbana. 2. Relação Campo-Cidade. 3. Organização Espacial. 4. Belém-PA. 5. Porto Alegre-RS. I. Medeiros, Rosa Maria Vieira, orient. II. Título.

ELVIS ALBERT ROBE WANDSCHEER

**AGRICULTURA URBANA: UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE EM BELÉM-PA NO
NORTE E PORTO ALEGRE-RS NO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de Agosto de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros - Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Roberto Verdum
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Nazareno José de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - Campus Santana do Livramento

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS pela possibilidade de cursar este Doutorado em Geografia. A ajuda financeira da CAPES pelos quatro anos de bolsa que foram fundamentais para o resultado final da presente Tese.

A todas as instituições dos municípios de Belém-PA e Porto Alegre-RS que contribuíram fornecendo dados e/ou informações para a realização do presente estudo.

À minha orientadora, Rosa Maria Vieira Medeiros, pelos auxílios e orientações durante os cinco anos em que fui Doutorando. A todos os componentes do NEAG - Núcleo de Estudos Agrários pela amizade e as contribuições em nossos encontros na UFRGS.

A todos os professores que se dispuseram a compor a banca, pois contribuíram para a redação final do presente trabalho. Também agradeço aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que de uma forma ou de outra contribuíram direta ou indiretamente nesse percurso.

Aos familiares, fica minha eterna gratidão, especialmente a minha mãe Sandra Beatriz Robe Wandscheer, que sempre procurou me apoiar e se esforçou de várias formas, para me auxiliar no que fosse possível, em todos os momentos, apesar da distância. Aos meus avós (Louvane Robe, Sardy Robe, Eusébio Wandscheer e Lourdes Wandscheer), a Elfrene Wandscheer Torunski e em memória de meu pai Felipe Alberto Simm Wandscheer e João Paulo Torunski, meus mais sinceros agradecimentos por tudo o que fizeram e o que representaram ao longo de minha trajetória acadêmica. Agradeço também ao guri Aaron Daniel pela companhia nos mais diversos momentos de minhas estadas em Horizontina.

Aos tios Lizandra Jaqueline Robe e Sandro Rogério Lima dos Santos que juntamente com Charles Rogério, sempre apoiaram e auxiliaram em todas as ocasiões desde o início dos meus estudos na Universidade Federal de Santa Maria no longínquo ano de 2003. Agradeço a presença na defesa da mais nova integrante da família, a afilhada Isabela Robe dos Santos.

A todos os amigos que fiz desde Horizontina (minha terra natal) até Porto Alegre, sem esquecer a passagem durante minha graduação pela inesquecível Santa Maria (coração do Rio Grande do Sul), a todos lembro e dedico este trabalho pela amizade e assistências que os caracterizaram como figuras inesquecíveis, cuja convivência, tenho certeza, muito me fortaleceu para chegar a essa realização. Cabe destacar que, no receio de esquecer alguém e na certeza de que acabaria por me alongar, optei por omitir nomes em particular.

Finalmente, ofereço, com gratidão, o presente trabalho a todos aqui citados.

*“De repente, a gente vê que perdeu
Ou está perdendo alguma coisa
Morna e ingênua que vai ficando no caminho
Que é escuro e frio, mas também bonito porque é iluminado
Pela beleza do que aconteceu há minutos atrás”.*

CAZUZA/FREJAT

RESUMO

A presente pesquisa analisou as Agriculturas Urbanas de Belém-PA e Porto Alegre-RS no que se refere aos papéis e funções socioeconômicas da atividade nos espaços em que ocorrem suas práticas. A opção pelos dois municípios envolveu trabalhos anteriores que evidenciaram a existência da atividade e fomentaram a curiosidade na observação do fenômeno no Norte e no Sul do Brasil. Focando a análise da dinâmica espacial e suas interações socioeconômicas evidenciou-se perspectivas distintas de ações e práticas bem como de enfoques dados à Agricultura Urbana nos dois Municípios. Foi possível perceber que a atividade agrícola situada no espaço urbano tende a se adaptar a demandas citadinas e/ou relacionar-se com práticas agropecuárias desejadas pelos atores. Inicialmente percebe-se a existência de expansão do território urbano, o que é uma tendência contemporânea e que já desvirtua a própria delimitação do espaço rural e urbano. Simultaneamente existem áreas transitórias em que a atividade agrícola segue com relevância no contexto local. Nas áreas mais centrais ocorrem apenas demandas específicas no que se refere à agricultura. Foi possível observar que existe um benefício desta prática no âmbito urbano, uma vez que a mesma possibilita “encurtar canais” do produtor até o consumidor, exceto quando o produtor enfrenta dificuldades na logística da cadeia produtiva. Assim, a pesquisa mostrou maior vantagem socioeconômica às produções que visaram à comercialização e o autoconsumo, pois manteve a diversificação de produtos na mesa e garantiu renda para os indivíduos. As diferenciações observadas da produção do Norte e do Sul se deram principalmente no foco produtivo, considerando desde oportunidades de mercado até dificuldades físicas enfrentadas pelos produtores. A produção agrícola sulina demonstrou ser mais comercial do que a produção do norte, preferencialmente direcionada ao autoconsumo. Por fim, constatou-se que existem Agriculturas Urbanas, que se apresentam de diversas formas, desde a pequena produção em hortas até cultivos maiores, expressando diferentes estratégias, organizações e focos produtivos.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Relação Campo-Cidade. Organização Espacial. Produção Agrícola. Segurança Alimentar. Urbano. Rural. Belém-PA. Porto Alegre-RS.

ABSTRACT

The present research analyzed the urban agricultures in the municipalities of Belém-PA and Porto Alegre-RS, evaluating the socioeconomical role and function of this activity in spaces where it is applied. The municipalities were chosen on the basis of previous studies evidencing the presence of such activities, as these fomented the curiosity in the observation of the phenomenon in the North and South of Brasil. Focusing the analysis in the spatial dynamics and its socioeconomical interactions, we could detect distinct actions and practices in both municipalities, which also differ in terms of the importance given to the urban agriculture. It was possible to realize that the agricultural activity situated in the urban space tends to adapt itself to the cities demands and/or be related to the agropecuary practices wished by the authors. First, the existence of an expansion of the urban space could be notes, which is a contemporary tendency that distorts the delimitation of the rural and urban spaces. Simultaneously, there are areas of transition in which the agricultural activity continues relevant in the local context. In the central areas there are only specific demands related to the agriculture. It was possible to observe the existence of a benefit of this practice in the urban scope, since it enables to “shorten the channels” between the producer and the consumer, except when the producer deals with difficulties in the productive chain logistics. So, the research showed more socioeconomical advantages for the productions aimed to the commercialization and autoconsumtion, because these maintained the diversification of products in the table and guaranteed an income for the individuals. The differentiation observed between North and South productions occurred mainly in the productive plan, considering market opportunities and physical difficulties faced by producers. The agricultural production in the south was shown to be more commercial than that in the north, preferentially related to autoconsumption. Finally, we found that there are urban agricultures that manifest themselves in different ways, from the small production in vegetable gardens to bigger crops, expressing different strategies, organizations and productive focus.

Key-words: Urban Agriculture. Field-City relationship. Spatial organization. Agricultural production. Alimantar safety. Urban. Rural. Belém-PA. Porto Alegre-RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa do Brasil com destaque para os Estados do Pará e do Rio Grande do Sul.....	23
Quadro 1. Tipologias possíveis para atividades de Agricultura Urbana e Periurbana.....	25
Figura 2. Graduações do Rural ao Urbano e sua interfaces.....	31
Quadro 2. Denominações atribuídas à terminologia Agricultura Urbana.....	38
Quadro 2. Sistemas de Produção na Agricultura Urbana e Periurbana.....	40
Quadro 4. Características da produção de alimentos em áreas urbanas e rurais.....	47
Figura 3. Dimensões Econômica, Social, Cultural e Ambiental da Agricultura Urbana.....	68
Figura 4. Porto Alegre e sua localização no Rio Grande do Sul	82
Figura 5. Belém e sua localização no Pará.....	83
Figura 6. Croqui do município de Belém-PA.....	84
Figura 7. Croqui dos bairros pesquisados no município de Porto Alegre-RS.....	86
Figura 8. Evolução populacional de Belém, do Pará e do Brasil, de 1992 a 2008.....	105
Figura 9. Evolução populacional de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil de 1992 a 2008.....	114
Figura 10. Gráfico Ilustrativo da relação produção e benefício socioeconômico.....	116
Figura 11. Agrovila localizada na Ilha de Mosqueiro.....	119
Figura 12. Produtos típicos/culturais produzidos pelos agricultores urbanos de Belém-PA (pela ordem: Açaí, Macaxera, Cupuaçu e Maxixe).....	120
Figura 13. Horta Ativa e Inativa acompanhadas pela Secretaria de Economia.....	121
Figura 14. Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO).....	123
Figura 15. Açaí oriundo da Ilha de Cotijuba chegando ao continente.....	124
Figura 16. Embarcações que fazem o transporte da Ilha de Cotijuba ao continente.....	125
Figura 17. Feira improvisada por produtor da Ilha de Cotijuba.....	126
Figura 18. Relações das Agriculturas Urbanas com as questões Socioambientais e Socioeconômicas.....	129
Figura 19. Espaço de Comercialização da CEASA/RS em Porto Alegre.....	131
Figura 20. Principais produtos produzidos pelos agricultores urbanos de Porto Alegre-RS (pela ordem: Alface, Rúcula, Pecuária e Couve-Flor)	133
Figura 21. Gráfico da relação produção e benefício socioeconômico.....	134
Figura 22. Feiras Agroecológicas do Bairro Menino Deus e Av. José Bonifácio.....	135

Figura 23. Produtos Agroindustrializados de Porto Alegre.....	138
Figura 24. Aviário situado na Lomba do Pinheiro.....	140
Figura 25. Sede do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB).....	144
Figura 26. Priprioca de produtora de Cotijuba do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB).....	145
Figura 27. Produção agrícola diversificada na Ilha de Cotijuba.....	146
Figura 28. Agrovila Mártires de Abreu e Comunidades Mari-Mari e Paulo Fonteles.....	147
Figura 29. Produção de Milho e Mandioca na Zona Sul de Porto Alegre-RS.....	151
Figura 30. Aviário localizado em Avenida movimentada na Lomba do Pinheiro.....	152
Quadro 5. Características da Agricultura Urbana de Belém-PA e de Porto Alegre-RS.....	154
Figura 31. Gráfico da Ocupação Agrícola e da Produção vinculada ao Autoconsumo.....	155
Figura 32. Gráfico da quantidade de colheitas ao ano em Belém-PA e Porto Alegre-RS.....	158
Figura 33. Perspectiva em relação à origem dos produtores em Belém-PA e em Porto Alegre-RS.....	188
Figura 34. Horta Comunitária do Projeto desenvolvido pela EMATER/RS.....	191
Figura 35. Feira Ecológica do bairro Menino Deus.....	192
Figura 36. Plantação de Pêssego no bairro Vila Nova com a urbanização ao fundo.....	194
Figura 37. Associações de Moradores e Pequenos Agricultores, Esperança Viva e MMIB.....	196
Figura 38. Espaços Produtivos dos Pequenos Agricultores de Mari-Mari.....	197
Figura 39. Horta do projeto Quintal Vivo.....	201
Figura 40. Edificações na beira da praia, na Ilha de Mosqueiro.....	202
Quadro 6. Relações dos municípios com associações e instituições.....	203
Figura 41. Processamento do Açaí na Ilha de Cotijuba.....	205
Figura 42. “Pedras” no pavilhão da Agricultura Familiar da CEASA/RS.....	206
Figura 43. Perspectiva em relação à propriedade e à atividade exercida em Porto Alegre-RS.....	212
Figura 44. Perspectiva em relação à propriedade e à atividade exercida em Belém-PA.....	213
Figura 45. Ações do Poder Público nos espaços agrícolas do município.....	214
Figura 46. Ações do Poder Público especificamente nas propriedades agrícolas dos municípios.....	217
Figura 47. Visão das mudanças na Agricultura no espaço urbano ao longo dos anos.....	218
Figura 48. Gráfico das características da Agricultura Urbana em Porto Alegre-RS.....	222

Figura 49. Gráfico das características da Agricultura Urbana em Belém-PA.....	224
Figura 50. Gráfico das características da Agricultura Urbana em Belém-PA e Porto Alegre- RS.....	226

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Renda Externa à Produção Agrícola obtida por município.....	162
Tabela 2. Renda obtida por município.....	167
Tabela 3. Composição da Renda de Acordo com a Finalidade da Produção.....	169
Tabela 4. Média de gastos efetuados em alimentação externa a produção.....	172
Tabela 5. Relação renda-gastos nas duas capitais.....	177
Tabela 6. Benefícios recebidos pelos beneficiários nas duas capitais.....	180
Tabela 7. Relação de Renda e Gastos dos Agricultores Urbanos.....	182
Tabela 8. Origem dos Agricultores Urbanos de Belém-PA e Porto Alegre-RS.....	186
Tabela 9. Os Antecessores familiares moravam no campo ou exerciam atividade agrícola.....	209
Tabela 10. Perspectiva dos filhos de Permanecer/Retornar a atividade agrícola.....	211

SUMÁRIO

1. AGRICULTURA URBANA: A EXISTÊNCIA, A ATIVIDADE E O(S) ESPAÇO(S)	16
2. REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	28
2.1 <i>As relações Campo-Cidade e a Agricultura</i>	28
2.2 <i>Agricultura Urbana (AU)</i>	35
2.3 <i>A Atividade Agrícola: os Espaços Urbano e Rural</i>	41
2.4 <i>A Reforma Agrária e os Espaços Urbanos e Rururbanos</i>	54
2.5 <i>Turismo e sua inter-relação com espaços de Agricultura Urbana: algumas considerações</i>	59
2.6 <i>Agricultura Urbana como estratégia de Segurança Alimentar</i>	62
2.7 <i>Agricultura Urbana e a Agroindústria</i>	65
3. AS DIMENSÕES E INTER-RELAÇÕES DO AMBIENTE PRODUTIVO DA AGRICULTURA URBANA	68
3.1 <i>A Dimensão Econômica</i>	69
3.2 <i>A Dimensão Social</i>	71
3.3 <i>A Dimensão Cultural</i>	74
3.4 <i>A Dimensão Ambiental</i>	76
4. TRAJETÓRIAS DA PESQUISA	79
4.1 <i>Método</i>	79
4.2 <i>Áreas da Pesquisa</i>	81
4.3 <i>Coleta de Dados/Informações</i>	89
4.4 <i>Análise dos Dados/Informações</i>	96

5. AGRICULTURA URBANA: O CONTEXTO DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS	100
<i>5.1 O Espaço Urbano de Belém-PA: voltando olhares para as Ilhas Cotijuba e Mosqueiro</i>	100
<i>5.2 O Espaço Urbano em Porto Alegre-RS</i>	105
<i>5.3 As práticas da Agricultura Urbana em Belém-PA: As feições nas Ilhas de Cotijuba e Mosqueiro</i>	115
<i>5.4 As práticas da Agricultura Urbana em Porto Alegre-RS</i>	127
<i>5.5 Confrontações de forma, função, estruturas e processos</i>	144
6. PRODUÇÕES AGRÍCOLAS URBANAS E OS LUGARES: CONVERGÊNCIAS E DISTINÇÕES DE BELÉM-PA E PORTO ALEGRE-RS. A RENDA E O AUTOCONSUMO DOS PRODUTORES	160
7. AS INSTITUIÇÕES NAS RELAÇÕES COM A AGRICULTURA URBANA	189
<i>7.1 As Configurações das Produções Agrícolas no Espaço Urbano</i>	189
<i>7.2 As Produções Agrícolas no Espaço Urbano e a CEASA</i>	204
<i>7.3 As Produções Agrícolas e o Poder Público</i>	208
8. COMPÊNDIO DA PESQUISA	221
<i>8.1 Desenhos e Projeções da Agricultura Urbana em Belém-PA e Porto Alegre-RS</i>	200
<i>8.2 Reflexões e Ponderações: da Pesquisa ao Trabalho Final</i>	248
9. CONCLUSÕES	230
REFERÊNCIAS	236
APÊNDICES	250
<i>Apêndice A - Folha explicativa da pesquisa</i>	251

<i>Apêndice B - Entrevista para o Poder Público, Instituições e Organizações relacionadas a Agricultura Urbana.....</i>	<i>252</i>
<i>Apêndice C - Entrevista para Agricultores, Jardineiros e Caseiros envolvidos com a prática da Agricultura Urbana.....</i>	<i>254</i>
<i>Apêndice D - Questionário aos Atores envolvidos com a Agricultura Urbana.....</i>	<i>255</i>
<i>Apêndice E - Categorias de análise para o Poder Público, Atores envolvidos com o(s) processo(s) produtivos e as Instituições e Organizações vinculadas a Agricultura Urbana.....</i>	<i>259</i>
<i>Apêndice F - Lista de trabalhos elaborados por instituições e órgãos sobre Agricultura Urbana em Belém-PA e Porto Alegre-RS que influenciaram a decisão pelos locais de pesquisa.....</i>	<i>260</i>
<i>Apêndice G - Demarcação do Tratado de Tordesilhas (1494).....</i>	<i>262</i>
<i>Apêndice H - Área dos Sete Povos das Missões no atual Território do Rio Grande do Sul.....</i>	<i>263</i>
<i>Apêndice I - Localização do bairro Tapanã em Belém-PA.....</i>	<i>264</i>
<i>Apêndice J - Localização de bairros em Porto Alegre-RS.....</i>	<i>265</i>
<i>Apêndice K - Região Metropolitana de Porto Alegre-RS.....</i>	<i>266</i>
<i>Apêndice L - Região Metropolitana de Belém-PA.....</i>	<i>267</i>
<i>Apêndice M - Lista dos principais produtos produzidos e não produzidos em Belém-PA....</i>	<i>268</i>
<i>Apêndice N - Lista dos principais produtos produzidos e não produzidos em Porto Alegre-RS.....</i>	<i>269</i>
<i>Apêndice O - Lista dos produtos produzidos em Porto Alegre-RS vendidos no CEASA/RS.....</i>	<i>270</i>
<i>Apêndice P - Modelo de Von Thünen.....</i>	<i>271</i>
<i>Apêndice Q - Matéria do Jornal Sul 21.....</i>	<i>274</i>
ANEXOS	276
<i>Anexo A - Imagens de Belém-PA.....</i>	<i>277</i>
<i>Anexo B - Imagens de Porto Alegre-RS.....</i>	<i>280</i>

1 AGRICULTURA URBANA: A EXISTÊNCIA, A ATIVIDADE E O(S) ESPAÇO(S)

[...] a própria cidade, como materialidade, tem de ser colocada na frente da cena, porque ela se impõe aos demais figurantes como uma estrutura de enquadramento - isto é, um dado dinâmico, sem a qual, de nosso ponto de vista, a própria vida social dificilmente pode ser entendida [...] (SANTOS, 2009, p. 13).

As inúmeras abordagens acerca do que se constitui o espaço enquanto urbano e rural apresentam, por si só, uma delimitação tênue, díspar e, portanto, heterogênea em seus enfoques, sobre a qual repousa a égide da ênfase política e da qual resultam espacialidades de um mundo rural em sua maior parcela voltado às dinâmicas e processos urbano-industriais. Tal processo produzido e reproduzido decorre do fato que:

[...] A cidade nasce, evolui e se consolida como sendo a base de uma estruturação espacial do Estado com a função de garantir aos grandes proprietários rurais, através de seu controle, e por, extensão da estrutura espacial nele baseada, o controle da condução do processo da diferenciação-hierarquização. Este papel da cidade explica a razão de ser legislada por critério estritamente político até hoje mantido: o de sede de município. Pouco importa sua estrutura funcional na ordem industrial dos nossos dias e pouco importa o seu tamanho: se é sede municipal, é município [...] Por isto, o arcabouço urbano atual guarda os contornos essenciais do arcabouço urbano do espaço federativo-oligárquico, e vem sendo preservado como tal mesmo com o intenso aprofundamento da divisão interna do trabalho que a partir de então passa a ocorrer [...] (MOREIRA, 1985, p. 159-160).

A imprecisão espacial e teórica, tanto quanto a informação e/ou critérios de síntese, é reafirmada através de: “[...] critérios sobre o que é “urbano”, quase tão numerosos quanto os países a que se referem, são tão diversos que não permitem nenhuma tentativa de generalização” (SANTOS, 2009b, p. 15).

O substantivo agricultura desde sua origem e, num processo de transição ainda não findado na atualidade, reportou quase indiscriminadamente ao mundo rural, à produção agrícola, aos espaços nos quais os equipamentos urbanos¹ comumente se apresentam escassos e são ofertados com maiores índices de problemas em sua funcionalidade (seja pelos quesitos qualitativos - da forma de oferta, ou quantitativos - em sua distribuição) ou mesmo inexistindo em determinados produtos e serviços.

Ao encontro dessa assertiva cabe salientar a origem da denominação da sociedade urbana, a qual compreende:

¹ Equipamentos urbanos é uma denominação que classifica os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários à população.

[...] reservar o termo “sociedade urbana” à sociedade que nasce da industrialização [...] designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas* [...] Pôde-se falar de sociedade industrial e, mais recentemente, de sociedade pós-industrial, de sociedade técnica [...] Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999, p. 15-16).

A partir desta conceituação, a diferenciação entre espaços urbanos e rurais se apresentaria como:

[...] uso da terra como meio de produção e localização [...] As relações de troca entre esses dois mundos intensificam-se à medida que crescem as cidades, que passam a definir seus papéis estabilizando o adensamento populacional e a ocupação humana, dando sentido ao povoamento do ecúmeno (FONTOURA, 2009, p. 269).

Entretanto, muitas das mudanças contemporâneas têm comprometido a solidez de tais diferenças. Assim, destaca-se que as abordagens atuais de rural como alicerce do tradicional, do atraso e da contingência de primeira natureza já há algum tempo (ao menos após a chamada revolução verde²) não são debatidas administrativa nem academicamente de forma unívoca. Logicamente, o rural permanece enquanto espaço eminente de produção agrícola, mas nem por isso sem quaisquer outros papéis, sobretudo no que tange ao setor de serviços. Tampouco o urbano (sobretudo as áreas periféricas) abandonou como um todo os seus potenciais, vocações ou mesmo necessidades agrícolas.

Assim, em relação às abordagens campo-cidade enquanto processos evolutivos e inerentes ao sistema capitalista, observa-se que existem quesitos que permeiam definições contemporâneas, nas quais se verificam lógicas posteriores àquelas moderno-industriais da própria revolução verde, uma vez que emergem na atualidade uma série de fatores que tomam corpo e se constituem em demandas específicas que só existem em virtude de demandas específicas do urbano (o simbolismo agregado da (re)educação alimentar dos produtos orgânicos, por exemplo).

Cabe observar que se deve sempre visualizar os processos evolutivos não como uma situação linear, mas sim um caminho dinâmico e sinuoso. Para tanto, as definições não podem

² O termo Revolução Verde na produção corresponde a: [...] princípios de aumento de produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, de irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida com frequência como aquela do pacote tecnológico (ALMEIDA e GERHARDT, 2011, p. 17).

se dar estaticamente. Deve-se atentar para uma série de fatores antes de se efetuar definições categóricas, pois:

Em primeiro lugar, não há setor propriamente tradicional. Toda a economia e toda a sociedade estão penetradas por elementos de modernização, se bem que em diferentes níveis quantitativos e qualitativos. Em seguida, não se pode considerar os dois setores como se fossem separados, independentes ou autônomos [...] (SANTOS, 2009b, p. 27-28).

Neste sentido, observar o espaço rural unicamente como local de produção agropecuária, ou, então, o urbano como sede de habitantes que se ocupam unicamente com os setores secundário ou terciário, não condiz com realidades contemporâneas. No contexto de tal realidade, um elemento que permeia debates ao encontro das diversidades desses espaços consiste na prática da Agricultura Urbana. A United Nations Development Programme (UNDP) destaca a relevância dessa atividade da seguinte forma:

Urban agriculture contributes significantly to the socio-economic development of towns and cities throughout the world. In several economies, particularly developing ones, it is one of the largest urban productive industries. In low-income cities, it is a prime generator of jobs (UNDP, 1996, p. 3-4)³.

As práticas agrícolas, portanto, não são vinculadas a debates locais ou mesmo nacionais, ocorrem em diversas partes do mundo e não precisam estar vinculadas a políticas públicas nem tampouco a organizações locais específicas. É dessa forma que o fenômeno da Agricultura Urbana se constitui como manifestações complexas, permeado de diversidades desde a sua potencialidade de aglutinar coletivos⁴, como se observa em hortas, ou, então, em produções individuais, como no caso de feirantes que residem no espaço urbano. Um fato que marca a atividade é a proximidade entre produtor e consumidor, distâncias percorridas pelos produtos da colheita ao prato e a redução de perdas que, muitas vezes, se observa na agricultura rural.

Diante desta concepção, a relação urbano-rural é permeada por elementos que se inter-relacionam diretamente. É bem verdade que o debate acerca dessa relação aparece

³ A agricultura urbana contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de centros e cidades ao longo do mundo. Em muitas economias, particularmente naquelas em desenvolvimento, a mesma é uma das maiores indústrias urbanas produtivas. Em cidades menores (mais pobres?), é um importante gerador de empregos (TRADUÇÃO DO AUTOR).

⁴ [...] a produção como um dado fundamental das funções exercidas conjuntamente pela natureza e pelo homem, em um dado momento. Tudo isso supõe que as coisas sejam conhecidas não apenas por seu valor absoluto, mas por seu valor relacional (SANTOS, 2009c, p. 113).

frequentemente à luz de implicações que incidem sobre o campo, sob as quais a pluriatividade⁵ e a mudança no âmbito das matrizes produtivas, por exemplo, se constituem enquanto tópicos proeminentes. Porém, também coexistem perspectivas nas quais pode-se visualizar uma excessiva crença na expansão material física e cultural da urbanização, no caso brasileiro, conforme Veiga (2003, p. 31): “O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar [...] Este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características”.

Assertivas nesta direção de definição provocam reflexões no sentido de averiguar se, assim como o rural tem-se metamorfoseado, também não permaneceram abrigadas em áreas urbanas atividades, práticas e contextos que, muitas vezes, mantêm, transformam (conservando e adaptando-se) peculiaridades apregoadas comumente a espaços rurais, pois:

[...] a urbanização não é apenas um fenômeno social, ou econômico, ou político, mas também um fenômeno espacial. Como toda e qualquer outra forma de repartição no espaço, é dependente da maneira como os instrumentos de trabalho e os fatores de produção se distribuem. Há, portanto, uma relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz (SANTOS, 2009c, p. 114).

As formas pelas quais se averiguam definições de rural e urbano, a conformação dos lugares se dá em virtude de suas carências e possibilidades. Nesse sentido, em muitos municípios conformam-se espaços dentro dos limites urbanos, espaços agropecuários, seja por necessidade ou demanda advinda da demanda alimentar dos consumidores⁶ (como no caso dos produtos orgânicos, por exemplo).

Essa produção agrícolas em espaços pertencentes à cidade é denominada de Agricultura Urbana ou Periurbana (AUP). Esta atividade costuma ser apresentada da seguinte forma:

[...] um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro

⁵ O conceito de pluriatividade agrícola traz, subjacente, a ideia de uma menor dependência das famílias rurais em relação à agricultura, sendo capaz de mostrar a participação dos membros das famílias agrícolas em atividades exteriores à própria exploração agrícola [...] Os termos “diversificação” e “pluriatividade” podem parecer sinônimos [...] a diferença essencial é que a primeira diz respeito à utilização dos próprios recursos da exploração, e a pluriatividade considera as atividades que independem dos recursos da exploração (SANZ *apud* PRIEB, 2005, p. 85).

⁶ O consumo, imposto atualmente à população, é ditado pelo sistema de produção. Controlando os meios de comunicação de massa, esse sistema pode impor uma forma predeterminada de comportamento aos consumidores potenciais - isto é, pode distorcer seu perfil de demanda (SANTOS, 2009b, p. 83).

extrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **auto consumo, trocas e doações** ou **comercialização, (re) aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU e LOVO, 2007, p. 11).

Além disso, a Agricultura Urbana tem evoluído na medida em que o tema se torna mais visível, aumentando, assim, o número de interessados em sua preservação ou no fomento a iniciativas de execução. A Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) define a Agricultura Urbana como:

A produção e/ou transformação de forma inócua de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, plantas ornamentais, espécies florestais etc.) e pecuários (animais menores e maiores) nas áreas intra e periurbanas das cidades, para autoconsumo ou comercialização, aproveitando recursos, insumos e serviços urbanos (solo, água, resíduos, mão de obra, etc.) (FAO, 2009).

Também alçado como prática viável como ação(ões) de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, ganha fôlego em debates políticos voltados à sustentabilidade. Suas práticas expandem-se enquanto alternativas locais em diversos espaços, possuindo vantagens no circuito inferior⁷ da economia urbana, dado o menor percurso da mercadoria do produtor até o consumidor. Isso torna o produto mais competitivo em parâmetros capitalistas contemporâneos, exceto nos parâmetros quantidade e periodicidade (questões a serem debatidas adiante), já que encontra limitações em termos de área produtiva.

Essas particularidades respondem a demandas alimentares, podendo vir a ser, em muitas situações, essenciais à subsistência de setores da população. Não raro, pode haver relações entre o cultivar ou criação com lazer, ocupação de horas vagas, ou formas de relação homem-natureza. Muitas vezes decorrem de respostas a fomentos públicos que focam comunidades ou localidades a que pretendem proporcionar melhorias na alimentação e redução de custos com alimentação das famílias.

No caso peculiar da Agricultura Urbana na região metropolitana de Porto Alegre (Anexo J) Miguel (2004, p. 181), caracteriza esse fenômeno como:

⁷ O **circuito inferior** da economia seria composto por atividades e serviços não modernos, sendo em geral provido pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em menor escala. Empregaria, assim, o trabalho intensivo em lugar da alta tecnologia (SANTOS, 2009b).

[...] uma grande diversidade ambiental e por ser fortemente marcado por um recente e intenso fenômeno de urbanização e industrialização. A compreensão deste processo tem representado um importante desafio tanto para os poderes públicos, como para o meio científico em geral.

Na região metropolitana em questão, o município de Porto Alegre - RS foi um dos escolhidos para a presente pesquisa que envolveu abordagem comparativa entre diferentes situações produtivo-espaciais (escolha comentada no capítulo, referente à trajetória que delineou o presente trabalho).

Apesar de um longo histórico de existência agrícola em sua porção sul, que foi derivada de uma ocupação urbana a norte do município, recentemente, mais precisamente a partir da década de 1990, ampliaram-se as “pressões” urbanas também sobre essa porção do espaço, chegando ao extremo da delimitação da totalidade da população como urbana. Sobre essa realidade, Kozenieski (2010, p. 112) salienta que:

[...] De modo geral, os planejamentos enfatizaram as problemáticas urbanas de forma mais intensa, deixando, assim, a agricultura com pouco destaque. Contudo as áreas próprias à agricultura são destacadas desde a delimitação da zona rural e, posteriormente à extinção dessas e a adoção do conceito de que tudo é cidade, com a presença dessa atividade no modelo espacial [...] O atual plano diretor destina áreas à produção primária no sul do município, coincidentes à concentração “extremo sul” de estabelecimentos rurais [...] Contudo, parte do território do município que atualmente tem estabelecimentos rurais e práticas agrícolas, como a concentração “sul”, não constam no planejamento com esses usos. No caso da concentração sul, boa parte dela consta, no atual plano diretor, como “área de ocupação intensiva predominantemente residencial”. Tal situação incentiva as transformações sócio espaciais nesses bairros, culminando na acentuação do processo de extinção dos estabelecimentos destinados à agricultura agricultura.

Assim, de forma antagônica, se estabeleceu a definição das delimitações físicas do município, na qual mesmo situações em que ocorre a manutenção de cultivos agrícolas são definidas como espaços urbanos. Conforme se pode observar, essa realidade está materializada principalmente na zona sul, porém não se limita apenas a essa porção, pois muitas situações de cultivos ocorrem em outras áreas. Muitas que até não possuíam a atividade agrícola passaram a incorporá-la em virtude de possibilidades latentes, ou até mesmo em virtude de projetos pontuais de instituições públicas.

O outro município escolhido para a presente pesquisa foi Belém-PA, situado na região metropolitana de Belém (Anexo K), que apresenta uma configuração interessante com muitas penínsulas em sua limitação territorial, permitindo uma grande diversidade de características naturais e abarcando nelas muita produção agrícola. O município é, em sua ampla maioria,

(mais de 99%) urbano, apresentando ambientes que reportam ao rural, guardando consigo ruralidades⁸ em hábitos, cultura, relações interpessoais e produção, portanto, apresentando produções agrícolas.

Conforme Madaleno (2002, p. 111): “no que concerne às lavouras temporárias, não há qualquer registro estatístico no município de Belém, nem neste ano nem nos anos anteriores, embora se observassem valores relativamente elevados de produção anual [...]”. Suas características são de:

[...] cultivo [...] desenvolvido em pequenas áreas, sendo muito frequente nos quintais das residências ou em pequenos lotes de terra. O sistema de produção é diversificado, envolvendo o cultivo de várias espécies, havendo predominância de hortaliças folhosas. A adesão a esta atividade, tem sido fortemente condicionada pelo desemprego e pelo fato de representar fonte complementar de renda e alimentação para as famílias e a mão-de-obra ocupada é quase exclusivamente de caráter familiar (SANTOS e SILVA, 2010, p. 8).

Diante dessas realidades, observam-se quatro questões problemáticas, quais sejam: a) o avanço da urbanização; b) a manutenção de estruturas que permanecem em práticas cotidianas de ocupação produtiva; c) demandas de uma população cada vez maior e com necessidades alimentícias e d) a maior parte dos produtores já exerce a atividade há algum tempo, seja por ter migrado para a cidade, seja por herança cultural da família. Diante desta perspectiva, o espaço urbano de Belém-PA e o de Porto Alegre-RS apresentam práticas vinculadas à produção agrícola, logo, se encontra envolvida com o que se denomina Agricultura Urbana, tendo dinâmicas diversificadas nas atuações de seus atores.

Destarte, o problema norteador da pesquisa foi: Quais são os papéis e funções socioeconômicas da Agricultura Urbana nos espaços de sua(s) prática(s)? Assim, o objetivo do trabalho diante das reflexões acima expostas é: Analisar a Agricultura Urbana no contexto de sua dinâmica espacial, tendo como foco as dimensões socioeconômicas norteadoras desse fenômeno nos municípios de Belém-PA e Porto Alegre-RS (Figura 1).

Os objetivos específicos, por sua vez, foram: Verificar os processos de constituição e caracterização das formas de Agricultura Urbana locais; identificar os perfis de Agricultura Urbana, considerando os atores e as inter-relações existentes entre o rural e o urbano; analisar

⁸ [...] a ruralidade enquanto conceito contempla uma abordagem na contramão da dicotomia rural-urbano, defendendo, portanto, a atribuição de novas características ao espaço e mantendo alguns atores anteriormente conhecidos e tradicionalmente expressos na paisagem rural, mas, agora, com inserções de novos agentes e contemplando outras visões do meio rural, as quais abarcam novos valores, oriundos das transformações e das novas necessidades da sociedade contemporânea (WANDSCHEER e TEIXEIRA, 2010, p. 47-48).

a atividade enquanto estratégia de reprodução socioeconômica das famílias; verificar a Agricultura Urbana diante das experiências vivenciadas e suas demandas frente às políticas públicas.

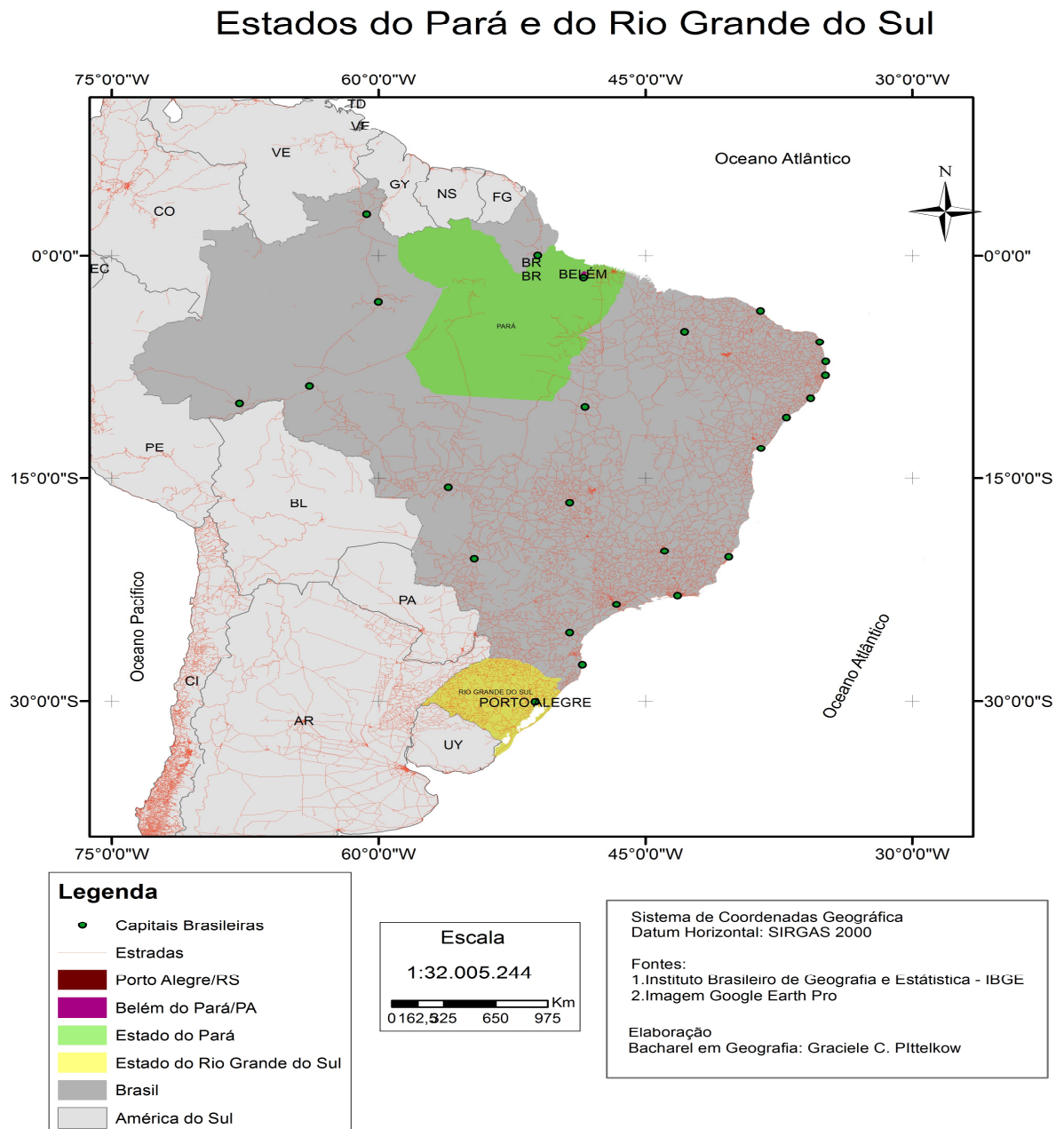


Figura 1: Mapa do Brasil com destaque para os Estados do Pará e do Rio Grande do Sul

A escolha desses municípios visou, em primeira instância, à possibilidade de observação de diversas situações para análise e reflexões em torno da temática em questão

(conforme descrições acima expostas e debatidas de forma mais específica no capítulo referente às trajetórias da pesquisa). Contudo, as escolhas desses locais também se deram por fatores como contatos com instituições que já haviam efetuado pesquisas nas áreas, bem como trabalhos anteriormente redigidos que possibilitaram compreensões prévias acerca dos mesmos, sem os quais o planejamento da abordagem de duas realidades distintas poderia não ser concretizado em caso da não existência ou não localização da atividade agrícola.

Nesse sentido, buscou-se dimensões econômicas e sociais que pautam relações no contexto campo-cidade, onde o rural e o urbano não mais se apresentam e expressam atividades isoladamente. Logo, existem relações, avanços e reconstruções de características que os aproximam, seja por necessidade mútua, seja por maiores apropriações de elementos que anteriormente⁹ pautavam o debate da separação desses espaços (portanto, não sendo mais visualizados como ambientes essencialmente díspares em sua totalidade).

Destarte, ressalta-se a relevância em compreender o que representa a atividade agrícola no âmbito urbano e seus aspectos socioeconômicos, voltados comumente ao autoconsumo e à complementação de renda, mas que não se restringem tão somente a esses papéis, já que geração de renda e trabalho, produção de produtos e conservação do meio também ganham importância nessa atividade.

Cabe destacar que, ao longo de uma cadeia produtiva, (sobretudo em casos comerciais) existem benefícios que são ocasionados não apenas pela proximidade do produtor com o consumidor, mas também pela forma que são produzidos, uma vez que o fluxo tende a ser mais intenso em função da sazonalidade dos produtos agrícolas em espaços mais restritos, mas também por fomentar práticas que abarcam mercados emergentes como a produção agroecológica e orgânica. Logo, questões organizacionais e distributivas dos cultivares, suas dimensões e seus perfis, permitem uma melhor compreensão dos espaços e dos atores sociais envolvidos com a Agricultura Urbana.

Não obstante, destacam-se elementos peculiares, relacionados às técnicas e a aportes tecnológicos utilizados. O potencial dessa Agricultura, muitas vezes, está vinculado a

⁹ O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquela que considerava fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o território se mecaniza [...] Já, hoje, é insuficiente [...] é preciso falar do meio técnico-científico [...] A economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda [...] A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado servem como impulso [...] as remodelações que se impõem, tanto no meio rural quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente [...] (SANTOS, 2008, p. 37-39).

políticas públicas e/ou a outros fomentos externos ao âmbito local da porção territorial abarcada. Nesse sentido, de acordo com o embasamento teórico seguido pelo relatório do Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para a sua promoção (SANTANDREU e LOVO, 2007) a mesma pode se dar em espaços característicos que seguem aspectos das tipologias do Quadro 1, a seguir.

TIPOLOGIA	ESPAÇOS CARACTERÍSTICOS
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares, ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).
Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades, desde que seja permitido o manejo e uso de Potencialidades.
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

Quadro 1. Tipologias possíveis para atividades de Agricultura Urbana e Periurbana

Fonte: TERRILE (2006).

Destaca-se que essas tipologias, na presente pesquisa, inserem-se em perspectivas teóricas que buscam precisar formas de utilizações, buscando, assim, concentrar o foco na definição geral do termo Agricultura Urbana. Assim, a partir das tipologias utilizadas para as diferentes áreas, serão definidas diferenciações que englobam os espaços produtivos anteriormente descritos. Tal diferenciação se deu no intuito de focar de forma mais específica a atividade vinculada à questão socioeconômica, logo, indo ao encontro do problema focado no presente trabalho.

Salienta-se ainda que o trabalho, no intuito de abordar questões voltadas à observação, dá relevância à compreensão do que representa a atividade agrícola no urbano e seus aspectos socioeconômicos, procurando vislumbrar manifestações, peculiaridades, particularidades e conexões organizacionais e distributivas dos cultivares, assim como as dimensões e perfis dos atores, no intuito de permitir uma melhor compreensão dos espaços¹⁰ e dos praticantes da Agricultura Urbana.

Para tanto, a divisão do texto se deu em oito capítulos antes das conclusões. Além desta introdução, estão expostas as trajetórias da pesquisa, onde são explicados os referenciais teóricos. Posteriormente, apresentam-se os procedimentos metodológicos, a fim de expor o estado da arte da temática Agricultura Urbana, bem como de outros referenciais relacionados à temática da pesquisa. A quarta parte exhibe os resultados obtidos nas coletas de informações e/ou dados de Belém-PA e de Porto Alegre-RS, bem como as reflexões, relações e peculiaridades presentes nessas fontes que possibilitaram a observação da realidade e viabilizaram a construção e aquisição de conhecimento acerca do fenômeno em questão, ou seja, a Agricultura Urbana (AU). Esse eixo contou com quatro capítulos.

Antecedendo a etapa conclusiva do trabalho, foi elaborado um breve compêndio, no qual compilou-se elementos centrais abordados ao longo do estudo e foi efetuada uma breve análise de alguns elementos metodológicos empregados ao longo da pesquisa. Ao final, foram redigidas as conclusões (o último eixo do trabalho), onde foram expostos de forma geral os principais subsídios e compreensões alcançadas acerca da produção agrícola nos espaços urbanos dos municípios pesquisados.

Os elementos mais marcantes observados, considerando a relevância do estudo da Agricultura Urbana em Porto Alegre e Belém, apontam para aspectos de renda, da segurança alimentar, da herança cultural ou de projetos políticos como pilares centrais da atividade. Comparativamente, mesmo havendo manifestações em ambos os locais, a ocorrência se dá em diferentes proporções e com diferentes papéis e dinâmicas socioespaciais.

Assim, as considerações finais verificaram ambientes e papéis díspares, mas se mostraram relevantes no tocante às relações e variações dos aspectos socioeconômicos

¹⁰ [...] o futuro está em grande parte condicionado por decisões que já foram tomadas no passado e/ou que estão sendo tomadas no presente em função de um curto horizonte temporal. Na medida em que avança a acumulação de capital, maior é a interdependência entre o futuro e o passado [...] os processos engendraram aumentos substanciais da produtividade do fator trabalho, dando origem a um fluxo crescente de excedente que seria utilizado para intensificar ainda mais a acumulação e para financiar a ampliação e diversificação do consumo privado e público (FURTADO, 1974, p. 18 - 20).

atribuídos à Agricultura Urbana. Assim foi em todos locais em que se verificam assentamentos de tais fenômenos. Essas constatações demonstraram um potencial peculiar à observação da atividade agrícola no âmbito urbano, seja por composição e relações que permeiam e são cotidianamente tecidas, e/ou pelos ressignificados adquiridos no contexto contemporâneo das realidades dos municípios em questão. Todos esses aspectos podem ser apreendidos ao longo dos capítulos e são sintetizados no compêndio que antecede às conclusões do trabalho.

2 REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Frente à proposta da pesquisa, este capítulo procurou percorrer conceitos e visões acerca da temática da Agricultura Urbana. Para tanto, se fez necessário expor implicações e imbricações que são tecidas no âmbito socioeconômico dos espaços em que ocorrem as atividades. Igualmente buscou-se envolver os aspectos teóricos que possibilitam a visualização dos atores nos contextos produtivos e outras temáticas que se relacionam intimamente ao objetivo geral do trabalho, ou seja, analisar a Agricultura Urbana no contexto de sua dinâmica espacial, tendo como foco as dimensões socioeconômicas norteadoras desse fenômeno nos municípios de Belém-PA e Porto Alegre-RS. Em relação a essas demais temáticas, cabe salientar que as mesmas foram abordadas no intuito de trazer à tona elementos que subsidiam diversas abordagens que envolvem a Agricultura Urbana, porém muitas delas não serão detalhadas no trabalho e não se constituem em objeto geral da Tese.

2.1 As relações Campo-Cidade e a Agricultura

As análises econômicas, e os estudos sociológicos e geográficos, desde seus primórdios, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo. O resultado é que a maioria dos estudos não se refere à cidade inteira e sim apenas a uma parte da cidade, tomando-a como um ponto de partida até mesmo para a formulação de teorias de urbanização e emprego pleno [...] devem ser considerados os dados gerais do fenômeno, seus modelos operacionais e suas inter-relações com dados culturais, assim como a relação entre a população pobre e a economia pobre (SANTOS, 2009b, p. 44).

O espaço, em sua dinâmica, em seus processos formativos, se configura articulando elementos da natureza, práticas e vivências sociais, forjando, assim, unidades similares e outras díspares¹¹. Esses processos de transformação constituem locais, divisões que se fazem principalmente em torno das atividades produtivas, sendo assim, “[...] conteúdos que estão sempre em processo relacional do mesmo movimento: a *vida* (MONDARDO, 2008, p. 115)”.

As divisões dos “mundos” rural e urbano, num país que possui uma ampla maioria populacional urbana como o Brasil (e não apenas neste) encontra uma série de circunstâncias peculiares e divisões sobre as quais as normativas sobrepujam a organização espacial. Exemplo disso pode ser observado no caso exposto por Wanderley (2009, p. 311): “as

¹¹ A ponte a ser lançada entre possibilidades entreabertas e o ato de construir uma nova história virá do domínio complexo onde se encontram esses mesmos dados, segundo combinações variáveis. Daí a importância renovada das ciências do espaço do homem, isto é, da geografia, se se deseja dominar corretamente as forças de que doravante se dispõe (SANTOS, 1988, p. 13).

pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária”.

Nesse sentido, a própria concepção de urbano e rural merecem atenção. Nesta perspectiva o que se observa em território nacional demonstra que:

[...] a vigente delimitação de caráter inframunicipal dos territórios urbanos só é adotada por um pequeno punhado de países, como El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana. Na companhia desses quatro pequenos países, o Brasil considera urbanos os habitantes de qualquer sede municipal, mesmo que tais localidades pertençam a ecossistemas dos menos artificializados (VEIGA, 2003, p. 65).

A compreensão de “urbano” abarcaria em sua demarcação “[...] todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais (VEIGA, 2003, p. 63)”. O autor José Eli da Veiga ainda chama a atenção para o fato de que: “[...] os perímetros urbanos de muitos municípios engolem plantações, pastos e até imensos projetos de irrigação [...] (VEIGA, 2003, p. 57)”. Para este, a delimitação urbana deveria levar em conta aspectos atualmente não observados, pautados em critérios estruturais e funcionais como:

[...] Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe. Exemplo ilustrativo é Portugal, onde a lei determina que uma vila só poderá ser elevada à categoria de cidade se, além de contar com um mínimo de 8 mil eleitores, também oferecer pelo menos metade dos seguintes dez equipamentos: a) hospital com permanência; b) farmácias; c) corporação de bombeiros; d) casa de espetáculos e centro cultural; e) museu e biblioteca; f) instalações de hotelaria; g) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; h) estabelecimentos de ensino pré-primário e creches; i) transportes públicos, urbanos e suburbanos; j) parques e jardins públicos (VEIGA, 2005, p. 74).

Concretamente a reflexão acerca das formas e processos existentes no espaço urbano, bem como suas designações, sua vocação econômica, parece ser um elemento fundamental para a delimitação efetiva do local, como apontam, por exemplo, Lindner e Wandscheer (2010, p. 149-162):

Mesmo com a expansão física de características urbanas no espaço rural, não é possível dizer que este “urbaniza-se”, pois mesmo englobando características do modo de vida dito urbano, ele ainda conserva características peculiares à vida e os costumes rurais. [...] os aspectos produtivos e culturais locais diretamente ligados aos hábitos rurais conduzem a uma determinada configuração que se dá não somente na estruturação das festividades locais, mas sim, em todos os hábitos cotidianos.

Existem ainda os espaços denominados como rururbanos, nos quais

[...] la acelerada urbanización de la población replantea conceptualizaciones y abordajes del medio rural integrando la dimensión territorial (rururbana) en sus múltiples dinámicas y aspectos (ambientales, políticos, sociales, económicos, etc.) [...] integrando complejos rururbanos de encadenamientos de servicios e insumos relacionados con la producción y el consumo local-regional [...] y la necesidad de pasar a un proceso abierto de coordinación económica, social y política entre la multiplicidad de actores e intereses (públicos y privados) que intervienen en los procesos de desarrollo¹² (GORENSTEIN, NAPAL, OLEA, 2007).

Assim, a marca dos espaços rururbanos apresenta-se como uma faixa de transição, mesclando atividades e características muito peculiares, onde os três setores da economia se articulam e conformam o local.

A partir dessas exposições, a compreensão de uma graduação, de uma escala de caracterização dos espaços, constitui uma importante elaboração de categorias de análise espacial que, conforme Milton Santos (1985), possibilita observar: forma, função, estrutura e processo.

Conforme este mesmo o autor, a forma expõe a aparência visível, referindo-se, ainda, ao arranjo, que passa a constituir um determinado estereótipo espacial; a função constitui tarefas, atividades ou papéis que devem ser desempenhados pelo objeto em si; a estrutura, por sua vez, direciona-se à maneira pela qual os objetos estão relacionados entre si, não possuem uma exterioridade imediata e materializam-se subjacentemente à forma (espécie de matriz na qual a forma é originada); o processo perfaz a estrutura em seu movimento de transformação, ou seja, ação realizada num processo consecutivo, a partir de uma decorrência, implicância esta, ligada a geo-história, em seu tempo e tecendo constantes mudanças.

Nesse sentido, a figura 2, a seguir, contém um esforço em apresentar gradativamente paisagens que vão do rural tradicional ao urbano convencional, tendo elencado outras quatro formas de apresentar espaços que se aproximam mais a um ou a outro, porém guardando em suas paisagens porções compostas por formulações de ambos. Nessa ilustração, as expressões do visível ficam eminentes, ou seja, os aspectos de forma e estrutura. Ficam imbricadas

¹² [...] a rápida urbanização da população repensa conceituações e abordagens do meio rural integrando a dimensão territorial (rururbana) em suas múltiplas dinâmicas e aspectos (ambientais, políticos, sociais, econômicos, etc.) [...] integrando complexos rururbanos de cadeias de serviços e insumos relacionados com a produção e o consumo local-regional [...] e a necessidade de passar a um processo aberto de coordenação econômica, social e política, entre a multiplicidade de atores e interesses (públicos e privados) que intervêm nos processos de desenvolvimento (TRADUÇÃO DO AUTOR).

nesses cenários questões específicas de funções, onde o campo atua como produtor de excedentes alimentares para suprir as demandas urbanas, ao passo em que a cidade engloba os agrupamentos populacionais e onde se situam convencionalmente os setores secundário e terciário da economia.

Outras questões ligadas a funções como modos de vida, valores, dentre outros, são associadas ao cotidiano desses espaços e nas quais a transição do rural clássico com hábitos específicos vai se transformando até o urbano densamente povoado, onde o tempo e as atividades laborais são opostamente visualizados no dia a dia da população.

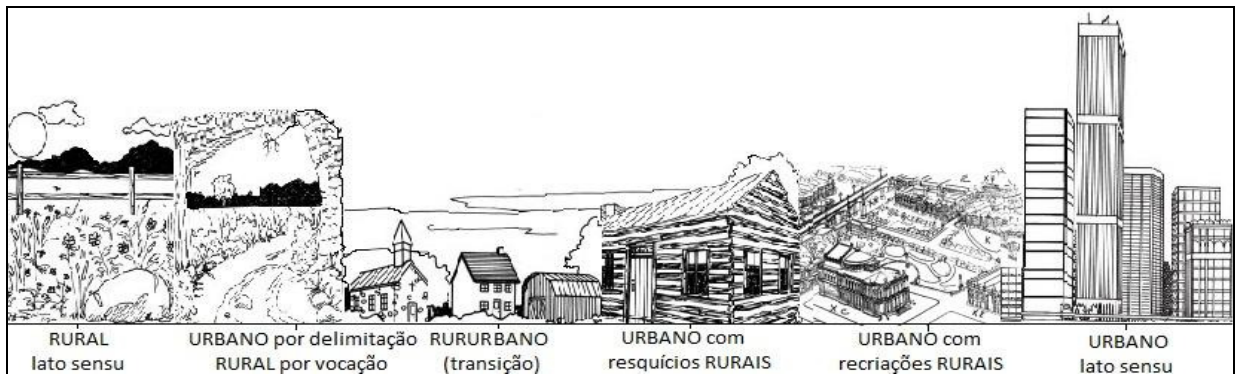


Figura 2: Graduações do Rural ao Urbano e suas interfaces

Fonte das Imagens: EDITORES DO PUBLICATIONS INTERNATIONAL (2012) e OLIVEIRA (2012) apud FREIRE (1911)

Denominações, Organização, Adaptação e Sistematização: WANDSCHEER, E. A. R.

Inicialmente a figura expressa o rural “latu sensu”, locais que expressam o rural em condições específicas de vinculação com a produção e a natureza. Como destaca Abramovay (2009, p. 27) devem ser salientados “três aspectos básicos: a relação com a natureza, a importância das áreas não-densamente povoadas e a dependência do sistema urbano [...] A maneira como se quantifica o meio rural responde a tradições nacionais que, muitas vezes, remontam a séculos”.

A situação seguinte na graduação proposta mantém os parâmetros anteriormente descritos, contudo, apresenta uma diferença, a delimitação político-territorial. A seguinte indagação efetuada por Veiga (2005, p. 71) aparece de forma crucial nesta perspectiva: “[...] será que faz algum sentido supor que seja cidade uma sede de município que não tenha sequer lei de zoneamento, plano diretor, coleta de lixo domiciliar, IPTU progressivo, varredura de ruas, manutenção de vias ou esgoto [...]?”.

Frente a esta indagação, as diferenças dos locais não são de cunho estrutural, mas sim formais, pois, não raro, áreas rurais são elevadas à categoria de cidade instigados por fins especulativos, imobiliários ou arrecadações de impostos, já que o IPTU incide sobre o urbano e o ITR sobre o rural, sendo apenas o primeiro convertido diretamente para o município e o outro repassado ao estado. Além disso, uma questão para além do formal compreende ainda a tendência à ocupação dos indivíduos em atividades diretamente ligadas à renda, o que, de certa forma, também permeia questões no âmbito da configuração da paisagem¹³ e sua definição.

Quando transcorrem mudanças no espaço rural, inicia-se um processo em que se pode observar uma mescla de práticas, estruturas e organizações atribuídas ao rural, porém com inserções dotadas de características urbanas, principalmente no que toca a infraestrutura e conexões via acesso a mercados (tanto locais e regionais quanto nacional e internacional). Portanto:

La consideración de estas reflexiones para nuestra análisis particular permite observar a los lugares rururbanos desde una perspectiva diferente: la importancia de las relaciones con el afuera en el proceso constante de construcción de los lugares brinda la posibilidad de descubrir condiciones de "urbanidad" en lugares a los que debería categorizarse como rurales, de acuerdo a la clasificación censal. Esta situación se manifiesta especialmente en aquellas aglomeraciones que por sus condiciones de localización favorables han sido objeto del repoblamiento [...] especialmente las cercanas a las carreteras y a las autopistas o las que por otros motivos se han mostrado más favorecidas en el proceso de rururbanización¹⁴ (BARROS, 1999).

Para alguns autores relacionados à lógica Lefebvriana, esse processo se daria em função do processo pelo qual os lugares estariam passando, rumando para uma conformação urbana. Seria uma metamorfose natural que levaria(á) a uma sociedade urbana. Essas abordagens são constantemente alvo de debates, questionamentos e acréscimos de ideias e adendos, porém o que parece inegável é que, entre a relação rural-urbano, a subordinação do

¹³ Na Geografia ocidental contemporânea, paisagem é entendida como produto visual de interações entre elementos naturais e sociais que, por ocupar um espaço, pode ser cartografada em escala macro ou de detalhe, e classificada de acordo com um método ou elemento que a compõe. Paisagem não é o mesmo que espaço, mas parte dele; algo como um parâmetro ou medida multidimensional de análise espacial (Maximiliano, 2004, p. 83).

¹⁴ A consideração dessas reflexões para a nossa análise particular permite observar os lugares rururbanos a partir de uma perspectiva diferente: a importância das relações com o exterior no processo constante de construção dos lugares brinda a possibilidade de descobrir condições de "urbanidade" em lugares que devem ser classificados como rurais, de acordo com a classificação do censo. Esta situação se manifesta especialmente naquelas aglomerações que, por suas condições de localização favoráveis, têm sido objeto de repovoamento [...] especialmente perto de estradas e rodovias ou que por outros motivos têm se mostrado mais favorecidos no processo de rururbanização (TRADUÇÃO DO AUTOR).

primeiro parece o caminho talhado rumo à consolidação de uma série de demandas do segundo. Este processo é, na maioria das vezes, apresentado como “sociedade urbana” conforme o próprio Lefebvre (1999, p. 15-16) aponta:

[...] Estas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas* [...] Pôde-se falar de sociedade industrial e, mais recentemente, de sociedade pós-industrial, de sociedade técnica [...] Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede [...] a *sociedade urbana*.

A partir dessa conceituação, mesmo diante de questionamentos diversos, pode-se observar que nesses espaços rururbanos, de forma mais marcante, se esboçam:

[...] formas diferenciadas de inserção no mercado e de acesso à infraestrutura viabilizada pelo Estado, o que determina também a viabilidade econômica da produção agrária, o acesso à terra, a territorialidade dos lugares quanto a sua possibilidade de estabelecer relações com outros lugares. Diferentes formas de relação com o urbano - mercado consumidor, informação, acompanhamento de novas estratégias, educação etc.; em outras palavras, diferentes oportunidades de inserção no mundo globalizado (FONTOURA, 2009, p. 277).

O processo seguinte já constitui o espaço urbano propriamente constituído que, além da delimitação territorial, pouco guarda de aspectos rurais em organizações e estruturas locais. Tratam-se de espaços nos quais se observa o rural como enclave no urbano. Exemplo dessa afirmação pode ser observado no seguinte caso, de uma situação localizada no norte brasileiro:

[...] a cidade de Rio Branco apresenta alguns dos aspectos recorrentes da segregação urbana e social [...]. Nestas áreas a tradição agrícola dos imigrantes foi transplantada para o espaço urbano em expansão, em função da disponibilidade de quintais, lotes, água de rega e solos adequados. A cultura seringalista e agroflorestal [...] se traduz na existência de hortas e pomares no espaço limitado de solo de cada parcela (DO CARMO, 2006, p. 1).

Essa abordagem, que envolve características locais, enaltece a particularidade de atividades que se mantêm enquanto resquícios e manutenções que extrapolam o aspecto produtivo-econômico, pois envolvem características sociais e culturais de relação com o meio e a forma de conceber a produção alimentícia. Assim, pode-se observar que: “[...] a modernidade continua a se surpreender com a manutenção, com a permanência, com a capacidade de transformação e de mudanças que ocorrem [...] Neste processo de

transformações entende que o rural não se ‘perde’ [...] reafirma sua [...] particularidade¹⁵. (MEDEIROS, p. 61)”.

A etapa seguinte já constitui um urbano ainda mais avançado, mas que agora apresenta necessidades no quesito ambiental e, a partir desse, passa a visualizar diferentemente algumas questões, como observa Wanderley (2009, p. 46): “[...] as relações entre o “atrasado” e o “moderno” se expressam, não enquanto polos opostos, ou como termos de uma evolução, mas como um processo de reprodução recíproca, o ‘atrasado’ qualificando o ‘moderno’”.

Existem ainda as “recriações” rurais no âmbito urbano, concretizando-se em iniciativas que procuram abarcar as demandas que ocorrem nos limites citadinos, conforme pode-se observar na exposição a seguir:

[...] a preservação e recuperação dos parques urbanos tal como espaços livres [...] seja esta, individual ou coletiva, pois só assim conseguimos entender o seu processo, a sua forma, a sua função e a sua estrutura como elemento integrante do espaço urbano através dos tempos, pois os parques urbanos precisam ser percebidos como um lugar para a cidade que integra a paisagem independentemente da função que o mesmo exerce (BOVO e AMORIM, 2011, p. 347-348).

Por fim, existe a situação do urbano “latu sensu”, espaço esse no qual não se observa a presença do rural e de atividades agrícolas, pois estas dificilmente se encontram presentes (somente em exceções possíveis, como agricultura vertical ou atividades de cultivos em sacadas de prédios). Nestes espaços, a relação espaço-tempo torna-se crucial, ainda mais em se tratando de espaços localizados em áreas mais populosas e com maior volume de empresas e intensas em serviços, tais como municípios e regiões metropolitanas, pois:

[...] A definição do lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se funcionais da metrópole [...] A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas [...] Com isso, nova hierarquia se impõe entre lugares, hierarquia com nova qualidade, com base em diferenciação muitas vezes maior do que ontem, entre os diversos pontos do território (SANTOS, 2008a, p. 101).

Portanto, realidades intensamente urbanas, tais como expostas acima, numa relação centrada no capital e na centralização de mercados, compõem os principais centros capitalistas, comprometidos muito mais com a expansão de capitais. Esse locais concentram-

¹⁵ Muitas vezes em virtude das próprias demandas urbanas.

se nas demandas produtivas e distributivas do sistema capitalista e raramente acabam se constituindo como potenciais alternativos, como a Agricultura Urbana.

Neste sentido, observa-se que existem diferenciações no tocante a ocupações, organizações físicas e estruturais entre o que se apresenta como rural e urbano, sobretudo em suas principais atividades desenvolvidas. Muito pelo contrário de uma divisão concreta entre ambos, o que existe são especificidades que se processam e se materializam de acordo com demandas existentes, demandas estas que tendem a atenuar-se, tendo em vista as ações e projetos levados adiante pela sociedade, desenvolvendo-se, assim, diferenciações que formalizam mais claramente as divisões e relações existentes entre campo e cidade. Ao encontro da exposição de Milton Santos (2009c) vemos que as relações das economias política da urbanização e das cidades não podem ser desvinculadas, uma vez que: “[...] a urbanização não é apenas um fenômeno social, ou econômico, ou político, mas também um fenômeno espacial. Como toda e qualquer outra forma de repartição no espaço, é dependente da maneira como os instrumentos de trabalho e os fatores de produção se distribuem” (SANTOS, 2009c, p. 114).

A configuração do/no espaço engloba, portanto, interesses de ocupações específicas que podem não estar claramente estabelecidas, mesmo quando advindas de delimitações prévias, mas involuntariamente (mesmo que não expressas num dado momento). Não significa que não esteja subjugada a interesses futuros que paulatinamente vão remodelando as bases estruturais. Essas reestruturações levam consigo a organização material que levou o espaço a se efetivar enquanto uma ou outra forma/delimitação determinada, que não obstante serve como receptáculo das metas a ela incumbida quando do seu planejamento enquanto forma-função.

2.2 Agricultura Urbana (AU)

[...] Vivemos num planeta dotado de recursos finitos, afogados nos desperdícios da sociedade de consumo, pelo que o facto de procurarmos reciclar materiais e a hipótese de reutilizarmos os resíduos sólidos urbanos ou as águas residuais como *input* de atividade agrícola nos parecem avanços significativos no sentido de realizar um verdadeiro desenvolvimento sustentado (MADALENO, 2002, p. 1).

Partindo das interações compreendidas e apontadas por muitos autores entre o urbano e o rural, bem como a convivência mútua de realizações, iniciativas e inovações (ainda que com aplicações diferenciadas), observam-se espaços denominados por muitos autores como

híbridos¹⁶. Há que se considerar que cidades de menor porte tendem a se estruturar produtivamente mais em torno de atividades agrícolas¹⁷, porém não se pode ignorar a possibilidade do urbano sediar ambientes mais vinculados à natureza.

Ainda que “[...] a diversidade de contribuições direcionadas ao estudo da relação campo-cidade, rural-urbano, não se esgotou e tampouco há um consenso entre os pesquisadores sobre o tema (MONDARDO, 2008, p. 117)”, o que se têm é o fato que:

Ambos devem ser apreendidos numa visão dialética, haja vista que cada um tem suas especificidades, mas com extrema relação recíproca. Além disso, o campo não é sinônimo de rural e tampouco a cidade abarca apenas o urbano. O rural e o urbano expressam o modo de vida e os valores, enquanto o campo e a cidade correspondem à *materialização* desses modos de vida. Portanto, os valores urbanos estão presentes no campo, assim como também encontramos os valores rurais na cidade (MONDARDO, 2008, p. 118).

Portanto, em se tratando de aspectos produtivos, não se trata de uma questão muito diferente, haja vista que, em havendo necessidade ou demanda, esforços para sua resolução são tecidos. Dessa forma, decorre que:

Por agricultura, *latu sensu*, entende-se a soma de tarefas capazes de transformar o meio natural no sentido de produzir matérias vegetais e de criar animais úteis ao homem. Nesta conformidade, a agricultura urbana denomina o conjunto de atividades de produção animal e vegetal exercidas em meio urbano, visto como espaço abrangente que inclui áreas intersticiais não construídas e superfícies periurbanas (MADALENO, 2002, p. 7).

Considerando uma manifestação dos “enlaces” entre urbano e rural, o elemento central que anteriormente os diferia, atualmente também apreendido enquanto forma de aproximação/inserção, torna-se necessário avançar nas definições que norteiam a temática da Agricultura Urbana. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) apresenta da seguinte forma a Agricultura Urbana:

A produção e/ou transformação de forma inócua de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, plantas ornamentais, espécies florestais, etc.) e pecuários (animais menores e maiores) nas áreas intra e periurbanas das cidades, para autoconsumo ou comercialização, aproveitando recursos, insumos e serviços urbanos (solo, água, resíduos, mão de obra, etc.) (FAO, 2009).

¹⁶ [...] às múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais (e produzidas por eles), juntamente com as diferentes escalaridades da ação, marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, fruto da interação entre o urbano e o rural [...] (RUA, 2006, p. 94).

¹⁷ Ver mais em Lindner e Wandscheer (2010).

Como um dos maiores debates, costuma estar presente a qualidade de produção dos alimentos, oferecendo, assim, alternativa concreta a populações de baixa renda e também é marcada pelos potenciais nutricionais que oferece, seja com ofertas alimentares diárias ou como contribuição complementar às refeições.

Dentro de este contexto, se justifica la práctica de la agricultura urbana (AU) como una actividad que promueve la producción de alimentos frescos, saludables y a bajo costo, impactando directamente en los hábitos de consumo de la población por el incremento en la variedad y disponibilidad, como en el ahorro por la no compra de alimentos¹⁸ (IZQUIERDO; GRANADOS, 2009, p.42).

A Agricultura Urbana pode ainda estender-se como ganhos de capital, mas esta característica não costuma ser tão enfatizada, pois a maior parte da literatura afirma que a atividade

Difere da agricultura tradicional (rural) em vários aspectos: Inicialmente, a área disponível para o cultivo é muito restrita na agricultura urbana. Além disso, há escassez de conhecimentos técnicos por parte dos agentes/produtores diretamente envolvidos; frequentemente não há possibilidade de dedicação exclusiva à atividade; a atividade destina-se, normalmente, para utilização ou consumo próprio; há grande diversidade de cultivos [...] a finalidade é distinta [...] (ROESE, 2009, p. 1).

Dois outros aspectos também aparecem com frequência em textos sobre AU, são as possibilidades de reciclagem e a produção orgânica, este último observado na maioria das vezes relevante a partir da “[...] importância da agricultura urbana enquanto fenômeno socioeconômico, caracterizando-se a opção por sistemas de produção com base na agroecologia como mais adequados à realidade dos agroecossistemas urbanos” (AQUINO e ASSIS, 2007, p. 148).

Outro elemento importante na reflexão acerca da Agricultura Urbana e sua realidade é a denominação feita sobre a mesma, pois em matizes teóricas diferenciadas, assim como em função da abordagem e tendências dos autores, observa-se uma diversidade de termos que denomina uma mesma atividade, ou seja, a Agricultura Urbana, ou Agricultura Urbana e Periurbana, ambas terminologias mais utilizadas. Essas questões parecem de suma importância e merecem destaque para uma melhor compreensão das dimensões da atividade, vide Quadro 2, no qual se apresenta uma síntese de terminologias para a mesma.

¹⁸ Dentro deste contexto, se justifica a prática da Agricultura Urbana (AU) como uma atividade que promove a produção de alimentos frescos, saudáveis e a baixos custos, impactando diretamente nos hábitos de consumo da população pelo incremento da variedade e disponibilidade, como na quantidade de dinheiro na compra de alimentos (TRADUÇÃO DO AUTOR).

FORMAS DE DENOMINAÇÃO	TERMINOLOGIA
Agricultura Urbana	Conceito que abarca a produção agrícola nos limites do espaço urbano, de caráter e dinâmica multidimensional, podendo envolver produção, transformação. Distingue-se das atividades urbanas comuns, mas abarca diversidades de uma série de outras atuações cidadinas, vincula potenciais de comercialização e articulação entre locais e localidades próximas. Porém, conserva consigo (transformando, adaptando e (re)criando o processo produtivo) a centralidade no alimento, este mais comum ao campo, porém não ausente no urbano, ainda que com maiores dificuldades no tocante à área. Pode ser desenvolvida em caráter individual, familiar ou comunitário e não costuma empregar mão de obra remunerada, de forma que, quando o faz, se dá em pequenas quantidades. Além disso, costuma utilizar pouco maquinário e tecnologia em sua produção, sendo a mesma voltada a demandas do mercado ou autoconsumo, neste último caso, sendo empregada comumente em comunidades pobres. Costuma estar relacionada a temáticas como segurança alimentar, sustentabilidade e planejamento, estando articulada com questões da gestão e planejamento do espaço urbano.
Agricultura Urbana e Periurbana	Termo empregado com a mesma finalidade do anterior, porém incorpora o termo “Periurbana” ao final. Assim como o termo anterior, contempla a produção agrícola nas limitações urbanas, porém, distingue áreas dentro do espaço urbano, e, sobretudo em cidades maiores, induzindo a conclusões que perfazem destinos mais periféricos aos locais com proeminência de maiores produções. Para aqueles que incorporam análises com pequenas hortas parece haver maior significância tal substantivação, do contrário muito pouco altera o sentido da denominação anterior. É o termo mais empregado em projetos e ações de políticas públicas.
Urbanidades no Rural ou Ruralidades no Urbano	Este termo costuma estar intimamente ligado a discussões acerca das relações campo-cidade, bem como às inserções do urbano no rural e vice-versa. Em torno de tal definição, a atividade agrícola na(s) cidade(s), seus impactos e implicações acabam tornando-se fatores no entorno da problemática central, mesmo quando tratada com relevância, não costuma definir-se como abordagem fundamental do(s) autor(es).
Hortas Comunitárias	A atividade costuma dirigir-se a produtores de baixa renda, atuando de forma a buscar em espaços limitados, melhorias alimentares que se materializam praticamente em alimentos, salvo algumas exceções. Tal iniciativa possibilita maior possibilidade de sucesso, uma vez que agrupados, os produtores passam a ter mais (e melhor) acesso a insumos, créditos e outros serviços de assessoramento e capacitação que podem auxiliá-los. Contudo, costumeiramente acabam por organizarem-se em grupos de forma a articular necessidades e objetivos em comum, e não puramente a articulação em prol de benefícios conjuntos, relação advinda de sua(s) articulação(ões). Mesmo diante de tal realidade, a utilização do termo “horta” acaba por fazer-se diante de cenários nos quais a produção apresenta limitações, sobretudo de área, permanecendo muito mais por quesitos voltados a deficiências locais do que pela ênfase em potenciais futuros, portanto, um tanto quanto disperso de abordagens que tenham em foco questões que norteiam a questão econômica.
Hortas	Denomina o fenômeno idêntico ao anterior, porém sem o caráter coletivo.
Urbano Agrícola ou Agropecuário	Utilizado para toda e qualquer produção agrícola, costumando compreender a produção e sua implicação na esfera em que se encontra situada. Portanto, aparece de forma mais sucinta em termos de abrangência da totalidade.
Rural Agrícola no Urbano	Abordagem envolvendo características socioeconômicas, ambientais e por vezes culturais, onde permanecem práticas anteriores, porém, atualmente situadas em espaços urbanos, logo, tratando-se de práticas de Agricultura Urbana.

Quadro 2. Denominações atribuídas à terminologia Agricultura Urbana

Elaboração e Sistematização: WANDSCHEER, E. A. R.¹⁹

Conforme exposição anterior, as variações terminológicas empregadas para este fenômeno apontam para distinções que têm características diferenciadas, podendo se dar em

¹⁹ A redação do quadro levou em conta a abordagem de distintas denominações existentes em obras referentes à temática Agricultura Urbana, denominações encontradas em: Arruda e Arraes (2007), FAO (2009), Ferreira e Castilho (2007), Kozenieski (2010), Rua (2006), Santandreu e Lovo (2007) e Santos e Filho (2010) e Madaleno (2002). Ambos substantivos referentes ao fenômeno focado, a Agricultura Urbana.

função de critérios de dimensão, localização, abordagens técnico-científicas (como, por exemplo, solos ou produção ecológica), aspectos políticos, ou ainda denominações que, mesmo reconhecendo a existência da atividade agrícola e a sua localização em limites urbanos, o faz colocando em evidência o “mundo rural”, o modo de vida, ações e outras peculiaridades que acompanham as formas de reprodução individual e familiar.

Para tanto, as diferentes denominações utilizadas para as práticas que constituem a produção agrícola em espaços urbanos demonstram diversidade e necessidade de enfoques que diretamente refletem percursos e metas dos diferentes autores, bem como as necessidades de sua pesquisa, demonstrando a necessidade de ampliação do leque de análise, dadas as circunstâncias e peculiaridades que envolveram características da composição da Agricultura Urbana. Conforme FAO (2009), a estruturação de sistemas de produção mais frequentes se dão:

[...] dependendo das condições locais: 1) Microagricultura no quintal da moradia ou perto dela, 2) Horticultura comunal/comunitária, 3) Agricultura urbana institucional, 4) Horticultura (semi) comercial de pequena escala, 5) Criação de animais e produção aquática (semi) comercial de pequena escala, 6) Granjas multifuncionais e 7) Produção especializada de agricultura e silvicultura urbana.

Mais extenso como definição, o substantivo Agricultura Urbana e Periurbana efetua uma abordagem que trás consigo uma divisão entre as atividades produtivas mais centralizadas na cidade e as áreas mais periféricas. O seu emprego costuma ocorrer principalmente em municípios maiores e regiões metropolitanas, em especial em projetos de cunho político, planejamento e definições. A adjetivação “periurbana”, em muitos casos, não se expressa de forma necessária, pois espaços centrais em grandes cidades quando abarcam essa atividade se concretizam como pequenos espaços, tais como pequenas hortas, ou mesmo agricultura vertical.

Além disso, o termo periurbano, em algumas situações, traz consigo certo preconceito com áreas mais afastadas da área central urbana, locais onde costumam estar situados os casebres urbanos, muitas vezes nucleados em favelas. Conforme se pode observar na definição a seguir, existe muita controvérsia em torno do mesmo, sendo “[...] o elemento mais comum nas definições sobre a agricultura urbana tem sido a localização em relação à proximidade das cidades (intra ou periurbana)” (AQUINO e ASSIS, 2007, p. 139).

Acerca dessa relação de diferenciação voltada a quesitos locacionais, para além de Aquino e Assis, Mougeot (2000) é outro autor que relaciona a atividade produtiva no âmbito

urbano a sua espacialização na cidade. A autora Arruda (2011, p. 24), com base nesse último autor, chama a atenção para essa concepção (e a contestação envolta nessa discussão) da produção ser:

[...] intraurbana ou urbana, quando realizada dentro das cidades ou periurbana, quando realizada no seu entorno, mas, ao utilizar apenas este critério, ainda resta muita polêmica, pois a noção do que é urbano e rural possui conceitos e critérios diferentes entre países e regiões [...] usam para diferenciá-las os tipos de atividade econômica, os tipos de áreas onde são praticadas, a sua escala e o seu sistema de produção, as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios), e a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização.

Outra situação de denominação que passa a envolver sistemas de produção passa mais recentemente a adicionar: “também [...] o processamento e a comercialização, assim como as interações entre todas essas fases” (MOUGEOT, 2000 *apud* ARRUDA, 2011, p.24). Com base em tal exposição e a partir da FAO (1998), a autora elaborou um quadro que delinea: “[...] uma tipologia baseada em categorias de produtos criados ou cultivados, que exemplifica de forma resumida os sistemas de produção da agricultura urbana e periurbana” (ARRUDA, 2011, p. 24). Segue abaixo o Quadro 3 em questão:

SISTEMAS	PRODUTOS	LOCALIZAÇÃO	TÉCNICAS
Aqüicultura	Peixes, frutos-do-mar, e algas marinhas	Lagos, riachos, estuários, lagoas e zonas pantanosas	Criação em gaiolas ou em viveiros
Horticultura	Agrícolas, frutos e flores e medicinais	Jardins, parques, espaços urbanos, rurais e periurbanos	Cultivo protegido, hortas, hidroponia e canais de cultivo
Agrofloresta	Combustíveis, frutas e sementes, compostos e materiais para construção	Ruas, jardins, áreas de encostas, cinturões verdes, parques e zonas agrícolas	Arborização de ruas, implantação de pomares
Criações	Leite, ovos, carne, estrume, peles e pêlos	Áreas de encostas e espaços periurbanos	Criação em confinamento
Diversificadas	Plantas ornamentais, flores e plantas exóticas	Serras e parques	Cultivo protegido, plantas envasadas e canteiros suspensos

Quadro 3. Sistemas de Produção na Agricultura Urbana e Periurbana

Fonte: Arruda (2011, p. 24) baseada em SD/FAO (1998).

Ao longo da presente pesquisa, todos os sistemas de produção citados no quadro anterior aparecem nos cultivos e criações, onde a localização espacial contribui com a existência de mais de um dos sistema supracitados, não raro a união de vários destes. As

caracterizações *latu senso* costumam enfrentar a dificuldade conceitual do fato de: “Poucos estudos realizam uma boa diferenciação entre os locais intraurbanos e os periurbanos, ou, se o fazem, usam critérios muito variados que são de difícil extrapolação para outros contextos” (ARRUDA, 2011, p. 25).

Assim, as ocorrências no campo socioeconômico do trabalho em questão tomaram como base a conceituação mais ampla de Agricultura Urbana com vistas a situações nas quais não se pode afirmar categoricamente que todos os espaços urbanos das delimitações dos Municípios enfocados apresentam delimitações físicas claras de espaço urbano, de forma que não há uma necessidade maior de efetuar recortes específicos (mas sim manifestações muito mais pontuais que exibam sistemas de produção e suas realizações, bem como as modalidades produtivas materializadas nas produções).

Por fim, cabe expor um aspecto que caracteriza uma curiosidade importante em relação à Agricultura Urbana, o fato é que sua expansão tem sido apresentada como mais intensa que o processo de urbanização e se processando em diferentes países conforme apresenta Madaleno (2002, p. 7): “vem evoluindo mais rapidamente do que o próprio processo de urbanização [...] registram-se em meio urbano tanto nos países desenvolvidos como nos em via de desenvolvimento”. Assim, adiante nas reflexões conceituais e posteriormente nas exposições dos resultados, buscar-se-á evidenciar as distintas formas em que a prática se apresenta, bem como o eminente potencial dessas produções agrícolas.

2.3 A Atividade Agrícola: os Espaços Urbano e Rural

[...] o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos [...] O período presente será estudado como um resultado da evolução assim descrita e será dada ênfase às suas principais características (SANTOS, 2008, p. 11).

A explanação do que claramente demarca e constitui a essência das diferentes Agriculturas no espaço (Urbano e Rural) conforma indagações norteadas pelas diferentes configurações espaciais, pois: “mesmo a abundância de exemplos pode ter valor demonstrativo, mas não explicativo, do papel do lugar e do espaço no processo social”. (SANTOS, 2006, p.10). A redação a seguir, no intuito de fornecer uma breve retrospectiva histórica, levanta características da urbanização brasileira, de forma a suscitar questões

pertinentes à atividade agrícola nos espaços urbanos e a sua particularidade em relação àquela praticada nos locais convencionais, ou seja, o espaço rural.

A segunda metade do século XX, no Brasil, caracterizou-se por um período intensivo de urbanização e que se manteve crescente até os dias atuais, ainda que em taxas inferiores de crescimento. Em termos de período, a década de 1970 caracteriza-se como a década que inverte a predominância de população nesses dois espaços brasileiros²⁰. Posteriormente a essa década, ocorrem fenômenos de diminuição da população rural inclusive em termos absolutos (em contraposição à realidade urbana nacional).

Esse processo guarda consigo estreitas relações com a Revolução Verde²¹, pois a mesma foi capaz de efetivar atribuições distintas daquelas anteriormente vivenciadas pelo espaço rural. A partir da concretização desse processo, os pacotes tecnológicos passam a se inserir fortemente na atividade agrícola, o que reduz drasticamente o emprego agrícola. A partir de então, passa a caber ao rural o processo subserviente de fornecimento de mão-de-obra, elaboração da matéria-prima para a indústria e consumo de produtos industrializados (tendo, assim, a indústria, a montante e a jusante do processo produtivo).

Assim, se anteriormente a pouca empregabilidade de tecnologia na agricultura permitia elevada taxa de ocupação de recursos humanos no campo, a alteração desse paradigma passa a configurar um quadro em que cada vez mais se escasseia a necessidade do emprego da mão-de-obra na atividade produtiva rural. Mesmo com a elevação da demanda por alimentos de forma crescente no mundo urbano, os ganhos de produtividade e os avanços das possibilidades de conservação (principalmente de produtos com elevado nível de industrialização) juntamente com ampliação dos fluxos de deslocamento via ascensão do setor de transporte permitiram produções cada vez mais intensivas e setORIZADAS no intuito de fomentar ganhos de escala em detrimento a cultivos diversificados e focados em abastecimentos próximos. Esse processo de forma sincrônica passou a demandar cada vez

²⁰ Ver mais em Adalberto Mielitz Netto; Manoel de Mello; Machado Maia (2010).

²¹ A Revolução Verde representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação. A realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas desenvolvidas na agricultura de clima temperado para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou esse processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente [...] o conhecimento teórico e prático para essa tarefa já tinha sido estabelecido. Portanto, em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônomicas e de insumos industriais genéricos (GOODMAN, et al, 1990, p. 34). Nessa exposição, sobretudo na parte final, pode-se observar a padronização/adaptação dos lugares ao paradigma estabelecido.

mais trabalhadores no setor secundário, conformando a relação causa-efeito que configurou o processo de urbanização e industrialização (que, em grande parte, se deu em função de demandas externas²²) brasileiro.

No que tange ao âmbito urbano, a agricultura, de certa forma, acabou migrando juntamente com diversos indivíduos que foram fruto do processo de êxodo rural, sobretudo pelo fato de terem se instalado em locais periféricos das cidades de maior porte e logo terem tido a oportunidade de constituir espaços de cultivo. Ainda que ao longo do tempo diversos produtores tenham abandonado o cultivo, muitos acabaram por aprimorar os mesmos e até visualizaram a sua produção como foco principal de ocupação (desde os mais jovens, quando possuidores de maiores volumes de terra, até os mais longevos que, muitas vezes, já se constituem em trabalhadores aposentados). Assim, dilatam-se situações em que a produção agrícola serve tanto como ferramenta para a obtenção de alimentos quanto para a ocupação e renda da família.

Dessa forma, a Agricultura Urbana no Brasil passou a desempenhar o papel de resgatar elementos rurais, bem como de auxiliar a adaptação dos indivíduos nos núcleos urbanos, auxiliando ainda nas questões sustentáveis do espaço urbano²³, além do quesito ocupação e renda, no qual estão calcados os interesses comerciais por essência e a subsistência como estratégia de sustento e reprodução familiar.

Em relação à prática, à ocupação, à técnica e às diferenças existem distinções no que se refere aos tipos de atividade econômica e de ocupação/distribuição de áreas, até porque no urbano, mesmo quando há maior disponibilidade de área, as mesmas são mais limitadas que aquelas praticadas no espaço rural.

As divisões da atividade em categorias alimentícias e não alimentícias, ainda que possam ser relevantes para a identificação dos papéis da atividade, não são capazes de diferir produções urbanas ou rurais, já que produções não alimentícias são também verificadas no rural. Exemplo dessa realidade pode ser observado no caso de produções de flores e plantas ornamentais que convergem inclusive quanto ao destino da comercialização, em sua esmagadora maioria voltada aos consumidores citadinos.

Em relação à diversificação, ainda que as produções urbanas tenham esse elemento como aspecto marcante, essa característica por si só é insuficiente para distinguir as

²² Ver mais em Adalberto Mielitz Netto; Manoel de Mello; Machado Maia (2010).

²³ Ver mais em Madaleno (2002).

produções citadinas e rurais. O processamento dos produtos igualmente pode ser verificado em ambos os espaços, pois a agregação de valor não é uma vantagem de nenhum dos atores, sejam eles urbanos ou rurais, pelo contrário, é uma alternativa que fica muito mais a cargo do produtor e da concepção de produto que o mesmo tem, do que da localização do produto.

Existem diferentes pontos que permitem diferenciações em relação às dimensões da Agricultura Urbana. Arruda (2001) propôs uma abordagem conceitual relacionando à sua localização espacial, aos benefícios de sua prática, ao tipo de sistemas de produção realizados e às modalidades, além de aspectos ambientais (tanto na prevenção quanto na recuperação de locais a partir dos cultivares).

Cabe salientar que em relação a sua explanação Arruda (2011) aponta como elemento mais citado como fonte de conflito conceitual da Agricultura Urbana a sua localização no espaço. A esse respeito poucos estudos realizaram uma clara diferenciação entre os locais intraurbanos e os periurbanos, ou então usam critérios variados de difícil aplicação em outros contextos, ou ainda pode ser expressa unívoca a realidades de cidades em particular, tanto no que tange às paisagens quanto às práticas. Assim, denota-se uma separação tênue nas exposições das atividades agrícolas desenvolvidas em localidades periurbanas e intraurbanas (ARRUDA, 2011).

Outros contextos da Agricultura Urbana podem derivar de aspectos relacionados à economia, principalmente com o processo de urbanização da cidade, no qual grupos oriundos do meio rural e residentes passam a realizar práticas agrícolas, o que viria a fortalecer os argumentos de desconstrução das dicotomias campo-cidade (ARRUDA, 2011).

A definição Agricultura Urbana pelo simples limiar da localização encontra uma série de controvérsias que perpassam pela relação campo-cidade. Assim, as contestações concernem a aspectos sociais, culturais, econômicas e ambientais do cotidiano da população que efetua a prática e podem ter ainda outras influências como a definição política do território físico do espaço, ou seja, as definições específicas do que viria a ser rural ou urbano na cidade (conforme salientado no subcapítulo anterior).

A questão da técnica em muitos trabalhos apresenta a Agricultura Urbana classificada pelo uso de utensílios de menor porte, mas com maior refinamento no que tange a questões práticas, nos modos de cultivo, o que envolve a capacitação anterior e a continuidade do processo, o que agrega adaptações e até mesmo inovações de cultivos. Ter-se-ia, nesses casos, benefícios produtivos de maior magnitude, mas apenas quando praticada intensivamente ou

em áreas capazes de produzir um volume maior de produtos, ou seja, o que representaria sua materialização essencialmente calcada nos benefícios econômicos. São situações onde: “[...] os avanços técnicos tomam conta do vivido dos indivíduos e dão às suas vivências uma nova lógica de funcionalidade que atenda às normatizações destes avanços, funcionalidade diretamente ligada à lógica de acumulação” (MELO, 2010, p. 50).

Outros trabalhos, por sua vez, expõem a prática agrícola urbana como uma prática que faz uso de poucos utensílios e é praticada conforme os conhecimentos empíricos dos produtores, uma vez que poucas são as procuras por melhorias e tampouco se apresentam maiores possibilidades de ampliações produtivas. Nesses casos, os benefícios da produção não representam para o indivíduo e/ou família a necessidade de sobrevivência e reprodução social, apenas atividade ocupacional. Ao encontro dessa abordagem, Madaleno (2002, p. 160) descreve alguns exemplos da Agricultura Urbana na área continental de Belém-PA como: “praticantes de atividades primárias em meio urbano, variavam muito consoante o bairro e o tempo dedicado ao quintal, mas eram, no geral, manuais e até rudimentares [...] Alguns produtores fazem tratamentos de desparasitação, pelo método mais rudimentar possível [...]”.

Quanto aos sistemas de produção e suas modalidades produtivas, citá-los *latu sensu* como Horticultura, Aquicultura, Criações, Agroflorestas ou outras diversas são concepções de atividades que não expressam nem um local urbano nem rural especificamente, uma vez que não existe homogeneidade interna nesses processos que se verifiquem no agrícola rural e se ausentem na cidade e vice-versa. Assim, são as particularidades desses sistemas de produção e a adaptação ao local (não raro vinculado a demandas citadinas ou rurais) as questões que possibilitam verificar sua viabilização e materialização. A apreensão é a de que:

A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses elementos possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas [...] (ARRUDA, 2011, p. 25).

As questões ambientais oriundas da atividade produtiva são derivadas tanto de cultivares já existentes, ao evitar a propagação de problemáticas, como também são empregadas em muitas situações em que a pretensão é a ação de recuperação de áreas ou minimização de impactos negativos incidentes sobre as áreas. Acerca desse aspecto o presente trabalho tangencia os aspectos ambientais no intuito de abordar a temática ambiental sob o prisma ao qual ela se relaciona ao enfoque socioeconômico.

Os aspectos ambientais nas literaturas de Agricultura Urbana recebem menção a diversos fatores e aspectos consolidadores de sua existência em trabalhos que tratam das ações impactantes das práticas agrícolas nas cidades. Contudo, ao se abordar impactos, é necessário ter em vista que os mesmos podem se processar positiva ou negativamente. Assim:

[...] a agricultura urbana pode representar uma externalidade positiva como resultado do desenvolvimento de seu significado em certos contextos. Estes autores definem a externalidade como as transformações do ambiente físico ou social causadas pela atividade agrícola, mas observando além do seu sistema produtivo. As transformações podem ser diretas (como a contaminação da água e a degradação dos solos), indiretas (configuração do ambiente ou sua contribuição para o desenvolvimento), ou territoriais (na linha conceitual da propriedade pública) (ARRUDA, 2011, p. 21).

Acerca dessa situação, Arruda (2011, p. 21) chama atenção para as implicações possíveis, onde “[...] o agricultor pode dar um valor a estes impactos ao internalizá-los na utilização de sua produção; serão positivos se fornecerem um valor agregado e negativos quando é necessário o pagamento de impostos (por exemplo, para compensar algum dano ambiental)”. Porém, os aspectos positivos costumeiramente são mais evidenciados nas literaturas que abordam a Agricultura Urbana sob o prisma ambiental. Salientam-se as ênfases sobre os consequentes aspectos: “[...] essa atividade beneficia o meio urbano do ponto de vista ambiental na medida em que, além de gerar áreas verdes, favorece a melhor infiltração das águas de chuva e viabiliza a reciclagem de resíduos [...] o consequente aumento de seus benefícios sociais e ambientais” (AQUINO E ASSIS, 2007, p. 144).

Ao findar, abordagens conceituais implícitas e explícitas da existência da Agricultura Urbana são expostas no Quadro 4, a seguir, o que Arruda (2011, p. 28) descreve como características da produção comparativas da agricultura realizada em área urbana e rural (tal qual a mesma é exposta nas distintas literaturas).

Características	Características da Produção urbana e periurbana	Produção agrícola
Tipo de exploração	Diferente da convencional, muitas vezes móvel e transitória; com produção normalmente intensiva dada a limitação de espaço, logo, caracteriza-se por tendência a menores porções de terra	Convencional, normalmente extensiva
A agricultura como fonte renda	Agricultura desenvolvida para subsistência e para comercialização com menor tempo de dedicação	Agricultura é a principal atividade, participam em tempo integral
Identidade do agricultor	‘Principiantes’, agricultores de tempo parcial, em parte migrantes de zonas rurais, gente dedicada por passatempo	Usualmente já nascem agricultores
Perfil da comunidade	A porcentagem de membros da comunidade que participa na agricultura é muito variável	A maioria dos membros da comunidade participa na agricultura
Contexto político, social, econômico e cultural	Mais heterogêneo	Mais homogêneo
Uso da terra	Competem no uso da terra (agrícola e não agrícola)	Geralmente estável para a agricultura
Calendário de cultivos	Anual de diferentes cultivos	Desenvolvidos segundo a estação
Segurança da disponibilidade de terra para cultivar	Relativamente baixa	Relativamente alta
Terrenos onde se produz	Frequentemente de extensão reduzida, propriedade própria, mas por vezes cedidos	Próprios, de extensão média à grandes
Custo de mão de obra	Relativamente alto	Relativamente baixo
Acesso a mercados/insumos	Perto dos mercados, favorável para cultivos/produtos perecíveis	Geralmente longe dos mercados
Destino dos produtos	Autoconsumo ou local	Regional ou para exportação
Disponibilidade de serviços de investigação e extensão	Pouco prováveis	Bastante prováveis
Políticas Públicas	Ações pontuais e com rara continuidade	Prioritária na agenda política

Quadro 4 - Características da produção de alimentos em áreas urbanas e rurais

Fonte da Estrutura e Sistematização: Arruda (2011, p. 28) baseada em CAMPILAN et al. (2002) e TERRILE et al. (2000). Elaboração da Adaptação a partir dos dados da pesquisa: WANDSCHEER, E. A. R.

Cabe inicialmente salientar que os aspectos abordados no quadro anterior, enquanto compilação de literaturas efetuada por Arruda (2011), apresentam uma organização e

exposição que reflete a parcela mais ampla de exposições acerca da Agricultura Urbana, porém não única, uma vez que esses aspectos são divergentes e, tal qual a relação rural-urbano, não existe uma posição estanque. Além disso, a própria constituição é composta por uma compilação de informações ao encontro da visão da autora acerca da atividade no que tange às divergências da agricultura urbana e rural. No presente trabalho, mais adiante, os elementos supracitados são confrontados e questionados de acordo com as realidades observadas na capital sulina e na capital nortista que apresentam relações de proximidade em alguns aspectos, mas que também guardam peculiaridades que, por vezes, destoam das características expostas.

Em relação aos tipos de exploração, são esboçadas analogias que destacam a agricultura como exploração e fonte de renda, de forma a desconstruir as dicotomias das abordagens campo-cidade. São vislumbradas, tanto no espaço rural quanto no urbano, a busca por alocação de atividades agrícolas, ocupação e organização do espaço que envolve a produção agrícola (e que também não deixam de considerar o rural não mais apenas como território restringido à agricultura e com restrita relação com o mundo urbano²⁴). A diferenciação acerca da exploração consiste na forma de praticá-la. Por limitações de espaço, a sua inserção é limitada a espaços mais parcos e essa peculiaridade a torna mais intensiva por questões de rotação de culturas e por benefícios alimentares ou de renda. O tamanho inferior do cultivo facilita também a mobilidade dos cultivares e, em muitas situações, contam com plantios temporários em espaços transitórios ou cedidos momentaneamente, situações mais comuns em caso de cultivos com fins sociais como organizações ou programas de auxílio e/ou recuperação de indivíduos.

Ainda em relação à renda e ao uso da terra, a compreensão do urbano e rural não denotam o fim de questões que lhe dão forma, mas sim a constante incorporação de lógicas territoriais nesses espaços, onde os interesses e possibilidades interferem nas configurações dos mesmos. Desse modo, é, de fato, mais frequente (e nem poderia deixar de ser) a

²⁴ [...] podemos entender que a ordenação territorial da agricultura brasileira vai se desenhando a partir dos interesses urbanos, a partir de sua racionalidade [...] A modernidade chega ao campo, criando a falsa ideia de situações antagônicas: tradicional (atraso) versus tecnológico (moderno). Falsa porque a modernização não se dá em todos os lugares. Há obstáculos naturais e sociais que impedem a produção/reprodução de relações sociais capitalistas, como o custo da adequação de um ambiente desfavorável ao modelo tecnológico [...] Pelo lado social, como a modernização parte de uma lógica urbana, nem todo agricultor tem condições de absorver a lógica capitalista, calcada na reprodução da empresa; antagônica à lógica camponesa, alicerçada na reprodução família-ambiente de produção-ambiente (natureza). Não representa atraso, portanto, mas lógicas de reprodução social diferentes, uma urbana e outra rural. (FONTOURA, 2009, p. 275-276).

agricultura nos núcleos rurais, bem como a inserção laboral da população na produção, ao passo que, quando manifestada em espaço urbano, a produção ocupa espaço secundário na esfera monetária e, na maior parte das vezes, complementa o orçamento familiar.

No que tange à identidade do agricultor, para Arruda (2011, p.29) os atores urbanos apresentam-se no município do Rio de Janeiro com:

[...] uma grande variedade [...] Alguns agricultores urbanos são imigrantes recentes, mas, contrário à opinião popular, a maior parte das vezes já vivem na cidade há muito tempo. Nem todos são de origem rural, mas escolhem a agricultura como uma de suas estratégias de subsistência.

Situações semelhantes também se evidenciam em Belém-PA e Porto Alegre-RS. Em relação à experiência dos agricultores, estes podem ou não ter tido conhecimento e vivência anterior, o que não é capaz de conferir uma identidade específica aos atores praticantes, pelo contrário, eles podem identificar-se muito mais com (re)territorializações que englobam interesses econômicos em torno das atividades.

Tratam-se assim, de múltiplas formas de identificação das populações dos produtores urbanos com o rural, podem ter em comum a constituição do local como espaço definido em oposição a particularidades (e danos, conforme destaca a autora) norteadoras da vida urbana (ARRUDA, 2006).

Os perfis de localidades urbanas convergem à outra questão variável, já que se teria que analisar a composição e a organização no contexto da multifuncionalidade da propriedade na qual a atividade estaria inserida, o que seria a oposição à tradição rural, onde a maioria da comunidade teria participação e troca de favores, utensílios e, não raro, produções em parceria ou societárias. Acerca da questão da multifuncionalidade na agricultura, Carneiro e Maluf (2003, p. 18-19) apontam ressalvas a serem ponderadas sobre o tema e que se inserem na discussão a partir de funções e funcionalidades da agricultura e suas práticas:

Primeiro, a decorrente do viés funcionalista da ideia de “múltiplas funções”, viés em parte explicado pela intenção inicial de se obter o reconhecimento social da concessão de uma retribuição monetária para as contribuições (“funções”) não exclusivamente produtivas da agricultura. A literatura é antiga, vasta e plena de controvérsias a respeito das funções a serem preenchidas pela agricultura. Entretanto, o enfoque nas funções da agricultura não é novo, o que muda são as funções valorizadas nos diferentes contextos sócio históricos [...] A segunda dificuldade na utilização dos termos na composição da noção deve-se ao uso do vocábulo agricultura, cujo significado é ampliado até o ponto de englobar um conjunto diverso de elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais [...]

Assim, apreciar a Agricultura Urbana como composição de identidade e/ou perfil comunitário de seus praticantes exige a contextualização dos locais em que ocorre no município, bem como o questionamento da natureza da produção (objetivo(s)) e as relações estabelecidas nas suas execuções. Esses motes não deixam de inserir os pontos de vistas que nas cidades tendem a ser mais dispersos pela maior diversidade de contextos políticos, sociais econômicos e culturais, e se inserem em contextos de rendas, ocupações e fluxos populacionais mais heterogêneos nos territórios.

Os calendários de cultivos compilados nos trabalhos sobre Agricultura Urbana guardam uma estreita relação com a periodicidade da colheita e as dimensões dos cultivares. A proximidade dos mercados, mais favorável aos cultivos perecíveis, faz com que haja mais colheitas e maior manutenção de cultivos, até por se tratarem principalmente de hortaliças ou frutíferas. Já a produção rural, por sua vez, objetivaria maior variabilidade, onde sazonalidade e rotatividade dos cultivos consistiriam nos focos dos benefícios econômicos buscados pelo cultivo. Contudo, essa análise é pautada de forma muito generalizada, pois mesmo o campo não apresenta tamanha variação por estação e os cultivos urbanos não são isentos à variação de estações, aspectos que são bastante marcantes nas duas capitais estudadas.

Em Belém-PA observam-se períodos de altas temperaturas, em consonância com temperaturas mais amenas, além do determinante que são as estações mais chuvosas com precipitação anual superior à evapotranspiração anual no Brasil tropical. Em Porto Alegre, por sua vez, a variação do coeficiente térmico é ainda maior, pois se enfrentam baixas temperaturas no inverno em contraposição a altas temperaturas do verão, ambas concebidas como estações bem definidas nessa porção territorial subtropical do Brasil.

A secção das terras, tão comum em práticas agrícolas urbanas, é relatada em diferentes trabalhos, com fins de integração social, atividades lúdicas, em geral em organizações com fins coletivos educativos²⁵, recreativos e/ou ambientais²⁶ com focos em promoção e

²⁵ Conforme Arruda (2011, p. 32) *apud* Arruda et al (2010): Ao aprender, a partir de técnicas de produção agrícolas, os conceitos de Ciências, o indivíduo compreende melhor o mundo assumindo, assim, uma postura crítica diante dos fenômenos naturais e da relação do ser humano com a natureza. O estudo das ciências tem por objetivo a formação de um cidadão que interprete, avalie e critique as informações recebidas e possa, assim, argumentar sua opinião sobre assuntos fundamentais na sociedade, como a saúde e a preservação do ambiente.

²⁶ Conforme Arruda (2011, p. 32): Arruda (2006) pode averiguar na sua dissertação sobre o Programa de Hortas Comunitárias de Campinas (PHC), naquele contexto os espaços vazios da cidade poderiam ser ocupados, auxiliando na questão da qualidade de vida das cidades, pois quando se utiliza racionalmente esse espaço, ocupa-se o espaço do lixo, do escorpião, da violência (áreas escuras); está se fazendo uma malha na cidade colorida e viva, cria-se outro apelo [...] As atividades de agricultura urbana têm sido exploradas primariamente pelos

valorização de experiências bastante frequentes nos núcleos de ações e, por conseguinte, de trabalhos abordados na área. Essa realidade se reflete nos terrenos ocupados, caracterizados como baldios, de extensão reduzida, cedidos ou domicílio próprio, em contraposição à propriedade privada rural (nessa comparação com áreas muito superiores). Nessas realidades verifica-se maior insegurança dos cultivos e, não raro, ameaça à continuidade da prática dos atores envolvidos diretamente e/ou com a Agricultura Urbana (ARRUDA, 2011).

Outro aspecto relacional abordado no quadro acima descrito compete aos valores da mão-de-obra. Já há algum tempo e em escala crescente as situações contemporâneas da economia apontam para reduzidas taxas de desemprego²⁷ e sem perspectivas de elevação no curto prazo. Nos núcleos urbanos, a demanda de mão de obra é ainda mais intensa, o que acaba por elevar valores, em caso de contratações, em contraposição aos valores praticados no rural, apesar do fato de terem-se elevado os custos nesses espaços também em virtude da escassez de oferta.

As destinações dos produtos são bastante variadas, mas dificilmente observam-se produções amplas que extrapolem as dimensões locais, chegando a escalas regionais ou pouco prováveis de comercialização para além das fronteiras territoriais nacionais. São, assim, produções muito mais voltadas ao autoconsumo e formas locais de comercialização, composições que contribuem com aspectos de segurança alimentar e nutricional, conceito esse que, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN, 2004), é definido como:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

resíduos de lixo, gerado das atividades não agrícolas. O crescente interesse na ligação da agricultura urbana com o tratamento e recuperação dos lixos sólidos e líquidos é, certamente, um indicativo dos atrativos econômicos da dimensão ecossistêmica urbana dessa modalidade de agricultura. (MACHADO e MACHADO, 2002).

²⁷ A taxa de **desemprego**, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), atingiu 4,9% em setembro deste ano no Brasil. Houve queda de 0,5 pontos percentual em relação à taxa observada em setembro do ano passado (5,4%). A pesquisa foi divulgada [...] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...] O índice também é numericamente inferior ao registrado em agosto de 2014 (5%). Apesar disso, o IBGE considera a variação estatisticamente significativa. A PME é realizada em seis regiões metropolitanas do país. [...] O contingente de desempregados ficou em 1,2 milhão de pessoas em setembro deste ano, significando estabilidade em relação a agosto de 2014 e queda de 10,9% na comparação com setembro do ano passado. (SCOLA, 2014).

Neste sentido, as práticas agrícolas urbanas compõem questões muito mais estruturais do campo social e sustentável que propriamente rentáveis de forma ampla, mas não podem ser descartados seus potenciais nessa face, uma vez que são as especificidades da prática que compõem a organização e estruturação da mesma. Para tanto, os cultivares demonstram aspectos diversificados no que tange aos objetivos e aspirações, tendo seus resultados econômicos também se manifestado nas produções para autoconsumo, pois essa parcela de alimentos impacta na redução dos custos que envolvem os alimentos adquiridos.

As questões que põem fim ao quadro síntese elucidativo da relação rural x urbano em relação à agricultura repercutem a inferência do poder público. Sobre o mesmo é possível afirmar que as ações habitualmente presentes em ações estratégicas buscam: “[...] um custo menor de manter a paisagem com uma atividade produtiva do que com um parque público (ARRUDA, 2011, p. 36)”, ou então, atendem enquanto “atividade como “amortecedor” de crises urbanas (fome, desculturação, vulnerabilidade social e violência)” (ARRUDA, 2011, p. 37).

Com base nessas prerrogativas dos impactos positivos é que a participação municipal tende a ser alta. Paralelamente a essa participação municipal, são incumbidas ações competentes a agendas do campo social ou ambiental aos atores dessas atividades nesses espaços, já que existe a possibilidade de reduzir custos e cumprir com metas estabelecidas para essas pastas. Ainda que nem sempre as mesmas sejam alvo de tais perspectivas, nesses casos, não raro os apoios políticos são inexistentes. Já no tocante à agricultura no espaço rural, as ações ficam a cargo das Secretarias desse setor.

A disponibilidade de serviços de investigação e extensão em áreas urbanas é um quesito que *ipses litteris*, depende de aportes estruturais pré-existentes no estado ou núcleos regionais, pois raramente montam-se equipes específicas para atender essas demandas e é essa existência que incentiva a inserção dessas projeções de cultivos urbanos em outras pastas de políticas urbanas. Nesse sentido, “o incentivo de pesquisas para o seu melhor desenvolvimento, o investimento governamental em qualificação dos produtores, profissionais da área e os cuidados sanitários na produção e processamento [...] principalmente em relação à água utilizada, à fonte de adubação, os resíduos gerados [...]” (ARRUDA, 2011, p. 38) são aspectos a serem valorizados em relação à execução da Agricultura em núcleos urbanos.

Não se trata de afirmar que tais cuidados sejam desnecessários no campo, mas no âmbito urbano as práticas se deparam com mais inadequações e necessidades adaptativas dos insumos aos resíduos gerados, onde sua deposição pode causar diversos impactos negativos à população, como vetores de doenças e contaminações²⁸.

Assim, as abordagens que enfocam urbanidades no rural ou ruralidades no urbano apresentam questões que envolvem a situação pela qual esses espaços têm passado, logo, manifestando características de um em outro, sem que o mesmo tenha que necessariamente se constituir como uma rugosidade²⁹. Assim, as áreas rurais, ao menos aquelas mais próximas de grandes aglomerados urbanos apresentam “[...] diferença cada vez mais tênue entre o espaço urbano e o rural, cujos limites são mais e mais indefinidos, onde as mobilidades individuais comportam a ideia de um continuum urbano-rural levando à ideia de uma permanente fixação dos ares urbanos” (MEDEIROS, 2011, p. 60).

Envolta nas discussões das relações campo-cidade, a atividade agrícola traz consigo, a organização do espaço, os papéis produtivos, bem como as funções e a materialização da atividade. Assim:

[...] a relação de comercialização da produção agrícola é uma das formas das relações campo-cidade, que têm suas especificidades e, que, assim como o sistema de “integração” entre indústria e produtor rural, pode contribuir para a reprodução social e econômica, tanto do produtor rural, quanto do comerciante que, em geral, reside na cidade (MONDARDO, 2008. p. 129).

Quanto à abordagem de produções em hortas, existe a evidência de um enfoque analítico mais específico. As mesmas costumam variar quando os cultivos se dão de forma individual e quando são praticadas coletivamente. Neste segundo caso, costumam se concretizar como atividades direcionadas a produtores de baixa renda ou atividades educativas, como no caso das escolas. Tais práticas dificilmente são efetuadas em caráter econômico (apesar de nada impedir que o façam), o que pode propiciar ganhos na “aglutinação de forças” para barganhar por insumos e crédito, por exemplo.

²⁸ Exemplo de tal assertiva pode ser verificado através da seguinte abordagem: A AU pode contaminar as nascentes de água se grandes quantidades de fertilizantes químicos e de inseticidas forem usadas. Também o uso excessivo do estrume rico em nitrato, tal como o estrume da galinha ou de porco, pode contaminar a água subterrânea. Em particular, o descarte de águas residuais das explorações avícolas intensivas pode carregar cargas pesadas de micro-organismos e pode contaminar fontes de água utilizadas para o consumo (ARRUDA, 2011, p. 39 *apud* FAO, 2007).

²⁹ Termo atribuído a estruturas, espacialidade que se mantém como resquício do passado, dos papéis desempenhados num momento distinto que segue materializando-se na paisagem.

No bojo dessa relação, a utilização da terminologia horta se dá devido à realidade de limitações espaciais que apresentam um caráter específico de pequena produção, complementaridade de alimentos e escassa renda, não se tornando tão representativa em trabalhos voltados à esfera econômica. A FAO (2009) expõe o assunto seguinte em torno da atividade como:

Por exemplo, uma comunidade de produtores urbanos se encontra assentada em uma zona cujo uso previsto do solo não é o agrícola. Sua prática de produção de hortaliças para autoconsumo e comercialização tem sido desenvolvida por muitos anos, porém os produtores agora começaram a se ver submetidos por pressões do setor imobiliário, que pretende construir nas áreas de cultivo.

Existe ainda a possibilidade de o fenômeno ser tratado como Urbano Agrícola, Agropecuário ou Rural Agrícola no Urbano (ou área metropolitana). As produções nesse sentido encontram-se, não raro, em espaços rururbanos, tendo suas abordagens um enfoque conceitual que não faz menção à Agricultura Urbana. Cabendo, portanto, a opção de denominação da produção agrícola em espaço urbano e as relações advindas da mesma como modos de vida e/ou outros particularismos ao(s) autor(es) das obras.

Por fim, o termo Agricultura Urbana parece ser mais adequado a abordagens socioeconômicas, pois expressa menor direcionamento a uma forma específica de desenvolver a atividade produtiva agrícola, expressando a dinâmica multidimensional. Conforme já apresentado, pode envolver produção e transformação em caráter individual, familiar ou comunitário, apresenta raras situações de emprego de mão de obra remunerada, pouco maquinário e tecnologia, além de produções mais sustentáveis. Cabe ainda salientar que a mesma relaciona-se com temáticas como segurança alimentar, sustentabilidade e planejamento.

2.4 A Reforma Agrária³⁰ e os Espaços Urbanos e Rururbanos

O Brasil, historicamente, mesmo diante de mudanças e inovações, apresenta algumas características em sua estrutura fundiária, compondo espaços com maiores extensões de terras

³⁰ Essa denominação para os espaços citadinos pode parecer incorreta em um primeiro momento. Porém, em virtude das delimitações territoriais do urbano e do rural de muitos municípios, ou mesmo pela manutenção ou reinserção da produção agrícola nas cidades, a Reforma Agrária acaba sendo incorporada ao universo da pauta de discussão desses espaços. Assim, o solo passa a ser alvo de disputas e interesses que perpassam as discussões corriqueiras (como a moradia, por exemplo), passando a se inserir em outras abordagens, dentre as quais está englobada a produção agrícola.

e uma considerável importância das *commodities* no saldo da balança comercial. A organização produtiva em torno de *commodities* compõe um cenário mecanizado que enfoca a monocultura, visa à exportação e a estreita vinculação à especulação que muitas vezes perfaz o “empresário” rural que conta com um grupo de funcionários assalariados. Haveria, assim, uma situação de distanciamento entre os lucros auferidos da terra, da produção propriamente dita, do indivíduo que produz, ou seja, o produtor rural.

Tal estrutura não foi forjada recentemente, permanecendo quase inalterada desde a colonização até o período desenvolvimentista³¹, bem como posteriormente, estando, portanto, radicada no seio da questão agrária nacional. Mesmo diante de projetos elaborados distintamente ao longo da história, seguiram-se uma série de problemáticas relativas à reforma agrária, uma vez que se mantiveram organizações e políticas econômicas vinculadas a um projeto de país que não apenas não alteraram o panorama brasileiro como, por vezes, até ampliaram as contradições existentes. Tão logo:

[...] a ordenação territorial da agricultura brasileira vai se desenhando a partir dos interesses urbanos, a partir de sua racionalidade. Entretanto, este modelo de agricultura encontra seus limites nos anos 1980, com crise em ambos os setores [...] Pelo lado dos pequenos produtores camponeses, o limite é alcançado na medida em que ocorre o parcelamento da terra pelo processo de herança e o fechamento da fronteira agrícola - ou estoques de terras disponíveis, fora da propriedade do latifúndio. Outro fator que contribui é a logística da integração dos produtores, excluindo os demais do processo [...] Pelo outro lado, o corte significativo da política de subsídios para a entrada no complexo agroindustrial obriga os produtores a uma outra estratégia para seguirem no ramo da agricultura. Sobrevivem os conglomerados, que buscam o autofinanciamento como forma de desviar da política de altos juros do mercado financeiro que orienta a política brasileira de 1980 até o momento (FONTOURA, 2009, p. 275-276).

Assim, por longo período, a produção agrícola em grandes áreas acabou consolidando estratégias produtivas, tornando ainda mais insolúvel, do ponto de vista da política de reforma agrária, a resolução da problemática, uma vez que se geraram amplos impasses e conflitos em função da propriedade da terra, sobretudo no que tange ao debate acerca das características de potencial e ocupação das áreas. Contudo, em virtude de uma gama de lutas de movimentos

³¹ [...] no Brasil, a chave para a compreensão do desenvolvimentismo nos remete: (a) à dinamização do crescimento industrial por via do mecanismo de substituição de importações, ou seja, da produção, pelas empresas nacionais, de manufaturas antes importadas; (b) à expansão da infraestrutura (portos, estradas, escolas técnicas, centros de pesquisa e universidades) com forte e decisiva participação do Estado, como base da economia; (c) ao incremento substancial no consumo doméstico através de aumentos reais de salário e crescimento do emprego (tanto público/estatal quanto privado) [...] tal modelo de desenvolvimentismo não foi privilégio do Brasil, dado que resultou dos eventos que se seguiram no período pós-Segunda Guerra Mundial [...] (CONTERATO, FILLIPI, 2009, p. 27).

sociais vinculados ao mundo rural, houve iniciativas em que se observou avanços e formularam-se vários projetos de reforma agrária que acabaram sendo materializados.

Já no Brasil Rural Contemporâneo, vem ocorrendo uma mudança em alguns aspectos do processo de desenvolvimento e reprodução das famílias que lá residem. A renda agrícola ainda é muito relevante, assim como a produção para autoconsumo. Contudo, em muitos casos, a dependência da produção agrícola não está no centro da economia familiar rural, pois a pluriatividade vem se destacando enquanto alternativa ao modelo tradicional. Dessa forma, as políticas públicas voltadas ao setor devem estar atentas a essas novas transformações no cenário do rural brasileiro contemporâneo. Porém, é importante salientar que, em muitos casos, essa realidade acaba se tornando a única saída que os produtores possuem. Logo, é necessário atentar para essa mudança que se processa em cada caso/local.

Ao analisarmos essa questão de mudança aliada aos projetos de assentamentos de reforma agrária, têm surgido elementos novos e que, em se tratando de um desenvolvimento alicerçado em bases sociais e munido de envergadura econômica, tornam-se de fundamental importância para o processo de estruturação produtiva.

Um dos principais problemas que os assentamentos enfrentam é a falta de infraestrutura e, dentre esses, se pode citar a dificuldade de escoamento da produção, em função da falta de estradas ou da qualidade dessas. Então, as vilas rurais ou rurbanas podem se apresentar enquanto alternativas viáveis a espaços com potenciais produtivos.

Não é de hoje que projetos dessa envergadura fazem parte de políticas públicas agrárias, como aponta Mello e Mielitz (2005, p. 2):

Um tipo de projeto rurano, chamado vila rural, foi desenvolvido no Paraná na década de 90, o qual disponibilizava um pequeno lote de terra para proletários rurais, lote este que permitia a produção para subsistência, enquanto que o trabalhador buscava seu sustento fora, isto é, tratava-se francamente de um programa de moradia rural.

Outro exemplo de projeto de reforma agrária que buscou assentar acampados em áreas próximas a cidades foi implementado pelo governo do Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 a 2002³². Pela primeira vez na história mais recente do estado, foi elaborada e executada

³² A operacionalização da política fundiária estadual durante o governo da Frente Popular possibilita a demarcação de dois momentos distintos entre si. O primeiro iniciou em janeiro de 1999 e foi até janeiro de 2001, quando foi montado e estruturado o Departamento de Reforma Agrária (doravante designado pela sigla DRA). O segundo iniciou no dia 02 de janeiro de 2001 e foi até 31 de dezembro de 2002, tendo como marco inicial a criação do Gabinete da Reforma Agrária (doravante designado pela sigla GRA). No primeiro momento, a

uma política fundiária, tendo como base o “Plano Estadual de Reforma Agrária”, que apresentou diretrizes gerais para tal política. Nessa experiência:

[...] formou-se um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes de diversas secretarias do governo [...] O trabalho do GT resultou na proposta dos *assentamentos rurbanos*, os quais se distinguiriam por localizarem-se em áreas rurais ou urbanas de ocupação extensiva, e/ou, em áreas de extensão rural próximas aos grandes centros urbanos. A criação destes núcleos tinha por objetivo principal reintegrar os trabalhadores urbano-rurais, submetidos a uma situação de desemprego ou subemprego nas periferias das grandes cidades. (DA ROS, 2008, p. 74).

Portanto, a influência da localização próxima a centros urbanos, sobretudo aqueles de maior amplitude, como, por exemplo, regiões metropolitanas, se constituiu num elemento de destaque no processo. Esse fato se deu também em função da possibilidade de relacionar postos de trabalho nas cidades e ocupações agrícolas.

Assim, essa oportunidade poderia sanar uma das maiores dificuldades encontradas pelos produtores rurais, ou seja, a questão monetária, pois costuma haver uma sazonalidade na produção e, com isso, durante alguns períodos o agricultor acaba ficando sem rendimentos. Logo, estes indivíduos contemplados com tais projetos podem aliar salário e produção agropecuária, pois esta última também constitui elemento que compõe os retornos da família e possibilita a manutenção e reprodução da mesma, ainda que na maioria das vezes não seja visualizada enquanto tal.

Observa-se, por exemplo, casos em que: A organização de uma vila representa a junção de mão de obra organizada num determinado local. Esse conjunto de mão de obra é de fato organização da força de trabalho [...] (CAVALCANTI, 2009, p. 86).

Podem ainda ser incorporados novos produtores, uma vez que o excedente populacional nos grandes centros urbanos e a falta de postos de trabalho para absorvê-los costumam gerar problemas de extrema pobreza a partir da marginalização de uma significativa parcela da população que, não raro, fomenta violência e insegurança no espaço urbano. Exemplo de alternativa de absorção de trabalhadores desempregados pode ser observado no Rio Grande do Sul, onde se buscou, no ano 2000 (em área periurbana), através do

preocupação do governo foi voltada para a montagem de uma estrutura institucional que lhe permitisse concretizar a meta de assentamentos proposta, tendo em vista que desde a extinção do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), criado pelo governo de Leonel Brizola na década de 1960, o RS não contava com uma instância específica para o tratamento dos assuntos fundiários. (DA ROS, 2008, p. 63).

[...] “*Projeto Rurbano*” [...] atender as reivindicações de outro público bastante específico: os trabalhadores desempregados [...] desapropriando uma área de 450 hectares no município de Eldorado do Sul a fim de assentar as famílias acampadas próximas ao complexo automotivo da General Motors (DA ROS, 2008, p. 74).

Já os projetos de “Vilas Rurais”³³ no Paraná, tendo um foco semelhante, porém, seguindo as seguintes orientações em sua elaboração:

O processo de implantação de uma vila rural começou com a identificação da demanda de moradia nos municípios. Os quesitos básicos para ser “vileiro”, resumiam-se, em princípio, que a família não tivesse ocupação e nem renda. Para tanto, foi preciso que o chefe da família preenchesse as seguintes condições: ser trabalhador rural volante com experiência agropecuária, preferencialmente com família numerosa e que estivesse em sub-habitação; ser morador no município, com preferência para aqueles com mais de quatro anos de residência; não possuir qualquer imóvel; exercer atividade remunerada de caráter temporário [...] (CAVALCANTI, 2009, p. 85).

Assim, se a “cultura da cidade” se encontra cada vez mais presente no meio rural, transformando as formas alimentares, os costumes e as tradições como um todo, no ambiente urbano a (re)construção de alternativas a partir de aspectos positivos do mundo rural (como a produção de alimentos) representa, em muitas situações, a possibilidade de transformação de uma espacialidade norteada de conflitos, em um conjunto potencial, que é capaz de encontrar alternativas que podem contribuir com a resolução internamente.

Nesse prisma, se faz importante ressaltar o fomento de experiências de desenvolvimento endógeno³⁴. Frente a esta questão, respeitar as particularidades locais das comunidades ou distritos se constitui em questão amplamente relevante para que projetos não atuem de forma unilateral, nem tampouco descontextualizada, pois a imposição de modelos exógenos, mesmo quando exitosos em outros locais, pode não reproduzir a melhor maneira de condução de processos na esfera local.

³³ As vilas rurais, hoje em número de 412, representam a maior organização do espaço rural brasileiro. É de fato a maior extensão mundial em termos de organização do espaço rururbano. Interessante que as vilas estão espalhadas já em 273 municípios e em todas as regiões do Estado. Aquilo que parecia de difícil aceitação de muitos prefeitos passou a ser algo de atração, de interesse imediato. Muitos municípios que não contavam sequer com um distrito ou mesmo com um núcleo habitacional avançado e bem organizado, em seu lugar contam com uma ou mais vila rural. (CAVALCANTI, 2009, p. 86).

³⁴ [...] De forma progressiva, vêm perdendo foco as assim chamadas políticas de “cima para baixo”, seguidas pelas administrações centrais do Estado e que buscam promover a redistribuição espacial da atividade econômica e a redução das diferenças regionais nos níveis de renda per capita. Ao mesmo tempo, vem ganhando ímpeto a abordagem conhecida como de “baixo para cima”, formada por políticas propostas e administradas pelos governos locais e regionais e que procuram assegurar o desenvolvimento econômico de cidades e regiões. (BARQUERO, 2001, p. 181).

A medida que não se pode mais negar tal fenômeno, observa-se um quadro no qual o retorno aos moldes antecessores de contraposição do cenário urbano e rural (tal qual existia) não encontra sustentação. Inseridos nesse contexto de mudança, alguns projetos de assentamentos em áreas urbanas vêm se mostrando de grande potencialidade e viabilidade governamental.

Conformam-se, assim, desafios de buscar constantemente alternativas para combater a pobreza e a desigualdade, oferecendo oportunidades que sempre estiveram na pauta dos mais distintos governos. Em se tratando de espaços vinculados a potenciais produtivos e intimamente ligados a áreas de consumo, pode-se obter não apenas viabilidade econômica, mas benefícios no tocante à esfera ambiental e manutenção e/ou resgate de tradições que culminam com benefícios no âmbito social de populações locais.

2.5 Turismo e sua inter-relação com espaços de Agricultura Urbana: algumas considerações

A atividade turística envolve visões e interesses dos atores e agentes envolvidos, sobretudo daqueles que arquitetam a prática, já que são poucas as situações turísticas que não contaram com quaisquer processos organizacionais. As variações que envolvem a condução das práticas alteram-se em função do viés que lhes é dado, ou do quanto à produção e o consumo que estão envoltos no turismo são explorados. Estes proveitos, por vezes, focam o consumo do espaço e, por vezes, fazem uso dos processos de deslocamento dos visitantes para comercializar os mais diversos produtos, ainda que uma alternativa não exclua a outra (muito pelo contrário, até se complementam), mas existe quase impreterivelmente uma priorização. Com vista a essa breve explicação pode-se apresentar o turismo como:

[...] o movimento temporário de pessoas para locais de destinos externos a seus lugares de trabalho e moradia, as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino, incluindo os negócios realizados e as facilidades, os equipamentos e os serviços criados, decorrentes das necessidades dos viajantes. (IGNARRA, 2007, p. 16 *apud* MATHIESON E WALL, 1990, p. 43).

A relação com essa atividade em muito tem a ver com as mais diversas atividades rurais, é o caso do turismo em espaços de características ou proximidades ao meio rural. Essa atividade é capaz de proporcionar benefícios e é comumente apresentada da seguinte forma:

O turismo no espaço rural vem sendo fortemente atrelado a perspectivas de desenvolvimento que valorizam as ações dos atores locais, a partir da criação de

espaços de tomada de decisão, que a priori, colocam os atores da comunidade como os principais agentes na implantação e implementação de modelos autônomos [...] (TEIXEIRA, 2011, p. 13).

Neste sentido, voltando os olhares para a atividade agrícola urbana e seus espaços, é importante salientar que “o conceito de rural, então, se transforma, pois se transforma o espaço agrário. Novas dimensões são agregadas àquelas já tradicionais e pertinentes ao processo de produção agrícola. A noção de território [...] e o turismo se faz presente” (MEDEIROS, 2011, p. 60).

Por conseguinte, tem havido interesse econômico na atividade turística atrelada à Agricultura Urbana (sobretudo nos fluxos de contínuos e mais corriqueiros), principalmente pelo reduzido deslocamento necessário e os melhores acessos que comumente se verificam em relação a deslocamentos turísticos situados em áreas rurais. Um dos maiores potenciais se verifica em locais nos quais o visitante pode verificar nas atividades agrícolas algum diferencial (tais como: produtos orgânicos, hidropônicos, e atividades de agroturismo e/ou ecoturismo, ou ainda a exploração dos potenciais socioculturais), essas singularidades têm sido responsáveis por uma rentabilidade crescente em diversos desses espaços. Tão logo:

[...] o turismo é resultado de processos sociais e culturais não inteiramente quantificáveis, e que são imprescindíveis para sua compreensão e para implementar ações que permitam obter dele os melhores rendimentos globais, sejam eles financeiros ou não (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 12).

Os impactos resultantes desse processo nos espaços tangenciam perspectivas diferenciais. Primeiramente, existe o viés que apresenta a defesa dessa atividade como potencial de interligação das áreas de Agricultura Urbana com o turismo a partir de ações³⁵ que podem se tornar importantes fontes complementares de renda ou expansão dos retornos via recepções ou comercialização, vindo inclusive a alicerçar locais onde a escassez de terras é verificada a partir da dinamização do local. Pode-se observar, assim, que a mesma pode servir como revitalização de áreas “deprimidas” e/ou com escassa produção. Nesse sentido, Nave (2003, p. 137) aponta que é possível

³⁵ As atividades [...] como o ecoturismo, podem vir a ser fonte alternativa de renda para algumas propriedades rurais em determinadas situações especiais, em que as atividades agropecuárias são restritas ou mesmo não podem ser praticadas, como ocorre com as áreas naturais preservadas [...] são empreendimentos que se instalam [...] sem nada ter a ver com a dinâmica da agropecuária da região [...] o que tem sido chamado de produção de bens e serviços não materiais. (GRAZIANO DA SILVA *et al*, 2000, p. 20).

[...] a provisão de espaço para localizações de várias [...] actividades de turismo e lazer [...] Para áreas onde a capacidade produtiva da agricultura era baixa e difícil de incrementar, tornou-se possível imaginar a conservação subsidiada dos agricultores, reorientando estes a sua função produtiva para a conservação da natureza e do património rural [...].

De outro lado, verificam-se questões negativas no que tange a mudanças na composição e enfoques dos espaços a partir de um cenário que passaria a focar o turismo como aspecto central em detrimento da estrutura produtiva local. Assim, invariavelmente acabaria incidindo sobre o mesmo o enfraquecimento dos aspectos produtivos locais e vindo a esvaziar a própria potencialidade socioeconômica oriunda da estreita vinculação com a paisagem e os produtos ali frutificados e, muitas vezes, também manufaturados, além da dependência externa causada por essa relação. Assim, teríamos que

[...] efeito econômico negativo do turismo se refere à dependência quase que exclusiva que algumas regiões passam a ter do turismo [...] inibe o desenvolvimento de outras atividades econômicas como a agricultura [...] Nestas situações algumas localidades passam a depender exclusivamente de uma demanda externa à região sobre a qual não possuem domínio [...] (IGNARRA, 2007, p. 12).

Assim, os aspectos difusos da relação produtiva no espaço urbano compreende relações socioeconômicas que envolvem diretamente relações entre os produtos e a visitação dos turistas com impactos positivos e negativos que são análogos à atuação dos atores. O turismo consiste, desse modo, em uma atividade que, ao se desenvolver no local e guardar arrolamento para com a Agricultura Urbana, pode vir a se constituir como uma problemática ou uma inovação que agrega benefícios àqueles que dela se beneficiam. Não se trata de abolir a produção agrícola, até porque as perspectivas assinaladas no tocante à situação Agricultura Urbana e turismo convergem para uma complementaridade dessa última para a valorização das potencialidades da primeira.

As transformações que envolvem os alicerces socioeconômicos dessa relação guardam consigo uma particularidade bastante peculiar, o fato da maior proximidade dos turistas/consumidores e, logo, a facilidade de usufruir equipamentos urbanos e fomentar fluxos mais contínuos e menos sazonais ao longo do ano, o que representaria ganhos quantitativos. No entanto, por outro lado, as exposições anteriores já chamam a atenção para a necessidade de que a atividade seja sustentável no longo prazo. Para tanto, essa não deve se esvaziar no quesito qualitativo dos potenciais internos, uma vez que a dependência de elementos externos pode tornar a propriedade enfraquecida em seus potenciais cruciais. Estes

comumente valorizam questões naturais, culturais e organizacionais que refletem diretamente na sustentabilidade do turismo, passando a englobar concepções da denominada indústria turística³⁶ (por passar a englobar “engrenagens” externas, impactando sobre a atividade, fato que tem recebido sucessivas críticas³⁷ de pesquisadores e especialistas da área).

2.6 Agricultura Urbana como estratégia de Segurança Alimentar

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo (SANTOS, 2009, p. 45).

Com base em tal assertiva, observa-se um desafio que corriqueiramente repercute na atribuição de responsabilidades ao conjunto de políticas públicas na figura de seus gestores. Não obstante, aos mesmos acaba ocorrendo o esquecimento da problemática maior, ou seja, as distintas formas pelas quais tais problemas se manifestam, pois envolvem uma massa da população desempregada, os empregos “flutuantes”, os informais, ou então, as populações envolvidas com a atividade agrícolas, comumente afastadas de ganhos de capital em forma de dinheiro, pois sua sobrevivência advém principalmente de seus próprios produtos. Para este grupo de pessoas, os ganhos financeiros, mesmo quando reduzidos, são fundamentais à sobrevivência, já que são diretamente aplicados a uma função pré-determinada e sobremaneira importante, ou seja, à alimentação. Conforme Pinheiro e Ferrareto (2010, p. 255), a prática multifuncional da Agricultura Urbana se constitui pelos seguintes aspectos:

[...] produção urbana de alimentos contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico local, diminuindo, através da geração de trabalho e renda e da disponibilidade de alimentos para o consumo, os índices de pobreza. Nesse sentido, não pode ser desconsiderada a possibilidade de resgate do valor dos alimentos produzidos localmente, tanto do ponto de vista dos consumidores quanto dos produtores [...] O segundo, e não menos importante, é a contribuição ambiental adquirida por meio do uso social e racional dos espaços, que promovem o aumento das áreas verdes das cidades, a consciência ambiental de produtores e consumidores e manutenção da biodiversidade. [...] Por fim, temos a contribuição social trazida

³⁶ Conforme Ignarra (2007, p. 17) *apud* Jafar Jafari (1998, p. 64) o turismo conceitualmente concebido seria: “[...] o homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora.

³⁷ O turismo foi chamado de indústria, do ponto de vista econômico, mas, na verdade, ele é uma prestação de serviço à própria indústria, uma atividade cultural própria do setor terciário. A rotulação indústria do turismo indica um equívoco conceitual, reduz a dimensão da atividade ao setor econômico, quando ele é, também, um fenômeno sociocultural. (CORIOLANO, 2006, p. 31).

pela implantação da agricultura urbana. Comprovadamente, estas ações têm possibilitado a formação de lideranças e a criação de oportunidades para o associativismo, sem contar com o aspecto da qualidade de vida, proporcionando a ocupação de pessoas, evitando o ócio e o stress.

É interessante observar como estes produtos, em seu estado natural, ou seja, *in natura*, têm sido reduzido em termos valorativos quando não incorporados ao circuito do capital (processados ou acondicionados em embalagens específicas), somente através de uma determinação técnico-industrial passam a ser almejados e valorizados por uma gama da população que despense altos montantes para consumi-los. Porém, o fato que não aparece nessa valorização culmina no afastamento do produto comercializado de seu produtor, da mesma forma que afasta o consumidor do contato com a produção e da busca pela qualidade dos produtos que compõem o seu prato.

Assim, não é novidade apresentar considerável parcela de produtores que focam a diversificação como alternativa de sobrevivência e reprodução familiar, aliando a opção viável e saudável na qual estas opções culminam com a possibilidade de “abastecimento na quantidade diária de alimentos de qualidade para o consumo e comercialização, tornando-se, assim, importante alternativa para a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda nas cidades” (PINHEIRO e FERRARETO, 2010, p. 254).

A partir dessa concepção, torna-se uma alternativa estruturante em uma série de espaços, dentre os quais aqueles ocupados pela Agricultura Urbana, em maior parte pensada ou (re)organizada levando em conta tal finalidade. Contudo, inicialmente cabe distinguir processos históricos de áreas derivadas de espaços rurais que mantiveram as principais características e, logo, a sua dinâmica produtiva (ainda que alterando a organização social), daquelas novas áreas criadas especificamente para esse fim. Esta distinção se dá principalmente pela área a qual a atividade é capaz de abarcar, pois espaços urbanos não costumam disponibilizar espaços maiores para tais atividades.

Dessa forma, a maior parte das atividades acabam por se darem em hortas de pequenas extensões que, ainda que importantes, acabam não tendo um papel mais proeminente em termos de atividade ocupacional que dê conta de carências alimentares em maior proporção.

As produções com caráter socioeconômico parecem ter centralizado o foco da valorização da produção física, questão comum à maior parte do universo agrícola, onde costuma-se buscar o valor financeiro, aproveitando a proximidade do mercado consumidor, ou então, como base alimentar, realidade que em muitas oportunidades são excluídas de

indicadores e análises sociais. Tal erro decorre do fato de não se concretizarem enquanto valor de troca por outros produtos (principalmente industrializados ou da chamada indústria do lazer), logo, desconsideram-se os mesmos dos orçamentos familiares e, não raro, desconsideram-se os seus papéis e potenciais produtivos.

A urbanização no Brasil foi tão rápida, que ainda não acordamos para as suas implicações mais amplas em termos de estrutura do estado. A realidade é que como no caso de outros países de urbanização tardia, continuamos com um sistema centralizado de decisões como se o país ainda fosse um mar de população rural dispersa, com capacidade de governo apenas no nível central (DOWBOR, 1996, 107).

Mesmo que a temática da Agricultura Urbana tenha emergido em termos de discussão política e acadêmica, o fato é que ainda se pode observar a desaceleração de espaços com produção agrícola em função de especulação imobiliária ou obras infraestruturais. Nesse sentido, observa-se que:

A expansão urbana também tem levado à perda de áreas de produção de alimentos na periferia das cidades, a um aumento na demanda de água para o consumo humano e outros usos não agrícolas, e ao aumento dos resíduos sólidos e líquidos urbanos [...] Nos sítios e chácaras localizados na periferia das cidades, as hortas comunitárias implantadas em espaços vagos (por exemplo, sob as linhas de alta tensão ou junto às estradas e canais de água), hortas em espaços institucionais como hospitais e empresas, e milhares de hortas familiares em quintais, terraços e escolas, são só alguns exemplos que mostram a presença crescente da agricultura nas cidades (SANTANDREU e GUNTHER, 2010, p. 158).

Logo, não podem ser desconsideradas as necessidades urbanas frente a demandas crescentes tal qual a realidade se expressa, tendo-se, assim, uma série de desafios à sociedade contemporânea no que se reporta ao contexto das decisões que envolvem a ocupação e as atividades existentes sobre o espaço.

Assim, a valorização de questões ambientais e a produção de alimentos cada vez mais tornam-se necessárias a uma população urbana crescente que, em suas atividades cotidianas, representam indivíduos que têm sua produção materializada no setor secundário ou terciário, sendo, portanto, apenas meros consumidores de alimentos. Quanto a este grupo, salienta-se a sua intensificação entre jovens que se afastam de atividades e paisagens naturais, passando a vislumbrar cada vez mais a sua inserção no mercado de trabalho industrial ou ocupações no comércio.

2.7 A Agricultura Urbana e a Agroindústria

A agroindustrialização dos alimentos não pode ser entendida como sendo um fato em si, deve ser considerada como um processo que se relaciona à reprodução e sobrevivência do grupo que a pratica. Os produtos utilizados na alimentação humana foram sendo descobertos e introduzidos nos hábitos alimentares e, com o passar dos anos, através da sua transformação, ganharam novas configurações para o consumo e armazenagem [...] (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008, p. 56).

A produção efetuada em espaço urbano para além da produção *in natura*, também pode ser processada de alguma forma, e com isso, agregar mais valor ao produto na oferta de mercadorias, indo assim ao encontro das demandas de uma população cada vez mais habituada a produtos industrializados. Também constitui vantagem o fato de poder armazenar o produto por um tempo maior, sendo utilizado como estratégia para produtores que centralizam sua produção em poucos ou em um determinado produto. Aspectos estes que não diferenciam tanto a produção urbana e rural.

As diferenças ficam muito mais a cargo da proporção da agroindústria, que quando maior, raramente se encontra na mão de um único proprietário. É mais observada em estruturas associativas ou cooperativas, ou então, passa a ser processada por uma indústria a parte, estando assim, relacionada externamente à produção propriamente dita.

Neste sentido, o processo de agroindustrialização de um terminado produto é desenvolvido na medida em que este produto é conhecido e encontra-se disponível, também é indispensável que exista a necessidade real da sua transformação e os meios necessários para efetivá-la [...] (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008, p. 56).

Para tanto, a agroindústria no bojo de relações que envolvem a Agricultura Urbana, propõe questões como qualificação e tecnificação, atributos estes não raro, escassos nessa atividade. Este “[...] investimento técnico é respaldado por intenções institucionais, organizadas para propiciar formas mais favoráveis de reprodução de pequenos produtores agrícolas; ou de sua integração profissionalizante [...]” (NEVES, 2004, p. 27).

A ampliação das relações e a alteração sobremaneira da estruturação e comercialização da produção, leva os agricultores a outros patamares, nos quais o caráter mercadológico³⁸ da produção se eleva em detrimento de produções para autoconsumo.

³⁸ [...] o desenvolvimento agrícola sempre implica em um processo de externalização que gera uma multiplicação de relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o comando do mesmo

A materialização dessas relações não se trata de uma eliminação por completo do alimento produzido pelo próprio ator em sua mesa. Porém, esboça relações que tendem a levá-lo cada vez mais à atividade primária como matéria prima de um produto mais “acabado”, em que o produtor não precisa comercializá-lo num curto espaço de tempo, podendo, assim, armazená-lo para ser vendido em melhores condições junto ao mercado consumidor.

A concepção do processamento histórico das relações sociais vinculadas aos aspectos produtivos agrícolas (e sua modernização), na qual se inserem as agroindústrias, confere desdobramentos (consumo produtivo) que conforme Milton Santos (2008, p. 54) se conforma como:

[...] Antes, o consumo gerado no campo, nas localidades propriamente rurais e, mesmo, nas cidades, era, sobretudo, um consumo consuntivo, tanto mais expressivo quanto maiores os excedentes disponíveis [...] mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades [...].

Com essa exposição, o autor enfoca impactos que as relações produtivas invocam no tocante ao consumo, atrelando mudanças conjunturais no processo produtivo como impactantes na estruturação do espaço tanto urbano quanto rural (e nesse último insiram-se urbanos por delimitação política e transições rururbanas). Guardadas as proporções, a agregação de avanços produtivos na Agricultura Urbana pode alterar princípios de auto-subsistência (tal qual destacado pelo autor) comumente salientados em trabalhos que abordam a temática. Essa mudança efetiva transformações espaciais e especificidades cotidianas, ao passo que potencializa a monetarização da produção, principalmente quando se trata de agroindústrias atreladas à matéria-prima produzida.

São, assim: “criadas opções de mercado [...] vinculadas à demanda da comunidade e consumidores. Muitas vezes [...] atingem um nível elevado de conhecimento e de recursos a ponto de processarem seus próprios produtos, criando também cooperativas e agroindústrias (ARRUDA, 2011, p. 34-35).

Assim, a agroindústria é uma alternativa de vincular ações no âmbito local, o que, no caso da Agricultura Urbana, pode potencializar a atividade a partir de incrementos que se consolidem na esfera local e, sobretudo, tragam consigo alternativas ao produtores. Estas podem se dar na esfera individual, bem como aglutinar grupos ou mesmo conjuntos em organizações, o que se processa em resultados que tanto representa benefícios em termos de retorno ao produto individualmente, como também nas chamadas “vendas casadas³⁹” entre os atores.

Cabe, assim, compreender as formas pelas quais se expressam as atividades agroindustriais em cada espaço, o que aparecerá de forma geral ao longo do trabalho. Desse modo, não se trata de projetar essa alternativa como via única de melhorias e incorporação de avanços locais, mas sim, a aglutinação de potenciais que venham a representar acréscimos que podem se dar no nicho específico do produtor ou coletivamente, nos casos de feiras, associações ou até cooperativas (que já representariam um estágio mais avançado de articulação dos atores), dentre outras opções mais específicas em que, nos casos de Agricultura Urbana, são bastante resguardadas as peculiaridades e as dinâmicas que se processam nos universos locais.

³⁹ Comercialização de um produto de forma conjunta com outro, produto este que pode ser da mesma espécie ou não.

3 AS DIMENSÕES E INTER-RELAÇÕES DO AMBIENTE PRODUTIVO DA AGRICULTURA URBANA

[...] admitindo a atuação do homem na produção e intensificação de processos naturais exógenos e até endógenos, introduz-se a questão da aceleração do tempo [...] A necessidade de construir um ambiente adaptado às prioridades e aspirações humanas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida, implicou na transformação do meio natural, diminuindo, progressivamente, os recursos naturais e os tornando escassos. (SILVA e ROSSATO, 2004, p. 109).

As discussões que caracterizam dimensões e permeiam relações entre as mesmas serão o alvo deste capítulo, embasadas por orientações que se vinculam, direta ou indiretamente, aos pilares socioeconômicos da Agricultura Urbana. As bases da discussão abordarão as dimensões Econômicas, Sociais, juntamente com as Culturais e Ambientais e suas interfaces, conforme ilustração da figura 3.

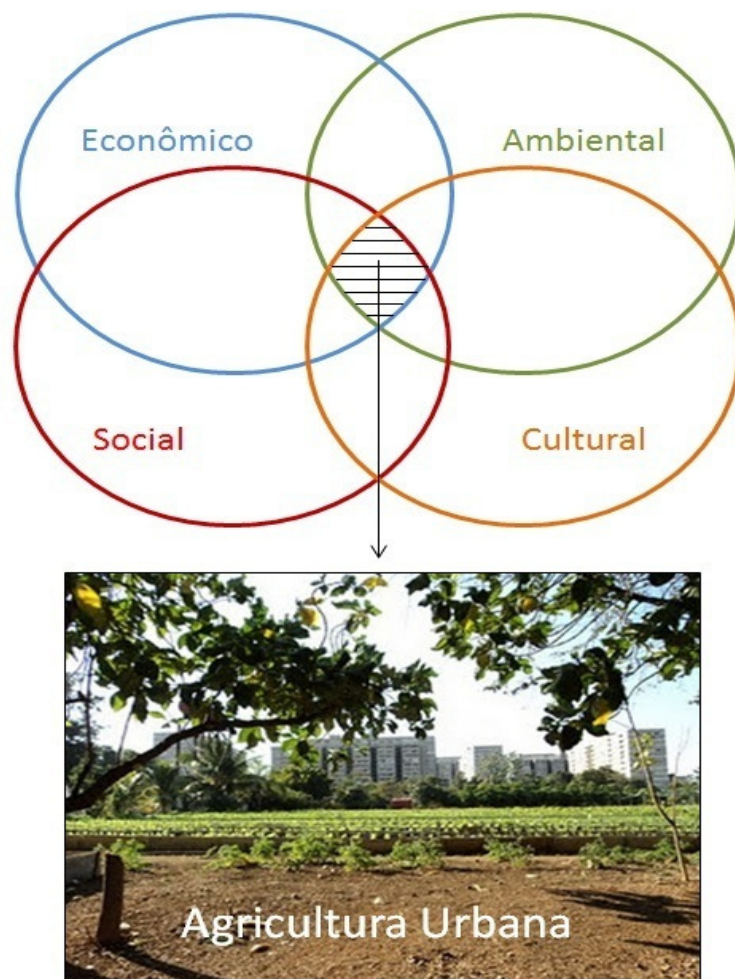


Figura 3: Dimensões Econômica, Social, Cultural e Ambiental da Agricultura Urbana
Fonte da Imagem: CUBA LIBERDADE (2013).
Organização: WANDSCHEER, E. A. R. W.

Ressalta-se nesta abordagem que a figura proposta configura um esforço em aglutinar esferas e montar um modelo de representação, o que, no empírico, não vislumbra uma sistematização perfeita tal qual proposta, pois as realidades se diferem e os interesses vigentes interferem no ambiente concreto das mesmas. Desse modo, por vezes, as dimensões podem vir a demonstrar conflitos; conflitos esses que ora pendem para melhorias em um aspecto, ora para melhorias em outro, ou até extinção de uma ou mais dimensões. A aplicação de tal sistema carece de uma análise aprofundada quando colocada em prática, haja vista que é necessário empreender uma análise individual em cada uma das situações postas.

Assim, buscar elos entre as dimensões se dará no âmbito do que e em que consistem as atividades, iniciativas e inovações que se concretizaram nas atividades produtivas estudadas, propondo explorar características e macrossignificados da atividade como um todo e micro no que se refere a especificidades de alguns dos seus componentes.

3.1 A Dimensão Econômica

O produto é um objeto útil, por natureza ou pela necessidade criada, que nasce da ação do homem sobre os meios de produção (LOEBENS, 2009, p. 31).

Enquanto atividade produtiva, a agricultura clássica sempre teve o claro e manifesto objetivo de gerar produtos que se converteriam em alimentação própria e da família e/ou renda que se materializaria quando da comercialização do montante vendido. É bem verdade que muitos estudos apontam a prática do cultivo urbano sem necessariamente cumprir com esses dois requisitos, mas a ausência de ambos é bastante rara e até mesmo pouco instigadora para os atores envolvidos.

A Agricultura Urbana surge, em grande parte, como resposta aos processos de modernização do campo, à urbanização dos municípios e à ampliação dos contingentes populacionais, seja por carência dos núcleos urbanos, seja por necessidades dos indivíduos. Assim, as condições necessárias, tanto laborais quanto alimentares, sofrem determinados déficits ou, ao menos, reduções nas quantidades, uma vez que esses processos anteriormente descritos interferem de forma a fazer com que se observe que:

[...] a modernização desintegra a economia e a sociedade em todos os níveis. As vantagens locacionais para as atividades, o emprego, as elites e a população mudam

em benefício do centro motor e desencadeiam poderosos movimentos [...] Aqueles que não encontram trabalho no setor moderno refugiam-se, então, no circuito inferior da economia urbana. (LOEBENS, 2009, p. 31).

Destarte, a manutenção, ao longo do tempo, da unidade de produção familiar parece guardar alguma similaridade com retornos, pois a sua manutenção apenas como hobby ou atividade de lazer, em diversas situações, tende a se desmantelar com o passar do tempo na maior parte dos cultivos desse tipo, no espaço urbano.

Como fonte de renda Danso et al (2003) *apud* Arruda (2011, p. 60) enfatiza “o número limitado de estudos que relacionam a análise econômica da AU, consistindo normalmente em textos e artigos que fazem breve menção da geração de renda através da atividade sem dar informações detalhadas [...]”. Soma-se a essa problemática, visualizada nas literaturas, a brevidade do tempo analisado e a não ponderação sobre os custos da efetivação do plantio, o que, muitas vezes, é explicado também pela relativa atualidade dos estudos nessa área, principalmente no que tange a abordagens de cunho econômico⁴⁰.

Uma situação que é bastante corriqueira em relação às dificuldades enfrentadas para a efetivação da atividade agrícola no espaço urbano é a dificuldade de acesso à terra, pois a maior parcela do solo é empregada para habitação ou outros equipamentos urbanos, restando pouco a ser destinado para a produção. Assim, inevitavelmente, os custos da área se elevam pela escassez e o aluguel praticamente inviabiliza a prática, tanto que quase não se observa essa situação na atividade.

Assim, ocorre que a mesma se dá em áreas privadas ou espaços públicos cedidos, quando muito pode ainda ocorrer em espaços temporários ocupados, cedidos momentaneamente num curto prazo. Os casos de cessão geralmente se dão para uso comunitário, vindo, na maioria das vezes, a serem realocados posteriormente para outras finalidades dependentes das exigências do mundo urbano de determinado momento para aquela parcela do território. Nesses casos, a atividade se extingue ou migra para outra área, não raro, retorna ao “berço”, ou seja, o espaço rural. Além disso, Arruda (2011, p. 60) aponta

⁴⁰ Moustier (2001) adverte que os dados reais em relação à renda dos agricultores urbanos são difíceis de estimar por causa da diversidade de perfis, de sua relutância em informar os dados de sua renda, de sazonalidade das colheitas e dos lotes dispersos. Por exemplo, Danso et al. (2003) ao realizar sua pesquisa nos Estados Unidos, a respeito da avaliação da produção vegetal em pequenos lotes, das diversas colheitas realizadas no mesmo espaço e no mesmo ano, e a regularidade das perdas por roubo, encontrou dificuldades em encontrar os agricultores urbanos no local, por diversas causas, dentre elas a moradia longe da área de produção ou na sua relutância em compartilhar a informação, pois em muitas cidades dos Estados Unidos esta atividade é considerada ilegal e os agricultores urbanos temem a cobrança de impostos formais ou informais. É igualmente difícil determinar os custos e os benefícios da produção agrícola urbana neste processo (ARRUDA, 2011, p. 60).

que “outras famílias realizam a AU somente temporariamente, por exemplo, durante determinados períodos do ano ou durante períodos da crise”, ou seja, a produção assume a condição de atividade temporária para os produtores.

O que parece latente é a vantagem no que tange ao “[...] papel do tempo, em função do qual os *elementos* se tornam *variáveis*, assim como se omite a importância das relações que os elementos mantêm em cada porção do espaço. A distância-tempo, como a distância-preço e como o próprio preço, varia em função dessas relações (SANTOS, 2007, p. 112-113)”. São essas as relações que aparecem na contramão dos impactos negativos supracitados. Cabe, porém, salientar que a questão da comercialização não se restringe à questão da distância, mas também envolve o tipo de consumidor e as possibilidades existentes para se alcançar esse público consumidor.

A abordagem da Tese, no que tange a um dos objetivos, a questão econômica, em que pese a sua valorização, também pelo viés do autoconsumo dos produtores, procura englobar essa dimensão relacionando e oferecendo reflexões que foram buscadas no questionário de coleta de dados (APÊNDICE D) e entrevista (APÊNDICE C), onde se pretendeu conhecer a ocupação do ator produtivo e dos demais membros da família, os volumes financeiros e outras rendas extras (como pensão ou aposentadoria), sem esquecer de buscar compreender o seu universo produtivo, a diversificação (ou não) da produção e os anseios que em muito refletem a situação financeira vivenciada na sua realidade econômica cotidiana.

3.2 A Dimensão Social

A esfera social engloba dimensões que, na Agricultura Urbana, perpassam a simples esfera organizacional, uma vez que a mesma se concretiza em determinados espaços com diversos fins. Cultivos menores, tais como hortas e acanhadas plantações, podem se fazer presentes como estratégia de ocupação, hobby ou manejo de manutenção da “limpeza” da terra (evitando as ervas daninhas do solo), materializando o produto apenas como um benefício esporádico e bastante comedida. Já situações de cultivos maiores podem levar consigo noções de maior produtividade e abarcar fins ocupacionais que não apenas impactam em maior carga horária dedicada, mas também, maiores expectativas e número de indivíduos debruçando-se sobre a produção.

Essas articulações sociais expressam-se socialmente nas relações que se observam nas diferentes estruturações, pois, em algumas situações de menor porção territorial, comumente em locais mais centralizados, as articulações são muito mais coesas e pontuais, ao passo que, em situações de maior disponibilidade física observam-se organizações sociais voltadas a maior volume de produto, pois: “há uma relação entre o tamanho do lote e a distância da cidade. Os menores [...] ficam mais próximos do centro; e os maiores [...] localizam-se mais no interior [...] (LOEBENS, 2009, p. 108-109)”.

Bastante comuns são as abordagens que procuram aproximar a dimensão social da cultural, relacionando disposições e propensões de determinados espaços a possibilidades de dinâmicas que em comum carregam consigo a configuração de uma dimensão sociocultural. Ao mesclar essas dimensões, que não se encontram, as inter-relações podem retroalimentar costumes e predisposições de grupos denominados neurbanos (quando se trata de pessoas oriundas do espaço rural que migraram para o espaço urbano e não abandonaram as práticas agropecuárias) ou neorurais (quando se trata de pessoas tipicamente urbanas que passam a desenvolver atividades agrícolas).

No contexto destas denominações, sobrepõem-se alguns aspectos voltados à racionalidade produtiva, onde os primeiros (neurbanos) a lógica produtiva comumente se refere mais a cultivos que guardam referências de práticas decorrentes do cotidiano precedente, as hortas caseiras por exemplo. Os neorurais, por sua vez, levam as produções um raciocínio mais empreendedor para o desenvolvimento da atividade agrícola.

Para tanto, salienta-se o destaque que se tem dado a atividades no âmbito nacional e, não obstante, mundial, uma vez que as ações de Agricultura Urbana são, não raro, foco de projetos específicos tendo a temática em questão como elemento central ou complementar de diversos órgãos públicos e privados, principalmente em se tratando de abordagens calcadas no âmbito social de populações, sobretudo de baixa renda. Nesse sentido, o foco na Segurança Alimentar se apresenta constantemente como uma ferramenta de uso eficaz a diversas situações, pois, de forma controversa, a produção agrícola brasileira tem se expandido principalmente na produção de grãos, mas a situação alimentar ainda apresenta carências. Conforme Casaril e Casaril (2005, p. 18):

[...] os recordes das safras agrícolas apontam que o Brasil ainda não produz alimentos para garantir a segurança alimentar dos brasileiros que passam fome. Pelo contrário, a produção de alimentos visa maximizar o crescimento das exportações a qualquer preço [...] Embora, a produção de grãos tenha crescido a partir do início da

década de 1990, os dados sobre a fome indicam que a produção de famintos também vem crescendo no país desde o começo da referida década [...] A partir desses dados, constata-se que, embora o país seja um grande produtor de alimentos, a população brasileira tem sua alimentação comprometida diariamente, por não ter acesso a esses alimentos. Acesso de alimentos aqui entendido como a garantia de toda a população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, incluindo a água, como um pressuposto básico para a segurança alimentar e nutricional.

Para além desses elementos não se pode deixar de salientar que: “[...] existe também a fome oculta, insidiosa, que minimiza as forças e inferioriza o homem. Com o progresso, a humanidade teve de encarar novos problemas (ORNELLAS, 2008, p. 278)” com quais se depara até hoje, que vão desde a semente utilizada até a qualidade do alimento, em virtude do maior ou menor (ou até inexistente) uso de agrotóxicos.

Muitas abordagens teóricas expressam iniciativas de ações de sucesso e vão ao encontro de elementos distintos que levam ao êxito das atividades, a fomentos que levam a aumento de áreas ou então da produtividade local, até as realidades que levam à produção e ao êxito para os atores sociais. Contudo, os estudos apontam a necessidade da observação das diferenciações dos locais, o que, por sua vez, impacta diretamente as pessoas que atuam na Agricultura Urbana. Com isso, força uma observação mais atenciosa e diferenciada de cada experiência, que raramente se assemelha, na totalidade, em termos de privações, enfoques e saberes e/ou tentativas vigentes. Conforme Arruda (2011, p. 58 *apud* HOVORKA, 1998):

Começa a haver uma transformação na percepção do agricultor urbano, não mais como um ser padronizado, que se dedica à agricultura. Em seu lugar, existe maior reconhecimento de que as experiências das pessoas na agricultura urbana não podem ser facilmente uniformizadas, e que a neutralidade [...] não permite a captação dessas experiências em todas as suas dimensões e variedades.

São diversas as diferenciações e interpretações observadas, bem como os caminhos que as diferentes vertentes tomam desde a origem dos indivíduos (campo ou cidade), potencialidades de localização (central ou periférica), organização social, dentre outras que vão até a abordagem de gênero. Conforme Arruda (2011, p. 59):

Alguns pesquisadores no campo da agricultura urbana fizeram bem ao ilustrar como se constrói, se legitima, se mantém e se impõe a hierarquia de gênero dentro de contextos específicos. Por exemplo, Mianda (1996) demonstra como as mulheres de Kinshasa, República Democrática do Congo (antigo Zaire) levam vantagem sobre seus maridos aproveitando uma crença cultural para ganhar o controle sobre sua empresa hortícola. Pois nesse país, atividades femininas, tais como a agricultura, são repelidas pelos homens o que permite que as mulheres iniciem o cultivo da terra, com o argumento de que isso contribuirá para o bem estar familiar [...] Assim, a

divisão do trabalho por gênero determina que a atividade nas hortas seja um trabalho totalmente feminino e as mulheres amparam-se nessa categorização para controlar todo o processo, desde o plantio até a fixação de preços, a negociação e a comercialização. Nesse contexto, a mulher se aproveita das vantagens de uma tradição cultural que, quase sempre, tende a marginalizá-las, seja na esfera social, seja na particular [...].

Diante dessa concepção, salientou-se a questão de gênero como um ingrediente de estudos voltados à Agricultura Urbana, ainda que, ao longo do presente estudo, tenha-se visto o papel da mulher no empreendedorismo da propriedade ou nos rendimentos externos, mais do que na esfera produtiva. No presente estudo, não será o foco principal em virtude dos objetivos não contemplarem tal peculiaridade. Tal situação expressa, por vezes, a ação de cada um dos atores na condição de produtores, o que na abordagem atual, focalizou o(a) produtor(a) e seu núcleo residencial.

Por fim, chama-se a atenção para situações inovadoras que repercutem na sociedade como um todo, onde “Os hábitos alimentares das pessoas adultas vêm se modificando. Atualmente, a oferta excessiva de produtos processados, aliados à falta de tempo, leva as pessoas a optarem pelo alimento de maior conveniência, como os industrializados (DAVID *et al.*, 2005, p. 135)”.

Neste contexto, a reflexão e a análise das atividades precisam considerar as relações de mudança no consumo alimentar e na qualidade dos alimentos ingeridos. No núcleo produtivo, além de reflexões acerca da análise de custo e benefício da produção agrícola, cabe comparar aos benefícios relativos à diversidade e à disponibilidade de maior contingente de produtos naturais dispostos para o consumo “na mesa” dos indivíduos. Isso contribui sobremaneira com a família e a reprodução familiar e não reduz a importância dos valores obtidos na comercialização de produtos oriundos das plantações e/ou pecuária praticadas pelo(s) ator(es) social(is) envolvido(s) no processo produtivo da Agricultura Urbana.

3.3 A Dimensão Cultural

Alimentação e cultura é tema que vem preocupando não só os antropólogos como os estudiosos de nutrição. É uma espécie de alfa e ômega que, instigando o passado, estabelece dados mais seguros para o futuro. Estudos sistematizados da conduta humana em relação à alimentação comprovam que hábito alimentar é parte inseparável de uma forma de vida. A evidência científica do valor do alimento não é, geralmente, argumento suficiente para determinar mudanças de hábitos alimentares. Fatores psicológicos são motivações mais fortes e, por isso, merecem observação e estudo para aplicá-los na educação alimentar (ORNELLAS, 2008, p. 282).

Esta dimensão complementa a análise do presente estudo, pois está intrinsecamente ligada às demais esferas, a exemplo dos aspectos socioeconômicos. É possível visualizar tais fatores, ao analisar o questionário de coleta de dados que busca, indiretamente, tangenciar essas questões (APÊNDICE D). Também é possível observar a esfera cultural nas entrevistas efetuadas (APÊNDICE C) que visam conhecer essa realidade que perfila o agricultor urbano e seu núcleo familiar (ou residencial, já que, muitas vezes, moram junto com eles conhecidos ou empregados). Para tanto, abordaram-se características pessoais e dos demais membros da residência, suas ligações e perspectivas.

Muitas abordagens fazem crer que a questão cultural leva essencialmente a considerações de que as relações intrínsecas ao grupo social atenuam situações distintas, em que pesem a ampliação de observações alimentares e a melhoria do consumo alimentar, sobretudo no que se referem a aspectos ativos, quais sejam:

A seleção de alimentos por parte dos consumidores depende de diversos fatores, entre eles pode-se citar primeiramente a disponibilidade do alimento e o acesso, posteriormente o custo, costume e a cultura. O interesse pelo valor nutritivo e propriedades terapêuticas (funcionais) dos alimentos é bastante recente e está diretamente ligado à busca pela melhoria da qualidade de vida (DAVID *et al.*, 2005, p. 135).

Muitos dos principais aspectos que merecem atenção referente à questão cultural levam em primeira instância a questão cultural do grupo no qual se encontram inseridos. Conforme Alves (2005, p. 87): “[...] Nas sociedades pré-modernas, a confiança dava-se face-a-face e estava ancorada nos sistemas de parentesco, acesso ao histórico comunitário e pessoal e ao arsenal de confiança, era simultânea e compartilhada por todos”. Nesse sentido, a Agricultura Urbana possibilita retomar aspectos de confiabilidade que extrapolam aspectos comuns de mercado, tais como selos supervisionados, dentre outras formas de controle, mas mantém a essência, ou seja, a qualidade do alimento para o indivíduo e sua família.

A cultura, no âmbito produtivo da Agricultura Urbana, pelo seu caráter mais específico, em muitas situações, permite um acompanhamento maior, ainda que tal realidade não seja verdadeira para todas as situações e tampouco se manifeste na totalidade das produções. Principalmente em produções mais extensas, essas questões culturais se perdem e aí se tem uma conjectura de produção agrícola tal qual se observa nas lavouras convencionais da produção rural das extensões agropecuárias nacionais.

Para tanto, o mais importante nesse aspecto parece ser a situação do autoconsumo, uma vez que sobre o mesmo é possível o acompanhamento por parte do consumidor e de seus parentescos, aliando controle sobre o produto consumido. Acerca das demais situações, existe um certo grau de controle institucional, mas resta saber o quanto são englobadas produções tipicamente urbanas ou rurais, sob as quais tem-se que destacar a necessidade de situações onde: “A manutenção dessas conexões é dependente de uma série de arranjos institucionais e produtivos. Entretanto, todos nós somos consumidores, cidadãos portadores de direitos e obrigações [...] Todos partícipes de uma complexa rede global de produção e consumo” (ALVES, 2005, p. 89).

Ao encerrar a abordagem cultural no contexto de sua manifestação social aqui exposta, tem-se a observação acerca da articulação proporcionada pelos indivíduos, onde a autoajuda permite ganhos produtivos e, ao mesmo tempo, a manutenção de determinados cultivos que se complementam e mantêm a prática alimentar. Assim, a Agricultura Urbana poderia vir a romper com a relação desigual que é:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 2008, p. 10).

Nesse sentido ressalta-se que:

A dimensão sociocultural da sustentabilidade apresenta quatro princípios básicos: a obtenção de patamar aceitável de igualdade social, distribuição de renda justa, a existência de emprego pleno e/ou autônomo de tal forma que permita haver qualidade de vida satisfatória, e igualdade quanto ao acesso aos recursos e serviços sociais (SACHS, 2000 apud ARRUDA, 2011, p. 58).

Nesta busca, a Agricultura Urbana pode englobar tais princípios e servir como atividade redutora de consumos alimentares nocivos à saúde, bem como de fomento a práticas laborais positivas, onde os resultados da alimentação podem beneficiar um importante grupo de pessoas, ofertando mais produtos a menores custos, assim, influenciando hábitos alimentares e até mesmo dinâmicas de determinados grupos sociais. Situações essas que foram observadas e descritas nos resultados da pesquisa.

3.4 A Dimensão Ambiental

O desenvolvimento de um país deve ser respaldado a partir de sua construção de forma sustentável e essa sustentabilidade depende da congruência entre os aspectos

sociais, econômicos, éticos e ambientais [...] (LIMA, JÚNIOR, D'AMICO, 2005, p. 147).

A questão ambiental é, já há alguns anos, principalmente após a década de 1990, uma pauta corriqueira na sociedade. Isso envolve as mais diversas áreas, pois os padrões de consumo que se alastraram na segunda década do século XX, aliados ao aumento populacional, colocaram desafios relacionados à qualidade e à continuidade de recursos dispostos no ambiente.

Em relação a essa dimensão, Martínez; Esteban; Mora (2008, p. 7) salienta que “[...] se requiere consolidar el conocimiento sobre los factores que conducen a la expansión agrícola [...] y el impacto por el establecimiento de sistemas agrícolas en ecosistemas frágiles que incrementan el riesgo de agotamiento de los recursos naturales [...]”⁴¹. A Agricultura Urbana, em grande parte das vezes, depara-se com um espaço que já vivenciou outras formas de transformações, mudanças muitas vezes mais impactantes do que a própria atividade agrícola. É sabido que os cultivos urbanos tendem a utilizar menos maquinários no manejo da área. Assim, tem-se uma produção diferente da clássica, onde o “modelo tradicional de exploração agrícola tem contribuído para a insustentabilidade ambiental e menospreza as medidas necessárias à preservação dos recursos naturais” (LIMA, JÚNIOR, D'AMICO, 2005, p. 147).

Algumas abordagens apontam o reuso de determinados orgânicos no próprio cultivo resultante do lixo descartado nas cidades como um dos maiores problemas dos aglomerados urbanos na atualidade. Quando da utilização desses descartes, a atividade acaba contribuindo para a resolução do problema e ainda se beneficia com a produtividade gerada pelo composto orgânico. Para Buechler e Devi (2002) *apud* Arruda (2011, p. 63):

[...] O uso dos resíduos orgânicos não tratados oferece uma vantagem adicional para agricultores urbanos pobres, porque contêm muitos nutrientes, embora nem sempre nas proporções exigidas pelos solos e colheitas, mas em particular, em áreas circunvizinhas às cidades de zonas áridas ou semiáridas o uso dos resíduos orgânicos urbanos pode ser muito importante.

Materializa-se, assim, uma ação recíproca de vantagens, onde a reciclagem possibilita benefícios à produção e reduz os impactos dos descartes do consumo urbano. Mas, para além desse benefício, as áreas de cultivo muitas vezes podem contribuir com a redução de

⁴¹ [...] se requer consolidar o conhecimento sobre os fatores que conduzem a expansão da atividade agrícola e o impacto pelo estabelecimento de sistemas agrícolas em ecossistemas frágeis que incrementam o risco de esgotamento dos recursos naturais [...] (TRADUÇÃO DO AUTOR).

temperatura e geração de locais de lazer e descanso, principalmente quando existentes em locais de altos gradientes térmicos e em períodos da estação de verão. Essa realidade é bastante latente em cultivos que envolvem principalmente espécies frutíferas. Esses locais podem ser públicos ou privados, planejados ou não. O fato é que contribuem para o bem-estar da população e, assim, apresentam-se cada vez mais nas pautas de gestão ambiental dos municípios, ainda que muito aquém das necessidades da população urbana na maior parte das cidades brasileiras, sobretudo naquelas de maior porte.

É necessário, pois, considerar os impactos e a rentabilidade econômica da Agricultura Urbana em nível local na cidade, pois, mesmo se constituindo como uma atividade benéfica, a continuidade dos cultivos com potencialidades positivas tem que se manter com esses aspectos positivos. A alteração desses elementos na atividade agrícola no espaço urbano tende a se tornar uma atividade perigosa devido à adubação e ao uso de pesticidas que provocam impactos negativos nos recursos naturais, contaminando a água, tanto superficial quanto subterrânea.

4 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA

A estratégia utilizada em qualquer pesquisa científica fundamenta-se em uma rede de pressupostos ontológicos e da natureza humana que definem o ponto de vista que o pesquisador tem do mundo que o rodeia. Esses pressupostos proporcionam as bases do trabalho científico, fazendo que o pesquisador tenda a ver e a interpretar o mundo de determinada perspectiva. É absolutamente necessário que possam ser identificados os pressupostos do pesquisador em relação ao homem, a sociedade e o mundo em geral. Fazendo isso, pode-se identificar a perspectiva epistemológica utilizada pelo pesquisador. Essa perspectiva orientará a escolha do método, metodologia e técnicas a utilizar em uma pesquisa (RICHARDSON, 1999, p. 32).

O processo pelo qual uma pesquisa científica se dá enquanto busca pela obtenção de conhecimento deve estar embasado e expresso por métodos que sistematizem formas de concretizá-la. Essas formas devem possibilitar levar a cabo a perspectiva epistemológica que advém do autor, do pesquisador responsável pelo trabalho.

Para tanto, com a finalidade de alcançar as proposições da presente pesquisa, buscou-se abordar Agricultura Urbana e os papéis socioeconômicos desempenhados por esta atividade, seja em formas privadas ou cooperativas, do que decorrem temáticas como a segurança alimentar, a relação campo-cidade, a contribuição socioeconômica dos atores envolvidos, seja como combate à pobreza, ou então como forma de ocupação (temporária ou mesmo principal) laboral e, não obstante, territorial. Assim, salienta-se a importância destes aspectos no que tange à dinâmica urbana, sobretudo ao cotidiano dos indivíduos, na qual se costuma destacar as classes sociais menos favorecidas, embora a atividade não seja exclusivamente voltada às mesmas.

Destarte, neste capítulo apresentam-se os métodos e as técnicas que foram utilizados ao longo da trajetória da pesquisa. As etapas correspondem ao 4.1) Método; 4.2) Áreas da Pesquisa; 4.3) Coleta dos Dados/Informações; e 4.4) Análise dos Dados/Informações.

4.1 Método

A partir do objetivo proposto, a abordagem partiu da definição do método de análise dedutivo. Particularmente, quanto ao método dedutivo “A premissa maior é uma afirmação universal indiscutivelmente aceita por todos. A premissa menor é um caso particular da premissa maior [...]” (ALMEIDA, 1989, p.17).

Com base nessa premissa, procura-se alcançar os objetivos propostos, tendo como fim as realidades locais e como fundamento das análises em questão a abordagem do geral para o

particular (da totalidade das atividades e ações para as especificidades), das ideias para os fatos (dos ideários para a realidade em sua essência) e das generalizações para a observação *in loco* do fenômeno estudado (ampliação da escala da análise visando às peculiaridades) em sua manifestação nos espaços focados na presente pesquisa.

Ao fazer uso deste método, objetiva-se focar da generalização da Agricultura Urbana às realidades e suas práticas⁴² nos municípios de Belém-PA e Porto Alegre-RS. Cabe apresentar ainda que, diante de distinções, se fez uso do método comparativo⁴³.

Centrado em encontrar semelhanças e diferenças, esse método realiza comparações com o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências. O método comparativo, ao ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presente (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.38).

Ao encontro dessa abordagem destaca-se que esse método é o

[...] momento da atividade cognitiva, pode ser considerado como inerente ao processo de construção do conhecimento [...] O modo comparativo de proceder e apreender mentalmente a realidade permite descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as características gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER, 2003, p. 170).

Ao empregar a abordagem comparativa, os enfoques recaíram sobre a compreensão não apenas da atividade agrícola em si, mas nos elementos que norteiam as escolhas que mantêm ou que inserem práticas no âmbito dos espaços urbanos (o porquê das escolhas), uma vez que, na atualidade, cada vez mais crescem as “pressões” em prol do aumento de locais de alocação de população nos grandes centros (áreas de habitação), onde a ampliação de equipamentos urbanos só potencializa o processo. Trata-se de um processo múltiplo, onde de um lado existe o avanço do urbano sobre o rural. Contudo, para além dos processos de continuidade, se recriam espaços peculiares do rural, onde cultivos e pecuária podem ser observados.

Portanto, ao fazer uso dos métodos anteriormente descritos, procura-se visualizar questões específicas nas realidades distintas que norteiam práticas agrícolas em espaços

⁴² [...] adotar uma visão mais global e universal do comportamento [...] sem esquecer as particularidades locais e contextos regionais [...] áreas específicas de ação e reflexão (ALMEIDA, 1989, p. 13).

⁴³ Algumas vezes, o método comparativo é visto como mais superficial em relação a outros. No entanto, existem situações em que seus procedimentos são desenvolvidos mediante rigoroso controle e seus resultados proporcionam elevado grau de generalização (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 38).

urbanos dessas duas capitais brasileiras, uma situada ao norte do país e a outra no extremo sul brasileiro. Constituem-se em duas capitais onde já existiam trabalhos que individualizaram previamente a atividade (Agricultura Urbana), conforme especificado a seguir, bem como existiam “canais de contatos”, ou seja, representações institucionais que auxiliaram na obtenção de dados/informações e de referências que possibilitaram o encaminhamento da pesquisa, seja através dos atores rurais, seja em relação a instituições vinculadas às práticas de agricultura no espaço urbano.

4.2 Áreas da Pesquisa

A presente pesquisa analisa a Agricultura Urbana no município de Belém-PA⁴⁴ (área de 1.059,402 km²) que conta com uma população de 1.393.399, da qual 1.381.475 são habitantes urbanos (o que corresponde a 99,14% do total da população), sendo apenas 11.924 habitantes rurais. O segundo município analisado foi Porto Alegre-RS (área de 496,684 km²) que tem uma população de 1.409.351, situada 100% em solo urbano (IBGE, 2010). Portanto, são dois Municípios considerados como eminentemente urbanos⁴⁵ e sobre os quais a prática da agricultura não encontra seus limites no final da área urbana.

Os fatores que levaram a opção por estes dois municípios partem do fato de terem a prática da agricultura urbana, já anteriormente referenciada, com características distintas e se localizarem em porções do território político e físico brasileiro bastante díspares: um na região Norte e o outro no extremo da região Sul do Brasil. Também cabe salientar a influência de trabalhos já realizados por órgãos e/ou instituições (listados no APÊNDICE F) e os contatos com pesquisadores⁴⁶ de Porto Alegre e Belém-PA. Além da influência da decisão pelas áreas, os mesmos igualmente contribuíram para a execução do projeto, do planejamento do trabalho de campo, das posteriores análises, interpretações e dos resultados alcançados que

⁴⁴ [...] o município de Belém [...] está dividido por duas partes distintas: a continental, que representa cerca de 34% da unidade estadual, e a insular, a mais extensa, com um total de 43 ilhas [...] A maior ilha é a do Mosqueiro, sita no norte do município, totalizando 212,5 km², seguida da ilha de Caratateua ou do Outeiro, com 31,65 km², e da ilha de Cotijuba, no extremo-oeste, com 15,95 km² (MADALENO, 2002, p.64).

⁴⁵ A contabilização e classificação populacional pelo IBGE utiliza-se de classes de localização que podem ser urbana (Áreas urbanizadas de cidades ou vilas, Áreas não-urbanizadas de cidades ou vilas e Áreas urbanas isoladas) e rural (Aglomerado de extensão urbana, Povoado, Núcleo, Outros aglomerados e Área rural exceto aglomerado) (IBGE, 2010).

⁴⁶ Os discursos que constituem a “matéria-prima” [...] não são produzidos num vazio social [...] O discurso só pode ser interpretado se relacionado com as condições em que foi produzido. Esta asserção se aplica-se a todos os discursos [...] (GHIGLIONE, MATALON, 1997, p.2).

levaram às considerações/conclusões da presente Tese. A Figura 4, a seguir, localiza Porto Alegre no Rio Grande do Sul e este no Brasil.

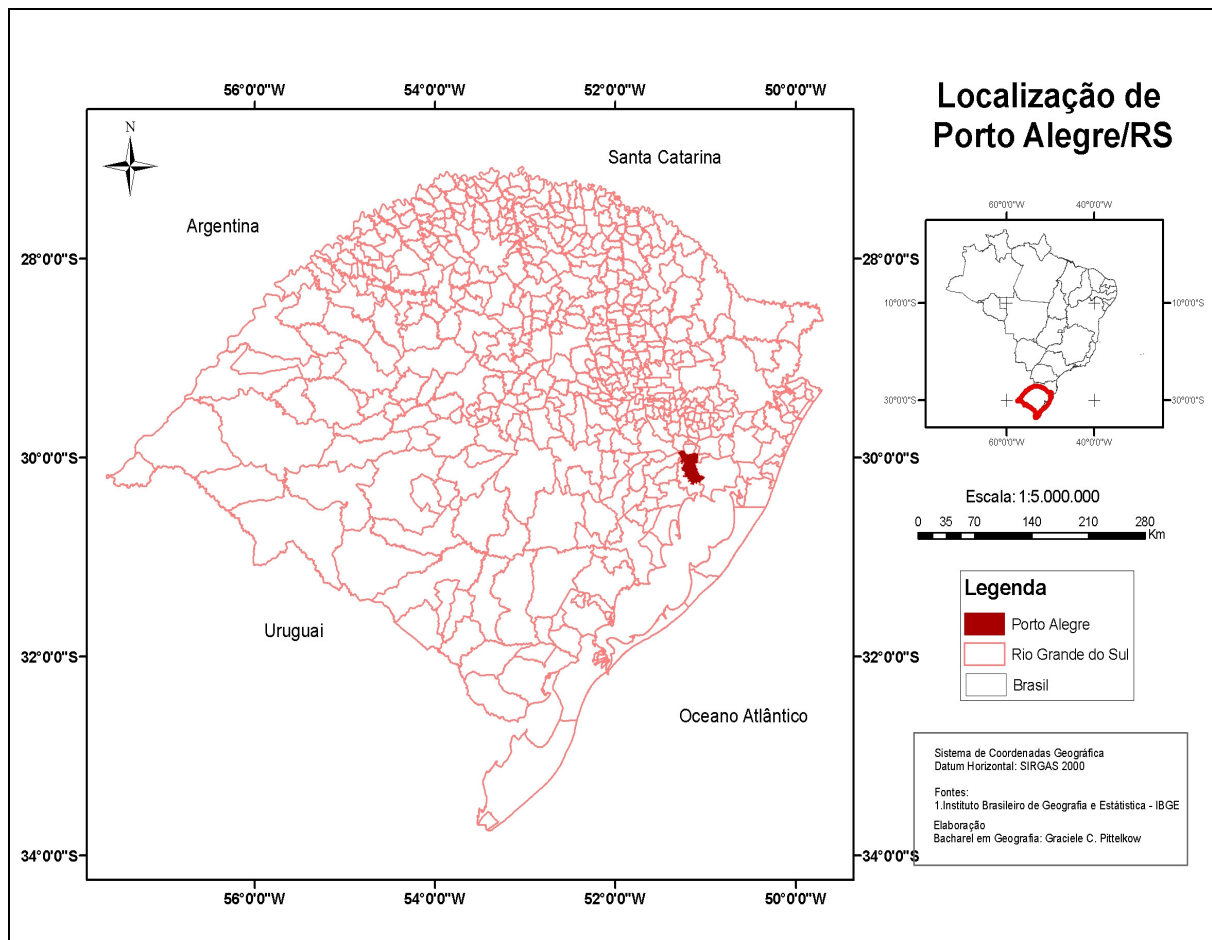


Figura 4: Porto Alegre e sua localização no Rio Grande do Sul

Cabe salientar ainda que as diferenciações possibilitaram a abordagem de situações em particular que levam a: a) compreensão de configurações da atividade em espaços díspares, juntamente a; b) realidades díspares no que compete as dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, seja a cargo do processo histórico, seja em função de processos mais contemporâneos.

Tais diferenciações aparecem mais claramente ao desvelar os resultados do presente trabalho, pois se tratam de “Agriculturas Urbanas” praticadas com especificidades e particularidades que auxiliam na compreensão dos “formatos” atuais e práticas vinculadas às dinâmicas espaciais existentes. Segue a Figura 5, que localiza Belém-PA no Pará e este no Brasil.

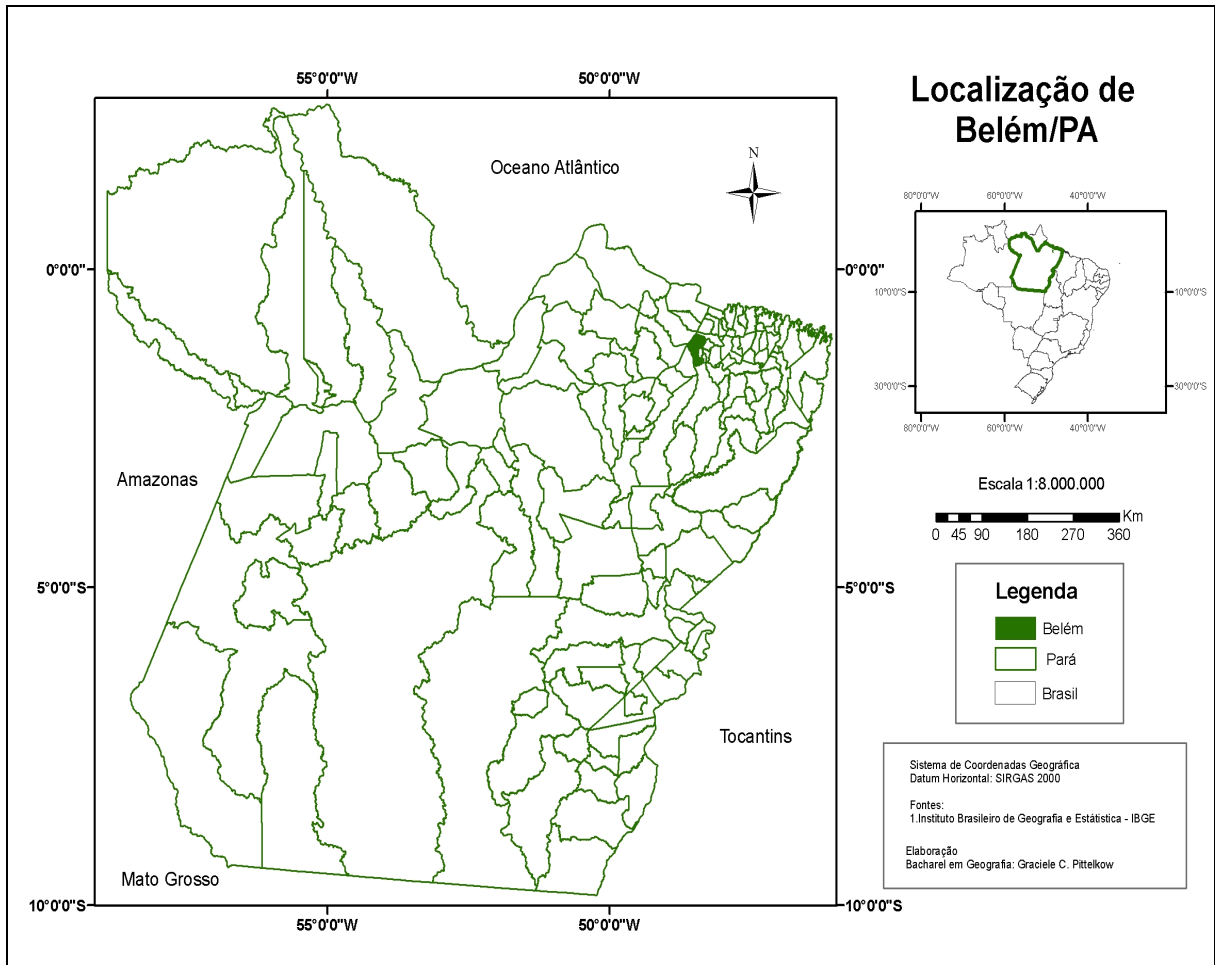


Figura 5: Belém e sua localização no Pará

Quanto a Belém-PA pode-se afirmar que:

[...] verificamos que para os urbanistas da capital paraense o quintal funciona geralmente como uma reserva de vitaminas, de produtos vegetais frescos, de plantas condimentares cultivadas sem recurso a adubos químicos ou a pesticidas e herbicidas. Reproduzem-se ainda ervas medicinais que mitigam as dores e se oferecem como alternativa barata e socialmente bem aceita à farmácia. Os quintais são também fonte de proteínas animais, a que se recorre em datas festivas ou em momentos de maior aperto financeiro (MADALENO, 2002, p.105).

Para este estudo foram escolhidos dois distritos insulares, onde a prática ocorre com relações socioeconômicas mais intensas, seja por ocupação e renda, seja por produção para autoconsumo, sobrevivência e reprodução familiar. São eles Cotijuba e Mosqueiro (Figura 6). Nesse primeiro, observa-se que:

Há, na ilha de Cotijuba, atividades produtivas, comerciais e culturais, que envolvem os seus moradores e influenciam na construção do lugar (CARLOS, 1996). A *pesca*,

a agricultura, o extrativismo, o turismo⁴⁷, as manifestações religiosas, o comércio⁴⁸ e a prestação de serviços de transporte fluvial e terrestre são algumas das principais atividades realizadas pelas pessoas que residem ou visitam a ilha. (MELO, 2010, p.21).

Para a outra ilha em que há prática de agricultura, a ilha de Mosqueiro, a autora Abe afirma que: “[...] embora fazendo parte da capital, apresenta características rurais com atividades econômicas voltadas para a agricultura, criação de pequenos animais, extrativismo e pesca artesanal” (ABE, 2004, p. 76). Cabe ainda salientar a existência de produções pontuais, tais como hortas e quintais, onde se produz principalmente produtos hortigranjeiros. Assim, “[...] na ilha de Mosqueiro/PA [...] a ideia do quintal é resgatar as culturas dos nossos antepassados, cultivando uma diversidade de plantas e animais perto de casa, para gerar alimento e renda para nossa família.” (MELO, 2010, p. 17).

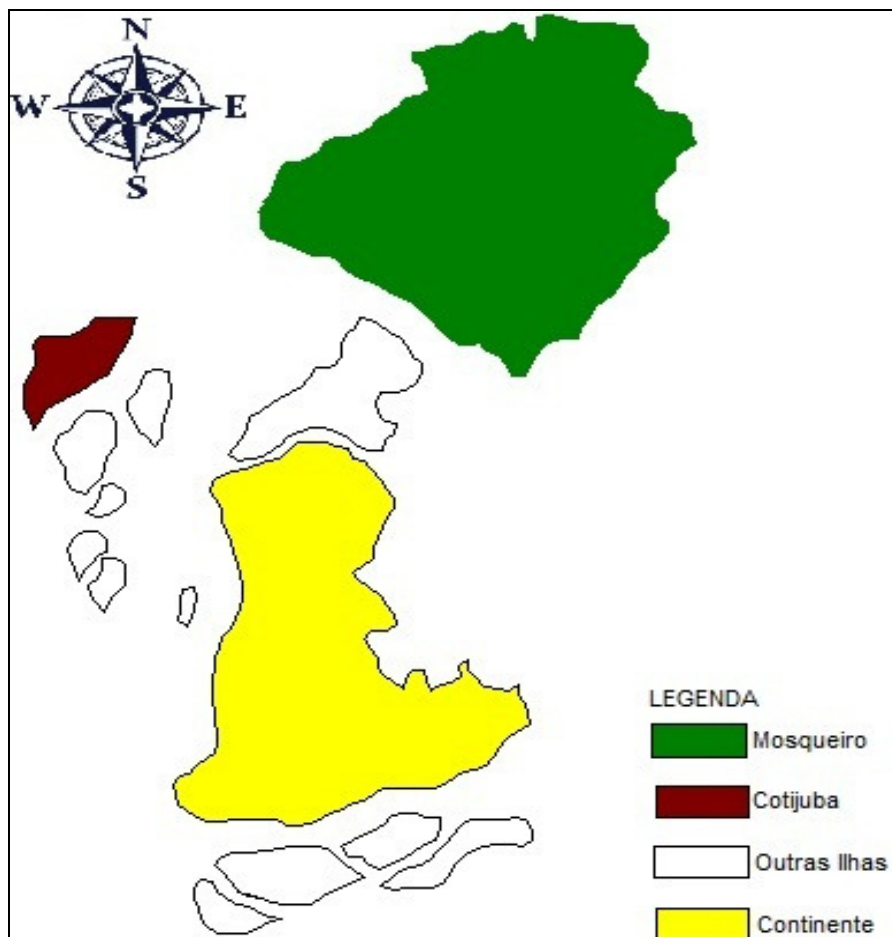


Figura 6: Croqui do município de Belém-PA

Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém (2006)

Organização e Adaptação: WANDSCHEER, E. A. R.

⁴⁷ Vinculado às belezas naturais das praias e a oferta de pescados (NOTA DO AUTOR).

⁴⁸ Vinculado aos produtos oriundos da agricultura. Principalmente a pesca e fruticultura (NOTA DO AUTOR).

Foram visitados bairros urbanos no continente onde não se aplicou questionários, tendo servido de base para observação e para averiguação de práticas mais voltadas ao paisagismo e lazer (nos casos de áreas mais centrais do município de Belém-PA), ou então, porções muito pequenas, como no caso do distrito de Tapanã (APÊNDICE I). Nesse Município a prática da atividade não ultrapassa pequenas áreas (muitas vezes com culturas suspensas em recipientes) e muito pouco (por vezes nada) contribuem com aspectos como alimentação e renda, aparecendo, assim, de forma marginal ao enfoque socioeconômico do presente trabalho.

Já o segundo município em foco (Porto Alegre-RS) permite observar que:

[...] pode parecer contraditório devido às fortes relações desenvolvidas em meio [...] às relações urbanas. Contudo, em muitas delas encontramos espaços rurais que não se transformaram inteiramente em espaços urbanos, e determinadas práticas sociais mantêm-se como ocorre no caso de Porto Alegre/RS [...] (KOZENIESKE, 2010, p. 7).

Para o trabalho de campo, foram visitados oito bairros do município, onde se pode observar a prática da Agricultura Urbana semelhante às ilhas de Belém-PA, com relações socioeconômicas mais intensificadas, produção principalmente voltada para a renda e produção para autoconsumo em menor grau. Muitos desses bairros, mesmo estando situado em perímetros oficialmente urbanos, apresentam-se com traços rurais, que ainda não sucumbiram diante do avanço urbano, principalmente aqueles mais distantes da porção central da cidade. A ocupação e os hábitos de muitos dos habitantes locais auxiliam nesta situação. Um dos exemplos que podem ser citados e onde ocorreram a maior parte das entrevistas é o bairro Lami. Nesse bairro, conforme Rechenberg (2007, p. 19):

[...] A distância do centro e as formas de ocupação do bairro ao longo dos anos moldaram a forma de uma paisagem “rural”, com extensas faixas de terra desocupadas de moradias, onde o espaço é usado predominantemente para a criação de animais e para a agricultura de pequena escala, dedicada principalmente à produção de hortigranjeiros e espécies frutíferas.

Outras situações comportaram casos de manutenção de pequenos cultivares, mesmo diante dos processos urbanizadores, onde se ampliam os aparelhos urbanos e se reduzem os espaços de cultivo. Nesse sentido, um exemplo desse processo é o caso da Vila Nova, onde conforme o Grupo PET-Geografia (2007, p.10):

[...] observou-se que hoje os moradores do bairro percebem o local como detentor de um número maior de aparelhos urbanos, mas conservam, em suas memórias, lembranças de um lugar tipicamente rural, ao fazerem referência às plantações e à antiga predominância de agricultores em relação aos outros moradores.

Nestes oito bairros, esses elementos anteriormente descritos se fazem presentes e conformam áreas com particularidades produtivas, bastante diversificadas no contexto da Agricultura Urbana. Os bairros abordados foram: Agronomia, Belém Velho, Bom Fim, Campo Novo, Lageado, Lami, Lomba do Pinheiro e Vila Nova (Figura 7).

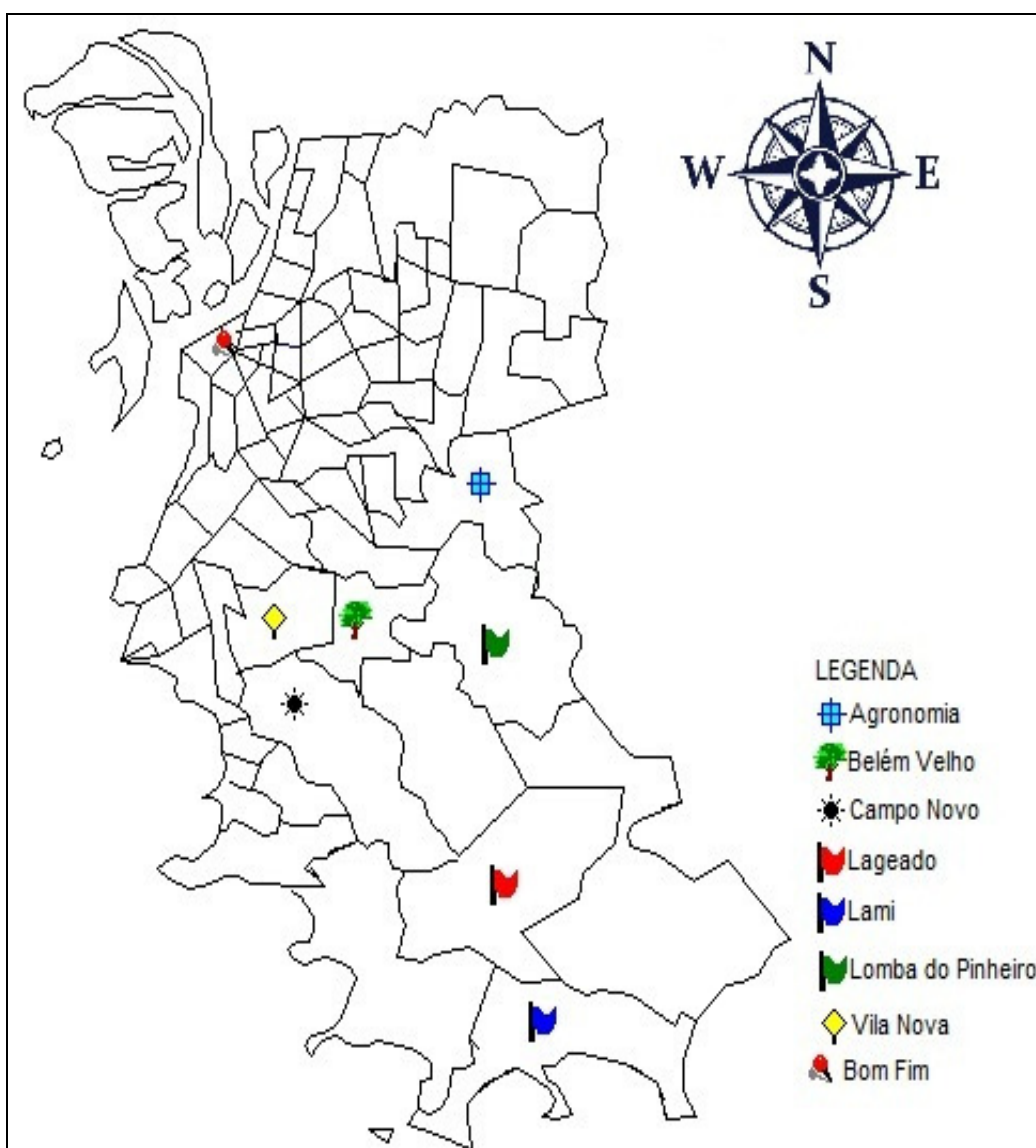


Figura 7: Croqui dos bairros pesquisados no município de Porto Alegre-RS

Fonte: Porto Alegre (1999).

Organização e Adaptação: WANDSCHEER, E. A. R. W.

Cabe salientar a relevância do bairro Lami, onde se localiza a rota turística municipal, os Caminhos Rurais. Nesse bairro houve a maior incidência de indivíduos envolvidos com práticas agrícolas (14 casos entrevistados, ou 45,1% da amostragem). Tal realidade permite elucidar no cotidiano a relação Campo-Cidade na conjuntura das Metamorfoses e perpetuações da gênese rural no espaço segundo Rechenberg (2007, p. 14):

[...] Os habitantes do Lami participam de uma experiência urbana peculiar, envolvida em um ambiente que mescla cavalos, bicicletas e carroças com o asfaltamento das ruas, onde o som dos aviões é pano de fundo para o canto dos pássaros, galinhas e tarrãs, e cujos habitantes assistem e produzem transformações na paisagem e nas disposições sociais locais. Um ambiente que expressa os processo de enraizamento e desenraizamento que sustentam a vida social nas grandes cidades, inscritos na paisagem natural e social de seus lugares, de sua gente e dos laços coletivos ali estabelecidos.

Em Porto Alegre, o bairro mais central (APÊNDICE J) visitado foi o Bom Fim, que, a exemplo da área mais central de Belém (situada no continente), não foi foco da aplicação de questionários, tendo servido de base para observação e também para averiguação de práticas mais voltadas ao paisagismo e lazer. De forma que muito pouco (ou nada) contribui para com a alimentação ou renda. A opção pelo bairro foi aleatória e contou com o encontro da atividade agrícola urbana no local.

A partir destes apontamentos, é possível afirmar que, em ambas as cidades (Belém-PA e Porto Alegre), a atividade agrícola se concretiza como atividade desenvolvida em seus espaços e de forma diversificada, com variações pontuais em função da disponibilidade de área e dos objetivos da produção, independente da iminente classificação urbana atribuída aos seus limites territoriais.

Estas características pesquisadas contaram primeiramente, com uma etapa de levantamento de dados (pesquisa indireta⁴⁹), informações e pesquisas anteriormente efetuadas tanto nos dois Municípios quanto em outros referenciais da temática (Agricultura Urbana). Além da listagem dos trabalhos que inspiraram as áreas de pesquisa, também foram coletadas informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, e Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN.

⁴⁹ Que pode se dar através de material bibliográfico ou documental buscando apontar, conhecer, definir, descrever, identificar ou reconhecer. Ver mais em Ghiglione e Matalon (1997).

Conjuntamente a esses órgãos, foram consultadas outras fontes acadêmicas como monografias e dissertações, bem como livros e artigos científicos. Posteriormente, foram coletados dados no campo, em Belém-PA e em Porto Alegre-RS, por meio da realização de entrevistas e aplicação de questionários⁵⁰.

Quanto aos questionários, salienta-se que, na busca de uma melhor compreensão da dimensão socioeconômica, a proposição para o questionário de coleta de dados visou conhecer o perfil do agricultor através da identificação do indivíduo bem como de seu núcleo familiar, a caracterização, a organização e a finalidade das atividades produtivas desenvolvidas na agricultura praticada (APÊNDICE D).

Os mesmos fins também foram buscados no diário de campo e nas entrevistas⁵¹ (APÊNDICE C) realizadas junto aos atores indagados. Para tanto, pretendeu-se abordar as características pessoais e do núcleo familiar, para que sua produção pudesse ser entendida na totalidade das conexões do espaço com a visão dos atores produtivos, tanto na atualidade quanto no futuro de atividade em questão. Portanto, nessa busca pela melhor abordagem acerca dos quesitos socioeconômicos, foram adotados os cuidados de

[...] prezar pela pluralidade de soluções e pela valorização da diversidade das culturas locais, pois quanto maior a amplitude do processo de globalização e de abertura para realidades externas, mais necessária se faz a valorização das culturas locais, como forma de garantir o diferencial que irá dar competitividade nas diferentes formas de relações entre as regiões e países (MAIA, 2008 apud ARRUDA, 2011, p. 58).

Por fim, cabe destacar que as pesquisas em questão envolveram elementos como a organização e dinâmica desses municípios e de outros espaços onde existem ações que envolvem práticas de agricultura urbana frisando manifestações, demandas, limitações e/ou potencialidades do fenômeno. Nessas abordagens, procurou-se obter subsídios que viessem a contribuir na elaboração da estrutura das entrevistas e do questionário, bem como conteúdos em potencial para se somarem, posteriormente, aos resultados da pesquisa de campo.

A seguir, apresentar-se-á a metodologia realizada em dois âmbitos: o primeiro, relativo à coleta de dados, e o segundo, relativo à análise e interpretação dos mesmos nos municípios de Belém-PA e Porto Alegre-RS.

⁵⁰ Cabe salientar que conforme Richardson (1999, p. 189): “O questionário é realmente uma entrevista estruturada”.

⁵¹ Os trechos transcritos das entrevistas foram inseridos em itálico ao longo do trabalho.

4.3 Coleta de Dados/Informações

A metodologia utilizada na coleta de dados baseou-se na combinação dos métodos mistos, ou seja, fez-se uso de métodos quantitativos e qualitativos. O instrumento quantitativo consistiu na aplicação de um questionário com 28 perguntas aos atores da agricultura urbana, enquanto os métodos qualitativos fizeram-se por meio de observação não participativa e entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas (APÊNDICES B e C) contaram com dois instrumentos distintos, sendo que o primeiro (APÊNDICE B com roteiro de 16 perguntas) contemplou o poder público e as instituições ou organizações vinculadas a ações, supervisões, fomentos ou responsabilidade formal da atividade no local em questão.

As instituições e órgãos abordados foram: CEASA (PA e RS), EMATER (PA e RS), Secretaria de Economia - Divisão Rural (PA) e Secretaria Municipal de Produção Indústria e Comércio - SMIC (RS), além das Universidades que desenvolveram projetos nas ilhas de Cotijuba e Mosqueiro. São elas: Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Por fim, compuseram as entrevistas duas associações relacionadas à atividade agrícola existentes nas áreas de pesquisa, ou seja, em Belém-PA e Porto Alegre, que serão descritas posteriormente.

O outro instrumento de entrevistas (APÊNDICE C com roteiro de 14 questões) foi aplicado junto aos agricultores ou em situações em que havia a existência de caseiros ou jardineiros, no caso de prédios condominiais. Estes últimos foram utilizados no estudo de forma complementar na análise de conteúdo, uma vez que não foram alvo da abordagem quantitativa e vivenciam situações diferenciadas nos aspectos socioeconômico da atividade. De forma análoga, utilizou-se, ainda, imagens fotográficas obtidas durante as aplicações dos instrumentos de pesquisa, a fim de visualizar elementos que possam auxiliar na análise do fenômeno enfocado.

A coleta de dados em Belém de Pará se deu nos meses de novembro e dezembro de 2011, ao passo que, em Porto Alegre, a mesma ocorreu de dezembro de 2012 a fevereiro de 2013. Quanto à variabilidade da lista de produtos, tomou-se o cuidado de discorrer sobre a variabilidade das produções ao longo do ano, pois a atividade agrícola é bastante sazonal, sobretudo em se tratando de pequenos espaços que acabam por exigir uma maior adaptabilidade às estações e suas diferentes condições climáticas.

O conteúdo pesquisado, tanto nos questionários quanto nas entrevistas envolveu abordagem sobre fatos (onde se procurou conhecer a realidade observada e vivenciada quanto à Agricultura Urbana nos Municípios) e sobre opiniões, atitudes e preferências. Neste último caso: “Este conjunto de questões tão heteróclito, têm em comum o fato de tratarem pontos impossíveis de conhecer de outra forma [...]” (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p.114).

O formato das questões do questionário envolve, em sua maior parte, o fechado, portanto “[...] pedindo a cada pessoa que escolha a sua numa lista preestabelecida [...] quando a questão é fechada, apresenta a lista das respostas previstas inscritas numa ficha, precisando o que se espera da pessoa inquirida” (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p. 115-116). Contudo, em menor parcela, também, elaborou-se questões abertas⁵², neste caso é necessário: “[...] colocá-la e registrar textualmente a resposta. Mas depois é preciso codificar essas respostas, ou seja, agrupá-las num pequeno número de categorias, o que, por vezes, levanta problemas delicados de análise de conteúdo” (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p. 116).

A forma como foram utilizados os métodos mistos consiste na utilização de estratégia de triangulação concomitante. Esta estratégia de abordagem configura-se assim:

Em uma abordagem de triangulação concomitante, o pesquisador coleta concomitantemente os dados quantitativos e os qualitativos e depois compara os dois bancos de dados para determinar se há convergência ou divergência, diferenças ou alguma combinação [...] Esse modelo geralmente utiliza métodos quantitativos e qualitativos separadamente, como meio de compensar os pontos fracos inerentes a um método com os pontos fortes do outro (ou, inversamente, os pontos fortes de um aumentam os pontos fortes do outro). Nesta abordagem, a coleta de dados quantitativos e qualitativos é concomitante, ocorrendo em uma fase do estudo de pesquisa. Em condições ideais, é atribuído peso igual aos dois métodos [...] (CRESWELL, 2010, p. 250-251).

Assim, a abordagem com as entrevistas e a observação não participativa procura

[...] atender principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão [...] A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (BONI e QUARESMA, 2005, p. 74).

⁵² Assim, a exemplo da maior parte dos trabalhos: “A maioria dos questionários contêm, em proporção variável, os dois tipos de questões (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p.114)”.

A aplicação dos instrumentos mistos contará com uma amostragem do tipo não-probabilística. Este tipo de amostra, conforme Almeida (1989), divide-se em acidental e intencional. A amostra acidental⁵³ consiste em: “[...] atuar de forma a que cada membro da população tenha a mesma probabilidade de fazer parte da amostra. Para esse efeito, a situação ideal é aquela em que dispomos de uma lista [...] uma base de sondagem” (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p. 31).

Já a amostragem intencional: “[...] consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas [...] O critério da escolha, neste tipo de amostra, é a razão e não o aleatório, mas a razão é fundada nos critérios pré-estabelecidos” (ALMEIDA, 1989, p. 87). No caso da presente pesquisa, os critérios foram de ciência referente a dados e informações que pudessem elucidar realidades a partir das experiências vivenciadas através de suas ocupações, nesse caso, ocupações diretamente ligadas à Agricultura Urbana das áreas de estudos. Cabe destacar que essas ocupações podem ser formal/profissional ou informal através de projetos ou ações no âmbito das mesmas.

A utilização destas duas formas de amostras foi diferenciada em função dos atores e abordagens qualitativas e quantitativas, uma vez que a amostra aleatória foi empregada apenas nos questionários e entrevistas junto aos produtores agrícolas situados no território urbano. A amostra intencional, por sua vez, ocorreu apenas na abordagem qualitativa e se deu junto ao Poder Público, Extensão Rural (EMATER), Central de Abastecimento (CEASA) e Associações, além das Universidades, no caso de Belém-PA, onde as instituições se envolveram no passado em ações e/ou projetos voltados à agricultura no espaço urbano. As associações, por sua vez, foram alcançadas através de suas inter-relações com a produção agrícola nos espaços pesquisados.

Em cada uma destas, a escolha do inquirido, o direcionamento do instrumento de coleta de dados se deu em função da indicação da instituição, associação, comunidade ou poder público do indivíduo mais preparado para responder as indagações referentes à temática e/ou áreas na(s) qual(is) se processa(m) a(s) realidade(s) da Agricultura Urbana.

No caso das associações, em Belém-PA foram entrevistadas três: Associação dos pequenos agricultores de Mari-Mari e Esperança Viva na Comunidade Doroty Stang (ambos em Mosqueiro) e Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém - MMIB (em Cotijuba). No

⁵³ Um exemplo do mesmo pode ser observado quando: “[...] Um pesquisador que quer conhecer a opinião dos bóias-frias sobre um determinado projeto de colonização, poderá utilizar esse método, por exemplo, entrevistando os primeiros 100 bóias-frias que encontrar na saída da cidade.” (ALMEIDA, 1989, p. 87).

caso das universidades envolvidas com projetos voltados à Agricultura Urbana, foi entrevistado um representante da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal Rural da Amazônia, instituição esta que por muito tempo atuou em projetos de Agricultura Urbana envolvendo as comunidades de Cotijuba e Mosqueiro, dentre outras. Além disso, também foi entrevistado o representante da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal do Pará, onde funciona o Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana. Na aplicação dos demais instrumentos qualitativos, foi utilizado apenas um instrumento por entidade/instituição, junto ao responsável (indicado) por responder pelas mesmas.

Em Porto Alegre foram abordadas duas associações: A associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (Rama) onde foi entrevistado um integrante que articula um grupo de produtores agroecológicos, com a sua atividade de agregação de valor à sua produção bem como a dos demais associados. Esse produtor foi encontrado na Feira Agroecológica do Menino Deus, indicado por colegas da associação. A outra é a Associação Porto Alegre Rural, que auxilia empreendimentos rurais do município.

Foram aplicados ainda instrumentos diferenciados junto a dois jardineiros/caseiros de prédios urbanos nas áreas continentais centrais de Belém-PA e de Porto Alegre-RS. Em ambas as situações, os mesmos contavam com cultivos em seus quintais, nos quais buscou-se informações referentes aos seus cotidianos. Os instrumentos qualitativos foram apresentados de forma a indagar diferenciadamente estes entrevistados daqueles anteriormente descritos, ou seja, abarcando realidades diferenciadas que permitiram explorar experiências empíricas desses trabalhadores. Essa foi uma abordagem mais sucinta e direcionada ao cotidiano desses indivíduos, com base no planejamento de seus empregadores.

As entrevistas aplicadas compuseram importante fonte de informações, como também oportunizaram diálogo entre seus agentes e o pesquisador. Assim, o instrumento qualitativo da entrevista semi-estruturada foi formulado com o intuito de abranger elementos que se fizeram necessários diante da situação, ou seja:

[...] não deseja impor sua visão da realidade, ou pressupõe que não conhece bem a população que será entrevistada, ele precisa de uma estratégia diferente, mais flexível que não apresente a rigidez de formulação da entrevista estruturada ou do questionário [...] visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada

procura saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências [...] (RICHARDSON, 1999, p. 208).

A utilização de amostra aleatória acidental se deu através dos questionários, onde foram abordados os atores encontrados nas áreas do trabalho de campo (ou seja, espaços urbanos) que exerçam a atividade agrícola, sem que haja quaisquer seleções ou orientações voltadas a algum indivíduo previamente.

A observação⁵⁴, nessa pesquisa, cumpriu papel de conjugar-se a outras técnicas de coleta de dados. O tipo de observação empregada foi a não participante, sendo que:

Nesse tipo de observação, o investigador não toma parte nos conhecimentos objetos de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento. Baseado nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação, ele procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho [...] A observação não participante é uma técnica indicada para estudos exploratórios, considerando que ela pode sugerir diferentes metodologias de trabalho, bem como levantar novos problemas ou indicar determinados objetivos para a pesquisa (RICHARDSON, 1999, p. 260).

Conforme sugerido por Richardson (1999), a observação não participante foi utilizada buscando registrar o máximo de fatos e ocorrências, os quais não poderiam ser obtidos apenas por meio de questionários e entrevistas aplicados. No geral, tais dados caracterizam-se como elementos não previstos/considerados previamente no momento da elaboração dos instrumentos de pesquisa, dadas, sobretudo, as peculiaridades do fenômeno, bem como dos locais de sua aplicação. De forma complementar, utilizou-se o diário de campo junto aos atores abordados, efetuando registros que complementam informações anteriormente coletadas.

Os questionários (APÊNDICE D), por sua vez, ao se constituírem como ferramenta quantitativa da pesquisa, possibilitaram a padronização e a maior facilidade oferecida para a cobertura da área estabelecida (fator que possibilita uma coleta de um número maior de dados no período específico estabelecido), portanto, com vantagens consideráveis em relação ao tempo necessário para coletar dados no campo.

⁵⁴ [...] sob algum aspecto, é imprescindível em qualquer processo de pesquisa científica [...] Genericamente a observação é a base de toda investigação no campo social, podendo ser utilizada em trabalho científico de qualquer nível, desde os mais simples estágios até os mais avançados [...] A observação apresenta muitas nuances em face a sua flexibilidade, pois seu objeto de estudo, bem como o objetivo da pesquisa que o utiliza, determina seu tipo e sua metodologia [...] (RICHARDSON, 1999, p. 259).

Essa realidade valoriza sobremaneira a utilização dos questionários para com os atores locais⁵⁵ (tanto junto àqueles que praticam agricultura urbana em tempo parcial, quanto àqueles que se dedicam integralmente à atividade), uma vez que não existem garantias de que os atores locais estarão presentes no espaço produtivo quando da visita do pesquisador.

Soma-se a essa vantagem, no tocante ao tempo e à abrangência dos inquiridos, o fato de: “[...] a coleta de dados concomitante resulta em um período de tempo de coleta mais curto em comparação a uma das abordagens sequenciais, pois tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos são coletados em um mesmo momento no local da pesquisa” (CRESWELL, 2010, p. 251).

Dessa forma, quanto aos instrumentos dos métodos mistos descritos, destaca-se na presente pesquisa que: “[...] os questionários cumprem, pelo menos, duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 189).

A aplicação dos questionários, por sua vez, teve como fim possibilitar alcançar os objetivos almejados e anteriormente mencionados. Isso permitiu a mensuração e a frequência de variáveis presentes na temática enfocada nos dois espaços estudados.

Foram aplicados 62 questionários em áreas com Agricultura Urbana nos dois municípios, o que abrangeu informações da propriedade, dinâmicas, ocupações e atividades laborais e produtivas de 216 indivíduos no núcleo familiar desses espaços. Dentre os 62 questionários, 31 foram aplicados em Belém-PA, abrangendo 116 indivíduos. Já no município de Porto Alegre-RS foram aplicados também 31 questionários, totalizando 100 indivíduos nesses núcleos familiares indagados.

⁵⁵ Essa abordagem dos atores locais/espaços teve considerada a necessidade de abarcar diferenças nos “gradientes” de envolvimento/afastamento com o ambiente urbano. Tal consideração dos dados coletados foi levada em conta nas relações tangidas entre as variáveis, sempre buscando as suas inter-relações. Também foram feitas relações entre esses dados quantitativos com as informações qualitativas, informações essas advindas das categorias de análise elaboradas posteriormente para permitir as interpretações (que também tiveram tal atenção quando da sua montagem) dos instrumentos aplicados. Assim observou-se situações como: “[...] o acesso a terra, a territorialidade dos lugares quanto a sua possibilidade de estabelecer relações com outros lugares. Diferentes formas de relações com o urbano – mercado consumidor, informação, acompanhamento de novas estratégias, educação, etc.; em outras palavras, diferentes oportunidades de inserção no mundo globalizado. (FONTOURA, 2009, p. 277)”

Em relação a esses números, cabe salientar que a delimitação dessa amostragem no universo da pesquisa partiu de aspectos sociais que se materializam no espaço⁵⁶. Para tanto, o critério utilizado para a aplicação de 31 questionários em cada um dos Municípios se deu a partir do emprego da saturação teórica, onde a amostra é feita por um processo contínuo de análise dos dados. Conforme Deslandes:

[...] se opta por definir o número de sujeitos por inclusão progressiva (sem demarcar a priori o número de participantes) que é interrompida pelo critério de saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter regularidades de apresentação (DESLANDES, 2009, p. 48).

Ao encontro dessa acepção, a compreensão da saturação pode ser dada como:

A saturação é o instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado. A dificuldade maior que o emprego do “critério de saturação” apresenta é o do dimensionamento ex-ante da pesquisa. Não há como prognosticar com rigor o tamanho e o tempo necessários à saturação (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 20).

Assim, foram efetuados 31 questionários em Belém-PA para alcançar a saturação, ou seja, o momento em que poucos aspectos efetivamente novos vieram à tona, considerando as indagações abordadas, ou mesmo identificadas ao longo da pesquisa, no conjunto dos objetivos propostos.

Em Porto Alegre-RS, a saturação ocorreu antes mesmo desse número de questionários serem aplicados, ampliando-se a amostragem até chegar ao mesmo número de questionários do município de Belém-PA. Nesse processo, quando do seu início, os acréscimos às indagações anteriores são evidentes; em seguida vão ficando mais raros, até o ponto em que não adicionam mais informação ao conteúdo pesquisado⁵⁷.

De forma complementar, utilizou-se pesquisa documental. Os documentos consultados foram arquivos da CEASA (PA e RS), EMATER (PA e RS), Secretaria de Economia -

⁵⁶ Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa *dinâmica de interação social*. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma *construção teórica* para transformá-los em *objetos de estudo*. Partindo da *construção teórica do objeto de estudo*, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos (CRUZ NETO, 1999, p. 54).

⁵⁷ Acerca da agregação de informação cabe salientar que: O mecanismo da *agregação* leva-nos a perguntar quais os grupos de indivíduos cujas respostas podemos associar e a propósito dos quais é legítimo elaborar um discurso único [...] delimitam as possibilidades de generalização a partir do discurso resultante – daí a atenção prestada aos métodos (GHIGLIONE, MATALON, 1997, p. 3).

Divisão Rural (PA) e Secretaria Municipal de Produção Indústria e Comércio - SMIC (RS). Esse procedimento metodológico foi relevante à medida que forneceu informações acerca de projetos atuais e anteriores, bem como propiciou projeções acerca da temática em foco, ou seja, a produção agrícola no espaço urbano de Belém-PA e Porto Alegre-RS.

Após essas etapas metodológicas do trabalho de campo, o trabalho passou para a etapa posterior, ou seja, a organização e a análise dos dados e/ou informações, para, posteriormente, efetuar a análise dos dados que possibilitaram a interpretação dos resultados e, por conseguinte, atingir os objetivos propostos.

4.4 Análise dos Dados/Informações

O delineamento da análise da pesquisa caracterizar-se-á como analítico-descritivo, de forma que as estratégias de pesquisa traçadas deverão ter atuações paralelas ao longo do estudo.

O estudo descritivo deverá possibilitar os: “[...] objetivos mais precisos e explícitos em relação aos fatos observados. Descreve mais claramente as características de uma situação ou de um grupo de indivíduos [...]” (ALMEIDA, 1989, p. 71). Ou ainda, Cervo e Bervian (2002, p. 66) apontam a possibilidade de: “conhecer e descrever as diversas relações que ocorrem na vida política, social, econômica que ocorrem tanto com um indivíduo, tomado separadamente ou com grupos ou comunidades mais complexas”.

O estudo analítico, por sua vez, procurará estabelecer e analisar relações entre as variáveis, baseando-se em fatos e tendo como ponto de partida as relações que proporcionarão, posteriormente, explicações acerca de determinados fenômenos em particular (ALMEIDA, 1989), como por exemplo, a temática da agricultura urbana desenvolvida no espaço urbano.

Com base na perspectiva de aproximação a uma abordagem que incorpore, levante ou ainda traga novos elementos teóricos acerca da produção e modos de compreender e praticar agricultura urbana, o trabalho discute elementos centrais diante da atividade, visualizando de forma comparativa as realidades. Procurou-se, assim, apresentar configurações e estratégias distintas de uma mesma denominação conceitual (Agricultura Urbana) e que se manifesta (re)configurando-se formal ou informalmente em aglomerações urbanas (inclusive naquelas de grande porte), não apenas brasileiras como em outros espaços mundiais.

Essa abordagem se deu, inicialmente, com base na revisão da literatura, na qual procurou-se a compreensão da diversidade de situações contextualizadas no processo de urbanização e ações que incidiram nos espaços locais. A partir de então, focou-se questões empíricas, apontando realidades e necessidades específicas que possibilitam parâmetros a partir dos quais materializa-se o estabelecimento de uma análise comparativa. Para tanto, partiu-se da prerrogativa de espaço como categoria de análise no intuito de apresentar relações socioeconômicas que permitiram a construção de indicações e dimensões de ações/questões no âmbito das práticas agrícolas que impactam ambientes urbanos.

Quanto à abordagem mista, ou seja, quantitativa e qualitativa, salienta-se que: “A análise dos dados na pesquisa de métodos mistos está relacionada ao tipo de estratégia de pesquisa utilizada para os procedimentos. Assim, em uma proposta, os procedimentos precisam estar identificados com o projeto” (CRESWELL, 2010, p. 256).

Assim, a etapa final do trabalho abarca questões ao pesquisador, como:

[...] ter a sua disposição um grande volume de dados colhidos através do emprego de várias técnicas. Inicia-se, então, o trabalho de análise e, para fins de análise, os dados precisam ser organizados de maneira coerente e ordenada [...] A interpretação desses dados deverá ser feita levando-se em consideração os objetivos e as hipóteses formuladas no início do trabalho. Este conjunto de etapas de uma investigação científica é conhecido como processamento de dados, que inclui, portanto, a organização, a codificação, a tabulação e a interpretação dos dados (ALMEIDA, 1989, p. 159).

A primeira etapa da análise consistiu na tabulação dos dados e informações coletadas, a partir da transcrição das entrevistas, fazendo-se uso da análise de conteúdo. “As diversas definições coincidem em que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência” (RICHARDSON, 1999, p. 223). Ao encontro dessa assertiva:

[...] é preciso estar bem consciente de que, à primeira vista, no caso da análise de entrevista, a questão mais importante parece ser “o quê?”. Nesta situação particular, “o quê” fornece, em princípio e desde logo, a possibilidade de responder a todas as outras perguntas. Sabemos “quem” falou e “a quem”. O “como” e “para que fim” parecem ser menos bem definidos, mas acabam por ser relativamente claros: o sujeito fala porque nós lhe pedimos e a resposta ao “como?” encontra-se no seu próprio discurso (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p. 184).

Portanto, na análise de conteúdo, com o intuito de alcançar a objetividade das informações das entrevistas, foram cunhadas categorias de análise (APÊNDICE E), nas quais

distinguiram-se assuntos, a fim de registrá-los e codificá-los e sistematizá-los com maior facilidade. Essas categorias de análise cumprem os requisitos de homogeneidade (por critérios de classificação), exaustividade (alcançar a totalidade do texto), exclusão (elementos pertencentes a apenas uma categoria) e objetividade (RICHARDSON, 1999).

Os questionários, ao cumprirem com a etapa quantitativa do presente estudo, foram (e serão) tabulados separadamente por município (Belém-PA e Porto Alegre-RS). Os mesmos foram elaborados cumprindo (em sua maioria) quesitos de perguntas fechadas e algumas abertas, onde no primeiro caso tem-se que os “[...] instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. O entrevistado deve responder à alternativa que mais se ajusta às suas características, ideias ou sentimentos” (RICHARDSON, 1999, p. 191). No caso da presente pesquisa, a instrução foi apresentada de duas formas: “[...] indicar a resposta mais adequada; indicar várias respostas, sendo livre o número de respostas possíveis” (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p. 116).

Quanto ao caso das perguntas abertas: “[...] abre a possibilidade a várias codificações diferentes: uma acerca do conteúdo da resposta ou sobre os aspectos desse conteúdo, uma segunda sobre um outro aspecto ou a forma [...]” (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p. 117). Essas perguntas possibilitaram a codificação de suas informações, levando-se em conta a relevância e as particularidades existentes no âmbito das categorias específicas de cada caso.

Assim, a tabulação dos dados quantitativos (em ambas as situações-questões abertas ou fechadas) que foram coletados levou em consideração questões específicas que se referiam aos atores locais vinculados à prática da Agricultura Urbana. Nessa etapa do trabalho, com o intuito de tabular e interpretar tais dados coletados nos questionários, utilizou-se os *softwares* SPSS 21 e PSPP 7.8, que auxiliaram na organização, sistematização e correlação das variáveis, de acordo com as categorias pré-estabelecidas no questionário. Os dados foram divididos em quatro blocos, conforme se pode observar no Apêndice D do trabalho (documento este que segue a seguinte orientação: i) Informações de identificação; ii) caracterização dos atores; iii) propriedade da agrícola; iv) produção-caracterização, organização e finalidade e; v) visão dos atores quanto a instituições e poder público). A tabulação dos dados permitiu a elaboração de gráficos e tabelas que serviram de base de análise e correlações no trabalho como um todo.

A etapa que antecedeu à aplicação desses instrumentos de dados consistiu na distribuição de folha explicativa (APÊNDICE A), onde constava, além do convite à

participação na pesquisa, a explicação do objetivo da mesma e sua publicização, bem como o esclarecimento acerca da manutenção da identidade em caráter confidencial.

A partir dessa exposição, com a segurança da não divulgação dos nomes, indagou-se acerca da disponibilidade do entrevistado em ingressar na pesquisa através do fornecimento de dados e informações, bem como ressaltou-se a opção do inquirido em não responder a algum questionamento ou mesmo a opção pela desistência da participação na pesquisa (que poderia se imediatamente ou a qualquer momento da aplicação do instrumento de pesquisa).

Um aspecto importante de salientar foi a construção dos gráficos finais em que foram caracterizada(s) a(s) Agricultura(s) Urbana(s) no compêndio do trabalho, com atribuições de graus de intensidade de atuação no território, ficando a gradação Fraca ao centro do gráfico, a gradação Média ficou na intersecção média e a final, a Forte, na parte externa do gráfico. A construção dessa visualização dos fenômenos se deu conforme descrição a seguir.

As atribuições de valoração dos gráficos levaram em conta as considerações dos atores abordados. Quando houve destaque de um desses itens por mais de 10 entrevistados até 20 retornos, considerou-se o atributo como Médio na caracterização da atividade. Os retornos favoráveis acima de 21 indagados foram considerados como atributos Fortes. Os retornos abaixo de 10 indagados levaram o quesito Fraco. Os quesitos que receberam destaques negativos foram decrescidos das atribuições positivas em cada um dos itens do gráfico. Os indiferentes, por sua vez, não foram somados/decrescidos. A opção por essa distribuição levou em conta a amostragem em cada município, que foi de 31 atores, ou seja, optou-se por atribuir o quesito Fraco a menos de 1/3 da amostragem, o quesito Médio às situações acima de 1/3 e abaixo de 2/3; e Forte àquelas acima de 2/3 dos retornos obtidos em cada um dos municípios ao longo da pesquisa.

Por fim, destaca-se ainda a utilização dos *softwares* ArcGis 9.1 e Track Maker 13.9 para elaboração de mapas e croquis, figuras que além de localizar as áreas em questão, auxiliaram explicações acerca das manifestações do fenômeno no espaço geográfico. Esses programas utilizados para a elaboração dos mapas contemplam exigências normativas cartográficas, bem como procuram satisfazer as exigências de apresentação gráficas. Salienta-se por fim a inserção de duas situações excepcionais, que são os croquis, em ambos os casos as figuras visaram expor apenas a localização dos locais na totalidade das áreas dos municípios estudados.

5 AGRICULTURA URBANA: O CONTEXTO DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS

Em um mundo visto como uma totalidade em movimento, o espaço pode ser visto como uma forma-conteúdo, forma que não pode ser separada do conteúdo e vice-versa, confundindo objetos e ações, mediante uma intencionalidade, em um permanente movimento de dissolução e recriação do sentido, produzindo e reproduzindo o espaço como um híbrido (SANTOS, 2004, p. 24-25).

A Agricultura Urbana, enquanto atividade humana, funda-se por abordagens que vão ao encontro de possibilidades locais, bem como se orienta de acordo com visões e/ou interesses bastante particulares em relação àqueles que concebem a mesma. As conceituações dessa atividade são fruto de reflexões ligadas à atividade, seja via fomento, seja através de sua manutenção ou até mesmo objetivo de extinção. Não raro, emergem projetos ou mesmo críticas advindas de órgãos públicos. O meio acadêmico, por sua vez, tem efetuado alguns trabalhos pontuais, sem maiores abordagens em termos de concretização da situação efetiva dessa atividade, mas sempre com apontamentos muito importantes das manifestações e relações nas escalas específicas das práticas.

Dessa forma, as variações das abordagens cada vez mais têm induzido indagações críticas em relação à complexidade exposta, bem como a diversidade de possibilidades e elementos por ela fornecida, sem esquecer que a mesma acaba por impor também limites. Esses limites, muitas vezes acabam por suplantar as possibilidades de execução da atividade, o que representa rompimento (quando da sua existência) ou não execução (quando de projetos - públicos ou privados - para sua implementação).

5.1 O Espaço Urbano de Belém-PA: voltando olhares para as Ilhas Cotijuba e Mosqueiro

[...] o espaço é um produto da sociedade e, portanto, reflete tanto a sua estrutura como a sua dinâmica [...] o seu entendimento só será possível se estiver acoplado à compreensão da sociedade. Nesses termos, a cidade não se produz isolada, ela é a imagem de si mesma a partir de impressões, transformações e permanências herdadas da cultura de um povo (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

O denominado “descobrimento” de Belém do Pará⁵⁸ ocorreu no século XVII, tendo o município passado por uma gama de modificações no espaço, principalmente no que compete

⁵⁸ Denominação atribuída pelo autor em sua obra que foi empregada como referência. Ver mais em Oliveira (2010).

a sua “urbanidade”. Assim, as ocupações históricas constituíram os fatores que influenciaram a sua ocupação.

Inicialmente foi ocupada por espanhóis em razão do Tratado de Tordesilhas. Tal acordo data de 1494 (vide APÊNDICE G) e foi a “porta de entrada” da Amazônia chamando a atenção de holandeses, ingleses e franceses. Porém, a ocupação portuguesa extrapola os limites do Tratado de Tordesilhas, através dos Bandeirantes, passando assim a haver maior ocupação daquela porção da Amazônia. Belém torna-se uma colônia portuguesa oficialmente confirmada com o Tratado de Madrid 1750. Posteriormente, o ciclo econômico da borracha (1850-1920) passa a conformar uma cidade palco de distintas passagens que levam Belém à ampliação de sua infraestrutura urbana que culmina com processos denominados de “internacionalização” da cidade, com a constituição de uma elite local. Porém, com a produção de látex na Malásia, tal ciclo declina vertiginosamente e a sequência de tal processo acaba em estagnação (DIAS e DIAS, 2007).

Cabe salientar, contudo, que o processo de urbanização na Amazônia e não diferentemente em Belém-PA, apesar de já possuir um espaço urbano desenvolvido advindo do período do ciclo da borracha, é observado mais intensamente no período que compreende o pós-1960. Após o chamado *boom* da borracha, o período que se seguiu, de 1920 a 1967⁵⁹, compreende um período “em geral considerado como o ‘[...] período da cidade em crise na Amazônia’ (OLIVEIRA, 2003, p. 18). Autores de matrizes metodológicas variadas e, também, de visões de mundo diferentes consideram a cidade, nessa região e época, como letárgica ou imersa numa crise grande” (OLIVEIRA, 2010, p. 33).

O processo de urbanização é acelerado via intervenção estatal, conforme Pereira (2006, p. 24): “[...] O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana”, relacionando-se intimamente a iniciativas nacionais. Assim,

Objetivando a interiorização da vida política e econômica do Brasil, o Presidente criou, no Planalto Central, a nova Capital. Desde o princípio da República, essa interiorização se tinha constituído em sonho nunca realizado. Tornando-a realidade, Kubitschek pretendia integrar as várias regiões do País entre si e com a Capital [...]

⁵⁹ [...] a espacialidade da cidade na Amazônia no período compreendido entre 1920 e 1967 se desenvolve pelo encadeamento de continuidades e rupturas, num sistema de ações que em alguns momentos são extraordinariamente dramáticos. Precisamente, esses são marcados pela queda do preço da borracha e pela crise política. Ao mesmo tempo em que os sujeitos se confrontam, a cidade continuou a existir e, por meio deles e com eles, se tornou um lugar de resistência e de experiências ímpares, como o lugar das festas, das criações artísticas, aparecendo como alternativas à vivência urbana (OLIVEIRA, 2010, p. 34).

Na verdade, a rodovia seria mais exatamente chamada São Paulo-Belém ou o trecho Anápolis-Belém da ligação Sul-Norte (HÉBETTE, MARIN, 2004, p. 36).

Essa logística instituída despertou interesse por matérias-primas, propriedade fundiária e fomentou investimentos em projetos industriais e agroindustriais distintos, tendo como resposta imediata a ampliação da população local. Diante dessa assertiva, a cidade: “[...] assumiu o papel de elemento de mediação entre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e a ressocialização da população migrante” (PEREIRA, 2006, p. 24).

Dessa forma, não se pode atribuir espontaneidade ao processo de urbanização nesse caso, já que mesmo no ciclo da borracha, ou mesmo anteriormente, impulsos externos, “orientações” operaram sobre o ambiente local, tendo as paisagens e dinâmicas sido influenciadas diretamente, forjando orientações particulares. Destarte, Hébette e Marin (2004, p. 42) apontam para a experiência de um processo de colonização dirigida, visto as ações do Estado brasileiro, já que:

A distinção entre colonização espontânea e dirigida diz mais respeito, no contexto moderno, aos momentos e à intensidade da interferência do poder público [...] As experiências das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, respectivamente, poderiam servir de ilustração para essa afirmativa.

Esse processo seguiu ininterrupto nas décadas posteriores (de 1970 e 1980), culminando em conformações que se observam na atualidade e são concebidas enquanto ambiente urbano em Belém-PA. As repercussões se dão diretamente em sua evolução, unindo passado e presente na cidade. Conforme Pereira (2006, p. 24) no traçado estadual estas ações perfazem:

[...] um conjunto de transformações sobre a urbanização da região, cujas características, para as décadas de 1970 e 1980, podem ser descritas da seguinte forma: a valorização dos centros localizados às margens das rodovias; a reprodução de pequenos núcleos dispersos – povoados e vilas – vinculados à mobilidade do trabalho; a retração de núcleos antigos, que ficaram isolados à margem da nova circulação; a imputação de franjas urbanas avançadas [...] os estudos mais recentes indicam novas tendências [...] o reforço da metrópole dispersa ou “metropolização” [...] de um lado, a proliferação de pequenas cidades e o crescimento dinâmico de novos núcleos [...]

Essas áreas urbanas periféricas são compostas por indivíduos que, em sua maior parte, migraram do campo para a cidade ou vivem nesses locais há muito tempo. Esses locais se

encontram, em grande parte, nas ilhas que compõem o município e não eram vistas e nem vivenciadas como ambiente urbano.

O município de Belém-PA é composto por cerca de 2/3 de área por ilhas, com grande diversidade de características naturais. Dentre elas, muitas apresentam estruturas urbanas, algumas lembrando ambientes urbanos, outros rurais. Mesmo diante dessas estruturas, a delimitação territorial extrapola as suas características naturais.

Diante dessas estruturas, as Ilhas de Cotijuba e Mosqueiro comportam ambientes urbanos na delimitação política e em muito lembram ambientes rurais. A Ilha de Mosqueiro possui inclusive plano diretor, conforme Silva (2010, p. 40): “A Lei nº 7.684, de janeiro de 1994, dispõe sobre o Plano Diretor e versa como instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana. Este Plano versa sobre a função social das ilhas e sobre a propriedade imobiliária de fins urbanos [...]”.

Quanto a Mosqueiro, Silva (2010, p. 41) define da seguinte forma:

É a maior ilha do município, com 21.254,67 ha, possuindo área maior que a continental (17.378,63 ha) de Belém. Comunica-se ao município por ligação rodoviária, construída tendo por base justificativas atreladas ao potencial turístico que a ilha possui. Apesar de sua área física, apresenta baixa densidade populacional, em especial no ambiente rural [...] A população que reside no ambiente urbano é de 26.139 habitantes, em contraste aos 1.757 habitantes residentes no ambiente natural. Existe assim um grande contraste quando comparamos com a quantidade de habitantes da área continental do município, moram mais de um milhão de pessoas em área semelhante [...] A ilha possui ainda praias em suas faces oeste e norte, com habitações que são ocupadas durante a temporada de veraneio, período em que a população chega a atingir cerca de 250.000 pessoas.

Em relação à ilha de Cotijuba, a descrição de Silva (2010, p. 43) é a seguinte:

Esta ilha apresenta fatos pertencentes à história da cidade de Belém. Durante a fase da colonização da cidade, Belém possuía alguns engenhos distribuídos no ambiente natural ao redor do sítio histórico da cidade [...] No início do século XX, houve em Cotijuba uma escola para reeducação de menores infratores, mais tarde transformada em presídio. Trata-se, portanto, de ambiente rico em edificações históricas, sendo necessário planejar atividades relacionadas à preservação e utilização de unidades de patrimônio histórico existentes [...] No passado, Cotijuba destacou-se como um importante centro abastecedor de hortifrutigranjeiros, tendo este quadro se modificado com a alteração do perfil do varejo na cidade e pela dificuldade de colocação de produtos no mercado [...] A ilha carece de equipamentos comunitários, embora existam um Posto de Saúde e escolas, igrejas, trapiche e outros. Recentemente foi implantada a distribuição de energia elétrica, sendo ainda incipiente o abastecimento de água e o saneamento [...] Existem plantios diversos na ilha [...] A ilha de Cotijuba possui plano diretor praticamente pronto, que necessita,

entretanto, de debate na Câmara Municipal de Belém e em audiências públicas, para sua aprovação.

O mesmo autor empregado para descrever as ilhas de Cotijuba e Mosqueiro, chama a atenção para o fato das mesmas apresentarem:

[...] alguns ambientes alterados pelo homem para a produção rural [...] Embora possuam diferenças [...] apresentam [...] ações antrópicas localizadas [...] Entretanto, ao denominar rural o ambiente natural, generaliza-se como rural toda a área que possui significado relacionado à produção agrícola (SILVA, 2010, p. 26).

Observa-se, nesses dois casos, espaços nos quais a urbanidade engloba o seu espaço (mesmo quando não totalmente) e guarda consigo, ambiências rurais, hábitos, cultura e relações interpessoais. Conforme Oliveira (2010, p. 43) localmente:

[...] a centralidade imposta pelo poder coercitivo atraiu, normatizou e hierarquizou. Por sua vez, a centralidade que se impôs tentou reduzir as diferenças e produzir um espaço urbano homogêneo. Essa homogeneidade ficou aparente, visto que a cidade é fragmentada, podendo ser identificadas várias cidades dentro das cidades maiores, e cidades as mais diversas nas cidades menores.

Diante dessa realidade, observa-se o avanço urbano e a manutenção de estruturas que permanecem (mesmo com alterações) em práticas cotidianas, produtivas e de ocupações. Além disso, mesmo as inserções produtivas modernas carecem de organizações que levem consigo demandas de uma população cada vez maior, com menor demanda de mão-de-obra (em relação à produção como um todo) e que necessita de alimentação. Diante dessa perspectiva, o espaço Urbano de Belém-PA abarca, já há algum tempo, práticas vinculadas à produção agrícola, logo, se encontra envolvido com o que se denomina Agricultura Urbana e possui dinâmicas diversificadas.

Por fim, cabe apresentar a evolução populacional da capital paraense, que, a exemplo do estado, bem como das demais capitais brasileiras e do próprio país, tem apresentado crescimento em seu contingente urbano nas últimas duas décadas (vide figura 8).

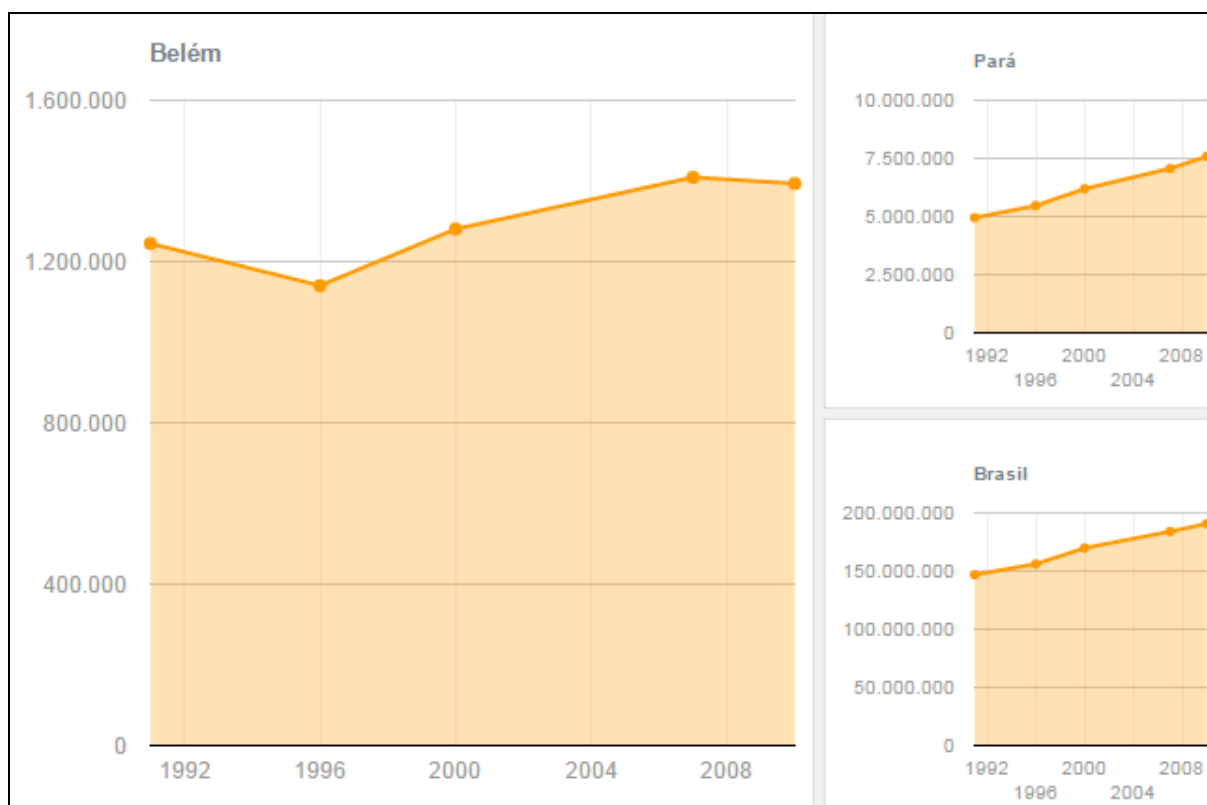


Figura 8: Evolução populacional de Belém, do Pará e do Brasil, de 1992 a 2008

Fonte: IBGE (2010).

Ainda que na última década do século XX tenha ocorrido um período de decréscimo populacional em função de fluxos de migração, este foi logo atenuado, com retomada do crescimento da população local. Tal situação aplica-se às ilhas em questão, ou seja, Cotijuba e Mosqueiro⁶⁰, inclusive porque na questão da segunda ilha, posteriormente ao período da redução da evolução populacional, houve iniciativas de alocação populacional via reforma agrária em alguns espaços, com os assentamentos urbanos.

5.2 O Espaço Urbano em Porto Alegre-RS

Ao inserir o meio urbano na paisagem geográfica do capital como parte integrante do processo geral de reprodução das relações sociais e condições gerais de produção em escala ampliada [...] a constante construção e dissolução de estruturas móveis e fixas, de espaços socialmente construídos [...] confere-lhes uma espacialidade complexa e contraditória - uma dimensão espacial em perpétua transformação num processo dialético e contraditório, onde, apesar de necessários, novos espaços tornam-se obstáculos para espaços futuros [...] A cidade, o espaço urbano, assim passa a integrar a paisagem geográfica do capital enquanto parte necessária de um espaço social complexo e pleno de contradições que simultaneamente estimula e

⁶⁰ Afirmação da Secretaria de Economia - Divisão Rural (PA).

obstaculariza o desenvolvimento e reprodução das relações sociais de produção a nível geral, num movimento de construção de novos espaços e destruição/apropriação de espaços pretéritos (LIMONAD, 1999, p. 78).

Assim como a do Pará, a história do Rio Grande do Sul também foi marcada pelo Tratado de Tordesilhas, que dividiu o território nacional brasileiro entre Espanha e Portugal. Porém, diferentemente dos limites físicos do Pará, que ficou com sua porção oeste destinada à Espanha e a parte leste para Portugal, o Rio Grande do Sul ficou a oeste da linha divisória, ou seja, destinada à Espanha.

Portugal inicialmente respeitou os limites estabelecidos. Porém, com o passar do tempo, efetuou ocupações que avançaram as fronteiras demarcadas, apossando-se de frações de áreas da porção litoral do estado. Esse fato se deu logo após a fundação da Colônia do Sacramento em 1680. É importante salientar que, conforme Muradás (2008, p. 46):

[...] Na realidade os portugueses já haviam descoberto as terras que seriam o Brasil, não divulgando essas descobertas por ficarem na zona que estava então atribuída à Espanha e pela política de segredo empreendida pelos portugueses. Isso nos leva a entender que o Brasil já era perfeitamente conhecido sob o ponto de vista da Geopolítica da Coroa portuguesa, assim restava ao soberano usar todos os artifícios para evitar uma corrida rumo às novas terras, preservando o interesse nacional português.

Em vista do processo vigente, decorrente dos fatos apresentados, a partir da fundação da Colônia do Sacramento, o litoral do Rio Grande do Sul passa a ser percorrido no intuito de garantir a posse do território, em virtude da ocupação e povoamento do mesmo. Tal ocupação seria fundamental para os interesses portugueses. Esse fato possibilitou, no ano de 1640, a soberania de áreas no Rio Grande do Sul, onde já se expandiam estâncias de súditos da Coroa Portuguesa. Assim, se estabelecem, posteriormente, acordos visando constituir definições acerca da situação das terras situadas ao sul do Brasil. A partir desses acordos o Rio Grande do Sul passa ao controle da coroa Portuguesa⁶¹ (PORTO ALEGRE, 2014).

⁶¹ Esse processo histórico brevemente exposto no texto está inserido num contexto muito mais amplo, a qual o presente trabalho não se debruça especificamente dado o objetivo da Tese. Ainda sobre esse contexto, cabe ressaltar que: “Na prática, o que se demarcou em Tordesilhas foram as zonas de influência e as fronteiras, reservando-se a dinâmica e a atuação de cada país a futura ação nos territórios [...] A fronteira demarcada em Tordesilhas foi meramente enunciada, figurando em um texto que serviria de fonte de valor diplomático, mas que não seria levado em conta pelas impossibilidades técnicas da época” (MURADÁS, 2008, p. 47). Ver mais em Muradás (2008).

O início da ocupação do espaço porto-alegrense ocorre ainda no século XVII, porém a transição de povoado primitivo para as então freguesias só viria a ocorrer posteriormente. Os primeiros imigrantes chegaram à região⁶² do estuário do Guaíba para se estabelecer nas três sesmarias que hoje abarcam a localização de Porto Alegre. As três primeiras propriedades foram ocupadas em:

[...] 1732, por sesmarias concedidas a Sebastião Francisco Chaves, a Jerônimo de Ornellas Menezes Vasconcellos e a Dionysio Rodrigues Mendes. Eram 3 estâncias, ocupando cada uma área equivalente a mais de 13 mil hectares. Essas estâncias se estendiam, de norte a sul, desde o Rio Gravataí até o Arroio do Salso, tendo como limite ocidental o Rio Guaíba (PORTO ALEGRE, 2014, p. 1).

Para o município de Porto Alegre, o transporte de gado para outras porções do País teve uma forte influência, uma vez que o mesmo representou importante ferramenta de ocupação do território e expansão e consolidação de suas estruturas. A instalação de Jerônimo de Ornellas Menezes Vasconcellos no estado, e mais precisamente na sua sesmaria, situada na parcela que hoje é Porto Alegre, envolveu por parte da coroa Portuguesa a colonização de área até então não habitada. Todavia, nas terras onde Ornelas se estabeleceu havia a ocupação de indígenas de várias tribos. Conforme Spalding (1967, p. 13):

A encantadora gleba de terra em que repousa, atualmente, o município de Porto Alegre, foi, como todos os recantos do Rio Grande do Sul e do Brasil, antes de nela penetrarem os brancos europeus, terra virgem habitada por grupos de silvícolas, todos, pelo menos ultimamente, isto é: antes das penetrações portuguesas, do grande grupo indígena Guarani.

Para além da relevância das vias terrestres na ampliação e consolidação da estruturação municipal, o fluxo marítimo também teve destaque para a Porto Alegre de hoje, em função da existência do porto às margens do lago Guaíba.

Foi nesse porto que Porto Alegre recebeu uma grande parcela de açorianos. Cabe salientar que a maior parte desses indivíduos não se fixou no local, pois os mesmos buscavam adentrar o território sul-riograndense rumo ao oeste, em direção aos Sete Povos das Missões no atual Noroeste Gaúcho (APÊNDICE H), com vistas a integrar o maior contingente

⁶² Conforme a abordagem de Duarte (1980, p. 25): [...] uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social. Ela passa a ser um objeto para se entender uma totalidade social e a organização do espaço por esta totalidade [...]. Região são espaços em que existe uma sociedade que igualmente dirige e organiza aquele espaço. Que tem atuação sobre o mesmo, ainda que seja uma atuação associada a interesses de outros espaços ou de certos grupos sociais ou mesmo de capital externo à formação social.

territorial possível. Porém, os mesmos acabaram por “esbarrar” nas limitações físicas de acesso, pois as limitações da profundidade dos rios impediram uma expansão do percurso. Esse contingente açoriano fundou várias cidades ao longo do percurso, que teve como mote limítrofe o município de Rio Pardo (fundado em 1750). A partir de então, essa população passou a se dedicar à produção agrícola, sobretudo ao plantio do trigo (SOUZA, 2000).

Porto Alegre, diante dessa situação, vivenciou o fato de: “[...] além de ter sido o local de embarque inicial, passou a ser escoadouro natural da região. Através de seu porto, a produção seguia em direção ao mercado nacional” (SOUZA, 2000, p. 24). Pode-se observar ainda a importância do canal fluvial para Porto Alegre, através da exposição do Centro de Pesquisa Histórica da Secretaria Municipal da Cultura, que afirma:

A importância do rio para os moradores de Porto Alegre manifestou-se desde início da ocupação. Representou o direito de permanência em suas margens, a solução para garantir a sobrevivência através da pesca e construção de barcos e, finalmente, oportunizou o alargamento do universo conhecido quando da chegada, não só pelo contato com outros núcleos populacionais, como também pelo acesso a outras vias fluviais a que o Guaíba dava e ainda dá acesso. Fica fácil, portanto, entender porque foi ali que começou o povoamento e dali partiu a planificação urbana e demarcação de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2014, p. 2).

Quanto à situação das sesmarias que constituíam Porto Alegre, a oficialização da posse do território consistia num importante aspecto para o sesmeiro Jerônimo de Ornellas. Porém, somente a partir de 1740 ele recebe da Coroa Portuguesa concessão provisória da sua terra.

Sua intenção não era de criar na sua sesmaria um núcleo de povoamento, já que visava apenas à apreensão do gado solto e sua reprodução para comércio. A partir de 1744, recebeu a confirmação de posse das terras já ocupadas e, mais tarde, viu seus interesses pecuários prejudicados por aquela instalação de indivíduos em sua sesmaria. Assim, formou-se a primeira área de desapropriação para o estabelecimento e demarcação de áreas agrícolas e de ruas do que viria a ser Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2014).

A fixação dos açorianos no município de Porto Alegre iniciou-se no ano de 1751 e avançou até 1752, marcando um novo capítulo na história da ocupação do espaço, sobretudo no tocante à ampliação da estrutura urbana. A estimativa do número de pessoas que chegaram, à época, é de cerca de 300 pessoas, o que contribuiu sobremaneira com a

ampliação do contingente populacional⁶³. A fixação desse contingente na sesmaria foi favorecida pelo conhecimento da criação de gado, fato que facilitou o início e a posterior consolidação da sua atividade laboral. O local de fixação desses indivíduos influenciou diretamente no desenvolvimento de áreas que hoje envolveram principalmente os bairros Centro, Praia de Belas, Azenha, Cidade Baixa e Moinho de Ventos.

Posteriormente, a fase compreendida entre 1820 e 1890 foi marcada pelas imigrações de alemães (1824) e italianos (1875) ao estado e, ainda que em menor proporção, a Porto Alegre, com influências em sua conformação. A influência sobre a cidade que viria a ser a capital gaúcha não se deu com tamanha primazia em função da menor influência da alocação desses imigrantes do que em outras partes do estado.

Os primeiros imigrantes alemães se estabeleceram-se ao norte de Porto Alegre, onde fundaram colônias e núcleos alemães que, mais tarde, viraram municípios, como: São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga (SOUZA, 2000). Os italianos, por sua vez, “[...] se estabeleceram nas encostas superiores da serra nordeste, ocupando os divisores de águas, através também de pequenas propriedades, onde ficaram praticamente isolados [...] Com tradição no cultivo do trigo e da uva, procuraram desenvolver nessa região essas mesmas culturas, obedecendo também à indicação do governo para a produção na região” (SOUZA, 2000, p. 39).

A maior interferência desses processos imigratórios envolve o contexto da produção, pois a ampliação da produção agrícola traz consigo o fomento econômico dessas novas regiões e logo abarca o município de Porto Alegre, uma vez que a comercialização da produção dessas regiões (tanto nacionais quanto internacionais) acabou por envolver o município, em virtude do porto ali existente. Esse processo também acelera o crescimento populacional como fruto do período de prosperidade econômica. De acordo com Singer (2007, p. 154) a ampliação é “de 12 mil para 52 mil habitantes”. Mas esse processo não cessa, pelo contrário, acelera-se rapidamente, pois em “[...] 1890, contava com 52 mil habitantes; dez anos mais tarde, já se verificavam 73 mil habitantes” (CARVALHO, 1996, p. 67).

O período posterior, mais precisamente de 1890 a 1945, destaca-se pelo crescimento industrial e desenvolvimento urbano ocorrido em Porto Alegre. Acerca desse fenômeno, as

⁶³ Em 1752 [...] a Coroa Portuguesa, emite ordem para que dos 200 açorianos que se apresentaram para a viagem, oitenta ficassem no sítio de Viamão com a finalidade específica de construir canoas para o transporte às Missões e a exploração do Rio Jacuí (PORTO ALEGRE, 2014, p. 2).

diversas consequências envolvem dinâmicas sociais e populacionais que afetam direta e indiretamente, atividades internas e externas ao município, ao passo que também propiciam transformações de infraestruturas no âmbito da cidade (fisionômicas e socioeconômicas), bem como de suas relações externas. Segundo Carvalho (1996), dois períodos anteriores interferem na expansão urbana, são eles: 1910-1912 e 1913-1914, quando as construções de prédios públicos, principalmente, marcam tal ascensão. Exemplo disso são os prédios dos Correios e Telégrafos e da Delegacia Fiscal.

A partir desse momento, passam a haver mudanças profundas e processos de transformação da estrutura do município, pois: “Porto Alegre era uma cidade com graves problemas de estrutura urbana. Suas ruas eram, geralmente, íngremes e pouco pavimentadas [...]” (CARVALHO, 1996, p. 66).

Assim, o processo de industrialização e as transformações econômicas em Porto Alegre passam por uma intensa expansão conjuntural. De uma parte, o avanço derivado das iniciativas de produtos manufaturados desses imigrantes advindos da Europa surtiu efeitos efetivos, de outro a existência de um mercado consumidor amplo que não se restringia apenas ao município e à região, mas que passara a ter um considerável impacto econômico e a abocanhar fatias do mercado⁶⁴.

Para além de questões específicas do contexto local, as dimensões conjunturais e carências brasileiras no período, além das ligações econômicas desenvolvidas pela capital enquanto ofertante de produtos, tanto primários quanto industrializados, foram preponderantes para Porto Alegre afirmar-se como centro escoador da produção do Estado. Esses novos papéis assumidos pela capital produziram transformações econômicas na totalidade da cidade, pois exigiram não apenas remodelações, mas também ampliações no que tange a questões infraestruturais⁶⁵ e maiores condições de acomodação da população. Surgem, assim, novos bairros e um crescente processo de expansão ocupacional no âmbito local.

⁶⁴ Conforme Souza e Muller (2007, p. 75): “O desenvolvimento industrial em Porto Alegre não se deu, entretanto, somente à existência de um mercado consumidor relativamente amplo. Veio juntar-se a ele o estrangulamento da importação de produtos manufaturados durante as duas guerras mundiais, que forçaram a aceitação inicial do produto nacional e proporcionaram-lhe, assim, tempo para se firmar no conceito da população e, ipso facto, no mercado”.

⁶⁵ Antes de começar sua transformação, Porto Alegre era uma cidade com graves problemas de estrutura urbana. Suas ruas eram, geralmente, íngremes e pouco pavimentadas. Na maioria, o pavimento era feito de pedras irregulares e desgastadas pelo tempo [...] O sistema de águas servidas era feito de forma rudimentar: em cada casa, corria por baixo do assoalho uma canaleta que atravessava toda sua extensão e despejava na rua, na sarjeta do passeio público, toda espécie de dejetos fétidos. Outro sistema era o dos cubos, onde se depositava o lixo em

O período posterior à segunda guerra mundial abarca ainda mais modificações no espaço urbano da capital gaúcha. Durante esse processo, ocorrem alterações que ampliam o número de edificações e, ao mesmo tempo, expandem estruturas locais e alteram marcas estruturais do espaço urbano até então constituído. As construções necessitam cada vez mais de expansão, sobretudo vertical, marcas essas que as alteram consideravelmente, bem como hábitos, práticas e ocupações da população. Assim:

Na medida em que Porto Alegre se modernizou, em termos de espaço urbano, gradativamente apagou um pouco dos vestígios de seu passado. Em termos de arquitetura, a imponência das construções feitas à época ameaçou os antigos sobrados, fazendo perder o encanto dos que ainda o tinham, e também, ofuscando os olhos de seus habitantes, enchendo-os de esperança e desejo de prosperidade. Tais transformações se refletiram na perspectiva de uma nova forma de viver social, quando velhos hábitos cederam lugar a novas experiências. Provou-se, assim, dos primeiros goles da futura e próxima embriaguez da vida urbana moderna (CARVALHO, 1996, p. 66-67).

Diante de tal desenvolvimento do espaço urbano, a cidade cada vez mais passa a assumir um papel econômico maior no estado, e carecendo de maior potencial de absorção de indivíduos. Conforme Carvalho (1996, p. 67):

A complexidade da vida urbana aumentou gradativamente, pois novos contingentes populacionais aqui chegaram sem que houvesse as condições necessárias de absorção, e esses vieram a se somar no panorama da nova sociedade porto-alegrense. Isto foi fruto de uma urbanização acelerada e do desenvolvimento das atividades secundárias e terciárias.

As mudanças processadas nesse período iniciam um avanço dessas atividades em detrimento de espaços agropecuários. Ainda que persistissem práticas nesse sentido, com o passar do tempo, cada vez mais procuravam avançar sobre os mesmos no intuito de buscar um avanço urbano que alocasse uma população crescente e uma destituição da prática agrícola no município. Assim: “[...] foi preciso que se transformasse definitivamente o perfil da cidade, tornando-a apta aos novos tempos. Estes seriam marcados pelo florescer de atividades ligadas à indústria ao comércio em larga escala” (CARVALHO, 1996, p. 67).

Esse processo perdurou durante toda a segunda metade do século XX, de forma ininterrupta, e mesmo as propostas de atividades e valorização de espaços e paisagens rurais do município acabaram sucumbindo diante da especulação e das necessidades imobiliárias da

uma espécie de barrica que era recolhida duas a três vezes por semana por funcionários municipais (CARVALHO, 1996, P. 66).

capital. Os dados que demonstram os intensos processos migratórios do estado, que intensificam a urbanidade durante as últimas décadas do século passado, contemplam o seguinte:

Em 1950 tínhamos pouco mais 394 mil habitantes que representavam 9,46% da população total do estado, já em 1980 o contingente populacional passou de 1 milhão de habitantes representando 14,48%. A partir da década de 90 temos uma desaceleração do crescimento populacional da capital, em 1991 aproximadamente 1,2 milhões de pessoas viviam em Porto Alegre e em 2000 estes valores chegaram à 1.360.590 habitantes. Entretanto, a desaceleração populacional não representou a redução significativa da participação da capital no total populacional do estado, pois, em 1991, representava 13,82% e, em 2000, 13,35%. As referidas características econômicas vivenciadas pelo estado propiciaram a ampliação dos movimentos migratórios do campo, não somente em direção à capital [...] à expansão da mancha urbana direcionou-se para áreas periféricas da então cidade, tanto na direção nordeste, como também na direção sul. A referida expansão deu-se, em grande medida, por ocupações irregulares e formação de vilas populares, por projetos habitacionais do poder público e projetos de construtoras do setor habitacional [...] A partir da década de 1990, começam a aflorar novas características em Porto Alegre, uma delas é o deslocamento de boa parte da população de alta renda da porção mais central da cidade, em direção a áreas rurais próximas, para os novos condomínios de luxo. Ocorre também a proliferação de loteamentos regulares e, principalmente, irregulares, dando conta das carências habitacionais das populações de baixa renda (KOSENIESKI, 2009, p. 49-50).

No que tange à organização e ao planejamento urbano de Porto Alegre, em 1959 foi apresentado o primeiro Plano Diretor do Município. O mesmo foi resultado de esforços anteriores, que se iniciaram desde a década de 30, ainda que só tenha sido implementado em 1961, sendo considerado um marco para a cidade⁶⁶.

Em 1979, foram feitas revisões do antigo Plano Diretor, que já estava em vigor há quase 20 Anos. Nessa atualização, foi buscada a consolidação de um único texto legal; saneamento de possíveis desatualizações das informações e do planejamento até então existente; a crescente problemática ambiental; a adequação ao Plano de Desenvolvimento Metropolitano de 1973; as mudanças econômicas e sociais; além da evolução das técnicas e recursos para o planejamento (NYGAARD, 2005). Assim, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano:

[...] pela primeira vez o planejamento atingiu toda a área municipal, definido-se as zonas urbana e rural, com a primeira sendo dividida em partes de uso intensivo e extensivo. Também como novidade, o 1º PDDU introduziu, ainda que de forma

⁶⁶ Esse plano diretor foi instituído através da Lei 2046 de 1959 entrando em vigor quando de sua aprovação via Lei 2330 (PORTO ALEGRE, 2014).

bastante restrita, a participação comunitária no processo de planejamento. (PORTO ALEGRE, 2014).

Foi no ano de 1999 que se aprovou a Lei Complementar 434, colocando em ação o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) em Porto Alegre. Esse novo planejamento municipal, até hoje em vigor, traz novas proposta para o município. O maior impacto fica a cargo da inserção do conceito que a totalidade do município corresponde a espaço urbano, estabelecendo a “extinção oficial” da zona rural. Essa definição denota a Porto Alegre:

O conceito de que tudo é cidade, reconhecendo a integralidade do município em seu território e das relações desenvolvidas sobre o mesmo. Isto significa que o território é composto pelas Áreas Urbanas de Ocupação Intensiva e Ocupação Rarefeita. A Área Rural, hoje abrangendo morros reservados para a preservação natural, uma área junto ao Lami, o Parque do Delta do Jacuí e a Várzea do Gravataí ao norte do dique, passando à jurisdição do município, se incorpora ao conjunto de Estratégias que visam o desenvolvimento sustentável do todo. A responsabilização do poder local sobre todas as suas áreas, as quais concorrem com demandas e suprimentos ao centro urbano, aumenta a sua capacidade de formulações de respostas adequadas à sustentabilidade ambiental e social, uma vez que passa a considerar o todo com um sistema indissolúvel e que funciona complementarmente (PORTO ALEGRE, 1999, p. 7).

A herança que fica para as delimitações físicas do município consiste em um território voltado à expansão urbana com uma tendência à redução dos espaços rurais, na qual o espaço (a terra) cada vez mais é visualizado enquanto mercadoria. Contudo, o município porto-alegrense, mesmo após essa determinação jurídica, possui muitas áreas ao sul, por vezes bairros, que se apresentam como espaços eminentemente rurais.

Tal realidade culmina com o avanço urbano que vai de encontro a essa realidade de manutenção de estruturas e práticas cotidianas produtivas, de labor ou mesmo de lazer vinculadas à agropecuária. Nesse compasso, mesmo as inserções urbanas via avanços do setor imobiliário na cidade acabam esbarrando em carências, no que tange a demandas de uma população crescente e a uma iminente demanda por alimentos. Destaca-se que na capital gaúcha não são comercializados alimentos apenas no aspecto quantitativo, mas também qualitativo, como é o caso de produtos orgânicos e agroecológicos. Diante dessa perspectiva, o espaço urbano de Porto Alegre, até o presente momento, pode se afirmar enquanto local que nunca se desvincilhou de práticas vinculadas à produção agrícola, logo, se encontra envolvido com o que se denomina Agricultura Urbana e possui dinâmicas que abrangem diferenciadas

iniciativas que fomentaram e ainda fomentam as ações vigentes em seus territórios produtivos.

Por fim, cabe apresentar a evolução populacional da capital sul-riograndense que vivenciou, no final do século XX e início do século XXI, um crescimento que, embora abaixo das taxas do estado como um todo, também expressou ampliação do contingente populacional. Assim como o crescimento do Município foi inferior ao do estado, o crescimento da capital foi inferior ao nacional e destoou da maior parte das demais capitais brasileiras. No mesmo período, as demais capitais nacionais apresentaram crescimento muito superior em seu contingente (sobretudo o percentual urbano que, no caso porto-alegrense dos anos 2000, já são contabilizados como a totalidade da população) conforme se verifica na figura 9.

Cabe salientar que esse crescimento reflete diretamente no valor da terra, uma vez que se amplia a demanda por espaços privados, logo, ocorre maior “pressão” sobre as áreas agrícolas cultivadas. Dentre as demandas existentes, ressalta-se a importância das habitações, uma vez que as mesmas se constituem na maior demanda desse contingente populacional adicional.

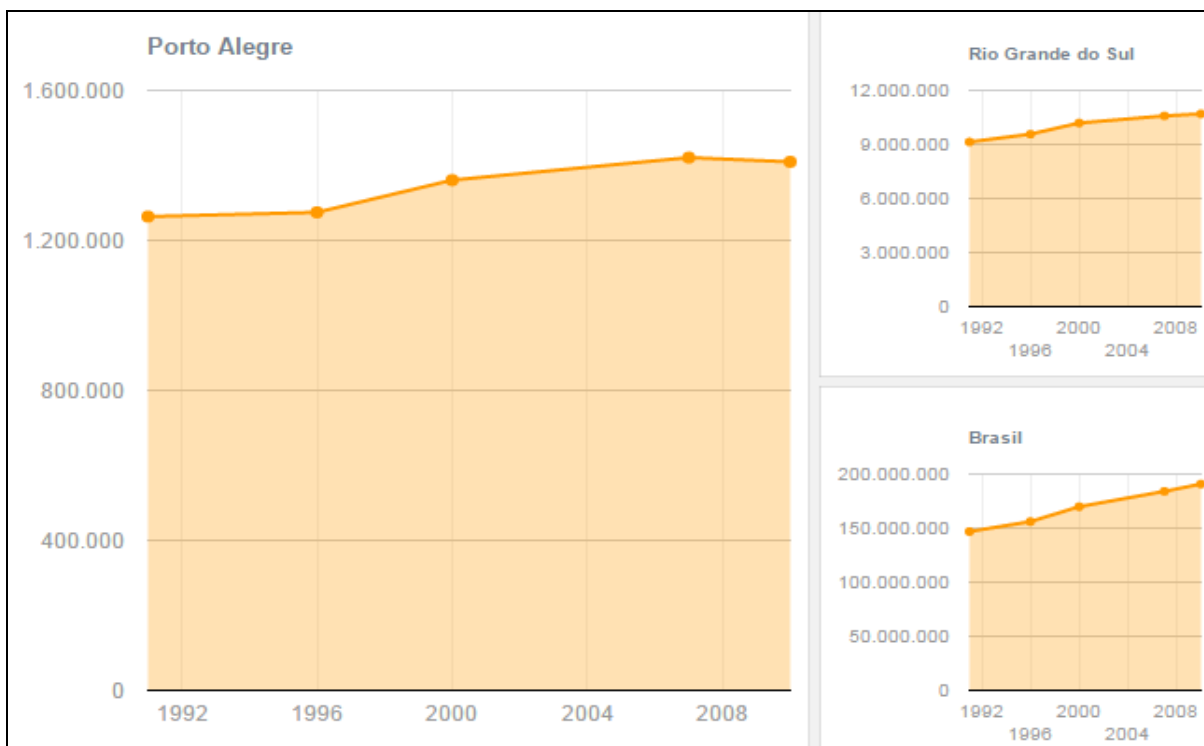


Figura 9: Evolução populacional de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil de 1992 a 2008

Fonte: IBGE (2010).

A figura anteriormente apresentada expõe uma realidade próxima a um processo de estagnação do crescimento populacional no início da última década do século XX⁶⁷. Porém, logo na segunda metade da década, retoma o crescimento. Tal situação aplica-se ao município como um todo, pois, ainda que as áreas mais centrais (centro e região no entorno) seguissem recebendo crescente volume de habitantes, as novas iniciativas (tais como condomínios ou aglomerados urbanos emergentes) passaram a compreender cada vez maior número de migrantes que rumaram a Porto Alegre.

5.3 As práticas da Agricultura Urbana em Belém-PA: As feições nas Ilhas de Cotijuba e Mosqueiro

As práticas de Agricultura Urbana, conforme se pode visualizar nos conceitos anteriormente apresentados, diferem-se socioeconomicamente, logo, oferecem ocupações, carecem de investimentos e benefícios alimentares ou renda em variadas situações. Nesse sentido, os objetivos são fundamentais para concretizar a forma como a Agricultura Urbana se materializa, sendo atividade que envolve a busca por benefícios alimentares ou financeiros, ou então benefícios ambientais e paisagísticos.

Os custos com práticas que se voltam a benefícios ambientais e paisagísticos são, em sua maioria, efetuados pelo poder público. É o caso de reservas ou parques nas cidades, que são custosos e costumam ser arcados pelo poder público, pois

[...] a criação e manutenção de parques urbanos contribuem para a amenização dos problemas [...] pois as áreas verdes são importantes para a obtenção de uma boa qualidade de vida no ambiente urbano, além do seu valor ecológico, estético e humanístico, ampliando a representação do lugar e da natureza na cidade (BOVO, AMORIM, 2011, p. 323-349).

⁶⁷ A partir da década de 90 temos uma desaceleração do crescimento populacional da capital, em 1991 aproximadamente 1,2 milhões de pessoas viviam em Porto Alegre e em 2000 estes valores chegaram à 1.360.590 habitantes. Entretanto a desaceleração populacional não representou a redução significativa da participação da capital no total populacional do estado, pois em 1991 representava 13,82% e em 2000 13,35%. As referidas características econômicas vivenciada pelo estado propiciaram a ampliação dos movimentos migratórios do campo não somente em direção a capital, mas também a áreas menos densamente habitadas, tanto no Rio Grande do Sul, como em outros estados (KOSENIESKI, 2009, p.49-50).

Existem também situações de condomínios e espaços de prédios onde os moradores possuem melhores condições financeiras, podendo, assim, efetuar investimentos para manter uma área que ofereça benefícios paisagísticos e redução da temperatura, por exemplo.

Já quando os focos são benefícios alimentares ou financeiros, existe a necessidade de a área oferecer benefícios socioeconômicos, variando as especializações, o emprego de mão de obra e a vinculação ao mercado. Pode-se observar na figura 10 a relação entre produção e o benefício socioeconômico.

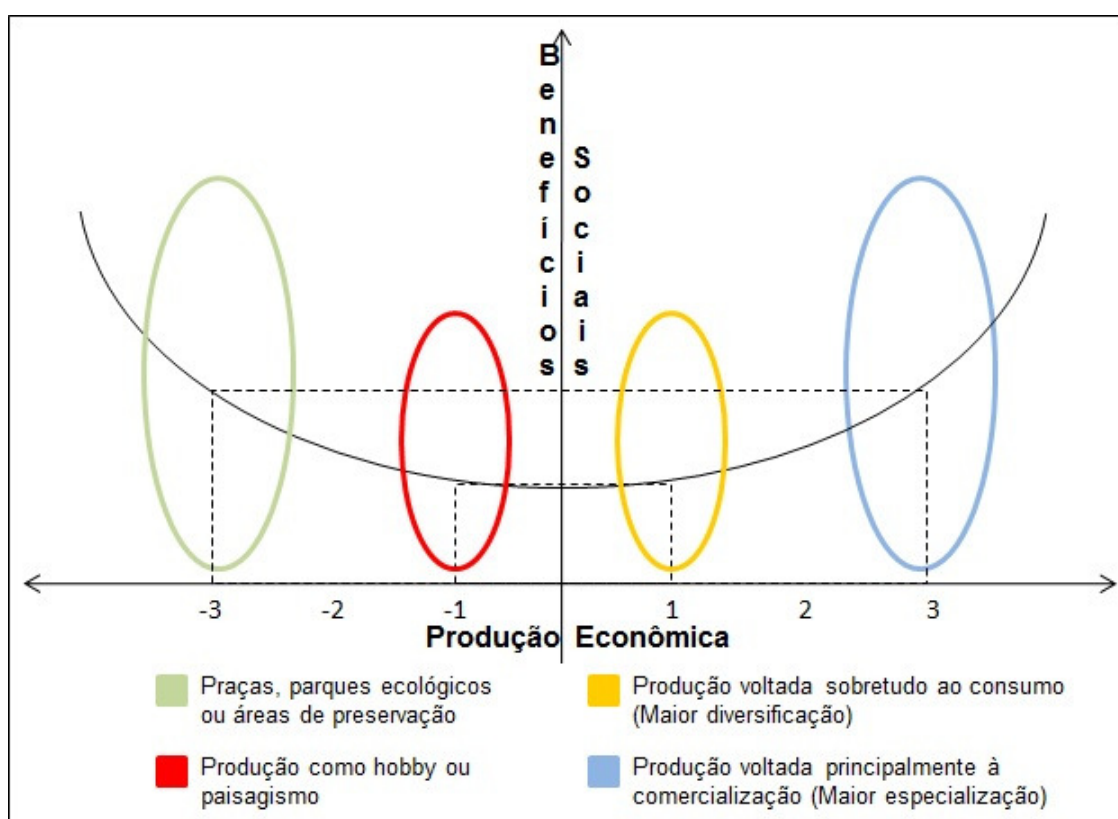


Figura 10: Gráfico Ilustrativo da relação produção e benefício socioeconômico⁶⁸

Fonte: Trabalho de campo (2011).

Quando situado negativamente no gráfico, os custos se elevam conforme se pode observar à esquerda do gráfico, ao passo que os benefícios variam entre questões ecológicas,

⁶⁸ As relações socioeconômicas estabelecidas foram elaboradas a partir dos retornos dos indagados nas entrevistas em Belém-PA e Porto Alegre-RS. Assim, os valores numéricos estabelecidos conforme os retornos se referem a espaços em torno 30 cm² para ganhos ou gastos de 1 Real. Contudo salienta-se que esses valores numéricos podem variar em virtude da variação de custos e retornos. Exemplos dessa variação podem ser apontados em função do tipo de cultura, diversidade de cultivos e escala de produção, pois conforme se verificou, os custos foram decrescentes quanto maior a superfície e a escala produtiva; ao passo que tendem a elevar-se quanto maior o número de espécies e a quantidades de cultivos.

cenário físico ou mesmo lazer. No caso de pequenos custos, estão as atividades paisagísticas ou atividades de lazer, sendo originados por insumos e/ou a contratação de mão de obra como caseiros e jardineiros para cuidar ou auxiliar a manutenção do cultivo, conforme diz um entrevistado na porção central de Belém-PA:

O que os moradores querem é ter um local bonito que agrade os moradores que geralmente passam pelo local e volta e meia mandam as crianças irem pra lá brincar, porque lá eles têm segurança e podem cuidar deles [...] quase nunca comem as frutas ou os temperos da horta [...] é mais pro pessoal olhar... como dizem: é um lugar pra ficar e colocar as crianças mesmo, principalmente nesses calor que faz por aqui (CASEIRO 1).

Os custos aumentam à medida que há a necessidade de uma área maior e com mais cultivos. Assim, torna-se necessário contratações de seguranças para cuidarem do local, e jardineiros para manutenção. Os objetivos estão, portanto, voltadas para melhorar os ambientes urbanos e/ou oferecer espaços de lazer e distração para a população.

Em se tratando de questões socioeconômicas, verificou-se duas situações, sendo o tamanho da produção decisivo para elevar custos, área e ocupações. Ainda que esses parâmetros possam se alternar, a relação entre a função e os gastos é decisiva para determinar retornos, pois em não havendo qualquer consumo (autoconsumo ou comercialização) e havendo gastos, a relação tende a se mostrar de forma negativa no tocante aos gastos efetuados com tais cultivos.

Os casos de cultivos mais especializados puderam ser observados em iniciativas de agrovilas, como no caso da Agrovila da ilha de Mosqueiro (Figura 11) e dos assentamentos urbanos, onde ações associativas proporcionam maiores benefícios no âmbito social e os retornos econômicos maiores se referem aos retornos absolutos obtidos com os produtos agrícolas⁶⁹. Uma das questões a ressaltar condiz com a natureza do fenômeno turístico na ilha, uma vez que a mesma possui um potencial alternativo para muitos desses espaços. A Agrovila é um espaço que cada vez mais vem tendo crescimento em proporção quantitativa e em importância socioeconômica. O turismo⁷⁰, nesse espaço, a exemplo de sua expressão contemporânea, pode ser observado enquanto conceito que:

⁶⁹ Cabe salientar que os baixos custos da produção como o pouco uso de insumos adquiridos externamente e a demanda mais local (via recepção de consumidores visitantes) reduz os custos com o transporte, de forma a contribuir marcadamente com os benefícios econômicos referentes aos quesitos absolutos de renda.

⁷⁰ A segmentação turística deriva dos tipos de oferta da atividade. Conforme Brasil (2006, p.03): “A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado.

[...] alcançou conotações, significados e consequências altamente complexas que transcendem elementos quantitativos e de crescimento numérico. Em nossa época, o turismo é resultado de processos sociais e culturais não inteiramente quantificáveis, e que são imprescindíveis para sua compreensão e para implementar ações que permitam obter dele os melhores rendimentos globais, sejam eles financeiros ou não. (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 12).

Essa atividade se sobressai localmente à medida que permite a valorização do meio, tanto através do apelo à natureza e seus potenciais paisagísticos⁷¹, como pelas características físicas do local que, via acesso rodoviário, possibilita maior facilidade no tocante a deslocamento dos visitantes até as áreas de destino turístico. Essas áreas situam-se nas bordas da ilha, com seu acesso passando em frente, ou, então, estão muito próximas aos produtores que tiram proveito dessa proximidade para comercializar a sua produção.

Um aspecto induzido que se pode observar é que, havendo maior direcionamento ao mercado, verifica-se crescente demanda de produtos orgânicos ou, então, de produtos que sirvam de matéria-prima a um determinado produto industrial, conforme observado na ilha de Cotijuba, fornecedora da Priprioca para uma empresa multinacional do ramo de perfumaria e cosméticos. A Priprioca (*Cyperus Articulatus*)⁷² é uma erva inerente às características amazônicas, é utilizada na indústria de cosméticos, principalmente perfumes. Seu cultivo se dá muitas vezes em pequenos espaços, como quintais.

Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. A partir da oferta, a segmentação define tipos de turismo [...] Tipos de Turismo: Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo de Pesca, etc.”

⁷¹ Ao se pensar na estrutura da personalidade do lugar, a paisagem assume especial destaque, pois é precisamente dela que nos chega muito da percepção. Como externalidade, resulta sempre do casamento do que uma sociedade herda e se apropria, com aquilo que suas necessidades praticam. Ou seja, é o conjunto de formas num dado momento e por isso mesmo algo que está sendo sempre refeito na mesma matriz.

⁷² O mercado de perfumaria é ávido por novos produtos da rain-forest e a Amazônia tem as condições para produzir produtos de qualidade internacional e se impor no mercado [...] A Natura, maior empresa brasileira de cosméticos, tem em seu portfólio perfumes com o óleo essencial de priprioca [...] A extração de plantas aromáticas pode gerar extratos, absolutos e concretos padronizados para o mercado de perfumaria e cosméticos. A padronização levará a matérias-primas qualificadas para a indústria cosmética e perfumaria e também à farmacêutica (BARATA, 2012).



Figura 11: Agrovila localizada na Ilha de Mosqueiro

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Assim, a figura 11 procura expor graficamente relações entre produto e benefícios socioeconômicos no tocante a ocupação e renda, apresentando quatro grupos que foram encontrados na pesquisa e sobre a qual parece haver a manifestação do fenômeno Agricultura Urbana.

Os produtores abordados demonstram grande autonomia em torno de suas práticas e decisões, mesmo quando vinculados a associações, que servem como amparo institucional e de articulação local, sobretudo frente aos órgãos públicos municipais, estaduais e nacionais.

Os indivíduos, organizados em cooperativas, foram identificados nas comunidades Doroty Stang e Mari-Mari. Em ambas, as estruturas estão baseadas nas experiências e vivências ligadas ao movimento de luta pela terra. Embora os indivíduos de Mari-Mari ainda não tenham sido assentados, eles estruturam-se de forma a organizar os seus espaços para a produção, com igual organização a da comunidade Doroty Stang. Curiosamente os moradores assentados na Agrovila de Mártir de Abreu, apesar das pequenas propriedades e da ideia de organização em conjunto que fora pensada, não têm se organizado conjuntamente em nenhum aspecto.

O que é relatado e se pode observar em todas as áreas visitadas é a fundamental importância na produção de alimentos, pois famílias e parentes envolvidos na atividade

agrícola dizem não ter condições de sobrevivência sem os alimentos que obtêm de sua prática produtiva, a exemplo do relato a seguir:

Aqui a gente produz muito em pouca área, precisa, né, porque senão ninguém não come [...] temos oito filhos pra criar e o único dinheiro que ganhamos é o da venda dos próprios produtos, que é feita pela minha mulher ali na beira da praia, aquela ali que recebe bastante turista. (PRODUTOR 22 de Belém-PA).

As produções costumam se centrar em produtos típicos/culturais apenas se diferenciando quando da inserção da produção especializada destinada a indústrias de maior porte. Nesse caso, o que se observa é a desistência de cultivos tradicionais como espécies frutíferas, temperos e hortas em que plantavam verduras e algumas folhosas. Ao se visualizar tais relações, cabe salientar que os produtos mais destacados na produção, se manifestam através dos dois principais produtos enquanto culturas lembradas por quase a metade dos atores indagados na pesquisa, são eles o Açaí (45,2%) e a Macaxera⁷³ (41,9%). Os dois produtos seguintes lembrados por mais de um quarto dos indagados são o Cupuaçu (35,5%) e o Maxixe (25,8%). A Figura 12 apresenta visualmente os produtos citados.



Figura 12: Produtos típicos/culturais produzidos pelos agricultores urbanos de Belém-PA (pela ordem: Açaí, Macaxera, Cupuaçu e Maxixe)

Fontes das Imagens, pela ordem: PLANTAS MEDICINAIS & FITOTERAPIA (2012); PORTAL SÃO FRANCISCO (2012); ARARA (2012); FOIE GRÁS COM DENDÊ (2012)

Org.: WANDSCHEER, E. A. R.

Muito embora tenham sido esses quatro produtos que se destacaram entre os mais lembrados, outros produtos são relevantes no contexto do município, conforme se pode observar no caso do Cariru, do Coco, do Cheiro Verde, dentre outros (vide APÊNDICE L). Existem ainda os casos isolados de hortas acompanhadas pela Secretaria de Economia, através da Divisão Rural, embora nem todas se encontrem ativas (Figura 13). Conforme os próprios responsáveis da instituição pela continuidade do projeto, atualmente as ações têm se restringido a breves acompanhamentos, sem periodicidade exata e com rápidas orientações técnicas. Segundo o entrevistado: “Não temos mão de obra para acompanhar mais de perto,

⁷³ No sul do país comumente denominado de Aipim ou Mandioca.

assim, fazemos alguns acompanhamentos rápidos sempre que vamos a algum dos locais [...] E quando eles ainda persistem ativos, ou seja, com plantações, porque na maioria das vezes o pessoal abandona [...]”.



Figura 13: Horta Ativa e Inativa acompanhadas pela Secretaria de Economia

Fonte: Secretaria de Economia, através da Divisão Rural (2011).

Diante dessa circunstância, a agroindústria parece ser a possibilidade latente e promissora, em que conste a perspectiva de pequenas unidades, em escalas não muito amplas, pois a mão de obra local não é abundante, as áreas têm limitações e a expansão de estabelecimentos poderia comprometer a sustentabilidade produtiva e ambiental dos espaços.

Em que pese a questão da agricultura urbana a partir da premissa do autoconsumo, focando as possibilidades para a produção do núcleo familiar, observa-se, em diversos locais, sobretudo em áreas de maior extensão (muito embora grande parte em Belém-PA seja área de preservação), não apenas a possibilidade como a necessidade da obtenção de maior número de mercados consumidores, bem como que os mesmos sejam mais perenes e rentáveis, podendo manter características de proximidade decorrente da venda direta ao consumidor, principalmente o turista que passa pelas proximidades.

Assim, considera-se a agroindústria relevante e com potencial não apenas pela agregação de valor ao produto, mas também por ser elemento de inserção de indivíduos na prática agrícola. No entanto, tem-se que considerar a necessidade de aporte público e privado para o fomento dessas iniciativas, pois, do contrário, dificilmente as mesmas conseguirão estruturar-se no cerne da produção.

Ao avaliar a inserção dos filhos na atividade agrícola, visualizou-se que 63,3% dos entrevistados com filhos, afirmaram que eles já não se encontravam mais na propriedade, ou, então, pretendiam abandoná-la totalmente ou tê-la apenas como local de moradia. A maior

parcela já não se situa enquanto produtor e tampouco se vislumbra como tal. Essa mudança é decorrente da pluriatividade, ou seja, trabalhos na construção civil, nos mercados, em restaurantes ou em serviços domésticos. Tais atividades poderiam ser associadas quando desenvolvidas no âmbito da propriedade e da produção local. Essa realidade poderia tornar viável economicamente a comercialização de uma série de produtos agrícolas, no momento não comercializados, além de ampliar a rentabilidade daqueles atualmente revendidos.

[...] as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou a posição na hierarquia familiar de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto em que ocorre a pluriatividade. Neste caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infra-estrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da evolução e tendências de tais fenômenos (SCHNEIDER, 2003, p. 14).

Assim como a agroindústria, a demanda por produtos orgânicos também se constitui num aspecto relevante em termos de mercado para a produção agrícola da maior parte das grandes cidades brasileiras. Porém, nas ilhas de Cotijuba e Mosqueiro, mesmo sendo uma prática que vai ao encontro de características peculiares à produção orgânica, observou-se que, apesar de produtos diferenciados, no município de Belém-PA, não ocorre a valorização (ao menos no quesito socioeconômico) desses produtos.

Nos hábitos da população, observa-se a realidade de demanda crescente dos produtos tradicionais. Possivelmente, o fato da quase inexistência de certificação de produto orgânico, com “selo”, elemento que passa confiabilidade ao produto e ao seu processo produtivo, possibilitaria ao produtor ofertar mercadorias aos consumidores com maior valor agregado de mercado.

Por fim, aspecto convergente a essa realidade se refere à desinformação que culmina na pouca valorização pelo consumidor em relação aos produtos que lhes são ofertados. Essa questão, voltada diretamente à informação, faz com que a população não valorize os produtos locais, ao menos sob o ponto de vista econômico, ou seja, enquanto mercadoria.

Um exemplo de tal realidade pode ser observado no Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO), situado na Agrovila da comunidade Mártires de Abreu (Figura 14), onde toda a produção é pautada em princípios agroecológicos.



Figura 14: Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO)

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Esses produtos deveriam merecer maior atenção por parte dos agentes públicos e privados envolvidos na comercialização, bem como dos atores locais envolvidos. Nesse sentido,

[...] a opção pela agroecologia como referencial teórico para a prática da agricultura urbana vincula esta a sistemas de produção orgânicos baseados em processos biológicos e sócio-econômicos locais, e sua importância na segurança alimentar e na implementação do desenvolvimento sustentável (AQUINO e ASSIS, 2007, p. 138).

Para além dos aspectos qualitativos, em se mantendo os níveis atuais de produção e verificando-se necessidades do mercado consumidor de demandar tais produtos, cabe às instituições e aos órgãos relacionadas a essas áreas esforços para o auxílio técnico necessário. Caso contrário, essa produção acabará ficando como a de Cotijuba, onde uma empresa do ramo de perfumaria demanda um determinado produto, especializando a produção. Tal realidade, de outra parte, prejudica a permanência de outros cultivos, pois em Cotijuba as hortas e as produções frutíferas foram abandonadas pelos agricultores ligados à empresa.

Com base nesses aspectos, observa-se que as mudanças derivadas da modernização da agricultura não foram vislumbradas de forma marcante na produção local da capital Belém-PA. O que se verifica é a persistência de práticas nas quais se observa um caráter mais tradicional, rotinas/padrões produtivos que guardam caracteres que remontam a produções de menor escala e menor emprego de insumos, pesticidas e maquinários nos cultivares, por exemplo. Aspectos como esse envolvem produções situadas na região metropolitana da capital Belém-PA, entre as quais está a Agricultura Urbana.

Quanto à pecuária, mesmo se fazendo presente e pertencente a práticas agrícolas em espaços urbanos, não tem grande expressão entre as atividades praticadas. Ao contrário de casos de piscicultura e avicultura, a pecuária bovina não foi encontrada na pesquisa. Essa

prática contempla apenas uma ou duas unidades e não se constitui em produto relevante, tanto que não chega a ser citada por 1/3 da amostragem.

Quando arguidos acerca dessa realidade, as exposições giraram em torno da dificuldade da manutenção, a necessidade de insumos para os animais, a rentabilidade, que não é compensatória diante da exigência de trabalho integral (e existe dificuldade de mão de obra nas famílias), e a área, problemática é destinada à agricultura urbana. Conforme o entrevistado:

Para ter algum animal na nossa propriedade precisaríamos de muito mais espaço, teríamos mais trabalho e os lucros não compensariam. Então pra que ter? As vezes temos uma ou duas galinhas no terreno, mas não é permanente e nem queremos que seja, acontece apenas quando alguém nos presenteia. Outros animais nem teremos, pois não temos como tratar (PRODUTOR 26).

Por outro lado, a atividade extrativa se concretiza como prática mais efetiva e presente na maior parte dos produtores, sendo constatada em mais de 96% das unidades produtivas visitadas e correspondendo a 100% dos casos quando se trata do autoconsumo. Destaca-se a produção e o consumo de frutas, principalmente de produtos tradicionais de Belém-PA, dentre os quais se destaca o consumo da fruta do Açaí (Figura 15), que acabou ocupando o espaço do palmito da palmeira do açaí, antes o principal produto agrícola belenense. O açaí é diariamente transportado, em grandes quantidades, para a parte continental do município. Não há o mesmo hábito no caso das verduras que, além de serem cultivadas em menor quantidade, o são em menos de 20% pelos produtores.



Figura 15: Açaí oriundo da Ilha de Cotijuba chegando ao continente

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Uma problemática relevante com que os agricultores têm de conviver diariamente refere-se ao transporte, pois se tratam de comunidades de baixo poder aquisitivo vivendo em ambientes insulares, onde a via marítima se constitui na única opção para o transporte de mercadorias (Figura 16).



Figura 16: Embarcações que fazem o transporte da Ilha de Cotijuba ao continente

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Diante dessa problemática em relação ao transporte, a dificuldade com alimentos perecíveis é recorrente e acaba provocando perdas consideráveis, além de comprometer a qualidade visual do produto, em virtude das altas temperaturas de Belém-PA. Os produtos não chegam “vistosos” aos mercados aos quais se destinam. Então, surge a figura do “intermediário”, o que vai acarretar custos altos ao produto, menor margem de lucro para o produtor e, conseqüentemente, maiores custos aos consumidores finais. Conforme Santos (2007), a problemática dos transportes e sua alocação em áreas de menor disponibilidade de capital se expressa diferenciadamente, sendo que:

As zonas de produção de forte intensidade de capital distorcem a seu favor a utilização dos meios de transporte. Elas podem pagar mais, por unidade de tempo, distância, volume e peso. Se há coincidência de período de comercialização de produtos de diferentes valores mercantis, os mais caros têm prioridade, com perdas tanto maiores para os outros, uma vez que o estoque de veículos de transporte é sempre nitidamente inferior às necessidades globais e que o próprio transporte não é uma mercadoria armazenável. A obrigação de passar por intermediárias cada dia mais numerosas e exigentes acarreta para os usuários, que atualmente vêm de todos os setores produtivos, uma necessidade ampliada de capital circulante (SANTOS, 2007, p. 144).

A melhoria no deslocamento dos produtos provocaria um impacto (positivo) para as finanças dos produtores que comercializariam seus produtos em feiras. Nos espaços pesquisados, foi identificada apenas uma feira de pequeno porte, uma iniciativa improvisada e

pontual de um comerciante na própria Ilha de Cotijuba (Figura 17), que comercializa com os habitantes locais. Esses produtos também são utilizados na elaboração de refeições para os turistas.



Figura 17: Feira improvisada por produtor da Ilha de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Nenhuma outra feira vinculada aos produtores foi identificada nesses espaços. Assim, pode-se inferir que a questão do transporte impossibilita essa iniciativa que, para ser viável, carece de consideráveis melhorias no que se refere ao armazenamento dos produtos ali produzidos para resistir ao tempo de serem transportados.

Cabe, porém, um breve adendo quanto à questão da ilha de Mosqueiro, pois nela já há ligação rodoviária através da ponte existente, possibilitando assim, interligação e acessos a mercados. A curiosidade, nesse caso, fica a cargo da localização do mercado consumidor, pois o mesmo se estrutura favoravelmente no espaço local em função do elevado número de visitantes que chegam à ilha procurando as praias locais. No entanto, essa estrutura da comercialização local tem um agravante que é o deslocamento até o continente belenense, uma vez que essa ilha é muito mais distante fisicamente que a ilha de Cotijuba, e isso aumenta o valor final dos produtos impedindo, assim, uma efetiva consolidação desse mercado consumidor.

Cabe destacar que os produtores não são proprietários de embarcações, realidade que contribui para que muitos dos produtos cultivados acabem estragando antes mesmo da possibilidade de ofertar ao comprador, seja ele existente ou potencial, este último quando se

trata de consumidores que adquirem produtos em um determinado local como feiras ou áreas comerciais.

Pode-se afirmar que essa realidade encontrada na presente pesquisa vai ao encontro da afirmação de Madaleno (2002, p. 170), pois em Belém-PA:

[...] o espaço tem, no geral, um valor de uso e não de posse; finalmente, esparciam-se as explorações agrícolas pela periferia, em lotes quer individualizados, como na ilha de Cotijuba, quer comunitários como no Mosqueiro ou Outeiro, de muito maiores dimensões, normalmente superiores ao hectare [...].

Por fim, cabe uma menção ao que representam os cultivos em espaços urbanos (como, por exemplo, as áreas verdes), sobretudo em capitais que agregam um grande número de moradores, amenizando temperaturas (em ilhas de calor, por exemplo) e oferecendo melhorias ambientais, ou ainda servindo de refúgio ou espaços de lazer à visitação. Essa possibilidade se observa em alguns espaços públicos, mas principalmente em espaços fechados de condomínios e prédios situados mais próximos às áreas centrais da cidade.

5.4 As práticas da Agricultura Urbana em Porto Alegre-RS

Assim como nos casos de práticas de Agricultura Urbana abordados em Belém-PA, as relações em Porto Alegre também se diferem no tocante às ocorrências socioeconômicas, situações que são o foco do presente trabalho. Assim, também existe a oferta de ocupações agropecuárias de forma mais ampla no caso da capital sul-riograndense, onde 12,90% utilizam empregados, dos quais 9,68% empregam mais de um funcionário. Além disso, outros 12,90% utilizam mão de obra de parentes para a produção agrícola, sem a qual afirmam não ter condições de produzir nos atuais patamares.

Os investimentos particulares na prática agrícola do município de Porto Alegre são maiores em relação à capital paraense. A diferenciação fica a cargo da prioridade pela comercialização, uma vez que os produtores afirmaram focar primeiramente a renda. Conforme as entrevistas, observou-se que 79,19% compreendem essa situação. Segundo o produtor 02 de Porto Alegre:

Na minha área produzimos no limite do espaço. Estamos sempre procurando aprimorar a produção dentro do possível, mas é claro que fica difícil diante das limitações que enfrentamos, mas vamos indo... lutando sempre né! [...] Dessa

produção procuramos ver o quanto conseguimos tirar com o produto in natura, principalmente aqueles que não conseguimos fazer nenhuma compota ou outro produto que vende a um preço maior. Depois disso aí consumimos o restante e dá bem pra toda a família... Até pros enteados.

A exemplo desse caso, foi possível observar que tal realidade também foi visualizadas em outros casos, que priorizam a comercialização. No entanto, cabe ressaltar que os benefícios alimentares familiares não podem ser excluídos, sobretudo em função dos potenciais produtivos que culminam não apenas com o lucro via venda de produtos, mas também na mesa dos produtores, sua família e parentes.

Nesse sentido, os enfoques da Agricultura Urbana são relevantes e apresentam relações com a localização e os mercados existentes no município, sendo, no caso porto-alegrense uma atividade que envolve a busca por benefícios financeiros e, paralelamente, (na maioria dos casos) a produção de produtos alimentares. Também se identificou situações de benefícios paisagísticos e de preocupação para com espaços de lazer, mas como item de menor preocupação das propriedades, principalmente naquelas de maior escala produtiva.

Igualmente na situação belenense, a questão dos custos voltados a práticas ambientais e/ou paisagísticas fica a cargo do poder público, como nos casos de parques e das áreas verdes da cidade. A diferenciação que foi possível observar nas ações e que fora destacada pelas instituições públicas locais consistiu no maior fomento às ações dos agricultores na:

[...] utilização de resíduos e rejeitos domésticos, tanto na forma de composto orgânico para adubação, como na reutilização de embalagens para formação de mudas, ou de pneus, caixas, etc. Há a utilização racional do espaço e confere-se um excelente valor estético, trazendo bem-estar e conforto ambiental, inclusive valorizando os lugares onde as atividades de AU estão inseridas (ARRUDA, 2011, p. 32).

Outras possibilidades voltadas aos aspectos ambientais e paisagísticos são os condomínios fechados. Conforme entrevista com o responsável pelos espaços verdes⁷⁴ de um condomínio fechado de Porto Alegre, essa área em questão consiste em:

Uma área quase inativa em termos de circulação de pessoas [...] Quando o pessoal procura é em função da temperatura [...] Esse período de verão, onde as pessoas querem ar fresco [...] no mais esses espaços acabam sendo muito mais para enfeite, pra vender o lugar e valorizar o condomínio [...] não deixa de ser importante, mas é

⁷⁴ Espaços comumente valorizados na capital que extrapolam as 571 praças e oito grandes parques urbanizados e as três unidades de conservação que, juntos, somam 20,79 km², de forma a se fazerem presentes em empreendimentos de maior porte, sobretudo de forma a agregar valor a esses empreendimentos.

isso aí [...] não dá pra dizer que é um espaço de importância fundamental e circulação do pessoal (CASEIRO 1 PORTO ALEGRE).

Assim, a existência de espaços de cultivo no âmbito urbano de Porto Alegre-RS, em grande parte, busca o retorno financeiro. Contudo, existem também aqueles que agregam benefícios paisagísticos e lazer aos locais via manutenção de cultivares, porém ressalta-se que comumente esses espaços privados contemplam apenas uma restrita parcela da população, dado o acesso restrito aos locais e aos altos custos para reproduzir em outras áreas essas produções. Tem-se, assim, uma segmentação desses tipos de espaços. Ganham ênfase, desse modo, os usos de parques e praças públicas que, de certa forma, suprem essas demandas da população.

Com isso, a lógica socioeconômica da produção local acaba se organizando e os focos se revelam, onde se observa o cultivo voltado para a produção de alimentos ou a comercialização e raramente apresentam relações com os espaços de lazer, paisagem e espaços públicos.

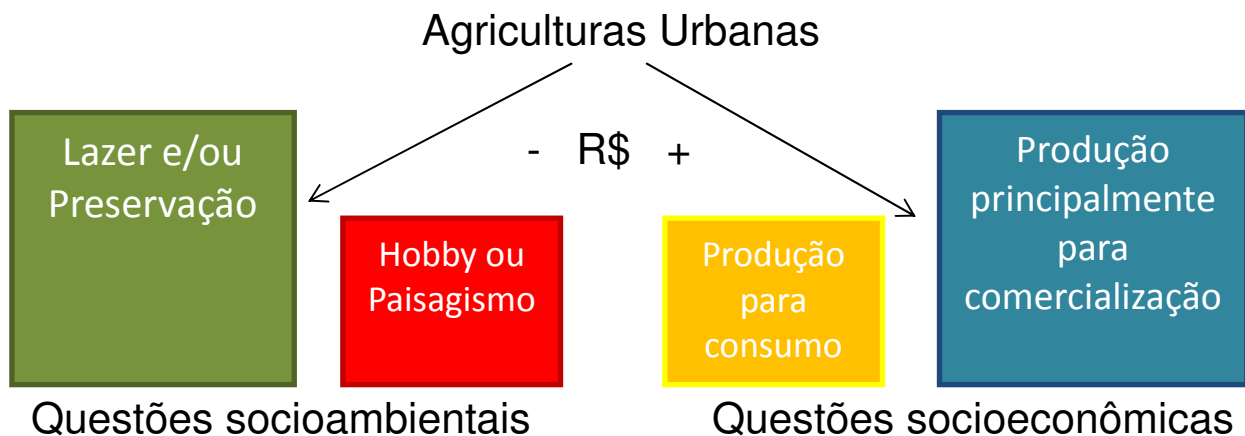


Figura 18: Relações das Agriculturas Urbanas com as questões Socioambientais e Socioeconômicas

Fonte: Trabalho de campo (2012).

No entanto, cabe destacar que tanto a lógica do retorno financeiro quanto a da preocupação paisagística ou de lazer trazem consigo benefícios sociais. Frente a essas relações, é importante visualizar as especializações que se fazem presentes, pois quanto maior a busca em termos produtivos e/ou quantitativos, maior será a ampliação produtiva, o emprego de mão de obra e a sua consequente vinculação ao mercado.

Relação inversa se dá no âmbito dos aspectos ecológicos, ambientais, paisagísticos ou de lazer. No caso de contratação de mão de obra para conservação do cultivo, fica claro na fala do entrevistado:

Atualmente são duas pessoas que cuidam das plantações e de todo o resto, mas já foram mais de três [...] Esse espaço é bastante frequentado como espaço de lazer, principalmente nos finais de semana, churrascos. Tem menos pessoas no inverno do que no verão, mas, mesmo assim tem frequentadores sempre [...] A gente pode ver que o pessoal gosta das árvores e tudo, mas não tem outra função que não seja sombra e vista (JARDINEIRO 1).

A relação produção versus custos, no município de Porto Alegre, tem menos a ver com a área cultivada, pois existe a contratação de efetivos expressivos mesmo para pequenos cultivos. No exemplo do entrevistado anterior, a área cultivada era pequena (cerca de 5000 m² ou 0,5 hectares segundo seu depoimento), com duas pessoas trabalhando (e já havia contado com mais). Assim, os dispêndios financeiros com a agricultura se apresentam de forma mais homogênea em condomínios e em áreas de lazer de prédios residenciais, nos quais não existe renda, pois a produção é para alimentação. Existem ainda os parques que contam com manutenção pública com a contratação de empresas terceirizadas, o que demanda um gasto ainda maior que fica a cargo da gestão pública.

Em todas essas situações, tratam-se de produções para melhorar as condições ambientais do espaço urbano, aspectos paisagísticos e locais de lazer para uma população que tem hábito de conviver com frequência nessas zonas da cidade.

De forma análoga aos aspectos socioeconômicos tratados em Belém-PA, tamanho da propriedade e necessidade econômica do produtor são aspectos centrais que elevam custos e ocupações do espaço. Olvidando os benefícios econômicos do autoconsumo, a produção voltada ao abastecimento do mercado exige maiores gastos e maior padrão de especialização, fato que acaba comprometendo, em parte, as diversificações da produção agrícola.

Se em Belém-PA os cultivos mais especializados vinculam-se às iniciativas de agrovilas e assentamentos urbanos, em Porto Alegre os mesmos se dão em propriedades caracteristicamente agrícolas que, não raro, destinam a maior parcela da produção à venda em feiras no centro da cidade ou junto à CEASA (Central de Abastecimento) da capital gaúcha.

Voltando à capital paraense, a demanda por produtos agroecológicos possui um importante canal de comercialização, que é a feira que ocorre nos sábados pela manhã na cidade e está localizada em uma área central do município. Porém, os produtores não

encontram muitos espaços desse tipo para escoamento da produção, uma vez que existe apenas uma única feira com esse foco. Um aspecto relevante nesse contexto da comercialização diz respeito aos retornos obtidos, uma vez que os produtos possuem muito mais valor agregado ao produto final, tanto que se verificou que a maior parcela dos produtos comercializados na feira alcança cerca de três vezes o valor do produto convencional comercializado nos supermercados. Essa realidade de preços também se verifica na capital sul-riograndense, Porto Alegre.

Os produtos comercializados na CEASA-RS (Figura 19), ainda que não garantam maiores retornos financeiros por produto, possuem um mercado consumidor “garantido”, com rápida comercialização da produção e baixos custos de escoamento. Isso traz vantagens, uma vez que não compromete a perecibilidade dos alimentos e permite garantir a manutenção dos ativos⁷⁵ agrícolas sem a necessidade de endividamentos com insumos, por exemplo, para a ininterrupção da produção. Outro aspecto que vale a pena salientar se dá nas práticas do escambo⁷⁶, ao final do dia, o que evita perdas e auxilia mutuamente a todos os comerciantes da Central de Abastecimento de Porto Alegre.



Figura 19: Espaço de Comercialização da CEASA/RS em Porto Alegre

Fonte: Trabalho de Campo (2012).

⁷⁵ Conjunto de bens, valores, créditos e semelhantes [...] (SANDRONI, 1994, p. 18).

⁷⁶ Troca de bens e serviços sem a intermediação do dinheiro. É o estágio mais primitivo nas relações de troca e caracteriza as sociedades de economia natural [...] (SANDRONI, 1994, p. 120).

A maior possibilidade de mercados aos produtores confere autonomia em relação às práticas e decisões na cidade sul-riograndense, sobretudo quando organizados em associações (Caminhos Rurais). Essa associação serve de “braço” para a multifuncionalidade, que criou um espaço institucional de valorização da ambiência rural, bem como a articulação local para recepção de visitantes via turismo rural. Destaca-se que a mesma possui representatividade ao se contrapor às iniciativas de especulação imobiliária e expansão do núcleo urbano, o que é facilitado ao se conceber a população Municipal como 100% urbana.

Os produtores associados aos Caminhos Rurais expõem uma gama de opções de Turismo Rural, com potenciais diversificados, com produções não convencionais, tais como cogumelos. Dessa forma, fica evidente o potencial de ações que auxiliam a renda e a comercialização da produção nas próprias áreas de cultivo. Porém, existem dificuldades observadas no que tange a agendamentos e organização. Primeiramente, existem os compromissos com a propriedade que raramente prioriza atividades turísticas. Em segundo lugar, a ocupação com a gerência não demonstra organização da pessoa física responsável, associada à ausência de fomento às atividade na propriedade.

Assim, observa-se que não se trata de cisão momentânea, mas a necessidade de aprofundar os diálogos internos, e talvez, as prioridades, já que a relação Produção versus Turismo Rural aparece na associação muito mais como uma multifuncionalidade divergente em relação aos interesses finais, do que uma complementaridade financeira/ocupacional.

Observa-se nas áreas visitadas a importância produtiva para a alimentação dos agricultores nas propriedades menores e a tendência a uma visualização mais comercial quando em propriedades maiores. Contudo, em ambos os casos, identificou-se desestímulo por parte dos produtores agrícolas urbanos em relação a sua atividade, mesmo que seja a única fonte de renda e que proporcione a sua sobrevivência e a reprodução social da sua família. A fala do agricultor da zona sul de Porto Alegre expressa essa falta de ânimo:

O que produzimos é o que conseguimos destino pra venda, porque é importante ter aquele que compra [...] sempre consumimos alguma coisa, mas o dinheiro tem que vir, senão a gente vai sair daqui e trabalhar em qualquer outra coisa e buscar ganhar um salário [...] A gente já pensa nisso, mas como gostamos de onde moramos acabamos resistindo mais um pouco [...] Não sabemos até quando, mas vamos ficando por aqui. (PRODUTOR 26).

Diante dessa realidade, as produções estão basicamente voltadas para atender a maior demanda dos mercados locais, mostrando certo potencial de produção em maior escala. De forma análoga ao caso belenense, observa-se a abdicação de cultivos tradicionais, como espécies frutíferas e temperos, que anteriormente eram plantados. A diferenciação se dá nos casos das hortas, pois os cultivos de algumas verduras aparecem com elevados percentuais na produção⁷⁷.

Os produtos que apresentaram maior presença nas produções foram as verduras, conforme salientado anteriormente, dentre as quais destacaram-se a alface e a rúcula, com quase 1/3 de presença entre os produtores indagados. A pecuária (calcada principalmente na avicultura) aparece com quase 1/4 dos retornos, logo seguida pela couve-flor, com quase 1/5 dos cultivares. Os percentuais finais foram os seguintes: Alface (29%), Rúcula (29%), Pecuária⁷⁸ (25,8%) e Couve-Flor (19,35%) (Figura 20).



Figura 20: Principais produtos produzidos pelos agricultores urbanos de Porto Alegre-RS (pela ordem: Alface, Rúcula, Pecuária e Couve-Flor).

Fontes das Imagens, pela ordem: POMERODE NEWS (2014); PORTAL SÃO FRANCISCO (2012); CTP (2010); SEMINIS (2014)

Org.: WANDSCHEER, E. A. R.

Um aspecto marcante nessas produções é que, mesmo sendo priorizados esses quatro produtos, há uma diversidade relevante. Outro aspecto marcante no espaço produtivo enfocado diz respeito à presença da agroindústria enquanto ferramenta potencializadora dos retornos econômicos. As práticas agroindustriais observadas podem ser classificadas como “agroindustrialização artesanal”. Conforme Pellegrini e Gazolla (2008, p. 59):

⁷⁷ Esse modelo de organização produtiva centrado nos cultivos mais perecíveis nas bordas dos núcleos urbanos pode ser visualizado na teoria dos círculos concêntricos de Von Thünen. Conforme Kageyama (2008, p. 15): “O modelo de Von Thünen, cuja primeira versão apareceu em 1826, é hoje certamente arcaico, mas algumas de suas ideias ainda têm aplicações modernas em estudos sobre padrões de uso da terra urbana e modelos espaciais de custos de transportes. Ver mais no Apêndice P.

⁷⁸ Na figura ilustrativa a mesma está representada pela avicultura, uma vez que a mesma está presente em 100% dos casos de pecuária abordados (A maioria de corte – em galpão – seguido pela avicultura caipira, essa última efetuada em áreas abertas). O segundo caso mais frequente foram caprinos (com menos de 1/3 das abordagens) seguida por casos esporádicos de pecuária bovina e piscicultura.

A [...] prática de agroindustrialização artesanal, realizada pelos agricultores, em tempos de supremacia do processo industrial, está diretamente relacionada à cultura de subsistência [...] e encontra nesta um suporte para sua manutenção. Mesmo com todas as transformações ocasionadas pelo modo de produção capitalista, esta prática persiste hoje, fazendo parte da vida dos agricultores familiares contemporâneos, constituindo-se numa estratégia para a manutenção da agricultura familiar e possibilidade de geração de renda.

Existem ainda uma série de outros fatores que podem ser inseridos no bojo de fatores que valorizam a prática, bem como centralizam na mesma potenciais de geração de renda e reprodução social, por vezes gerando empregos. Os principais aspectos que merecem atenção em relação à agroindustrialização são a agregação de valor e a possibilidade de evitar desperdícios oriundos da perda de produtos em virtude da perecibilidade. Esses aspectos conferem maior autonomia na gestão da produção, tanto em relação a aspectos quantitativos (via possibilidade de estocagem) como qualitativos, já que conferem maior valor ao produto, mesmo nas pequenas unidades visitadas.

Na presente pesquisa, observou-se na capital sul-riograndense que grande parte dos produtores situados no espaço urbano (pouco menos da metade deles) estão vinculados a alguma prática agroindustrial, conforme se pode observar na figura 21. Todas as afirmações positivas citaram a elaboração de compotas como atividade agroindustrial.

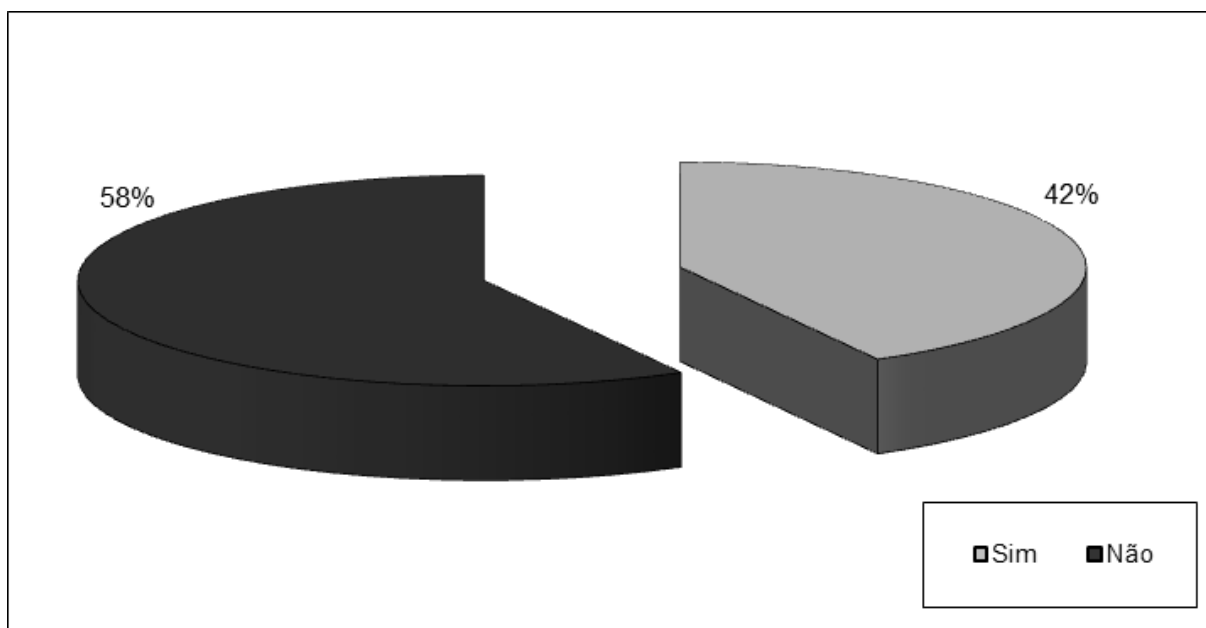


Figura 21: Gráfico da relação produção e benefício socioeconômico

Fonte: Trabalho de campo (2012).

Esses casos de agroindustrialização possibilitam cadeias de produção de ciclo curto, onde cliente e fornecedores se articulam diretamente em feiras (Figura 22), ou mesmo em visitas à propriedade, e possibilitam relações comerciais onde a aquisição se dá com moeda corrente.

Cabe destacar que não foi observado, nem seria necessário, em nenhuma produção agroindustrial, elevado montante de tecnologia no processo produtivo, apenas maquinários para envasamento das compotas. Caso houvesse maior necessidade de aprimoramento tecnológico a existência da agroindustrialização da produção poderia não existir, em virtude do empecilho financeiro que o mesmo representaria aos produtores. Estes possuem baixa capacidade de investimento para a aquisição de tecnologias⁷⁹.



Figura 22: Feiras Agroecológicas do Bairro Menino Deus e Av. José Bonifácio

Fontes: Trabalho de Campo (2012) e Porto Alegre Antigo (2014).

Apesar dos aspectos positivos anteriormente destacados, que conferem autonomia e retornos crescentes via elevação de preços, ampliação do potencial e da quantidade comercializada, conservação e ampliação de escala produtiva, curiosamente apenas em dois casos (6,7%) os atores envolvidos com agroindústrias afirmaram que seus filhos deverão permanecer na atividade.

⁷⁹ Para analisar atividades agroindustriais, conforme Batalha (1997, p. 41) destaca que é necessário: [...] definir a(s) cadeia(s) de produção e/ou complexo(s) na qual a empresa está inserida [...] As observações devem levar em consideração três grupos de fatores: [...] As relações comerciais diretas (clientes e fornecedores) [...] As relações comerciais indiretas (o fluxo de compra e venda dos clientes e fornecedores) [...] As relações tecnológicas (elementos de base de construção da cadeia).

Outro aspecto a ressaltar diante da relação da permanência dos filhos é que apenas 61,3% dos entrevistados com filhos (já que os entrevistados com filhos totalizaram 77,4% da amostragem, onde os demais 22,6% não têm filhos) informaram que os mesmos já não se encontram mais na produção/propriedade, ou, então, que pretendem, tão logo tenham condições financeiras, abandonar a atividade que exercem. Alguns poucos ainda cogitam permanecer na localidade, mas apenas como moradia, em não havendo condições econômicas de se estabelecerem em outro local.

Diante dessa realidade, a expectativa inicial seria a existência de contratações de mão de obra externa ao núcleo familiar. Porém, a mesma não foi verificada em nenhum caso vinculado às agroindústrias, fato que atenua essas atividades como artesanais essencialmente atreladas aos atores produtivos.

Deve-se salientar que, mesmo diante do fato da mão de obra familiar atualmente empregada não ser abundante, a sustentabilidade produtiva não se mostra comprometida até porque todos esses produtores/agroindustrializadores comercializam parte de sua produção em feiras agroecológicas. Para participar dessas feiras, os atores ratificam atenção especial em relação ao processo envolvido, do plantio até a obtenção do produto final.

No que tange aos aspectos produtivos da Agricultura Urbana, observou-se em diversos locais, uma importante aglutinação de mercados, onde se valorizam produtos “da época” e, portanto, valorizando a sazonalidade e a rentabilidade, aliando-se aos potenciais de proximidade.

Contudo, apesar de uma articulação interessante do núcleo familiar na produção identificaram-se ocupações externas em Porto Alegre, principalmente no comércio, trabalhos de diarista, cozinheiro(a), ou serviços domésticos. Essa situação de ocupações distintas daquela de agricultura vai ao encontro da ideia da pluriatividade.

Tal realidade, quando situada na propriedade, pode ampliar os retornos econômicos e pode diferenciar a propriedade fomentando a multifuncionalidade, para cumprir importantes papéis, não apenas econômicos, mas também sociais, como no caso das hortas comunitárias, onde o papel social ganha relevância.

Acerca da multifuncionalidade, Martin (2010, p. 65) destaca:

[...] la multifonctionnalité de l'activité agricole est aujourd'hui largement invoquée [...] dans la diversification des productions, des services rendus et des débouchés, se profile aussi la multifonctionnalité du sol et de l'espace. Ce n'est pas l'agriculteur qui doit diversifier ses activités pour maintenir ou accroître ses revenus, à la recherche

d'une viabilité de l'exploitation où les prix à la production sont désormais pris en compte [...] L'entrée choisie ici pour cerner la transformation des fonctions de l'agriculture périurbaine est celle du foncier et non celle des activités mêmes des exploitants agricoles via leur diversification [...] Le sol est une matière première que l'on peut modeler... ou conserver en l'état, que l'on peut affecter à tel ou tel usage selon les besoins exprimés par les sociétés locales et leurs représentants élus⁸⁰.

A multifuncionalidade, tal qual se apresenta na citação supracitada, contempla, nas áreas rururbanas de Porto Alegre, a ampliação de potenciais socioeconômicos, dos quais a renda e a ampliação de atividades no âmbito da propriedade como o turismo, constituem-se num aspecto relevante, com potencial atrelado à produção agrícola, conforme fora apontado para as ilhas de Cotijuba e Mosqueiro, em Belém-PA. Essa atividade, além da valorização econômica, traz consigo maior rentabilidade aos produtos.

Diferem, nas duas capitais abordadas, aspectos relacionados a elementos complementares que configuram suas realidades, tal como a diferenciação no processo de inserção de rotulagem e envasamento dos produtos agroindustrializados. Este vai conferir ao produto maior durabilidade, e distingui-lo como alternativo e não convencional como os produtos industrializados encontrados nas redes de supermercados.

Verificou-se nas realidades pesquisadas em Porto Alegre que:

[...] a agroindustrialização não remete a uma perda de identidade, pois o agricultor continua com seus vínculos rurais adequando-se à realidade e à estrutura agrária na qual estiver inserida [...] Vale aqui ressaltar com intensidade que um dos fatores que ainda assegura uma ótima quantidade de ocupação no meio rural é a agroindustrialização, pois detém um baixo nível de automatização, o que faz necessitar um maior número de envolvidos por escala se comparado com agroindústrias maiores. (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2006, p. 10).

Adiciona-se enquanto elemento potencial às produções o fato da diminuição da dependência do setor primário à medida que se eleva o nível técnico de escoamento da produção da matéria-prima via processamento do produto, onde se ampliam os potenciais competitivos frente a outros produtos similares encontrados nos estabelecimentos comerciais do município (Figura 23).

⁸⁰ A multifuncionalidade da atividade agrícola é amplamente evocada [...] na diversificação de produções, de serviços prestados e de oportunidades, se personaliza também a multifuncionalidade do solo e do espaço. Não é o agricultor que deve diversificar suas atividades para manter ou aumentar seus rendimentos, em busca de uma viabilidade de exploração onde o preço da produção são doravante considerados [...] A entrada escolhida aqui para identificar a transformação das funções da agricultura periurbana é aquele do agrário e não aquelas mesmas atividades das explorações agrícolas via sua diversificação [...] O solo é uma primeira maneira que se pode modelar... ou conservar no estado que se pode afetar por tal e tal uso segundo as necessidades expressas pelas sociedades locais e seus representantes eleitos (TRADUÇÃO DO AUTOR).



Figura 23: Produtos Agroindustrializados de produtores de Porto Alegre

Fonte: Trabalho de Campo (2012)

Outra oportunidade latente na comercialização dos produtores porto-alegrenses aponta para a certificação de produtos orgânicos, onde a relação de confiabilidade do produto atribui valor ao processo produtivo e possibilita mercados que abrangem desde a informalidade (principalmente na propriedade) até mercados de nicho que se dão habitualmente em feiras. Imersa nesse processo, encontra-se a valorização do consumidor, que, sobretudo em finais de semana, busca esses produtos nas feiras. Essa questão se molda transversalmente à informação que é levada de consumidor para consumidor, onde se valorizam conhecimentos tácitos junto a hábitos, através dos diferenciais oferecidos por esse produto.

Cabe salientar ainda que o processo se dá essencialmente entre os produtores, os mesmos não recebem maior atenção por parte dos agentes públicos, à exceção dos espaços de comercialização; não se observa a presença de agentes privados envolvidos na comercialização, ao menos no que tange aos produtores urbanos de Porto Alegre. Assim, a valorização de preceitos ecológicos e a não utilização de adubos e de insumos químicos têm um mercado diferenciado no município em questão e têm gerado, assim, um incremento econômico transformado em incentivo ao produtor. Essa realidade, segundo os próprios

produtores, tende, em curto prazo, a carecer de maior quantidade de produtores envolvidos nesse processo.

Afora os aspectos qualitativos (de extrema relevância no contexto) os níveis atuais de produção não conseguem atender a totalidade da demandada pelo mercado consumidor desses produtos, conforme se pode verificar na exposição do produtor 03:

A produção é comercializada toda aqui na feira. Sempre nos faltam produtos, porque os últimos que vêm pra cá comprar já não encontram a maioria dos produtos e sempre saímos com tudo vendido. Se eu e os outros tivéssemos mais produtos pra vender, a gente vendia, com certeza. Mas, como não temos como produzir mais, oferecemos o que temos para os nossos fregueses.

Tal realidade, por um lado, é prejudicial aos aspectos produtivos locais, porém vem ao encontro das prioridades do município, que vislumbra para esses espaços produtivos uma ampliação imobiliária, já que a demanda por moradia na capital tem aumentado ano a ano, ficando, assim, iminente uma relação de “disputa” entre cultivos e habitações.

Em relação às práticas, observa-se quase inexistência de maquinários, com exceções a cargo da pecuária avícola, onde alguns produtores utilizam maior volume de tecnologia em seus criadouros. Já os demais preservam um caráter mais tradicional, o que, para a grande maioria dos produtores (90,3% dos entrevistados) que vivem de suas rendas agrícolas, representa um problema técnico, pois limita a escala de produção e, sobretudo em produções menos diversificadas, a elevação da rentabilidade fica a cargo exclusivamente da maior qualidade do produto oferecido ao consumidor.

Nos casos de atividade produtiva pecuária, que contempla mais de 1/4 dos atores produtivos do espaço urbano local, destaca-se que tais produções se conformam essencialmente como aviária, uma vez que a totalidade dos produtores está dedicada a essa atividade. Desses produtores, 37,5% também possuem caprinos e 25% bovinos e pombas. A piscicultura foi citada apenas por um entrevistado, e demonstra que a atividade é bastante esparsa.

Contudo, o fato mais curioso diz respeito aos consumidores, onde a amostra apontou para 75% dos produtores comercializando produtos pecuários (animais ou derivados) a consumidores que os adquirem não com vistas a alimentação. A aquisição pecuária dos consumidores visa à utilização dos animais para cultos de instituições ligadas a culturas religiosas que efetuam tais práticas com frequência. Salienta-se ainda que esses produtores

foram os que declararam, em média, maiores rendimentos econômicos, com renda mensal de R\$ 2180,00. Segundo um dos avicultores (produtor 28), a situação deles frente às demandas expõe a seguinte concepção:

Dá para ganhar muito dinheiro com isso. O problema é que tem todo um controle dos órgãos fiscalizadores e temos dificuldade em aumentar o nosso espaço de produção. Em períodos de mais demandas - próximo a datas cultuadas por algumas religiões- a gente procura acelerar a produção, mas mesmo assim não chegamos nem perto de dar conta das quantidades que nos pedem. Além disso, ainda tem todo o problema com a cor dos animais e os tamanhos dos chifres dos cabritos por exemplo. Ou seja, adequação às demandas estéticas desejadas (Grifo do autor).

Segue abaixo a Figura 24, ilustrativa de produtor com esse enfoque produtivo.



Figura 24: Aviário situado na Lomba do Pinheiro

Fonte: Trabalho de Campo (2012)

Um dos entrevistados destaca, em sua entrevista, a carência de mão de obra na atividade:

Procuramos envolver a maior quantidade de pessoas da família, mas os filhos não têm muito interesse e os pais já não contam com saúde para trabalhar direto. Mesmo que pudéssemos aumentar o número de animais na propriedade, precisaríamos de muito mais gente e esse trabalho, ainda que dando mais lucros, não compensaria o trabalho que a gente ia ter. Aí, quando procuramos empregados, quase nunca conseguimos e, quando conseguimos, eles ficam só um tempo e já

pedem as contas, porque não gostam do que têm que fazer no trabalho (PRODUTOR 15).

Em relação ao contexto geral dos produtores, os cultivos são bastante diferenciados, podendo-se classificar os produtores entre os de hortigranjeiros - e estes divididos entre os produtos orgânicos e produtos convencionais e, pecuaristas e pequenos produtores voltados à elaboração de produtos para consumo próprio. Em todas essas produções, o autoconsumo é a prática mais presente entre os produtores, já que se apresenta em 83,8% das unidades produtivas visitadas, em contraposição a apenas 16,2% dos casos voltados unicamente à renda. Destacou-se, a baixa produção de frutas, em contraposição à produção de verduras que além de ser cultivada por esmagadora parcela dos produtores 80,6% (ausente apenas entre os produtores que são só pecuaristas, ou 19,4%) não é somente produto para autoconsumo, mas produto comercializável, e não raro, principal fonte de retornos econômicos. Tal realidade contrapõe a produção belenense, uma vez que lá a produção frutífera é muito mais marcante e os hortigranjeiros são bastante esparsos, quando não inexistentes.

Essa realidade diferenciada se dá em virtude de algumas questões. No caso dos hortigranjeiros, temos primeiramente a questão do transporte que, no caso porto-alegrense, é mais acessível e rápido para hortigranjeiros. A segunda questão, não menos relevante, diz respeito à temperatura, pois, ainda que Porto Alegre-RS tenha alguns meses de altas temperaturas, a mesma não ocorre ao longo do ano tal qual ocorre em Belém-PA, essa questão se soma à primeira realidade e ganha ainda mais ênfase no contexto geral da produção. Consistem, assim, em dois contextos climáticos distintos no universo do território brasileiro.

O terceiro fator diz respeito às próprias estruturas das propriedades, onde os criadouros se fazem presentes em grande parte das produções, o que não ocorre nos casos belenenses. O quarto fator relacionado às diferenciações referentes aos hortigranjeiros são os mercados abastecidos que, no caso porto-alegrense, buscam abastecimento via mercado interno junto àqueles situados nos arredores. Já em Belém-PA, tais produtos, além de menos consumidos pela população, são convencionalmente confiados a produtores externos ao município (principalmente da região metropolitana, dos locais que não apresentam as dificuldades relativas à situação de transporte que derivam da parcela territorial situada em ilhas).

Em relação às produções frutíferas, ocorre quase o inverso, pois as produções de Belém-PA são muito mais presentes que em Porto Alegre-RS. Primeiramente, o caráter extrativo das produções belenenses confere o primeiro e mais marcante diferencial. A segunda questão é o mercado consumidor, uma vez que em Belém-PA as demandas de vários produtos frutíferos se dão diretamente das franjas urbanas da cidade (com destaque para o Açaí) em divergência com Porto Alegre, que em muito pouco é abastecida por produções locais (com algumas exceções referentes aos mercados orgânicos). A terceira e última questão é a redução do tempo de transporte e a temperatura em relação à maior durabilidade das frutas. Embora perecíveis, as frutas, em curtos períodos de tempo, são mais duráveis que os hortigranjeiros.

Conforme já citado anteriormente, os atores produtivos de Porto Alegre têm muito mais facilidades no tocante ao transporte do que o produtor belenense. Contudo, existem algumas limitações, sob outros prismas. A primeira problemática a respeito da locomoção dos produtos se dá em função da maioria dos produtores não possuir veículo próprio para efetuar o transporte e, assim, tem de pagar fretes de deslocamento, o que muitos destacaram ser um encarecimento que eleva os custos e auxilia no comprometimento dos ganhos finais. Além disso, os transportadores carregam a produção de mais de um produtor, o que compromete as cargas quando o carregamento excede o limite, fato lembrado pelos agricultores, principalmente aqueles que atuam junto à CEASA-RS. Esses produtores afirmam que tal problema já os levou a terem de arcar com perdas na qualidade do produto. Ainda em relação à carga, a demora nas entregas e a indisponibilidade do transportador em determinadas datas e horários também afetam negativamente os produtores.

Com relação à estrutura viária, os acessos se encontram em boas condições em grande parte dos bairros abordados. Apenas as estradas vicinais não contam com pavimentação, mas, mesmo assim, apresentam condições de trafegabilidade. É importante destacar que essas estruturas, ou formas como Milton Santos denomina, objetivam funções que visam muito mais contribuir com os processos de ocupação imobiliária via expansão da mancha urbana do que propriamente auxiliar os produtores e as formas agrícolas verificadas nas porções em questão.

Acerca das relações que envolvem forma, função, estrutura e processo, a totalidade que permeia os contextos dessas categorias, Santos (2007) efetua a seguinte exposição:

[...] O conceito de totalidade constitui a base para a interpretação de todos os objetos e forças [...] O estudo da totalidade conduz a uma escolha de categorias analíticas

que devem refletir o movimento real da totalidade. Devemos levar em consideração, além das categorias *tempo* e *escala*, que funcionam externamente, as categorias internas *estrutura*, *função* e *forma*. A noção de processo permeia todas estas categorias. O processo, entretanto, nada mais é do que um vetor evanescente cuja vida é efêmera; é um breve momento, a fração de tempo necessária à realização da estrutura, que deve ser geografizada, ou melhor, especializada através de uma função, isto é, *através* de uma atividade mais ou menos duradoura e pela sua indispensável união a uma forma. A forma geralmente sobrevive à sua função específica [...] Não há nem estrutura nem função sem forma. Toda forma tem uma função, que tanto pode cooperar com a estrutura como contradizê-la. Trata-se aqui de uma forma com um conteúdo, de uma *forma-conteúdo* [...] (SANTOS, 2007, p. 199).

Assim, as funções desenvolvidas por essas parcelas de Porto Alegre permeiam funções coexistentes de abrigo urbanístico e espaços díspares, desempenhando papéis agrícolas, que, mesmo com benefícios em virtude da localização em relação aos mercados, parecem estar ameaçados diante das novas formas-conteúdo que avançam nas formas reestruturadas. Esse avanço se dá via processos contemporâneos que não parecem estar cessando recentemente, pelo contrário, convergem para movimentos centrífugos de ampliação do espaço urbano. Essa realidade é destacada por muitos produtores, conforme relato: “*Sabemos que não vamos ficar muito tempo. Quando nos propuserem um valor bom iremos. Muitos vizinhos já venderam para as construtoras e daqui a pouco vai ser a nossa vez, porque não tem como ficar quando eles querem nos tirar, mesmo que a gente não queira...*” (PRODUTOR 14).

Pode-se afirmar que essa realidade verificada vai ao encontro da afirmação de Kozenieski (2010, p. 102-103):

Ao longo das entrevistas, uma série de elementos foram citados, em um esforço comparativo entre lembranças e características do presente. Essas transformações remontam, através da percepção dos agricultores, as mudanças relacionadas as atividades agrícolas e ao fenômeno de transformações dos espaços destinados a essa atividade no município de Porto Alegre. Dentre todas as informações, uma esteve presente em todas as falas, é a que se refere à redução do número de agricultores e de estabelecimentos rurais. Assim, de uma forma mais ou menos intensa, esse tema foi mencionado durante nossa pesquisa.

Por fim, semelhante a Belém-PA, os ambientes de contato com paisagens com natureza possuem relevância socioambiental nos espaços urbanos, sobretudo diante do amplo número de moradores, que procuram pelas mesmas nos períodos de veraneio em Porto Alegre, em busca de temperaturas mais agradáveis. Esses são objetivos muito menos econômicos e muito mais sociais, de forma que figuram como alternativas econômicas

quando aliadas a atividades de turismo e lazer junto aos agricultores e visitantes. Tal oferta de visita a esses espaços já existe em Porto Alegre na iniciativa dos Caminhos Rurais.

5.5 Confrontações de forma, função, estruturas e processos

As novas realidades são ao mesmo tempo causa e consequência de uma multiplicação de possibilidades, potenciais ou concretizadas, cuja multiplicidade de arranjos é fator de complexidade e de diferenciação crescentes. Não se trata aqui de adaptação do passado, mas de subversão das concepções fundamentais, das formas de abordagem, dos temas de análise. Isso equivale a dizer que mudam, ao mesmo tempo, o conteúdo [...] a historização e a geografização das possibilidades estão sujeitas à lei das necessidades. A divisão dos domínios nem sempre é nítida [...] (SANTOS, 1988, p. 8-9).

Em relação aos conteúdos observados em Belém-PA, mais especificamente nas ilhas de Cotijuba e de Mosqueiro, observam-se diferentes produtores nos espaços urbanos, o que elucida diferentes divisões e domínios produtivos. Em relação à primeira ilha, a produção localmente se dá sem quaisquer relações interpessoais, com exceção de um seletivo grupo mais específicos que se articula através da Associação de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB - Figura 25).



Figura 25: Sede do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB)

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Os atores envolvidos nessa associação voltam a sua produção essencialmente a produção da Priprioca (Figura 26), produto que serve de matéria prima a perfumes. Nos casos dessa associação na Ilha de Cotijuba, a produção da Priprioca é comercializada com exclusividade para uma multinacional do ramo de perfumaria e cosméticos. Dentre a ocupação produtiva e os retornos financeiros, todos informaram que a renda advém exclusivamente da venda desse produto e 75% dos entrevistados afirmaram que a produção não envolve os filhos e que estes já não efetuam quaisquer atividades agrícolas.



Figura 26: Priprioca de produtora de Cotijuba do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB)

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Aspecto marcante é a centralidade na produção da Priprioca, o que torna os espaços produtivos exclusivos para esse produto, já que outros cultivos são feitos em áreas separadas. Mesmo sem coexistência no espaço, os outros cultivos são feitos por 75% dos agricultores, mas sem relacioná-los a comercialização ou mercados específicos, até mesmo pela escassa quantidade e sua dedicação secundária. Chegam, por vezes, a “abandoná-los”, quando da maior demanda da multinacional pela Priprioca. Segundo a produtora 22 da Ilha de Cotijuba, em Belém-PA: *“O que eu planto de feijão, couve e essas outras coisas são só naquele espaço e quando não tem que ter mais de Priprioca, senão deixamos ali mesmo e vamos produzir o que eles [empresa de perfumaria e cosméticos] pedem”*.

As ocupantes dos cargos administrativos da MMIB chamam atenção para a formação do capital social e do que lhes é possibilitado em virtude do Empreendedorismo e debates promovidos na associação, sob tutela da multinacional. Ocorre, assim, o processo de totalização do território e das territorialidades⁸¹ que emana desse grupo, pois esse passa a ser

⁸¹ [...] o território, por suas frações, é diferentemente usado pela relação possível entre níveis de investimento, hierarquia dos atores e virtualidade da respectiva área do lugar [...] Por mais que a realidade do território se revele, nessa fase da globalização, vingam numerosas confusões e mal-entendidos sobre a noção e a realidade desse elemento fundamental da vida dos povos. A ideia de territorialidade, que é uma determinação, às vezes se confunde com o fato do território, permitindo que definições controversas tomem o passo sobre uma realidade fungível empiricamente constatável, sem a qual a vida das populações e das pessoas, nem a sua territorialidade (seja qual for a concepção que a tomemos) torna-se possível (SANTOS, 2004, p. 115-117).

“[...] condição da produção, com a privatização do uso das benfeitorias (SANTOS, 2009c, p. 116)” e quando corporificadas é utilizada pelas corporações como:

O equipamento [...] uma das bases de poder das grandes firmas e acaba por ser um instrumento de concorrência com as firmas homólogas e, sobretudo com firmas menores [...] Desse modo, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é, sobretudo, favorável às corporações (SANTOS, 2008, p. 118).

As demais propriedades produtivas, em Cotijuba, consistem em produções individuais, nas quais diferentes iniciativas e opções produtivas ocorrem. Destaca-se nas mesmas o caráter de subsistência, bem como a tendência às produções tradicionais do local conforme fora destacado anteriormente. Nesses espaços, a rentabilidade é prioridade, pois compreende 71,4% dos produtores externos a MMIB. Na atualidade os atores conferem ao Açaí um papel central na produção, principalmente pelos mercados que o mesmo tem obtido na última década e o destaque do produto não apenas como fruta de consumo regional, mas também nacional e já como realidade na pauta de exportação. As produções são bastante distintas (Figura 27), mas não abandonam, em nenhum caso, a manutenção do abastecimento alimentar pessoal e familiar com variedade de frutas e de certas folhosas.



Figura 27: Produção agrícola diversificada na Ilha de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Assim, pode-se observar duas situações distintas em Cotijuba (a e b), onde a estruturação diferenciada da produção confere uma objetivação do espaço, de modo a obedecer lógicas distintas. Na situação “a” existe uma situação de inter-relação territorial com a empresa, numa conexão que parte da corporação para dentro do universo produtivo local. Já a situação “b” parte dos indivíduos e tradições locais, sobretudo de alguns produtos que têm apresentado expansão de mercados (dos quais se destaca o Açaí), realidade que tem levado os produtores a ampliar a base financeira da sua produção, essa que mesmo obedecendo a determinados parâmetros e costumes produtivos, passa agora a ganhar mais espaço comercial

e interligar as pequenas produções da Ilha, de forma que estas vão ao encontro das demandas externas ao local. Nesse sentido, como afirma Santos (2006, p. 24) “Sem dúvida, o espaço é formado de objetos [...] É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica”.

Já na segunda ilha pesquisada em Belém-PA, ou seja, em Mosqueiro, se observam nas comunidades mais diferenças organizacionais. Foram observados basicamente três casos (Figura 28), o primeiro, é constituído por uma Agrovila, onde foram assentados indivíduos em uma área comunitária, através de ações no âmbito municipal de um projeto denominado Colméia. Essa porção é denominada Mártires de Abreu. O segundo caso diz respeito a outra comunidade e se chama Mari-Mari. É composta por pessoas que ocuparam uma área anteriormente pertencente a um grileiro que comercializava madeira nativa, de forma que a área se encontra em processo de regulamentação.

O terceiro caso, consiste em outras duas porções nas quais as comunidades foram assentadas pelo INCRA; as mesmas são denominadas Doroty Stang e Paulo Fonteles. Em ambas existem produtores individuais, porém na primeira existe uma associação que articula e contribui com a prática da agricultura no espaço da comunidade.



Figura 28: Agrovila Mártires de Abreu e Comunidades Mari-Mari e Paulo Fonteles
Fonte: Trabalho de Campo (2011).

É possível afirmar-se, então, que na ilha de Mosqueiro o espaço geográfico, em sua composição física, reflete essencialmente o resultado de “um processo permanente de construção social”, onde os processos e suas formas, funções e estruturas comumente são reconfigurados, variando em virtude das ações da sociedade (SANTOS, 1978).

Essas três áreas diferenciadas da ilha de Mosqueiro conferem especificidades que expõem iniciativas que devem ser cuidadosamente observadas e avaliadas e podem vir a

representar iniciativas de instalações (a posteriori) para outros locais. Essas ações se tratam de empreendimentos que trazem questões novas para se pensar a estrutura urbana, ainda que esse urbano não seja essencialmente um espaço agrário, uma vez que está muito mais para um rural por delimitação ou uma rururbanidade do que para um local geograficamente urbanizado. Contudo, não se pode ignorar que:

Se o ecossistema territorial é composto tanto de elementos do ambiente físico-biológico, quanto do ambiente construído, do ambiente antrópico, torna-se impossível, então, recusar todo e qualquer tipo de determinismo geográfico para explicar a localização das atividades e das populações, como pretendiam os primeiros teóricos da economia espacial (VEIGA, 2003, p. 84).

A partir dessas realidades, é possível visualizar no Município em questão que: “Cada subárea urbana age, desse modo, como um entorno socioespacial específico, responsável pela diferenciação dos modelos produtivos (incluindo os modelos de consumo) dentro da aglomeração” (SANTOS, 2009c, p. 99).

O que se pode observar é que, em Belém-PA, a atividade agrícola é capaz de aparecer e reaparecer em espaços estruturalmente urbanos (principalmente se tratando de recortes por determinação) a partir dos seus parâmetros, necessidades, desejos particulares locais, ou ainda (e principalmente), através de fomento externo (público ou privado) que forjam demandas no sentido de produzir alimentos que servem para autoconsumo e comercialização.

Assim, a questão parece extrapolar articulações pontuais, guardando consigo traços de tradição e raízes, num rural que foi extinto no plano político, porém persiste enquanto configuração espacial, se não da forma como o mesmo é visto comumente aos olhos cidadãos (guardando traços de isolamento e práticas rudimentares) ao menos enquanto espaço que funde características rurais de atividades agrícolas e natureza com equipamentos urbanos como pavimentação e arquiteturas, dentre outras mais corriqueiras em espaços rururbanos. Isso se verificou em todo o espaço e é possível de observar a partir de determinadas realidades e suas dimensões no espaço (SANTOS, 2009c).

Em Porto Alegre, por sua vez, tem havido (aceleradamente nas últimas décadas) um duplo processo de transformação. De um lado, intensificou-se a urbanização e, conseqüentemente, ocorre o avanço das estruturas urbanas sobre o anterior espaço agrícola. Por outro lado, cada vez mais as práticas agrícolas verificadas na cidade de Porto Alegre têm ampliado o uso de técnicas e mecanização, como tecnologia para produção de produtos de

base ecológica, maquinário de irrigação e inserção de produção agroindustrial, que proporcionam ganhos extras via agregação de valor (como compotas e sucos, produtos mais frequentemente observados). Portanto, existe um processo paralelo à urbanização, que acompanha à maior inserção nos mercados.

No município, acerca dessa realidade notabilizam-se questões centrais que contribuem com essa estruturação, pois: a “[...] vantagem da situação na cidade é determinante. As facilidades de transporte intra e interurbano, da mesma forma que a utilização de materiais de toda ordem muitas vezes usados, que chegam ao mercado, são vantagens importantes” (SANTOS, 2007, p. 102).

Contudo, essa organização espacial em áreas mais densamente povoadas, quais regiões metropolitanas, não se limita ao âmbito urbano da capital, mas, pelo contrário, ganha expressão cada vez maior nas expansões para as franjas do núcleo urbanizado. A esse respeito, Santos (2009a, p. 53) afirma que:

O crescimento metropolitano resulta de um conjunto de processos sistematicamente interligados, entre os quais a integração do território, a desarticulação das economias tradicionais e dos circuitos regionais, os novos papéis da circulação no processo produtivo, o desencadeamento de grandes correntes [...].

Existe, assim, uma realidade que se acelera e marca sobremaneira a região metropolitana de Porto Alegre e engloba a Agricultura Urbana, onde se verifica um movimento distinto e, ao mesmo tempo, contínuo, mas que guarda consigo uma tendência expressa (ao menos no longo prazo) por todos os entrevistados frente às visões sobre o futuro por eles concebidas da produção porto-alegrense.

De um lado, ocorre a elevação da valorização de produtos específicos (como orgânicos e agroecológicos) e o iminente crescimento dos mercados em virtude das mudanças nos hábitos alimentares e do crescimento populacional (com efeito potencial nas capitais e regiões metropolitanas). De outro lado, verifica-se a tendência a uma migração, ao menos parcial, ou até total, em casos de maior exigência de produtos, ou mesmo disponibilidade de mão de obra. Acerca da questão da mão de obra, um aspecto importante de frisar é o fato de que a mesma, além de encarecida e escassa pelas ocupações urbanas, não consegue “suportar” as oscilações de emprego, em caso de não ocupação durante um período sazonal, mesmo quando revelado num curto período de tempo.

Por conseguinte, no caso do município de Porto Alegre, a dinâmica produtiva agrícola nesse processo é de deslocamento para municípios da região metropolitana⁸² (vide municípios envolvidos no APÊNDICE K).

Isso posto, regula a manutenção de potencial de mercados a ganhos em competitividade de custos que não seriam tão elevados no deslocamento frente ao maior potencial de obtenção de mão de obra, ou nas possibilidades quantitativas de oferta de produtos por área, além da menor tensão por parte da especulação fundiária⁸³ que atualmente é pronunciada nessa capital e imperativo dos discursos orais da totalidade dos produtores.

Ao cabo desse processo existem as relações dos produtores com práticas herdadas e costumes prevalecentes, mesmo quando as questões produtivas são mais calcadas nos retornos econômicos.

Não obstante, é inegável que no município persistem peculiaridades produtivas e os atores procuram adequar as suas produções continuamente às possibilidades que estão postas, o que consiste na:

[...] relação do sujeito com o prático-inerte inclui a relação com o espaço. O prático-inerte é uma expressão introduzida por Sartre, para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte (SANTOS, 2006, p. 215).

O quanto às mesmas serão mantidas e o quanto irão se readequar é difícil afirmar, ainda que muitos assegurem a intenção de manter práticas tradicionais, mesmo com deslocamento de propriedade (Figura 29).

⁸² Destacam-se principalmente os municípios limítrofes, exceto Canoas. São eles: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Gravataí, Guaíba e Viamão.

⁸³ De acordo com Santos (2009a, p. 55) é possível: “[...] associar crescimento periférico, seletividade na instalação de infraestruturas e valorização diferencial dos terrenos [...]”.



Figura 29: Produção de Milho e Mandioca na Zona Sul de Porto Alegre-RS

Fonte: Trabalho de Campo (2012).

Por outro lado, também existem as adequações da Agricultura Urbana a demandas socioeconômicas específicas porto-alegrenses, como ocorre na maior parcela dos casos de pecuária (conforme frisado anteriormente), onde as produções não vislumbram alimentação, mas sim a criação para cerimoniais e rituais religiosos. São práticas que envolvem adequações específicas e guardam muito pouco de formas e práticas caracteristicamente agrícolas. São assim, adequadas à função única e exclusiva de obtenção do produto, onde a própria estrutura se desvencilha do típico produtor e apura contornos que visam organizar-se ao consumidor de forma a agregar produção e local de comercialização em uma única estrutura, onde não é o consumidor que vai ao encontro do produtor, mas sim o produtor que leva consigo o seu aparato produtivo ao encontro do consumidor (Figura 30). São situações nas quais: “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela [...] O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas [...]” (SANTOS, 2006, p. 218).



Figura 30: Aviário localizado em Avenida movimentada na Lomba do Pinheiro

Fonte: Trabalho de Campo (2012).

Nessa condição retórica, combinam-se, em Porto Alegre, produções correntes aliadas à exploração de mercados, algumas com mais e outras com menor valorização de produtos com agregados valorativos, tais quais mercados emergentes e produtos habitualmente consumidos na cidade e no estado sulino. Trata-se do produtor indo ao encontro dos consumidores e suas produções se adequando ou se reinventando para ofertar aquilo que os mercados buscam e esperam dos produtos e seus produtores agrícolas. São a expressão da dispersão produtiva e concentração dos pontos comerciais no espaço. Milton Santos designa que “As condições essenciais da organização espacial sempre derivaram do desempenho livre ou orientado das tendências de concentração e dispersão, muito embora tais condições variem em função das formas específicas” (SANTOS, 2007, p. 175).

Nas capitais, tanto do Norte quanto do Sul, abordadas, merecem uma atenção especial algumas porções dos espaços urbanos ocupados. Muitas dessas formas rurais mais do que as suas exposições políticas designam, se caracterizam como urbano *per se*. Nesses locais, existe a composição de um conjunto de fatores sociais, econômicos e ambientais tipicamente rurais, desde os espaços mais classicamente rurais por vocação e urbanos por delimitação até as transições que compõe o rururbano, urbanidades com resquícios rurais, ou ainda, urbanos com recriações rurais. O fato é que em nenhum desses espaços pode-se auferir características típicas de urbano *latu sensu* e mesmo onde as mesmas se processam o são consoante aos “[...]”

sistemas locais de recursos naturais e humanos superpostos a realidades econômicas e sociais diferentes. Os resultados [...] impõem a cada local combinações particulares, que são outras tantas formas específicas de complexidade da vida social” (SANTOS, 1988, p. 13).

Desse modo, os processos incutidos nas formas, “aspecto visível de uma coisa, se refere ao arranjo ordenado de objetos a um padrão” (SANTOS, 1992, p.50), observados junto à espacialidade das agriculturas urbanas em questão, apresentam funções que designam os papéis envolvidos em atividades ou tarefas voltadas para as formas propostas. Nas mesmas se mesclam inadvertidamente o rústico e o tradicional, ou inovações e avanços, as demandas que elucidam situações peculiarmente observadas em ambas as situações. Para tanto, podem ocorrer com alterações da alocação produtiva e/ou o processo e procedimentos necessários às realizações ou via mudanças no âmago do cultivar, ambos metamorfoseados as estruturações em função das demandas internas (como nos casos de alterações na esfera familiar) ou externas (como nas idealizações aos mercados demandantes).

Segue adiante (Quadro 5) a tentativa de uma síntese acerca das formas como se processam características da Agricultura Urbana em Belém-PA e em Porto Alegre-RS. O quadro em questão elucidada, de forma condensada, as manifestações do fenômeno da Agricultura Urbana. Assim, observa-se um esforço em buscar sintetizar informações e dados observados no trabalho de campo e que consistem na maior parcela observada.

No que tange às explorações, o que se observa são diferenças momentâneas de uma produção mais tradicional/cultural com outra, que já tem esse aspecto menos marcante da totalidade e maior foco em mercados.

Características	Características da Agricultura Urbana de Belém	Características da Agricultura Urbana de Porto Alegre
Tipo de exploração	Sinaliza para costumes locais indiferentes de seu estabelecimento em área convencional/tradicional ou tendo sofrido transição (como em casos de Agrovila, dos Assentamentos e Ocupações)	Mantém algumas situações de cultivos tradicionais, mas aponta para cultivos mais voltados a mercados e menor diversidade e maior potencial de migração para áreas mais extensas da região metropolitana
A agricultura como fonte de renda	A agricultura é a ocupação principal da totalidade dos atores envolvidos com ampla relevância do consumo pessoal	A Agricultura urbana é a principal ocupação da maioria dos atores envolvidos, apresenta expressivo consumo pessoal, mas
Identidade do agricultor	Expressa relação de identidade dos atores com a prática agrícola. Com adaptações quando necessário	Traduz relação de identidade dos atores com a agricultura. Com exceções pontuais em que se desvinculam
Perfil da comunidade	Maior participação apresentando núcleos mais isolados	Maior individualidade e distância entre as estratégias e focos
Ponto de vista dos participantes a respeito da importância da agricultura	Buscam a valorização da produção e elevação de renda, mas não abandonam traços socioculturais	Valorizam os cultivos, mas entoam os aspectos financeiros
Contexto político, social, econômico e cultural	Mais homogêneos dentro das especificidades de cada espaço	Mais heterogêneos mesmo em localizações próximas, variam em função dos focos dos atores
Uso da terra	Focado na manutenção do cultivo com situações de adaptabilidade a mudanças no contexto local	Com espaços eminentemente rurais agrícolas, mas sofrendo “pressões” pelo espaço físico
Calendário de cultivos	Maior diversificação de colheitas com cultivos mais sortidos	Colheitas mais focadas nas demandas do mercado
Destino dos produtos	Autoconsumo ou entorno local	Autoconsumo ou local
Disponibilidade de serviços de investigação e extensão	Apenas ações passadas com projetos de assessoria municipal, Universidades e EMATER	Presente em ações da EMATER
Apoio político	Em termos da produção ausente. Existente em termos de área	Projetos comunitários. Ações pontuais de cunho mais social
Intervenção municipal	Atualmente inexistente	Pequena (ex.: Caminhos Rurais)

Quadro 5 - Características da Agricultura Urbana de Belém-PA e de Porto Alegre-RS

Fontes dos tópicos de Características: Arruda (2011, p. 28) baseada em CAMPILAN et al (2002) e TERRILE et al. (2000). Descrição das características a partir do trabalho de campo (2011 e 2012).

Para o caso belenense, destaca-se a crescente procura por produtos locais, uma vez que os mesmos têm encontrado demanda não apenas no mercado interno, mas também no mercado externo de produtos alimentícios. Assim, muitos produtos vêm crescendo em termos

de consumo regional, nacional e até internacionalmente, como é o caso do “carro chefe” o Açaí⁸⁴.

No caso gaúcho, é mais latente essa busca que se manifesta mais presente. Importa frisar, contudo, que, mesmo diante da ampliação da comercialização raramente extinguiu-se o autoconsumo e que este elemento representa um retorno dos atores envolvidos a sua cultura, sua identidade.

Já no que se refere à relação da produção com a fonte de renda, as mesmas são explícitas tanto em Belém quanto em Porto Alegre. No primeiro, na totalidade da ocupação dos atores e, no segundo, ocorre um percentual elevado, mas não totalitário. Ocorre ainda a presença do autoconsumo, nesse quesito ambos possuem taxas altas, e igualmente a ocupação, maior percentual verificado no norte, conforme figura 31.

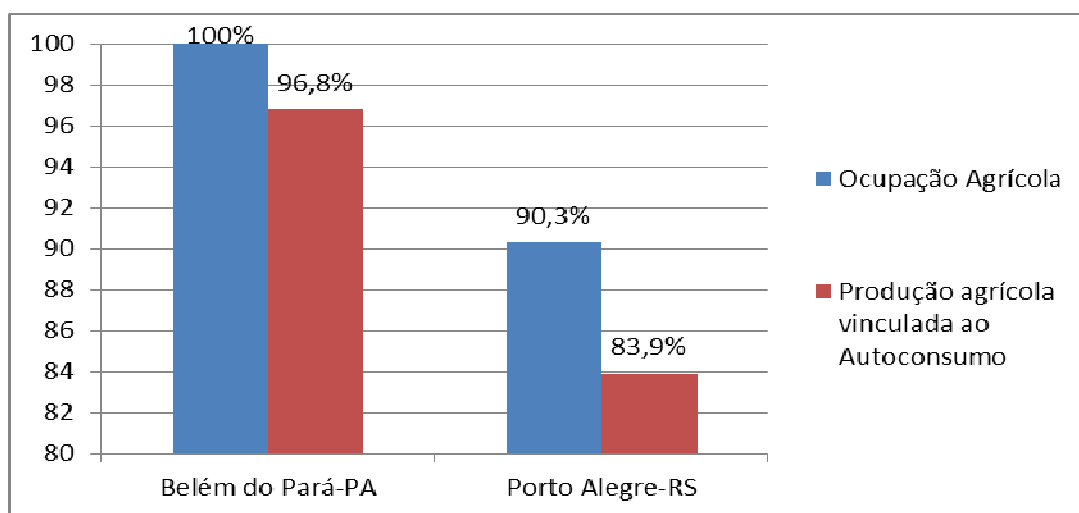


Figura 31: Gráfico da Ocupação Agrícola e da Produção vinculada ao Autoconsumo

Fonte: Trabalho de Campo (2011 e 2012)

Cabe relacionar que os retornos das produções não se apresentam unicamente em forma de dinheiro (papel, moeda ou virtual), mas também em forma de consumo individual e da família. Esse aspecto consiste num importante elemento nas finanças dos atores, ao reduzir

⁸⁴ [...] O fruto, matéria-prima para a obtenção do suco de açaí, bebida símbolo do estado do Pará, é o principal produto oriundo da palmeira. O Brasil se posiciona como o maior produtor, consumidor e exportador desse produto (Menezes, 2005). Entre os estados produtores de açaí, Pará, Maranhão, Amapá, Acre e Rondônia são os mais valorizados pela obtenção do fruto, sendo o primeiro, responsável por 95% da produção de açaí, calculada em 100 a 180 mil litros/dia em Belém (Homma & Frazão, 2002; Oliveira et al., 2002; Mendes, 2003). Hoje sua expansão econômica, já atinge novos mercados no sudeste do país e alguns países da Europa, Estados Unidos, Japão e China (Souto, 2001; Silva, 2002) [...] Nas regiões produtoras, o produto derivado do açaí, predominantemente, é a polpa, comercializado normalmente à temperatura ambiente quando é imediatamente consumida, ou após certo período de refrigeração (MENEZES; TORRES; SRUR; 2008, p. 312).

gastos e possibilitar consumo de produtos não alimentícios, ou, então, em outros gêneros alimentícios, logo, possibilitando maior diversidade nas esferas do consumo. Ainda em relação à renda, não houve nenhum caso em que os produtores não tenham obtido nenhum percentual de retorno financeiro.

As duas situações estudadas na pesquisa apresentaram uma expressão de identidade dos atores com a prática agrícola elevada na maior parte dos casos. Porém, em Belém-PA não apareceram atividades desvinculadas dessa relação. Já em Porto Alegre produtores adequaram a sua ocupação a demandas exteriores que não guardavam particularidades a identidade dos produtores (como no caso da pecuária aviária), onde houve alteração das práticas, organização e estruturas, quase sempre migrando de local, passando, assim, a manter pouco dos antigos cultivos e/ou criações. Há que se questionar a relação do MMIB na Ilha de Cotijuba, que aderiu a cultivos demandados pela Multinacional. Porém, nesse caso, os envolvidos não trocaram de local de produção e mantiveram em outras áreas os formatos produtivos anteriores, além de procurar inserir essa demanda externa ao cotidiano vivenciado. Os contextos político, social, econômico e cultural são mais homogêneos diante das especificidades de cada espaço, no caso de Belém, e mais heterogêneos (mesmo em localizações próximas) variando de acordo com os focos dos atores.

No que concerne a perfis comunitários, observou-se situações divergentes. Na capital do norte, ocorrem perfis de maior participação dentro dos núcleos isolados de Assentamentos, Ocupações, Agrovilas ou mesmo nas comunidades próximas. Tal relação converge para uma maior relação dos grupos locais e menor articulação como um todo. Nesse sentido, a manifestação em ínsulas contribui para essa organização e auxilia a constância de traços socioculturais.

No caso porto-alegrense, não se trata de existir situações de conflitos na comunidade internamente, mas se averiguou maior nível de individualidade, possivelmente até pelos interesses de cada produtor, pela visão a respeito da agricultura, pela prioridade aos aspectos financeiros. As próprias feiras, que são espaços conjuntos, não demonstram conflitos, mas é possível observar diferentes enfoques e atuações dos produtores-comerciantes.

Os desenhos que se delineiam quanto aos usos da terra nesses contextos são de manutenção dos cultivos de situações de adaptabilidade às mudanças no contexto local belenense, mas sem uma cooptação pelo espaço urbano desses territórios cultivados. Na outra situação, ou seja, na capital sul-rio-grandense, ocorrem espaços eminentemente agrícolas que

vêm sofrendo “pressões” sobre espaço físico, sobretudo da especulação imobiliária decorrente de expansão urbana.

Os calendários agrícolas visualizados através das colheitas apresentam maior diversificação nas situações observadas em Belém-PA, com cultivos mais sortidos, de colheitas diárias (30%), já que os produtores com esse padrão de colheita sempre têm algum produto de época, ou, então, hortaliças para consumir. Próxima a essa realidade, existem as colheitas, também bastante frequentes, onde 10% identificam a situação de colheita duas vezes por semana, essas produções são de produtos fora de estação, mas que oferecem mesmo fora do período produtos alimentares. Junto a essa realidade, decorrem as situações que os indivíduos caracterizaram como outras (20%). Esses indivíduos atribuíram a outras o foco de colheita “sempre que possível”, afirmando que é bastante frequente, ao longo do ano, ainda que não seja diária. Essas situações somam 60% dos casos encontrados ao longo da pesquisa.

As colheitas semanais e mensais já se caracterizam como situações de cultivares um pouco mais espaçados e são atribuídas às frutíferas que são feitas em volumes maiores e consumidas ou comercializadas ao longo do mês, durante todo o ano. Esses percentuais representam 16,7 % nos casos semanais e 6,6% nos casos mensais de colheita (23,3% no total). A última situação corresponde às colheitas bastante esparsas, efetuadas semestral e/ou anualmente (16,7%), atribuídas à idade dos indivíduos que tem como principal fonte de rendimentos os benefícios oriundos de aposentadorias ou pensões.

Os calendários agrícolas em Porto Alegre, por sua vez, apresentam menor diversidade de situações e costumam se adequar mais a demandas de comercialização, onde a variabilidade de temperaturas (principalmente nos extremos de verão e inverno) acaba influenciando nessas decisões. As colheitas diárias contemplam 16,1%, as situações decorrentes de duas coletas por semana são de 19,4% e as colheitas semanais são 9,7%, o que representa 45,2% dos casos situados em atividades que evidenciam esse padrão de colheita para abastecimento de mercados locais. Essas vendas são feitas em feiras, CEASA ou diretamente a pessoas físicas ou jurídicas. São principalmente verduras, mas aparecem na maioria das vezes ofertadas junto a frutas e outros cultivos que contam com a receptividade dos consumidores, como temperos e produtos agroindustriais.

As colheitas mensais e semestrais e/ou anual não foram verificadas na capital gaúcha. A última situação encontrada na pesquisa confere a situação “outra”, cujo percentual representa 58,2%, ou seja, mais da metade das situações. Essas situações são bastante

variadas, pois encontram produtores que atuam na produção somente alguns meses do ano. Em algumas delas, o período não produtivo seria para se ocupar na agregação de valor aos produtos, como nos casos da agroindustrialização da produção. São situações em que agricultores se dedicam a outras atividades, agrícolas ou não, durante algum período do ano. Na maior parte, se tratam de atores pluriativos, que somam ocupações agrícolas com turísticas na propriedade, ou, então, consistem em outras situações de consórcio de cultivos. Podem ser observadas em produtores mais esporádicos, não raro como lazer, em virtude da idade e de benefícios oriundos de pensão ou aposentadoria.

Todas essas situações podem ser observadas na Figura 32, onde são apresentados os valores absolutos e percentuais das colheitas ao longo do ano.

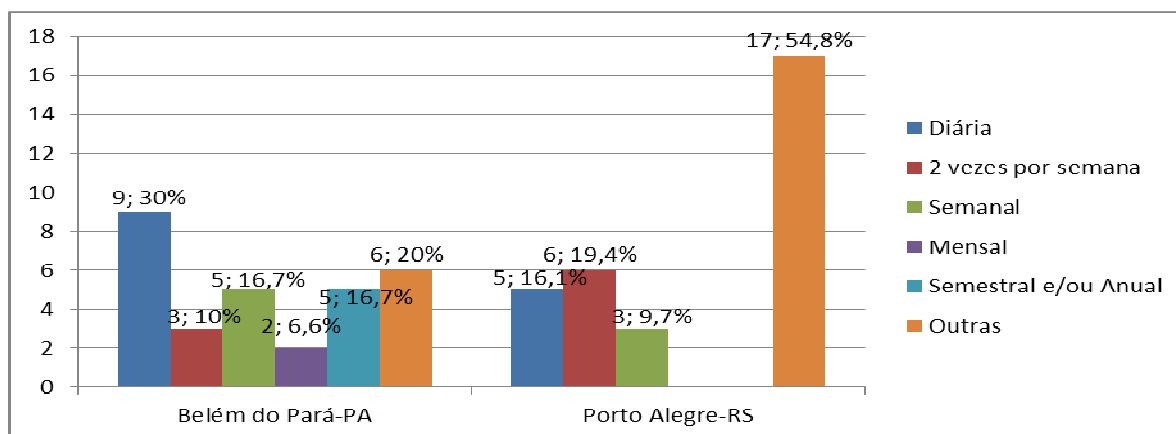


Figura 32: Gráfico da quantidade de colheitas ao ano em Belém-PA e Porto Alegre-RS

Fonte: Trabalho de Campo (2011 e 2012)

* Em Belém-PA o número absoluto de respondentes foi de 30 indivíduos já que um agricultor não respondeu

Os custos de mão de obra envolvem essencialmente a mão de obra voltada ao setor produtivo primário, ou relacionada a demandas mais especializadas. No que compete às produções nortistas, observa-se relações de reciprocidade que reduzem as necessidades nesse sentido, mas não suprem a totalidade e tampouco diferem da realidade já descrita, uma vez que praticamente inexistente mão de obra nas propriedades, e quando existente é temporária e por períodos eventuais.

No sul, o caso é bastante próximo, diferindo pela ausente ou escassa colaboração de terceiros sem remuneração. Desse modo, 32,26% dos porto-alegrenses lembraram desse aspecto como uma limitação; já os belenenses (29,03%) salientaram essa carência no que compete a sua produção. Assim, constatou-se, em ambos os casos, que, quando existente, a

mão de obra apresenta custos elevados e, na maioria das vezes, desencoraja a contratação por parte do produtor, levando a produção a um caráter individual ou nuclear familiar.

Nesse mesmo passo, o apoio de serviços de investigação, de extensão, político e municipal, de norte a sul é muito pouco. No que compete à investigação e extensão, ocorreram, no norte, ações pontuais que contaram com incentivos e apoios de universidades locais, mas não tiveram continuidade e sucumbiram com pouco tempo de atuação. No sul, perdura uma ação pontual que, na atualidade, se resume a uma horta comunitária. Os apoios políticos já foram constantes no norte, mas, a exemplo dos serviços de extensão, as intervenções municipais foram extintas. Porém, para essa realidade nortista destaca-se a herança residual em termos de área, presente até os dias de hoje. No sul, as ações que contaram com apoio político antecedente já não perduram, e a atual é bastante reclusa a um seletivo grupo de apoio de reinserção social, ou conta com a intervenção municipal através da iniciativa dos Caminhos Rurais, em que atuantes desenvolvem-se diante de alguns projetos e apoios focados nas demandas derivadas da associação que gere a atividade turística e recreativa nas propriedades a ela vinculadas.

Por fim, e não menos importante, os acessos a mercados e insumos e o destino dos produtos, estes sim apresentam diferenças gritantes. Na região nortista, acessos dificultam a expansão de mercados e inserção, ou mesmo manutenção dos insumos, realidade que acaba por influenciar o destino de consumo dos produtos, que acaba se restringindo à própria área e ou, no máximo, ao entorno. Raramente existe a fuga de produtos para locais mais distantes. Na capital gaúcha as possibilidades de acesso são maiores, com custos reduzidos, o que possibilita melhores preços e maior escoamento. Contudo, de forma geral, segue havendo uma predominância de autoconsumo dos produtos, ou, então, consumo no âmbito municipal, extrapolando, por vezes, a abastecimentos e ingestão de consumidores metropolitanos.

6 AS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS URBANAS E OS LUGARES: CONVERGÊNCIAS E DISTINÇÕES DE BELÉM-PA E PORTO ALEGRE-RS. A RENDA E O AUTOCONSUMO DOS PRODUTORES

As abordagens consideradas para análise da relação entre renda e autoconsumo (sob a ótica de elemento componente ou totalitário da renda) nos municípios de Belém-PA e Porto Alegre-RS levaram em consideração os usos alimentares comerciais das produções dos indivíduos indagados. Porém, destaca-se que foram ressaltadas as especificidades dos ganhos oriundos das atividades agrícolas dos produtores, bem como os custos que as mesmas apresentam em seu cotidiano. Tão logo, para compreender os formatos dos usos da terra urbana para fins agrícolas no tocante à renda em sua composição no núcleo familiar e, destarte, delinear práticas da agricultura urbana, foram levantadas quatro grandes variáveis⁸⁵: renda obtida; composição da renda média obtida de acordo com a finalidade da produção; média de gastos efetuados em alimentação externa à produção; relação entre renda e gastos e; por fim, os benefícios recebidos.

Por renda, em seu contexto econômico⁸⁶, compreende-se os retornos/rendimentos obtidos pelos fatores de produção (terra ou recursos naturais, trabalho ou capital). Assim, destaca-se a necessidade de adição de outros retornos, dentre os quais sublinha-se os benefícios advindos de rendas externas como especulação, juros e pensões e/ou aposentadorias. Logo, as análises do capítulo incluíram respostas com benefícios externos na renda dos atores (benefícios esses que, no caso do presente estudo, se concentraram unicamente em aposentadorias e pensões) e serão apresentados a posteriori.

Porém, ocorreram outras situações de retornos que foram citados em ambos os municípios, são eles: os retornos dos parceiros (quando um dos indivíduos efetua trabalho(s) remunerado(s) externamente à atividade agrícola em questão) e; os trabalhos informais,

⁸⁵ Que foram categorizadas em subitens, conforme questionário que consta no Apêndice D.

⁸⁶ A Renda relaciona-se diretamente a Rendimentos, conforme o Novíssimo Dicionário de Economia (SANDRONI, 1999). A abordagem do conceito de Renda Econômica, tal qual se objetivou nessa explanação, diz que: Corresponde ao conceito de excedente econômico. São os ganhos de um fator de produção que excedem a quantia mínima necessária para mantê-lo em seu emprego e impedir o seu deslocamento para outros usos. Essa quantia mínima, dependente das oportunidades de emprego alternativo disponíveis para o fator, é denominada “custo de oportunidade” ou “ganhos de transferência” e será tanto maior quanto mais adaptável for o fator, quanto mais longo o período de tempo considerado e quanto mais definidas estiverem as ocupações alternativas. Em relação aos recursos humanos, os ganhos de transferência crescem em função direta da semelhança das reações individuais diante da incerteza. Em todos esses casos de elevação do “custo de oportunidade”, haverá uma diminuição da renda econômica. O uso de um fator totalmente específico, ou seja, adaptável a um único uso, tem custo de oportunidade nulo e o total de seus ganhos é constituído de renda econômica (SANDRONI, 1999, p. 523-524).

atividades sobre as quais os indivíduos não precisaram frequência e periodicidade, afirmando ser: “*Bastante espaçado cada trabalho desse tipo [...] (PRODUTOR 14)*” e tampouco precisaram o montante de remuneração advindo das mesmas para a sua inserção no cálculo.

Sobressaíram-se ainda a informação do uso dessa(s) soma(s) para outros fins que não compõem as necessidades básicas, pois os atores informaram destinar esses valores a vestuários de maior valor agregado e qualidade (comumente utilizados em festejos e ocasiões especiais), lazer e drogas lícitas. São, assim, custos mais específicos e, com frequência, praticados quando da aquisição dos produtos ou em crediários já existentes, nos quais a certificação dos mesmos fica na dependência de indagações mais abrangentes que as propostas na presente pesquisa, uma vez que procurou-se tratar o cotidiano socioeconômico básico dos núcleos familiares produtores.

Ainda em relação a outros rendimentos, tem-se, por fim, a ocorrência de situações nas quais filhos(as) ou parentes apresentaram rendimentos externos. Nesses casos, conforme os próprios retornos dos informantes, os montantes não foram contabilizados nas informações repassadas, pois, primeiramente, não havia o conhecimento (nem sequer estimado) dos mesmos e, posteriormente, pelo fato desses retornos inserirem-se apenas periféricamente/espóricamente nas necessidades do núcleo familiar, de forma que são pouco relevantes na composição da renda final.

Estas duas últimas situações destacadas (rendas de filho(a) e/ou parente) apareceram de forma díspar nas duas cidades pesquisadas, em grande parte em virtude das diferenças ocasionadas pelas distâncias a serem percorridas das localidades até os respectivos locais de trabalho. Esse fato, aliado ao transporte facilitado (tanto no que se refere a transporte privado quanto público), em função do acesso viário e as menores distâncias a serem percorridas, possibilita o maior número de indivíduos habitando apenas como moradores dessas áreas com espaços produtivos em Porto Alegre. Tal realidade denota ausência de laços para com as atividades agrícolas, bem como ajuda a explicar a autonomia dos retornos em relação aos gastos básicos do núcleo familiar. No quadro dessas manifestações, Porto Alegre-RS apresentou nove casos dessa espécie, sendo cinco filhos(as) e quatro parentes (29% no total), em contraposição a Belém-PA com apenas três casos ao todo, dos quais dois foram filhos(as) e um parente (9,7% no total).

Quanto aos totais de abordagens sem rendimentos externos, conforme se pode observar na Tabela 1, for maior em Belém-PA, com mais de 60% dos indagados, do que em

Porto Alegre-RS, com pouco mais de 40% dos casos nessa condição. A mesma tabela apresenta ainda os demais elementos da composição dos rendimentos externos, a partir dos elementos acima destacados. Todavia, exclui-se, inicialmente, a composição de rendimentos com benefícios que serão trabalhados mais adiante em exposição específica.

Tabela 1 - Renda Externa à Produção Agrícola obtida por município

MUNICÍPIO	Sem remuneração externa	%	Remuneração externa	%	Renda inserida no cálculo	%	TOTAL	%
Belém do Pará	19	61,3	12*	38,7	9***	29	31	100
Porto Alegre	13	41,9	18**	58,1	9****	29	31	100

* Dentre os 12 casos, 3 situações foram excluídas da renda, sendo 2 por renda de filho(s) e 1 por renda de parente(s).
 ** Dentre os 18 casos, 9 situações foram excluídas da renda, sendo 5 por renda de filho(s) e 4 por renda de parente(s).
 *** Todos os 9 casos foram decorrentes de rendas de parceiro(a). Porém 3 casos advêm de vínculo com empresa que demanda o produto agrícola local e efetua remuneração pela imagem dos produtores atrelada ao produto final.
 **** Dentre os 9 casos, 8 situações foram decorrentes de rendas de parceiro(a) e 1 caso de Empresa Rural vinculada a produção, logo, sendo o retorno da própria atividade de Agricultura Urbana.

Fonte: Trabalho de campo (2011 e 2012).

Inicialmente, constata-se que, em ambos os casos, e curiosamente com mesmas quantidades, esses percentuais específicos das duas situações conferem 61,3% dos casos (19 situações) de renda não verificadas em Belém-PA e 13 situações (14,9%) na cidade de Porto Alegre-RS em que não houve citações de retornos externos. Quando somados os percentuais com as situações extras, em Belém (19 casos mais 3 situações específicas e em Porto Alegre 13 casos mais 9 situações específicas).

Assim, os totais de ausência de rendimento externo por sua vez (22 casos ou 70,97%) ocorreram com o mesmo número de indagados sem remuneração externa ou com a mesma excluída do cálculo (em virtude de rendimentos de parente(s) e/ou filho(s) que não foram contabilizados, conforme salientado anteriormente). Assim, as mesmas se igualam em virtude das reduções de remunerações não inseridas (9,7% e 29,1% respectivamente).

Quanto às rendas inseridas nos cálculos, houve, em Porto Alegre-RS, as seguintes situações: três situações culminavam com retornos da Empresa Rural, o que acabou sendo incorporado diretamente na renda efetiva por se tratar de empresa localizada na própria propriedade e sua comercialização derivar dos cultivos e criações da própria propriedade. Uma situação foi decorrente da produção de plantas exóticas e outras duas situações ocorreram em comércios pecuários que comercializavam suas produções nas Empresas Agropecuárias (situadas ao lado das instalações de criação); as outras situações dessa capital (seis casos) culminaram com retornos de parceiros. Essas atividades consistiram em empregos

atribuídos a ocupações em serviços gerais em empresas, ou serviços domésticos em residências da própria cidade.

Em relação a esses retornos específicos informados, destacam-se baixas rendas, sobretudo após a exclusão de custos de transporte, alimentação durante o turno de trabalho e outros custos, dos quais, a posteriori, as quantias totalizam montantes abaixo do salário mínimo. Além disso, após os descontos quando essa parcela de renda é efetivada aos valores do núcleo familiar, houve a imprecisão dos encaminhamentos dos gastos mais esporádicos e imprevistos (como consultas, lazer e demandas não planejadas) e não tão específicos, necessários e corriqueiros quanto a alimentação e os gastos básicos residenciais (como energia elétrica e conta de água). A essas primeiras demandas (esporádicas e imprevistas), os próprios informantes afirmaram alocar majoritariamente esses montantes externos. Tal decisão se dá em função da relação da alimentação no núcleo familiar decorrer de um somatório mais específico, também descrito como ranchos⁸⁷, “quase” pré-definido e com poucos acréscimos, o que, diferentemente dos eventos imprevistos, não pode ser remanejado/contornado com as produções específicas e raramente pode englobar “cortes” tais quais podem ser feitos ao montante (quantitativo e qualitativo) dos produtos alimentares sempre que necessário.

No que tange às rendas inseridas nos cenários de Belém-PA, verificou-se as seguintes situações: uma situação abrangendo três casos de retornos de parceiros que advêm de fomentos de uma Empresa Multinacional que demanda a produção agrícola de um produto específico de uma das ilhas (a Priprioca), o qual a mesma utiliza a imagem das produtoras da matéria prima para a comercialização do produto final. Essas rendas foram incorporadas como rendas “diferenciais” aos produtos, uma vez que dependem do cultivo dos produtores para existir, o que segue o exemplo próximo à circunstância dos cultivos ecológicos, onde existe um acréscimo de valor ao produto agrícola pela sua inserção diferenciada no mercado. As outras situações dessa capital (seis casos) culminaram com retornos de parceiros. Essas atividades consistiram em empregos atribuídos a ocupações em serviços gerais em empresas, sendo esses casos similares aos da capital gaúcha. Apesar dessa similaridade, figurou na capital nortista a ausência de situações de serviços domésticos em residências, fato que também parece guardar similaridade à problemática do deslocamento. Esta acaba tornando

⁸⁷ Termo utilizado no sul do país para designar uma listagem de alimentos a ser adquirida periodicamente, quando da compra dos alimentos para um determinado período.

inviável, ou pouco atraente, a atividade em sua relação custo-benefício, uma vez que os custos acabam se elevando em virtude do maior percurso de deslocamento necessário.

Destarte, trabalhando estritamente esses retornos específicos informados na capital nortista, a exemplo da gaúcha, destacam-se baixos montantes que se expressam em situações em que, após a exclusão de custos (como transporte, alimentação, dentre outros), perfazem quantias que ficam abaixo do salário mínimo. Além desse reduzido valor totalizado, o mesmo ainda costuma perfazer outro percurso antes de ser incorporado à renda efetiva, pois também houve imprecisões quanto aos encaminhamentos dos gastos mais esporádicos e imprevistos (como consultas, lazer e demandas não planejadas) e não tão específicos (necessários e corriqueiros) quanto à alimentação e os gastos básicos residenciais. A essas primeiras demandas (esporádicas e imprevistas) os informantes igualmente afirmaram destinar majoritariamente os montantes de rendas extras, já que em relação à alimentação e gastos básicos ocorre um somatório pré-estabelecido, ou, ao menos, mais específico. Essa especificidade se dá no embasamento relativo aos padrões de consumo de cada mês com as contas básicas, ou, no caso da alimentação adquirida, no valor das aquisições mensais, ações que podem vir casadas com a possibilidade de realizar “ajustes” (quantitativos e qualitativos) ao montante final, sempre que necessário. Outra possibilidade relacionada a esse quesito e apontada como alternativa foi o potencial destacado quanto à elevação de suas próprias produções, seja para maior volume de comercialização, seja para maior consumo interno.

Não obstante, para a compreensão da renda efetiva desses agricultores e conforme a proposta do capítulo em questão, destaca-se a existência de elementos comumente excluídos dos cálculos desses indivíduos, o autoconsumo, que se caracteriza como parte do cálculo de renda expresso como:

[...] “salário indireto”, que consiste em adicionar à renda não monetária das famílias, receitas advindas de tíquetes refeição, passes de ônibus, etc. A análise realizada se deterá no autoconsumo alimentar do grupo doméstico. Neste sentido, o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 90).

A despeito dessa configuração, tem-se que ressaltar (ainda que indiretamente) um aspecto correlacionado à abordagem do espaço físico agrícola, sobremaneira em espaços urbanos, onde a valorização do território é crescente. Esse conceito é o de renda da terra, que

pode ser expresso da seguinte forma, segundo Nabarro e Suzuki (2010, p.1): “Considerando o primeiro autor a discutir, em sua teoria da renda, o conceito de renda da terra [...] Adam Smith considerou a renda da terra como ‘o preço pago pelo uso da terra ao seu proprietário’” (SMITH, 1996, p. 187). Cabe destacar que tal conceituação extrapola essa singela definição aqui empregada para fins de distinguir um elemento complementar ao foco aqui proposto, pois uma série de outros elementos podem e são acrescidos a essa breve elucidação quando abordados mais profundamente em diversas vertentes teóricas⁸⁸.

Indica-se, assim, outro elemento vinculado à expressão do rendimento final do indivíduo, porém, presente na discussão nas situações em que a área de cultivo não é de propriedade do cultivador. Desse modo, esse elemento entra na abordagem como forma de desconto já efetuado na renda final dos indagados e, assim, por eles mesmos mensurada através de sua relação de remuneração ao proprietário. Por óbvio, esse elemento apontado, consiste muito mais num empecilho à efetivação e/ou manutenção dos cultivos urbanos atuais do que elemento de fomento aos mesmos, sobretudo em se tratando de áreas cada vez mais almejadas para outros fins, dos quais se destacam os imobiliários.

De forma complementar, destaca-se que a expressão fiel desse valor para fins de inserção na renda total dos indivíduos (o que não é o caso da presente abordagem, uma vez que se busca aqui compreender apenas os retornos finais e não a estrutura das relações dos proprietários e seus locatários/arrendatários produtores agrícolas no espaço urbano) careceria de levantamentos imobiliários específicos, portanto, estariam muito mais vinculados ao valor imobiliário local e, logo, se expressando muito mais pelas variáveis repressivas e expansivas de mercado da porção em questão.

Essas situações de renda da terra, dispostas como refluxo à continuidade dos usos urbanos para a produção agrícola foram bastante raras nas ocorrências da pesquisa, tendo sido verificadas em apenas dois casos excepcionais, sendo um caso em Belém-PA e outro em

⁸⁸ Foram vários os estudiosos da renda da terra [...] os três principais autores responsáveis pela construção do conceito: Adam Smith, Thomas Robert Maltus e David Ricardo [...] ainda Karl Marx, tendo em vista que sua contribuição para a consolidação do conceito foi das mais expressivas [...] (NABARRO e SUZUKI, 2010, p. 1). Uma questão complementar importante de salientar na busca por uma maior abrangência do conceito, segundo Nabarro e Suzuki (2010, p. 2), a partir do autor citado, ou seja, Adam Smith, é que: [...] o aperfeiçoamento das forças produtivas tende a reduzir o preço da mercadoria e, dessa maneira, indiretamente aumenta a renda da terra. Explica ainda que o contrário também pode ocorrer, ou seja, a estagnação das forças produtivas acarretaria a redução da renda da terra [...] Em sua teoria, Smith aponta que a sociedade evoluída é dividida em três categorias de pessoas (aquelas que sobrevivem da renda da terra, aquelas que sobrevivem do salário e aquelas que sobrevivem do lucro do capital).

Porto Alegre (ambos representando 3,22% dos indagados) já que se excluiu a horta comunitária existente na segunda capital citada.

Existem ainda outros custos que foram excluídos tão logo se solicitou a renda dos produtores. São eles os insumos, pois se requisitou a inserção dos mesmos na renda final, uma vez que eles impactam diretamente o produto através da variável custo na composição da produção, o que, ainda que não seja absolutamente preciso (pois não se conferiu planilha de custos, até porque nenhum produtor, exceto as Empresas Rurais de Porto Alegre-RS, informou possuir) expressou-se bastante confiável, em virtude da composição média pré-estabelecida pelos produtores. As produções para autoconsumo não estabeleceram valores de insumos adquiridos e se pautaram apenas em suas próprias práticas de produção dos mesmos.

Seguindo adiante em relação aos retornos da concepção da variável renda obtida com a produção agrícola no ambiente urbano, Madaleno (2002, p. 168-169) ao abordar Belém-PA, apresenta produtores que se assemelham aos aqui estudados, não apenas na capital belenense, mas também na capital sulista, uma vez que se observa a necessidade de enfatizar que:

[...] os agricultores urbanos analisados nesta obra operavam em dois sectores de atividade distintos [...] o agrícola e o comercial. Aos estudos sobre agricultura urbana interessam, portanto, as duas atividades económicas, em especial quando a produção se destina não ao autoconsumo, mas à venda.

Essa combinação que vincula produção e comercialização parece ser o modelo mais adequado à manutenção dos cultivos, pois as configurações estabelecidas entre retornos e gastos apresentam resultados mais favoráveis em termos monetários propriamente ditos. Tal realidade pode ser verificada na conjugação de autoconsumo e renda, ou seja, tem-se a comercialização conectada à produção e os produtos “na mesa” dos produtores e seu núcleo familiar.

Analisada especificamente, a alternativa renda, em suas divisões (vide Tabela 2) no município de Belém-PA, permite observar uma parcela muito próxima da metade da amostra (especificamente 45,2% dos produtores) de produtores que obtiveram rendas situadas entre as duas primeiras categorias estabelecidas na pesquisa, o que compreende a categorias de baixa renda, ou seja, menos de meio salário mínimo e menos de um salário mínimo. Tal definição se dá em virtude desses valores estarem abaixo do que é estipulado como mínimo (salário mínimo) para suprir necessidades básicas como alimentação, moradia, educação, dentre

outras, do trabalhador e da sua família. Já no município de Porto Alegre-RS tal situação não foi verificada.

Em relação às duas categorias intermediárias, que são caracterizadas na tabela como faixas entre um e dois salários mínimos e entre dois e três salários mínimos, foi possível observar uma concentração de 51,6% de produtores obtendo esses níveis de renda em Belém-PA, ou seja, a maior parcela, em contraposição à capital gaúcha que apresentou pouco mais de ¼ da amostra nessa faixa, precisamente 25,85%. Tais realidades nos rendimentos apontam para fatores de produção da atividade voltados muito mais para a comercialização, no sul brasileiro, em contraposição ao autoconsumo (abordado por muitos como subsistência) tal qual Belém-PA. Ainda assim, foram em ambas as capitais situações que permearam situações de conjugação de autoconsumo e renda como fins da produção, o que apresenta o enlace de ambos nos objetivos dos agricultores, mesmo em situações discordantes em relação à fluência nas estruturas do espaço e outras adversidades específicas. Conquanto, existe com um fator importante em comum, de um lado um interessante mercado consumidor a abastecer (tanto em volume quanto em rentabilidade), e de outro, preços mais elevados (típicos de capitais) a serem contornados nas aquisições alimentares (via autoconsumo).

Destarte, o restante da amostragem demonstra que as duas maiores faixas etárias estabelecidas na pesquisa (entre três e quatro salários mínimos e mais de quatro salários mínimos) apareceram apenas de forma periférica na capital belenense, pois se tratou de apenas um caso com pouco mais de 3% de incidência na totalidade, o que difere marcadamente de Porto Alegre-RS, que apresenta 29% da sua amostragem na faixa entre três e quatro salários mínimos e 45,2% com rendimentos acima de quatro salários. Assim, se somadas, essas amostragens totalizam 74,2%, o que representa quase ¾ da totalidade de indagados. Tais dados podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2 - Renda obtida por município

VARIÁVEIS	MUNICÍPIOS CATEGORIAS	Belém do Pará			Porto Alegre		
		TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)	TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)
Renda obtida*	Menos de 1/2 Sal. Mínimo	7	22,6	R\$ 1.897,00	0	0	R\$ -
	Menos de 1 Sal. Mínimo	7	22,6	R\$ 3.801,00	0	0	R\$ -
	Entre 1 e 2 Sal. Mínimos	8	25,8	R\$ 8.688,00	2	6,45	R\$ 2.172,00
	Entre 2 e 3 Sal. Mínimos	8	25,8	R\$ 13.032,00	6	19,4	R\$ 9.774,00
	Entre 3 e 4 Sal. Mínimos	1	3,226	R\$ 2.172,00	9	29	R\$ 19.548,00
	Mais de 4 Sal. Mínimos	0	0	R\$ -	14	45,2	R\$ 45.612,00
	TOTAL	31	100	R\$ 29.590,00	31	100	R\$ 77.106,00

Fonte: Trabalho de campo (2011 e 2012).

* Valores apresentados pelos Atores entrevistados. Os valores utilizaram médias mensais com base no salário mínimo vigente. A estimativa teve como base 3/4 do valor máximo. Menos de 1/2 Sal. = 271,00; Menos de 1 Sal. = 543,00; De 1 a 2 Sal. = 1086,00; De 2 a 3 Sal. = 1629,00; De 3 a 4 Sal. = 2172,00; Mais de 4 Sal. (cálculo sobre 6) = 3258,00

Como resposta a essas formas, funções e processos das Agriculturas Urbanas, evidencia-se a obtenção de maior renda na Capital Sul-Riograndense, pois dos 31 indagados, o total obtido para o período foi R\$ 77.106,00, enquanto em Belém-PA o mesmo número de unidades totalizou R\$ 29.590,00, o que representa uma diferença de R\$ 47.516,00 reais nos valores absolutos e 44% maior em relação aos retornos percentuais.

Tem-se, assim, disposições diferenciadas no que tange às estratégias produtivas nos dois municípios. De um lado, tem-se uma organização voltada ao(s) mercado(s) agrícola(s) e que apresentam ganhos que se situam, em sua grande maioria (mais de 95,5%), acima de patamares de renda da classe média (pela atribuição oficial nacional⁸⁹). Para além dos retornos financeiros aos produtores, é possível observar outro papel, que não se restringe ao ganho do produtor, mas abrange a sociedade urbana, uma vez que a produção agrícola (ainda mais das áreas próximas aos municípios mais populosos) cumpre a função “[...] de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados [seja] cada vez menor, e, portanto, que os orçamentos domésticos [possam] consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis [...]” (ABRAMOVAY, 2007, p. 32).

De outro lado, observa-se que é possível considerar a produção sem retornos monetários propriamente ditos, pois é necessário: “desmistificar o preconceito existente em relação à produção para autoconsumo e mostrar sua relevância como fonte de renda [...]” (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p. 483). Essa situação é mais notável nas ocorrências paraenses, pois os produtores apresentam menores parcelas de retornos financeiros e intensificam a sua produção no autoconsumo dos grupos familiares. Essa estratégia também rende prerrogativas positivas, pois reduzem montantes despendidos com alimentação e, corriqueiramente, possibilita uma maior diversidade de produtos primários na mesa, em detrimento de produtos advindos do setor secundário, o que, não raro, é posto como produto de menor qualidade nutritiva e, mormente, menos saudáveis.

A situação do “desprendimento” em relação à oscilação de preços e abastecimento dos mercados ofertantes também é benefício nesses casos, pois esses impactos negativos podem ser contornados em oposição às resoluções de mercado; é o que as abordagens de

⁸⁹ Governo define que a classe média tem renda entre R\$ 291 e R\$ 1.019 [...] Considerando a renda familiar como critério básico, uma comissão de especialistas formada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República definiu que a nova classe média é integrada pelos indivíduos que vivem em famílias com renda per capita (somando-se a renda familiar e dividindo-a pelo número de pessoas que compõem a família) entre R\$ 291 e R\$ 1.019 (BRASIL, 2013).

Segurança Alimentar expõem, uma vez que apontam caminhos alternativos a dependência/organização do mercado, nos quais os problemas alimentares se resolvem trivialmente:

[...] Resolve pela forma tradicional, aumenta a demanda, aumenta o preço; quem não tem renda para comprar fica expurgado do mercado. Ou então, ao se aumentar o preço, os intermediários promovem as importações de alimentos, o que também [...] contraria às [...] premissas de que segurança alimentar tem a ver com acesso, mas também tem a ver com suficiência da produção [...] (DELGADO, 2004, p. 66-67).

Quão sejam os fatores posteriores a essa conjuntura que guardam consigo particularidades e enlaces locais, retornando ao quesito valor total da renda obtida, a composição desse item passa a ser um fator relevante de análise dos usos da produção, uma vez que se deseja apresentá-lo também de acordo com a finalidade das produções. A seguir, a Tabela 3 apresenta a composição da renda média obtida de acordo com a prioridade dos produtores. Nesse caso, o cálculo somou as rendas informadas pelos atores e dividiu pelo somatório monetário dos produtores agrícolas urbanos em cada uma das prioridades da produção informadas.

Tabela 3 - Composição da Renda de acordo com a Finalidade da Produção

VARIÁVEIS	MUNICÍPIOS CATEGORIAS	Belém do Pará			Porto Alegre		
		TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)	TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)
Composição da	Autoconsumo	5	16,1	R\$ -	3	9,68	R\$ -
renda média obtida	Autoconsumo e Renda	14	45,2	R\$ 873,00	5	16,1	R\$ 2.063,00
de acordo com a	Renda e Autoconsumo	11	35,5	R\$ 1.111,00	18	58,1	R\$ 2.594,00
finalidade da	Rendimento Apenas	1	3,23	R\$ 1.629,00	5	16,1	R\$ 2.389,00
produção**	TOTAL	31	100	R\$ 3.613,00	31	100	R\$ 7.046,00

Fonte: Trabalho de campo (2011 e 2012).

** O cálculo somou as rendas informadas pelos Atores entrevistados e dividiu pelo número de indivíduos em cada uma das finalidades da produção da Agricultura Urbana.

Dessa forma pode-se considerar que em Belém-PA os atores, em sua maioria, praticam a atividade voltados para autoconsumo e renda, mas ressaltando a prioridade dos produtos para a primeira finalidade. O percentual dessa categoria é composto por 45,2% e, se adicionada a produção apenas para autoconsumo, chega-se a um percentual ainda maior, somando 61,3% de atores. Os percentuais seguintes, com prioridade para renda (Renda e Autoconsumo e Rendimento Apenas), totalizam 38,73%, mas cabe salientar que produção apenas como fonte de renda foi informada por apenas um respondente, ou 3,23%. Quanto aos produtores de Renda e Autoconsumo (35,5%) apesar de priorizarem a comercialização, houve muitas manifestações de destaque para o aspecto do autoconsumo. Conforme Produtor 18:

“Primeiro a gente vende o que planta, mas depois tudo a gente consome e ajuda bastante a gente e todos aí da família”.

Pode-se afirmar, assim, que se tem uma organização dos produtores urbanos onde: “o autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como genuína às formas sociais familiares [...] que o define e o caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas [...]” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 91).

Já em Porto Alegre-RS o perfil revela-se diferente, quando 58,1% dos atores destinam a atividade para renda e autoconsumo e 16,1% apenas para rendimentos, o que, somados, totalizam quase dois quartos da produção (74,2%). Destaca-se ainda que o componente Renda e Autoconsumo é menos valorizado que no caso belenense, pois *“Tem o consumo das frutas e verduras, mas a maior parte a gente dá um jeito de negociar [...]”* (PRODUTOR 22). O autoconsumo especificamente é pouco verificado, pois foram menos de 10% verificados nessa estratificação e o Autoconsumo e Renda totalizou mais 16,1% dos casos, o que quando, somados, significam 25,78%. Mesmo que esse não seja um percentual irrelevante, caracterizando-se como uma produção mais comercial, em detrimento da produção para o consumo, ressalta-se que, ainda assim, “o autoconsumo permanece uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social dessas unidades” (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p. 483). Essa situação espelha o que Arruda (2011, p. 21) apud Machado e Machado (2002, 2002, p. 14) afirma com relação à configuração dos papéis que os espaços produtivos urbanos acabam assumindo na configuração do município, pois:

Em uma dada cidade e em um dado momento estabeleceram-se naturalmente os espaços rurais, periurbanos e intraurbanos, que mais tarde integraram-se dentro de um “ecossistema urbano”. Vários estudos exemplificam o princípio da integração pela comparação entre as atividades rural, intraurbana e periurbana, em que a agricultura urbana é estabelecida para complementar a rural em termos de auto-abastecimento, fluxos de comercialização e de abastecimento de mercado.

Conquanto, um aspecto central a ser destacado nessas relações consiste na busca pela caracterização de três estratégias produtivas diferenciadas da expressão da Agricultura Urbana, pois, de um lado, estão apresentadas relações voltadas ao autoconsumo, com estratégias pautadas unicamente na alimentação e reprodução familiar essencialmente a partir dos cultivares e, de outro lado e em total oposição, observam-se produtores que focam a comercialização como principal destino dos seus produtos, o que acaba por destoar de boa

parte das pesquisas que envolvem Agricultura Urbana, pois não são produções que se caracterizam de forma central como “[...] famílias [que] escolhem esta atividade para sua subsistência” conforme destaca Arruda (2011, p. ix)⁹⁰. Contudo, existe uma terceira vertente, onde o somatório entre autoconsumo e renda se expressa como alternativa casada e, mesmo se aproximando um pouco de uma das duas estratégias anteriores, a mesma parece apresentar um perfil específico e capaz de conjugar os esforços produtivos numa importante composição de renda e produtos alimentares, o que, virtuosamente, permite generosas reduções de gastos e acesso a consumo externo via renda obtida.

Assim, diante dessas realidades, os modelos que se apresentam diferem nos focos e, com isso, alteram também sua forma de organização. Grosso modo, os produtores do sul acabam se organizando muito mais em torno do escoamento e apresentação do produto para o consumidor, em contraposição a situações pautadas no consumo pessoal, como no caso paraense. Entre ambas se apresenta a composição das duas situações, onde existe a valoração do produto tanto comercialmente quanto na forma personificada para a sobrevivência e reprodução familiar.

No que tange à realidade de Belém-PA, demonstrou-se nos cultivos uma maior aderência à produção no e para o local em função dos perfis das manifestações observadas, onde a organização em Agrovila, Assentamentos e Articulações em associações vão ao encontro de relações interpessoais entre a população. Não que as mesmas impeçam a comercialização, mas, ao contrário, ressalta-se que a articulação em grupos proporciona esse fenômeno. Nesses casos de Agricultura Urbana em particular tem-se uma clara situação “na qual o autoconsumo gera sociabilidade” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 99) e nessas ambiências os auxílios mútuos são capazes de sanar (via assistência) à problemática relacionada à mão-de-obra. Esse aspecto não foi citado como problema em nenhum caso no norte do país, em contraposição a situação porto-alegrense (sulina), onde um terço da amostragem (32,3%) apontou esse problema.

Ainda acerca dessas relações, é pertinente destacar os caminhos que perpassam a integração social, posto que existe uma inter-relação e uma construção espaço-tempo dos “caminhos futuros da integração social, dos contrastes e continuidades com a população receptora [...] até mais [...] do que na primeira geração” (MACHADO e ABRANCHES, 2005,

⁹⁰ Abordagem embasada em sua Tese que evidenciou uma extensa revisão de literatura sobre a Agricultura Urbana. O estudo em questão se deu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

p. 87). Nesse sentido, a experiência de articulação organizada em núcleos e os contatos com os “receptores” do entorno desse local em particular é bastante recente, de forma que ainda se constitui numa realidade em construção/transformação, pois os assentamentos datam de pouco mais de cinco anos e as ocupações (que ainda nem sequer são assentamentos oficiais como os primeiros) não fogem muito dessa datação. A experiência mais extensa destacada dentre essas é o caso da Agrovila que data de um período mais antigo, mas que, mesmo assim, apresenta cerca de 10 anos de duração, mas uma análise expandida de Integração Social é tema para outra pesquisa em particular, dada a sua complexidade e diversidade de fatores e nuances envolvidas no processo.

Todavia, retornando especificamente à questão da composição numérica da renda média obtida a partir desses arranjos de prioridade produtiva e rendas informadas, diante de um cenário global (o que não reflete somente as distinções específicas, mas também situações intermediárias de indivíduos que comercializam e consomem as produções) Porto Alegre-RS atinge um total de R\$7.046,00, praticamente o dobro do obtido em Belém-PA, que totalizou R\$3.613,00. Porém, quando considerada a média de gastos com alimentação, esta se apresenta muito superior na capital sulina, onde o total foi de R\$1.002,25, em contraposição a Belém-PA, onde o total foi de R\$550,00, praticamente a metade. Porquanto, a Tabela 4 abaixo apresenta detalhadamente os dados referentes à média de gastos efetuados em alimentação externa.

Tabela 4 - Média de gastos efetuados em alimentação externa à produção

VARIÁVEIS	MUNICÍPIOS CATEGORIAS	Belém do Pará			Porto Alegre		
		TOTAIS	%	Valor (Gastos)	TOTAIS	%	Valor (Gastos)
Média de	Autoconsumo****	0	0	R\$ -	3	9,68	R\$ 1.025,00
gastos efetuados	Autoconsumo e Renda	2	28,6	R\$ 540,00	5	16,1	R\$ 533,00
no mês excetuando	Renda e Autoconsumo	5	71,4	R\$ 560,00	18	58,1	R\$ 871,00
a produção***	Rendimento Apenas	0	0	R\$ -	5	16,1	R\$ 1.580,00
	TOTAL (MÉDIA)	7	100	R\$ 550,00	31	100	R\$ 1.002,25

Fonte: Trabalho de campo (2011 e 2012).

*** O cálculo somou os gastos informadas pelos Atores entrevistados e dividiu pelo número de indivíduos em cada uma das finalidades da produção da Agricultura Urbana.

**** O valor utilizado para os gastos no município de Porto Alegre é oriundo de aposentadoria dos indagados.

Quando analisamos a produção no contexto urbano e o impacto da aquisição dos alimentos na vida dos atores, a literatura corrobora com tais fatos observados, pois, ao serem adquiridos no varejo ou atacado, os produtos absorvem custos adicionais oriundos de processamento, embalagem, transporte, remunerações intermediárias, dentre outros. Tem-se,

assim, nas situações dos produtores centrados no seu autoconsumo, uma realidade em que, sob a ótica do contexto social, observam-se reduções de custo e sob a qual é possível verificar a prioridade no acesso e nas condições (quantitativas e qualitativas) dos alimentos. Essas produções são pautadas sobremaneira na capacidade de exclusão de situações que agregam montantes financeiros ao produto final da mesa dos indivíduos. Tal realidade se dá, conforme citado anteriormente, via eliminação de entraves relacionados, direta ou indiretamente, a circunstâncias que envolvem a totalidade do percurso do produto, desde seu cultivar até o consumidor final, pois a produção alimentícia está

[...] correlacionada com a oferta de alimentos, seu armazenamento, transporte e distribuição à população em geral. A produção de alimentos, que envolve o setor agroindustrial, abrange desde as condições de plantio e condições de lavouras, até o beneficiamento e embalagens [...] (GALEAZZI, 1996, p. 138).

Nas divisões desses percursos alimentícios, em termos globais, ressalta-se que, em Porto Alegre-RS, como prática geral da Agricultura Urbana, existe uma atividade voltada para a obtenção de renda. Entretanto, os atores apresentam, em contraposição, gastos mais elevados no que tange à alimentação, pois precisam consumir um número maior de itens adquiridos. Esses produtos são obtidos a preços mais elevados em virtude dos valores agregados na industrialização, transporte, dentre outros fatores que impactam o produto final como os retornos dos comercializadores (tanto do atacado quanto do varejo), conforme já citado anteriormente. Em contrapartida, os dados apontam rendas menores por parte dos atores de Belém-PA e, logo, gastos inferiores com alimentação externa.

Os empecilhos enfrentados se voltam às possibilidades e adaptações efetuadas que não devem desconsiderar necessidades vinculadas à “[...] premeditada escolha das infraestruturas a instalar e de sua localização, com a criação de equipamentos do interesse específico de certas atividades [...] Desse modo, o território não é apenas o teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante” (SANTOS, 2008, p. 119).

Por equipamento do território o autor aborda a estruturação e as formas pelas quais são facilitados os fluxos materiais e imateriais. Nesse caso, abordam-se as relações intrínsecas à organização do espaço do município⁹¹, em seus enfoques e prioridades para o mesmo, o que,

⁹¹ A cidade deve ser pensada como um metabolismo socioambiental, no qual a diferenciação entre natureza e sociedade não é possível de ser realizada, posto que na cidade nada é tão natural que não tenha sido impactado pela ação humana, assim como, tampouco, nada é unicamente social, de tal forma que seja impermeável à natureza. Ao invés de separação, o melhor é pensar em fluxos, onde transitam e interagem as múltiplas energias

no caso belenense, se reflete na complexidade da logística do escoamento da produção que, em grande parte, depende de produtos adquiridos externamente (tanto do município quanto da região metropolitana e também do estado).

A realidade abordada pauta uma questão importante que diz respeito à inserção da Agricultura Urbana em muitos locais, o que, por vezes, é pouco considerado, afora a carência alimentícia e protecional, de forma que, em boa parte das localidades em que ela ocorre, existe uma gama de questões envolvidas. Às vezes concernentes a dificuldades, mas outras vezes a atividade emerge como acessório de uma totalidade, quase um “ator” numa peça com roteiro prévio.

Para além de retomar quesitos referentes às dificuldades dos fluxos materiais do produto (em que pese aqui não se estar desconsiderando-as), as dificuldades competentes aos equipamentos urbanos escalonam outras questões para a Agricultura Urbana. Essa disposição pode ter cunho permanente ou culminar em uma situação pontual urbana, evidenciando-se como uma circunstância advinda de demandas específicas, na qual se oportunizam potencialidades peculiares singulares a cada situação. Primeiramente, enfatiza-se que a própria atividade agrícola apresenta uma determinada limitação de atendimento de públicos mais extensos, com maior extensão de produtos (ou seja, atendimento a questões quantitativas e qualitativas). Para além, cabe afirmar que a Agricultura Urbana, em geral, é ainda mais atida às manifestações expressas das situações nas quais as demandas do espaço se dão, bem como das expectativas que emanam da sociedade na qual a mesma se encontra imersa.

Em vista disso, o autoconsumo também sugere um contingente mais restrito de pessoas envolvidas e suas situações peculiares se expõem em diversos casos atinentes da atividade urbana como, não raro, ações parciais e essencialmente envoltas em um ambiente transitório, sucedidas de quase indissociável eliminação *a posteriori*, uma vez que se observou que a maior parte desses indivíduos consiste em casais de idade mais avançada, cujos filhos e/ou outros parentes já estão com projetos de mudança de endereço. Tal realidade se expressa nos retornos dos indivíduos que informaram ter filhos, pois as respostas foram negativas em todos os casos, com exceção de uma situação excepcional em Porto Alegre-RS e seis casos em Belém-PA.

necessárias para realizar a vida humana [...] Nas cidades, a construção da sua infraestrutura torna-se tão elementar quanto os demais elementos naturais, posto que é necessário assegurar o abastecimento de todos os que vivem no espaço urbano, que precisam de uma quantidade de energia em escala bem maior do que, de um modo geral é possível acessar no entorno [...] (PORTO ALEGRE, 2003, p. 7-8).

Outras situações põem a atividade no rol de transitoriedade, pois, muitas vezes, a mesma serve como sustentáculo auxiliar de outras atividades. Para além dos diversos aspectos já destacados quanto às dificuldades supracitadas, aliam-se as especificidades locais da totalidade do espaço (calcado em situações e focos que, não raro, contam com alguma particularidade específica, quais sejam fins turísticos como na Ilha de Mosqueiro) ou com finalidades de expansão da malha urbana, principalmente via projetos imobiliários condominiais, como se dá no caso de Porto Alegre. Assim, a atividade Agricultura Urbana acaba se adaptando à organização posta e a ela resistindo ou findando (no âmbito local) frente às dificuldades impostas, o que incide em muitos movimentos migratórios da atividade e parece ser uma perspectiva para grande parte dos produtores principalmente (mas não exclusivamente) da capital gaúcha. A maior parte desses produtores expressa (ao menos) no tocante ao futuro de sua atividade tal qual se apresenta em sua distribuição zonal, um rearranjo que possivelmente seja precedido de migração.

Para os produtores 25 e 26 da capital porto-alegrense tem-se: *“Uma coisa certa, não fica como tá... Porque a gente com os produtos já não satisfaz o que esperam de nós. Há um tempo atrás servia, hoje não. As terras agora são mais importantes. O que comer tão querendo trazer de outros lugares. A gente vai ter que ver o que vamos fazer...”*. Já a capital belenense expressa um pouco mais de otimismo em relação à situação de permanência, parecendo que, ao menos momentaneamente, a mesma cumpre um papel valorizado nas expressões urbanas. Conforme o produtor 10: *“Temos bastantes clientes por muitos meses, mesmo que às vezes diminuam, sempre tem e sempre falta produto. Se conseguíssemos plantar mais, com certeza a gente vendia. Não penso em sair tão cedo, mesmo com os filhos longe, o que a gente pode fazer é aqui, vamos plantar”*.

Assim, pode-se observar a vinculação entre a demanda social e a prática da cultura agrícola no urbano. Ainda que possa se alterar, a mesma se expressa de forma clara como uma demanda necessária em um caso e já não tão relevante em outro. Talvez essa natureza transitória possa ser uma marca de grande parte dos cultivares de maior porte, levando ao final e ao renascimento muitos espaços de plantio. Mas a afirmação concisa e acurada certamente demandaria uma observação para além do período da presente pesquisa, pois:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante, social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos

aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos da classe que dela emergem [...] A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1989, p. 11).

Voltando às situações peculiares da presente Tese, outras externalidades são postas e entram no rol das dificuldades impostas à Agricultura Urbana. Conforme já salientado no espaço belenense, o clima, que impõe elevadas temperaturas no ano, acaba forçando a elevação dos preços, em função das perdas oriundas do deslocamento. Compreende-se, assim, a necessidade de estruturas para superar tais necessidades que, mesmo com algum grau de interesse por parte dos produtores, pesa à realidade estrutural que não se apresenta apta à oferta da produção. Essa adversidade na logística local⁹² eleva a dificuldade de enfrentamento das “barreiras naturais” ali existentes.

Tem-se, assim, a necessidade exposta (a priori desconsiderada) em relação à prática e que carece enfrentamento ou sequência de descaso, em que pesem os projetos para a mesma num futuro próximo, considerando fatores internos e externos, entendendo que: “A organização espacial não é somente um reflexo da sociedade [...] passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro [...]” (CORRÊA, 1987, p. 72).

Relativamente ao caso de Porto Alegre, pode-se auferir que a mesma possui algumas vias com entraves de acessibilidade, mas, ainda assim, mais viáveis do que os transportes fluviais observados no norte brasileiro, o que adquire contornos ainda mais favoráveis se somados à disposição quantitativa de vias de acesso. Além disso, o clima posto é mais favorável uma vez que os gradientes térmicos elevados, apesar de se fazerem presentes no sul, se dão apenas durante um curto período do ano, o que corresponde a cerca de três meses do verão gaúcho. Assim, no longo prazo no transcurso do ano, tais situações de precibilidade no tempo são menos intensas, o que, somado a mais e melhores acessos, confere impactos negativos inferiores aos produtores.

Destarte a essas situações postas e procurando retomar a realidade exposta aos produtores e dela derivar boa parte das escolhas e necessidade da estruturação local, tomamos

⁹² Tais realidades são vistas na capital paraense. Principalmente vide a corriqueira e destacada dificuldade vinculada ao transporte fluvial, seja por falta de horário, tempo de traslado e/ou oferta de equipamentos suficientes e adequados aos transportes. Assim, a defasagem da renda impacta sobre a situação alimento-produto.

como base de análise o embasamento produtivo e a articulação dos atores em três formas distintas. Conforme já citado, ainda que inicialmente proposta estruturalmente em quatro variáveis, pode-se conferir basicamente uma organização de três modelos produtivos. Inicialmente pode-se observar uma produção compreendida nos focos pautados no autoconsumo. Na outra “ponta” se situa o viés na renda⁹³. Entre essas realidades situa-se o que consistiu no grupo mais conciso, pois mesmo variando a existência de mais consumo ou mais renda, se mostraram financeiramente muito próximos, o que exteriorizou incoerente a divisão desses atores de práticas mistas.

A Tabela 5, abaixo, apresenta as três categorias e demonstra as duas situações intermediárias, onde se verificou, de norte a sul, a existência de ambas as situações e, mesmo procurando-se focar as prioridades dessa mescla por um ou outro fim para a produção em questão, obteve-se uma proximidade bastante significativa, em que pese uma breve supremacia para aqueles que priorizam a comercialização dos produtos agropecuários.

Tabela 5 - Relação renda-gastos nas duas capitais

VARIÁVEIS	MUNICÍPIOS CATEGORIAS	Belém do Pará			Porto Alegre		
		TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)	TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)
Relação	Autoconsumo	x	x	R\$ -	x	x	R\$ -
renda-gastos	Autoconsumo e Renda	x	x	R\$ 333,00	x	x	R\$ 1.530,00
dos produtores	Renda e Autoconsumo	x	x	R\$ 551,00	x	x	R\$ 1.723,00
	Rendimento Apenas*****	x	x	R\$ -	x	x	R\$ 809,00
	TOTAL (MÉDIA)	x	x	R\$ 294,67	x	x	R\$ 1.354,00

Fonte: Trabalho de campo (2011 e 2012).

***** O valor apresentado nessa relação custo-benefício contabilizou apenas as rendas em função de não ter havido respondentes a indagação dos custos.

Em vista dessas categorias, veem-se relações nas quais a situação de busca absoluta pelo rendimento é uma situação que ocasiona uma renda final inferior aos atores que buscam a mescla de rendimentos. Dentre as situações sugeridas, por mais que o autoconsumo tenha se apresentado com restrições bastante relevantes, tem-se que considerar que aqueles que primam pelo único e absoluto foco na renda também não logram grande êxito e observa-se em suas realidades uma situação na qual os mesmos podem até experimentar situações mais

⁹³ Em que pesem as vantagens no que tange à qualidade do alimento no autoconsumo (já abordada anteriormente) que pode ser vistória e controlada do plantio à colheita reduzem-se perspectivas ao somatório financeiro, pois a ausência de ganhos impede ou limita consumos externos que ficam a cargo apenas de outros rendimentos. A contraposição, ou seja, o foco fundamental nos rendimentos, impacta custos externos e elevados na concretização das necessidades básicas concernentes à alimentação.

desconfortáveis, em vista da pouca diversidade de produtos na mesa, o que reflete a diversificação da produção.

Embora a confrontação específica entre o autoconsumo e a renda traga ainda benefícios nos cálculos finais à situação prioritária da renda, em ambas as capitais pesquisadas, essa situação parece derivar de duas circunstâncias. A primeira aponta para a carência de maior produção diversificada por parte daqueles que primam pelo autoconsumo em primeiro plano, o que poderia propiciar o decréscimo dos gastos e, logo, maior valor comparativo na renda final. Situação similar seria mais difícil de se observar naqueles atores que priorizam a renda na comparação da finalidade do comércio, até porque as demandas observadas apareceram como determinantes de uma estrutura que careceria ser essencialmente alterada e, com isso, os mesmos acabariam por “mudar de categoria”, vindo a ser produtores voltados mais ao autoconsumo.

A segunda situação em questão que há de se ponderar são os hábitos alimentares da atualidade, quando a maior parcela da população tem optado por consumir mais produtos industrializados, havendo, assim, a deterioração dos valores obtidos ao final do cálculo de rentabilidade, o que, inevitavelmente, leva a vantagens financeiras ao grupo que tem por primeira finalidade a comercialização.

Cabe salientar ainda que as situações específicas de autoconsumo apresentaram indícios de benefícios externos, ainda que não informados na presente pesquisa (uma vez que apenas na capital porto-alegrense verificou-se tal fato em três situações) as mesmas podem advir de diversas fontes, das quais até mesmo doações de familiares ou conhecidos podem perfazer tais rendimentos.

Quanto ao quadro que tem sido focado, chama a atenção o volume líquido excedente como forma de renda e possibilidade de consumo (quando não formação de poupança) que é mais de três vezes maior na capital sulina do que na capital nortista. Quando frisada a categoria autoconsumo e renda, a diferença chega a pouco menos de seis vezes maior e, quando tratada a categoria renda e autoconsumo, a diferença é mais de três vezes maior. Tal aspecto chama a atenção para a atual composição das estruturas produtivas e os níveis de rentabilidade que, mesmo tendo parcial explicação nos empecilhos já frisados, merece melhor atenção e, certamente, com um acompanhamento mais próximo poderiam aprimorar o aspecto renda, uma vez que os valores finais apareceram bastante baixos e aquém do teto salarial do mínimo nacional.

Curiosamente, as situações calculadas apenas na renda, que infelizmente puderam ser observadas apenas em Porto Alegre-RS, demonstram baixo rendimento líquido, uma vez que o valor final fica pouco acima do salário mínimo e, em comparação com as composições autoconsumo e renda e renda e autoconsumo, o montante corresponde a pouco mais de 50% na primeira situação e menos de 50% no caso da segunda categoria.

Por fim, destaca-se que não apenas os aspectos favoráveis ou contrários especificamente à atividade financeira se manifestam como impactantes na atividade; mas também outras questões podem ser inseridas e justificam a centralidade da observação de tal realidade, pois se inserem aí elementos culturais. Nesse sentido, os produtores belenenses expressam maior vinculação com a sua produção, de forma a fazer dos cultivos parte da sua manifestação individual e de identidade pessoal e familiar, o que não necessariamente guarda relação para com o local de natalidade dos indivíduos, ainda que o mesmo seja relevante para análise e reflexões tópicas, pois:

[...] As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras [...] Esse tipo de classificação em níveis sucessivos deixa de ter significação à proporção que cada cidade passa a ter uma relação direta com a demanda de sua região, e à proporção que cada região se especializa [...] Há diferenciação porque as demandas e as respostas divergem segundo os lugares, os produtos [...] Há complexificação porque as atividades agrícolas [...] tornam mais variadas e densa a organização social de cada cidade (SANTOS, 2008, p. 137).

Para tanto, há que se ponderar as formas pelas quais se configuram tais cidades e a que se atêm as suas parcelas de território físico. Porém, é indissociável a conjectura de que na existência da atividade agrícola urbana, a sua compreensão carece de uma maior atenção, pois não de hoje repercute como tema de pesquisa e de análise a teóricos das mais diversas áreas que vão das ciências agrárias às humanas perpassando por outras áreas que fazem fronteira com o assunto em particular. Assim, situações de autoconsumo podem e o são respondidas por práticas da organização social de grupos inseridos nas cidades que podem advir do próprio contingente interno populacional (das localidades de práticas de Agricultura Urbana ou migrantes de outras áreas da cidade) ou de quaisquer outras cidades próximas ou distantes. Essa realidade nos casos pesquisados no presente trabalho, será exposta logo após a apresentação dos benefícios.

Para além dos rendimentos brutos com a atividade, conforme já destacado anteriormente, existe ainda o elemento benefícios, elemento esse que se soma aos

rendimentos e no qual, nos casos da pesquisa, foram relativos apenas a aposentadorias conforme Tabela 6, exposta abaixo.

Tabela 6 - Benefícios recebidos pelos beneficiários nas duas capitais

Benefícios	Um beneficiário locais	6	75	R\$	724,00	9	69,2	R\$	724,00
Recebidos*****	Dois beneficiários locais	2	25	R\$	1.448,00	4	30,8	R\$	1.448,00
	TOTAL (MÉDIA)	8	100	R\$	1.086,00	13	100	R\$	1.086,00

Fonte: Trabalho de campo (2011 e 2012).

***** Todos os valores informados foram de 1 salário mínimo por beneficiário.

Os valores advindos de benefícios externos foram somados aos retornos obtidos pelos atores da Agricultura Urbana em questão, mas a esses retornos pode-se fazer uma série de inferências. Observa-se que esses compostos raramente repercutem no valor líquido obtido pelos indivíduos em questão, pois, sem exceção, esses ganhos foram tratados como rendimentos que tão logo adquiridos já se materializam em gastos previamente planejados e sem os quais ter-se-ia que alterar a dinâmica cotidiana.

Primeiramente enfatiza-se que curiosamente, a despeito do esperado quando da projeção de hipóteses estabelecidas previamente em relação à composição de renda, as situações de presença desses benefícios em núcleos familiares calcados em produções que abarcam apenas o autoconsumo foi bastante parcimoniosa. Essa situação materializou-se enquanto fonte de rendimentos observados em poucos casos (três situações) e apenas na capital sulina, conforme frisado anteriormente. Segundo os respondentes, os rendimentos compõem gastos que se fazem presentes nas demandas consoantes a sua possibilidade de sanar necessidades básicas na realidade dos indivíduos produtores, tais como remédios e consumo de produtos industrializados como a farinha, elemento bastante citado. Quanto a essa situação, observa-se uma demanda de pesquisa posterior, que pode vir a servir de tema para diversas pesquisas posteriores na temática proposta.

Em relação a outras exposições bastante enfáticas quanto a esses benefícios no tocante às demais categorias (autoconsumo e renda; renda e autoconsumo; e apenas renda) evidencia-se a composição de parcela dessa renda para reverter em insumos agrícolas que viriam a se somar a prática da própria atividade agrícola, o que tão logo posto chama a atenção para a inevitável perda de renda líquida absoluta desses beneficiários. Os valores em questão não foram levantados, pois, ainda que tenham sido instigados para isso, os atores não proporcionaram retornos nesse sentido.

Abordando particularmente as exposições, observa-se um maior contingente de beneficiários na região sul do país. Em ambas as situações, quando indagados, os atores informaram ter aposentadoria rural com exceção de três casos no sul e dois casos no norte.

Quanto aos valores obtidos, mesmo os casos excepcionais visualizados não extrapolaram o valor do salário mínimo do período em nenhuma situação, logo 100% dos respondentes informaram receber o teto salarial vigente no período da pesquisa, ou seja, R\$ 724,00, o que pode totalizar R\$1448,00 quando da existência de dois beneficiários, o que ocorreu em dois casos de beneficiários em Belém-PA (25%) e em quatro casos em Porto Alegre-RS (30,77%).

A realidade posta em relação ao número absoluto de aposentados apresenta um valor superior na capital sulina, onde a diferença é de sete situações de aposentadorias a mais, tendo, assim, se configurado 69,9% das aposentadorias nessa cidade, em contraposição a apenas 38,1% do total das observações totais de benefícios informados. O porquê dessa realidade divergente parece estar nas situações de existência de documentação comprobatória de atividade laboral. Essa situação foi enfatizada por muitos produtores entrevistados em Belém-PA, pois os retornos de atores expõem a possibilidade de já estarem recebendo o benefício (tanto por idade e/ou por tempo de trabalho), mas, por ausência dos “papéis” ou extravio de documentação, ainda não teriam conseguido a obtenção do mesmo.

Com base nas análises efetuadas acerca das categorizações de Agricultores Urbanos em relação a sua organização e articulação no tocante à produção, e frente às leituras apresentadas relativamente às realidades expostas nas duas capitais pesquisadas (do norte e do sul do país), expõem-se a Tabela 7, a seguir, buscando expor a totalidade das situações descritas para efeito de observação do conjunto das reflexões propostas com relação ao quesito financeiro dos produtores e a organização e prioridades da atividade.

Tabela 7 - Relação de Renda e Gastos dos Agricultores Urbanos

VARIÁVEIS	MUNICÍPIOS CATEGORIAS	Belém do Pará			Porto Alegre		
		TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)	TOTAIS	%	Valor (Receitas ou Gastos)
Renda obtida*	Menos de 1/2 Sal. Mínimo	7	22,6	R\$ 1.897,00	0	0	R\$ -
	Menos de 1 Sal. Mínimo	7	22,6	R\$ 3.801,00	0	0	R\$ -
	Entre 1 e 2 Sal. Mínimos	8	25,8	R\$ 8.688,00	2	6,45	R\$ 2.172,00
	Entre 2 e 3 Sal. Mínimos	8	25,8	R\$ 13.032,00	6	19,4	R\$ 9.774,00
	Entre 3 e 4 Sal. Mínimos	1	3,226	R\$ 2.172,00	9	29	R\$ 19.548,00
	Mais de 4 Sal. Mínimos	0	0	R\$ -	14	45,2	R\$ 45.612,00
	TOTAL	31	100	R\$ 29.590,00	31	100	R\$ 77.106,00
Composição da	Autoconsumo	5	16,1	R\$ -	3	9,68	R\$ -
renda média obtida de acordo com a	Autoconsumo e Renda	14	45,2	R\$ 873,00	5	16,1	R\$ 2.063,00
	Renda e Autoconsumo	11	35,5	R\$ 1.111,00	18	58,1	R\$ 2.594,00
finalidade da produção**	Rendimento Apenas	1	3,23	R\$ 1.629,00	5	16,1	R\$ 2.389,00
	TOTAL	31	100	R\$ 3.613,00	31	100	R\$ 7.046,00
Média de	Autoconsumo****	0	0	R\$ -	3	9,68	R\$ 1.025,00
gastos efetuados no mês excetuando a produção***	Autoconsumo e Renda	2	28,6	R\$ 540,00	5	16,1	R\$ 533,00
	Renda e Autoconsumo	5	71,4	R\$ 560,00	18	58,1	R\$ 871,00
	Rendimento Apenas	0	0	R\$ -	5	16,1	R\$ 1.580,00
	TOTAL (MÉDIA)	7	100	R\$ 550,00	31	100	R\$ 1.002,25
Relação	Autoconsumo	x	x	R\$ -	x	x	R\$ -
renda-gastos dos produtores	Autoconsumo e Renda	x	x	R\$ 333,00	x	x	R\$ 1.530,00
	Renda e Autoconsumo	x	x	R\$ 551,00	x	x	R\$ 1.723,00
	Rendimento Apenas*****	x	x	R\$ -	x	x	R\$ 809,00
	TOTAL (MÉDIA)	x	x	R\$ 294,67	x	x	R\$ 1.354,00
Benefícios	Um beneficiário locais	6	75	R\$ 724,00	9	69,2	R\$ 724,00
Recebidos*****	Dois beneficiários locais	2	25	R\$ 1.448,00	4	30,8	R\$ 1.448,00
	TOTAL (MÉDIA)	8	100	R\$ 1.086,00	13	100	R\$ 1.086,00

Fonte: Trabalho de campo (2011 e 2012).

* Valores apresentados pelos Atores entrevistados. Os valores utilizaram médias mensais com base no salário mínimo vigente. Os valores foram apresentados com médias mensais estabelecidas a partir do Salário Mínimo de 2014 (724,00). Os valores tiveram como base 3/4 do valor máximo. Menos de 1/2 Sal. = 271,00; Menos de 1 Sal. = 543,00; De 1 a 2 Sal. = 1086,00; De 2 a 3 Sal.= 1629,00; De 3 a 4 Sal.= 2172,00; Mais de 4 Sal.(cálculo sobre 6) = 3258,00

** O cálculo somou as rendas informadas pelos Atores entrevistados e dividiu pelo número de indivíduos em cada uma das finalidades da produção da Agricultura Urbana.

*** O cálculo somou os gastos informadas pelos Atores entrevistados e dividiu pelo número de indivíduos em cada uma das finalidades da produção da Agricultura Urbana.

**** O valor utilizado para os gastos no município de Porto Alegre é oriundo de aposentadoria dos indagados.

***** O valor apresentado nessa relação custo-benefício contabilizou apenas as rendas em função de não ter havido respondentes a indagação dos custos.

***** Todos os valores informados foram de 1 salário mínimo por beneficiário.

Tomando como base a tabela 7 como um todo, em todas as suas expressões é possível verificar que como estratégia de sobrevivência e reprodução social a opção pelo misto de comercialização e poder aquisitivo torna-se a mais positiva, pois, mesmo diante das vultuosas quantias nas situações de cultivos que visam apenas a renda, acabam por perder o seu poder de concentrar renda diante das necessidades de gastos. De forma geral, chama a atenção os montantes informados que circulam nessas atividades em Porto Alegre-RS e Belém-PA, pois na primeira cidade o montante soma R\$77.106,00 contra menos da metade

desse valor no segundo caso (R\$29.590,00). Isso posto, já se pode auferir a evidência do quesito financeiro da Agricultura Urbana na capital sulina.

Essa expressão de maiores volumes monetários circulantes se repete na composição da renda e de gastos por prioridade de atividade produtiva, totalizando em Belém-PA respectivamente R\$3.613,00 de renda e R\$550,00 de gastos, e R\$7.046,00 de renda e R\$1.002,00 de gastos em Porto Alegre-RS. Essa diferenciação seria, portanto salutar para qual situação em particular? Bem, se de forma geral ocorre uma aceção apontando vantagens para as opções pautadas nos quesitos mistos de renda e autoconsumo, analisar a origem dos valores monetários torna-se necessário.

Os números observados indicam uma vantagem nos rendimentos do município gaúcho em mais que o dobro dos montantes da capital nortista, tanto na categoria autoconsumo e renda quanto renda e autoconsumo. Os gastos, por sua vez, também se observam maiores, de forma geral, em Porto Alegre-RS, porém aí emerge um dado relevante: a margem dessa diferença cai substancialmente, de forma que, na situação de autoconsumo e renda, quando confrontados os valores, os gaúchos chegam a ter um gasto inferior (R\$533,00 a R\$540,00) e superior somente se trata da categoria renda e autoconsumo (R\$871,00 a R\$560,00). Diante desse prisma, confere-se um grau de retornos financeiros na relação renda-consumo, com vantagens comparativas para a cidade do sul do país.

Contudo, foi possível observar claramente diferenciações nos cultivos que apresentaram raízes produtivas mais voltadas ao “fortalecimento da produção para autoconsumo que leva à diversificação das estratégias de vivência e à segurança alimentar pela diminuição do grau de vulnerabilidade em que se dá a reprodução social do grupo doméstico” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2015, p. 96). Essa realidade reforça as arguições anteriormente efetuadas sobre Porto Alegre, onde se observa, em função das virtudes mercantis da atividade agrícola Urbana, uma tendência ao deslocamento dessas produções, pois se tratam de estratégias mais comerciais que, frente aos interesses financeiros imobiliários do território, tendem a ceder espaço para empreendimentos e ocupações diante de retornos financeiros compensatórios. A partir disso, e com vistas às expressões dos produtores, aponta-se a tendência à migração da atividade para proximidades tais quais Veiga (2005, p. 113) denomina como: “Satélites Metropolitanos; Aglomerações Protometropolitanas”, onde a mesma pode persistir como Agricultura Urbana ou se especializar caracteristicamente enquanto atividade laboral rural.

De certa forma, essa ponderação sobre a realidade das áreas da Zona Sul de Porto Alegre, na qual residem as atividades agrícolas, encontra um leque de resistência para a manutenção da atividade. Ali, conforme já abordado, existem áreas urbanas que não guardam consigo a expressão do ambiente urbano, muito pelo contrário, o mesmo se expressa como um território muito mais rural do que urbano. Se tivéssemos que caracterizar em sua totalidade, o rural seria mais presente, pois na atualidade são muitos moradores locais que, mesmo diante de maiores percursos diários para o trabalho, optam por morar ali diante dos benesses do ambiente, pois:

É imenso o leque de amenidades disponíveis nos espaços [...] Podem variar tanto de fragmentos de natureza intocada a paisagens minuciosamente manejadas, quanto das mais antigas relíquias históricas às mais vivas tradições culturais. O aumento da demanda por todos esses tipos de amenidades acompanha a evolução da renda e do tempo livre dos habitantes [...] (VEIGA, 2003, p. 80).

Esse potencial é um fator que leva cada vez mais os “vizinhos” não agricultores a apoiar as iniciativas de reestruturação do rural ali vigente. Contudo, parece que mesmo diante dos “ecos” gerados pelas manifestações da população local e seus adeptos, diante do retorno da concepção de rural que legitimamente poderia ser apregoado ao local, há uma resistência dos órgãos oficiais do município e das instituições interessadas na expansão urbana. Assim, tais esforços acabam sendo postergados ou “engavetados”, de forma que o processo persiste e praticamente não ocorreram avanços nessas demandas populares (Vide matéria do jornal Sul 21, no Apêndice Q, que apresenta a iniciativa efetuada em dezembro de 2014 para debater a Zona Sul de Porto Alegre-RS, que não obteve êxito em suas reivindicações na audiência em questão).

Tal situação se põe, passo a passo, como força de contenção das pautas de manifestações. É desestruturante ou, no mínimo, desestimulante para aqueles que ali querem permanecer tal como se encontram, como produtores agrícolas. Ressalta-se novamente aqui que a localização atribuída aos produtores, ou seja, habitantes de território urbano, ocorre apenas por deliberação política, já que as manifestações da paisagem delineiam um local pautado em estágios de áreas que se situam muito mais próximas da vocação rural, áreas de transição (mais expressamente abordado como rururbano), ou no mínimo áreas com resquícios rurais; do que localidade tipicamente urbana (conforme expressos nos gráficos de graduações do rural ao urbano).

Sob essa questão da delimitação, novamente diferem-se as capitais, mas não por apresentarem áreas Urbanas caracterizadas como Rurais, mas sim, por focos do planejamento local. Em Belém-PA não há, ao menos a curto e médio prazo, interesses em construir sobre os espaços um ambiente tipicamente urbanizado, com ampliação e alargamento dos equipamentos urbanos e adensamento de áreas povoadas. Observam-se até mesmo iniciativas que têm apontado perspectivas e potencialidades a diversos agricultores assentados em agrovilas, ainda que sujeitos a ações violentas por parte daqueles que divergem de suas práticas e com interesses particularmente contrários.

Pondo em evidência outros elementos presentes como argumento para a existência da prática da Agricultura Urbana, se observa-se a situação do desemprego. Essa realidade, não raro, é encontrada em locais densamente povoados, logo, é bastante presente nas capitais. Alguns autores apontam situações nesse sentido vinculadas a elementos atrelados, ao que Santos (2009b) chama de “crise urbana”. Para o autor, nessa perspectiva ter-se-ia uma conjuntura na qual haveria: “[...] A falta de empregos [...] atribuída à pressão ‘demográfica’, que também seria responsável pela sobrevivência de uma economia não moderna ou tradicional [...] A preocupação maior é de evitar agitações e não impedir a pobreza [...]” (SANTOS, 2009b, p. 79).

Ambas consistem em situações comuns a inúmeras cidades (principalmente aquelas de maior porte) não apenas do Brasil, mas também do mundo, onde a mão de obra nos setores secundário e terciário enfrenta, por vezes, carências tanto quantitativas (oferta de empregos ou de demanda, por exemplo) quanto qualitativas (qualificação da mão de obra), principalmente em função da rotatividade crescente dos trabalhadores no mercado de trabalho contemporâneo⁹⁴.

Nesse sentido, a observância da ocupação por agricultores em economias não modernas ou tradicionais (que seriam as Agriculturas Urbanas) de um lado, em contraposição à modernização ou economia moderna, tem um cunho vinculado à vertente da origem das pessoas, pois o debate da migração populacional não raro aparece nas discussões dessa temática, principalmente em função dos inúmeros fluxos populacionais que se dão

⁹⁴ Acentuam-se esses processos em momentos em que as economias se deparam com picos negativos da natureza cíclica dos movimentos capitalistas, uma vez que a natureza do processo converge para a manutenção de atividades de movimentação da atividade econômica, seja através de movimentos longos ou curtos que se alteram continuamente, mantendo a característica do movimento de alternâncias expansionistas e contrativas. Essas abordagens são corriqueiras nas correntes Schumpeterianas que podem ser visualizadas nas obras de Joseph Schumpeter e/ou de seus seguidores. Alternativa de consulta: Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (1997).

frequentemente para áreas mais urbanizadas. Assim, as alternativas ligadas à produção agropecuária são capazes de sanar dificuldades concernentes aos postos de trabalho.

A origem dos indivíduos também contribui com a perspectiva de uma população mais pautada em economias domésticas mais tradicionais, onde a produção se vincula prioritariamente ao autoconsumo. Essas populações são oriundas principalmente das porções mais interioranas do estado, o que, em ambos os municípios, representa, em sua maioria, uma estrutura econômica agrícola. Em contraposição, a origem dos indivíduos da área metropolitana já aponta perspectivas de um indivíduo mais atrelado a espaços urbanizados, tal como a tendência dessas regiões. Segue abaixo na tabela 8, referente à origem dos indivíduos entrevistados na presente pesquisa.

Tabela 8 - Origem dos Agricultores Urbanos de Belém-PA e Porto Alegre-RS

MUNICÍPIO	Município	%	Região Metropolitana	%	Outros Municípios*	%	TOTAL	%
Belém-PA	14	45,2	0	0	17	54,8	31	100
Porto Alegre	13	41,9	6	19,4	12	38,7	31	100

* Houve Migrações do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio de Janeiro em Belém-PA.

Já em Porto Alegre houve Migrações da Bahia e de Santa Catarina.

Piauí (3 casos); Maranhão (2 casos); Rio de Janeiro (1 caso) compondo 19,3 % dos casos de Belém-PA.

Bahia (1 caso) e Santa Catarina (1 caso) compondo 6,4 % dos casos de Porto Alegre-RS.

Fonte: Trabalho de Campo (2012 e 2013).

Conforme a tabela 8, ambos os municípios apresentam percentuais bastante próximo (45,2 a 41,9%) que praticam Agricultura Urbana e são, em sua maioria, agricultores que têm um ou mais membros do núcleo familiar ou moradores da residência envolvidos com atividades externas. São pessoas que persistiram na permanência em suas terras e que nutrem afeto pelo local, além de terem estratégias produtivas para a Agricultura Urbana, onde a mesma é forma de sobrevivência no local. Essa estratégia pode se dar pela lógica produtiva pautada no autoconsumo, ou através de uma cadeia produtiva de comercialização, onde a reprodução social se dá através da venda dos ativos agrícola.

As migrações da região metropolitana não ocorreram em Belém-PA, diferentemente de Porto Alegre-RS, onde quase 20% dos produtores têm a origem nessas áreas. Assim, pode-se observar outra sinalização de pessoas mais relacionadas a atividades urbanas e menor presença de ruralidades, diferente do que ocorre quando da migração vinda de municípios menores, onde a dinâmica agrícola se encontra mais enraizada, desde a aglomeração

populacional, os costumes, a identidade e até a forma como concebem as suas atividades e organização nos espaços. Assim:

[...] não é apenas através da densidade populacional e da economia que identificamos as ruralidades, estas podem manifestar-se também nos hábitos dos habitantes, nos contatos diretos e pessoais dessas comunidades, na alimentação, e principalmente nas festas dessas comunidades [...] o uso dos produtos produzidos localmente [...] geralmente de fabricação local. Nesse sentido, visualiza-se a produção do meio rural, muito além do próprio espaço em si. Tendo a manifestação da ligação entre atividade produtiva, produtos, produtores(as) e família(s) envolvidas no processo, perfazendo o sentido de identidade. Além desses elementos de identificação com os “hábitos rurais”, existem outros muito eminentes [...] Dessa forma, perpetuam-se no âmbito local hábitos historicamente difundidos e que atravessam gerações familiares, sobretudo no tocante às formas de produção agrícola, as manifestações culturais, as festividades e a gastronomia (LINDNER e WANDSCHEER, 2010, p. 160-162).

Observando graficamente os resultados anteriormente descritos e a manifestação distinta das origens dos produtores, pode-se ver a maior ocorrência de populações originária de outros municípios na capital belenense, onde mais da metade (quase 55% dos produtores) são oriundos de municípios do interior, nos casos dos migrantes paraenses, maranhenses e piauienses. Por se tratarem de municípios de acesso geralmente mais restrito e bastante ligado às origens rurais, mesmo tendo derivado de áreas urbanas nos seus ex-municípios, essas pessoas guardam consigo elementos que caracterizam a sua ruralidade cotidiana direcionada às suas estratégias de reprodução social.

Também ocorrem proporções interessantes de migrantes de municípios menores gaúchos, em Porto Alegre (42% ao todo, tendo apenas dois casos externos, um catarinense e um baiano), de forma que o percentual é relevante para apontar aspectos de manifestações de ruralidades na Agricultura Urbana. Essa realidade responde por muitas das características dessa população que, apesar de comercializar, foca o autoconsumo como elemento predominante em sua produção. Não se trata de vincular a ruralidade tão somente ao autoconsumo, mas verificou-se nessa relação os maiores contingentes dos migrantes vindos de pequenos municípios do interior para desenvolver a agricultura nas capitais dos respectivos estados. Na figura 33, observa-se mais claramente a distinção entre a capital paraense (à esquerda) e a capital sul-riograndense (à direita).

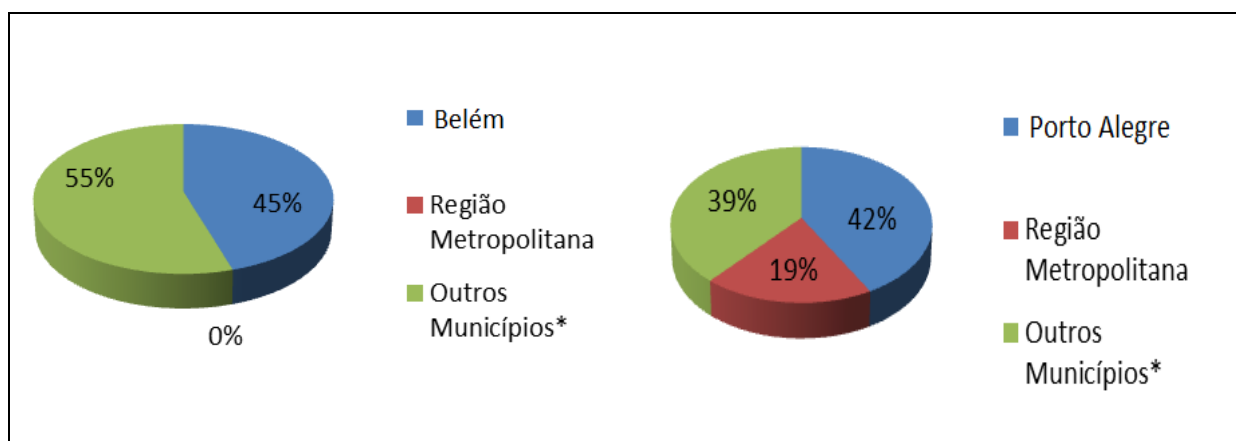


Figura 33. Perspectiva em relação à origem dos produtores em Belém-PA e em Porto Alegre-RS

* Houve Migrações do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio de Janeiro em Belém-PA.

Já em Porto Alegre houve Migrações da Bahia e de Santa Catarina.

Piauí (3 casos); Maranhão (2 casos); Rio de Janeiro (1 caso) compoendo 19,3 % dos casos de Belém-PA.

Bahia (1 caso) e Santa Catarina (1 caso) compoendo 6,4 % dos casos de Porto Alegre-RS.

Fonte: Trabalho de Campo (2012 e 2013).

Assim, observa-se uma manifestação de características rurais para os cotidianos das propriedades, ainda que urbanas em sua delimitação. Trata-se de uma continuidade produtiva que engloba hábitos e culturas que se materializam nas necessidades dos atores.

Por fim, cabe destacar o evidente interesse no loteamento dos espaços para ocupação urbana, possibilitando a alocação de maior contingente populacional urbano e maiores retornos econômicos ao município, o que vai priorizar a urbanização, em detrimento das paisagens rurais e das áreas produtivas. Quanto às situações seguintes, ou seja, produções agrícolas em áreas claramente urbanizadas, ocorrem situações de valorização do produto e das ambiências que lembram o rural. Seria uma prática envolta pela nostalgia do fazer/praticar agricultura no dia a dia, formas manifestas marcadas pela quase extinção naquele local. São, segundo os atores envolvidos com a produção *“Ambas as coisas, gostamos de plantar e ter a nossa horta, a nossa fruta e também precisamos do dinheiro. São a mesma coisa para nós, a necessidade e o nosso dia a dia”* (PRODUTOR 29).

Assim, considera-se que, antes mesmo da busca pela definição do termo Agricultura Urbana, existe uma importante necessidade de observar as definições das atividades desenvolvidas e a organização do espaço com maior precisão das relações Rural-Urbano.

7 AS INSTITUIÇÕES NAS RELAÇÕES COM A AGRICULTURA URBANA

O presente capítulo tem como objetivo aprofundar compreensões e papéis desenvolvidos pelas instituições locais na realidade e nas trajetórias da Agricultura Urbana. Foi dada ênfase às diferentes concepções que cada lugar apresenta em seus arranjos, a forma que as instituições atuam no ambiente socioeconômico, bem como as relações estabelecidas com os atores produtivos da Agricultura Urbana. Essas atuações podem ser ponderadas e tomadas como aspectos positivos ou negativos de fomento e/ou continuidade da atividade, tanto em Belém-PA quanto em Porto Alegre-RS.

7.1 As Configurações das Produções Agrícolas no Espaço Urbano

La dimensión económica de las relaciones territoriales tiene un rol esencial, toda vez que las leyes de la economía ejercen en última instancia los mecanismos de organización del territorio; tienen el poder para crearlo, pero también para destruirlo. Sin embargo, las esferas superestructurales territoriales (poderes públicos, ideologías, partidos y asociaciones políticas) pueden aprovechar la estructura económica y desarrollar una determinada autonomía en términos de la capacidad de inventiva cultural en las sociedades humanas y las múltiples aristas que entraña su existencia cotidiana⁹⁵ (DI MÉO, 1998, p. 58 apud SANCHEZ, 2004, p. 100).

As configurações contemporâneas dos municípios que envolvem situações de produção agrícola no âmbito do espaço urbano englobam influências de elementos histórico-sociais (como as tradições), econômico-ambientais da condição dos atores, mas também envolvem ações de interesse privado e outras de caráter público. Sobre essas últimas tratará este capítulo.

Essas ações constituem-se em diferentes tempos e espaços, em função de projeto(s) e/ou interesses voltados às áreas em questão, uma vez que muitos pensadores/planejadores do urbano não raro consideram contraditório fazer do urbano⁹⁶ espaços não vinculados a

⁹⁵ A dimensão econômica das relações territoriais tem um rol essencial, toda vez que as leis da economia exercem em última instância os mecanismos de organização do território; tem o poder para criá-lo; porém também para destruí-lo. No entanto, as esferas superestruturais territoriais (poderes públicos, ideologias, partidos e associações políticas) podem aproveitar a estrutura econômica e desenvolver uma determinada autonomia nas condições da capacidade inventiva cultural nas sociedades humanas e as múltiplas arestas que acarreta a sua existência cotidiana (TRADUÇÃO DO AUTOR).

⁹⁶ Sob o ideário urbanístico de expansão das cidades, ainda mais as de médio e grande porte que tem muita demanda de território físico, seja para instalação de plantas industriais, ou então localizacionais como o adensamento habitacional ou concentração de espaços de comércio.

atividades *latu sensu* urbanas, ou seja, empregabilidade econômica calcada nos setores secundário ou terciário (com serviços vinculados ao primeiro). A partir dessa concepção, estruturar o espaço local e fomentar ações nesse sentido ganham força no contexto da visão e da programação elaborada pelos mesmos.

Nos casos de Belém-PA e de Porto Alegre-RS, visivelmente as principais articulações e organizações, inclusive com incentivo e fomento do poder público, convergem para tal realidade. Em Porto Alegre-RS, destacaram-se, nas últimas duas décadas, alguns projetos específicos de cunho federal⁹⁷ em conjunto com a extensão rural. Esses projetos voltaram-se à montagem de cultivos de hortaliças, sendo a estruturação e aquisição de insumos e maquinário o mote das ações que deveriam envolver indivíduos em recuperação/tratamento de saúde, ou então crianças e adolescentes de periferias em situação de insegurança alimentar. Segundo declaração do representante público abordado na pesquisa, o seu conhecimento acerca de tais projetos demonstrou que: *“Procurou-se inserir os indivíduos, mas a dificuldade na ação coletiva e as perdas com a produção acabavam por ocasionar o esvaziamento dos projetos e, logo, a saída dos indivíduos dos mesmos”*.

Atualmente ações que ainda vêm ocorrendo na capital gaúcha estão vinculadas à EMATER/RS. Buscam igualmente a montagem de hortas e envolvem indivíduos em recuperação de jovens e mulheres que sofreram agressão, tendo, portanto, o foco social como principal enfoque norteador do projeto, ficando em primeiro plano a ocupação e, a seguir, a produção propriamente dita. Conforme extensionista da EMATER/RS responsável pelo projeto atual no bairro Lomba do Pinheiro:

Temos um projeto atualmente de horta no município. Há a sinalização de mais projetos mais adiante, mas até o momento nada de concreto. Não tivemos incentivo público. Apenas há 10 anos atrás mais ou menos tivemos dinheiro do MDS⁹⁸. O projeto busca a recuperação dos jovens para sua reinserção na sociedade. Existe uma boa perspectiva futura, mas ainda é um projeto bastante incipiente. O importante do projeto é que entre os participantes não há muita diferença, em geral buscam lidar com os problemas da família. Assim, com o que temos visto tem tido bastante êxito nosso projeto, apesar das constantes paradas e recomeços que temos visto.

Portanto, a visão da instituição é bastante positiva e, ainda que não conte, no momento, com aporte de verba pública, a EMATER/RS afirmou estar procurando, através de

⁹⁷ A Extensão Rural não precisou o tipo de fomento dos projetos e tampouco os editais e anos em que o município de Porto Alegre foi contemplado.

⁹⁸ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

projetos, a viabilização de verba federal e estadual, a exemplo do que conseguiu no passado. Quanto ao município, a afirmação foi de que não há interesse por parte do poder público e que, mesmo diante de resultados favoráveis, a tendência é de não participação Municipal. A figura 34 da horta comunitária do projeto citado que se situa no bairro Lomba do Pinheiro.



Figura 34: Horta Comunitária do Projeto desenvolvido pela EMATER/RS

Fonte: EMATER/RS (2012).

A associação Rede Agroecológica Metropolitana - Rama (Foto de produtor no Anexo B) enfatiza a ausência do poder público no setor produtivo afirmando que: “Não há projeto para auxiliar iniciativas produtivas no município, temos apenas o espaço das feiras”. Porém, a existência das feiras propicia mercados e, com isso, acaba beneficiando os produtores, logo, constitui-se em iniciativas que permeiam potenciais aos produtores a partir da oferta de mercados. A partir dessas feiras o entrevistado 8 afirma ter demanda suficiente para toda a sua produção e ausência de produtos para comercialização: “*Não damos conta de oferecer quantidade suficiente de produtos [...] A demanda é tanto pelos produtos in natura quanto pelos produtos agroindustriais*” (Figura 35):



Figura 35: Feira Ecológica do bairro Menino Deus

Fonte: Trabalho de Campo (2013).

A outra Associação de Porto Alegre que auxilia empreendimentos rurais do Município é a Associação Porto Alegre Rural. Porém o seu foco é muito mais voltado a atividades turísticas. Contudo, cabe ressaltar a contribuição que essa atividade possibilita através dos diferentes fluxos turísticos proporcionados pela iniciativa Caminhos Rurais (Anexo B), onde são oferecidos Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, todos eles com serviços e equipamentos que atraem indivíduos que consomem os produtos locais e, assim, fomentam a ampliação da produção. Ainda que as ações decorram de projetos voltados a distintos fins e não sejam permanentes ao longo de todo o ano, existe por parte dos associados boa aceitação da iniciativa e dos resultados.

Conforme relato do associado entrevistado:

Todo o projeto trouxe coisas boas [...] atrai pessoas e vende o nosso produto. O problema é que as atividades não são permanentes, mas sempre recebemos gente por lá e vendemos o nosso produto. Então, a gente se organiza, pois ninguém vive só do turismo lá [...] todos temos outra fonte de renda e precisamos manter essa renda sem deixar de lado as possibilidades que os Caminhos Rurais nos apresentam. Mesmo que não vamos ter mais muito apoio do poder público, já estamos bastante organizados [...] o suficiente para nos mantermos por mais algum tempo na atividade. Mesmo com o aumento das construções nas proximidades, ainda preservamos espaços e paisagens que mostram o rural do nosso município.

Assim, no município de Porto Alegre, ainda que atualmente a esfera política seja pouco atuante, cabe salientar as iniciativas anteriores que contaram com apoio do poder

público, pois algumas dessas ações seguem tendo impactos (ainda que indiretos) no âmbito da Agricultura Urbana do Município. As ações que ainda apresentam relevância no contexto porto-alegrense são principalmente aquelas efetuadas pelo poder público municipal na década de 1990, quando a iniciativa denominada Colméia⁹⁹ se constituiu como o principal projeto.

Nas iniciativas da capital gaúcha, é possível observar que ocorrem de formas diferenciadas e funcionando não raro, de forma diferente da sua origem e, não obstante, ainda proporcionam auxílios aos atores. No entanto, fica evidente a necessidade de se manter a coesão em torno dos benefícios alcançados, já que não há permanência nem continuidade nessas ações. Ainda que existam projetos no sentido de auxiliar a Agricultura Urbana, os demais projetos de cunho habitacional e expansionistas da malha urbana parecem não cessar e, cada vez mais, colocam em xeque a continuidade dos espaços produtivos conforme se observa nos bairros do sul de Porto Alegre. Ali a especulação imobiliária e a expansão habitacional (principalmente via condomínios) tem tido avanços significativos (Figura 36). Rechemberg (2007, p. 16) afirma, em relação a um dos bairros da zona sul em expansão urbanística que: “[...] mescla alguns marcos sólidos na paisagem com a frequente construção de novas casas e abertura de novas ruas, indicando a chegada de “novos tempos” no bairro, tempos de urbanização [...]”.

⁹⁹ A Feira Colméia, de produtos ecológicos, surgiu em Porto Alegre (RS) em 1989. Hoje em dia atrai, todos os sábados, até 15 mil pessoas. Cerca de 400 famílias trazem, diretamente, seus produtos para venda, e outras 2 mil famílias o fazem indiretamente, todas elas situadas num raio de 250 quilômetros da capital. A certificação dos produtos vendidos na Feira não é feita pelas certificadoras convencionais, já que o coletivo da Colméia considera que a relação de confiança entre produtores/as e consumidores/as é a base da certificação ecológica. Os/As próprios/as produtores/as da Feira é que autorizam a entrada de novos/as participantes (CMI BRASIL, 2004)..



Figura 36: Plantação de Pêssego no bairro Vila Nova, com a urbanização ao fundo

Fonte: Kozeniesky (2009).

Ao encontro dessa realidade, Coutinho (2007, p. 90) efetua um importante apontamento acerca desse fenômeno urbanizador em áreas rurais. Conforme a sua leitura:

[...] não há o fim do mundo rural, mas a constante incorporação de uma lógica nesses territórios, salvo as especificidades, que é urbano-industrial [...] Talvez seja possível dizer que a presença de camponeses nas periferias das cidades e suas práticas sejam evidências da resistência do mundo rural às novas formas de produção, cuja lógica desconsidera a cultura local.

Já em Belém-PA não foram encontrados projetos em andamento vinculados ao poder público, muito embora, da mesma forma que em Porto Alegre-RS, existam resquícios de ações passadas, onde ainda repercutem práticas de AU. Em Cotijuba a única atuação em termos de projetos se dá pelo núcleo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém - MMIB e não conta com quaisquer ações e nem sequer reflexões de oportunidades anteriores.

As vinculações de projetos públicos com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) constituíram a anterior Divisão de Atividades Rurais (DIR), divisão essa que já se encontra extinta. Segundo o responsável da UFRA entrevistado:

Com mudança da divisão para o centro de Agricultura Urbana mais o projeto do Fundo Nacional de Meio Ambiente houve possibilidade de montar infraestrutura e conseguir avanços [...] Porém, após a sequência do governo não deu mais certo em função de divergências políticas.

Ainda de acordo com o entrevistado, os investimentos efetuados nas áreas inexistem, em função de furtos e danos causados aos equipamentos, bem como o desestímulo dos atores que não deram mais sequência ao trabalho efetuado.

Em relação ao desestímulo, o responsável da UFRA afirma que:

Não houve ações relacionadas à agroindustrialização, mas teria sido importante e o maior problema foi a falta da incorporação e capacitação da população com projetos desse tipo, ainda que tenha sido importante fomentar a produção de produtos típicos atualmente esquecidos [...] além disso, no período do projeto, muitas comunidades passaram a ter ganhos, incorporados a renda e alternativas produtivas nas ilhas [...] Foram importantes (há 10 anos atrás) aqueles avanços e ainda que atualmente não haja mais, ficou o registro da cartilha e do potencial que conseguimos desenvolver no período do projeto.

Existe ainda a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, que se situa na Universidade Federal do Pará (UFPA). Para esse órgão, as diversas tentativas de diálogo com o poder público, bem como junto a outras instituições não surtiram quaisquer efeitos positivos sobre as ações, já que ocorreram muitas dificuldades de inserção nas pautas pré-estabelecidas, ou nas pretensões futuras em relação a ações produtivas, pois, de acordo com o respondente: “[...] não foi possível dialogar nos projetos de Desenvolvimento que vêm sendo praticados pelos mesmos [...] não há o acompanhamento de projetos sociais e agroecológicos que já foram fomentados em planos passados. Atualmente os projetos foram abandonados”.

Dessa forma, o que vem sendo trabalhado pela incubadora no município de Belém-PA são acompanhamentos e formações nos projetos situados na Ilha de Mosqueiro, dentre os quais se situam os cultivos urbanos. Um deles ocorre na Agrovila e o outro nas áreas com assentamentos e ocupações. Nesses espaços, o respondente da incubadora da UFPA destaca ainda as carências, uma vez que: “Temos claro que a formação precisa agir dentro do processo de gestão; formações e questões importantes como a valorização. Também existe a pouca mão de obra para auxiliar, pois são mais ou menos 300 famílias para apenas dois técnicos”.

As associações abordadas em Belém-PA, conforme destacado anteriormente, foram três: Associação de Moradores e Pequenos Agricultores de Mari-Mari e Esperança Viva na

Comunidade Doroty Stang (ambas em Mosqueiro) e; Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém - MMIB (em Cotijuba) Figura 37.



Figura 37: Associações de Moradores e Pequenos Agricultores, Esperança Viva e MMIB
Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Essas três associações são responsáveis por englobar uma gama de produtores e concentrar esforços em torno dos projetos sociais de cada uma de suas comunidades. De forma a retomar a exposição e avançar em algumas particularidades, o texto a seguir expõe algumas questões relevantes sobre a Associação dos Pequenos Agricultores de Mosqueiro. A associação possui 105 famílias e tem como pautas de suas ações o reflorestamento das áreas e o uso sustentável dos cultivos já existentes, agregando a tais produções a eficiência produtiva e o reconhecimento da área na qual estão produzindo. Complementarmente também é desenvolvida a produção artesanal. Cabe salientar que a comercialização desses produtos se dá em grande parte na própria comunidade, a partir da venda aos turistas que passam pelo local em direção às praias de Mosqueiro, uma vez que essa é a única ilha de Belém-PA com acesso viário. O relato do representante da comunidade (Mari-Mari) expressa indiferença ao setor público e apresenta a seguinte realidade:

Ainda não temos muita produção, mas, posteriormente pretendemos estruturar uma cooperativa para ter mais escala de produção e eliminar totalmente atravessadores [...] Desconhecemos ações do poder público, pois se houvesse poderíamos sanar problemas como o transporte dos produtos e equipamentos. Gostaríamos de levar ao conhecimento dos visitantes a marca que pretendemos lançar na cooperativa.

Ainda de acordo com o entrevistado, existe uma heterogeneidade muito grande na produção da localidade e a busca é, antes de mais nada, valorizar a diversidade amazônica, pois: “Aumentar a produção pretendemos no futuro, quase todos [...] mas já temos muitos

produtos que comemos e outros que ainda conseguimos oferecer toda vez que recebemos visitantes [...] é só olhar ao redor das nossas áreas que já dá pra ver [...]” (Figura 38).



Figura 38: Espaços Produtivos dos Pequenos Agricultores de Mari-Mari

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

A associação Esperança Viva, no assentamento Doroty Stang, por sua vez, vem travando uma série de debates internos para estruturar uma organização produtiva que contemple o coletivo e que consiga englobar ao menos a maior parte dos moradores locais. Em relação ao apoio público, o representante destacou apenas uma iniciativa que, segundo ele, contempla:

A piscicultura que vem sendo organizada no coletivo e conta com o auxílio do SENAR¹⁰⁰ e as hortas que contam com o apoio da incubadora da UFPA [...] Os maiores problemas se dão em relação à logística do comércio, pois a associação ainda não conseguiu fazer com que funcione o planejamento, da organização das datas para a pronta entrega dos produtos até o encaminhamento dos mesmos (transporte) temos tido problemas [...] (Nota e Grifo do autor).

Outras questões destacadas em relação à estruturação com a associação de Mari-Mari (próxima) contemplam: “Poucas relações, ficando cada um restrito ao seu espaço [...] enfocamos maior comercialização, mesmo daquelas demandas mais simples [...] Como perspectiva pra nós existe a questão do açaí¹⁰¹, que é bastante promissora e a elaboração agrega valor [...] lá eles nem sequer produzem [...]”.

Tão logo, observam-se espaços que, mesmo similares em demandas (turísticas principalmente), não concentram esforços conjuntos e possuem enfoques diferenciados. A primeira (Associação dos Pequenos Produtores - ainda constituídos oficialmente como

¹⁰⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

¹⁰¹ Tal perspectiva, conforme destacado pelo próprio entrevistado, consiste no foco da produção em escala industrial, a fim de abarcar mais e maiores mercados. A busca consiste em estruturar uma cadeia agroindustrial.

ocupação) procura ampliação da produção e melhoria da oferta de produtos extrativistas. Já a segunda associação, Esperança Viva - composta por indivíduos assentados na terra, vislumbra uma produção em maior escala e com mais valor agregado, logo com metas financeiras mais ambiciosas, ainda que a mesma represente redução da diversidade e aumento dos custos do cotidiano.

A terceira associação abordada foi a de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Essa associação é a mais estruturada internamente e a mais ativa perante as demandas existentes no cotidiano. Num passado recente, tinha muita relação econômica com financiamentos públicos, porém esses acabaram não resultando em benefícios para os associados, pois, conforme a sócia fundadora:

Existia uma organização independente anteriormente, mas com a ampliação das atividades econômicas, foram inseridas as mulheres e houve um rompimento com essa associação [...] esse rompimento se deu no período de 2000 a 2001 [...] Os principais problemas se referiam a dívidas advindas de financiamentos públicos que não trouxeram retornos nas atividades [...] faltou lucratividade [...] Quando assumimos a situação mudou [...] Assumimos o controle das prioridades produtivas e passamos a nos estabilizar, tendo como um grande aliado o principal produto solicitado pela iniciativa privada: a Priprioca!

No caso da MMIB, a produção da Priprioca foi o marco que estruturou economicamente a associação, após anos de prejuízos com financiamentos públicos que não forneceram aos associados os lucros imaginados e geraram as dívidas supracitadas. Dessa forma, para essa associação, ainda que haja a concentração da produção da propriedade num único produto, existem retornos financeiros que, ao menos até o momento, têm sanado as dificuldades referentes às dívidas adquiridas anteriormente. No entanto, parece haver dúvidas quanto a sua continuidade e sustentabilidade em termos de retorno econômico, uma vez que os próprios produtores afirmam ter cessado ou, ao menos, diminuído muito de suas produções para autoconsumo, o que, inevitavelmente, acarreta aumento nos gastos e pode não se tornar viável no longo prazo.

Para além dessa situação da MMIB em relação a sua estruturação e organização atual, cabe destacar outros apontamentos da associação, já que atestam muitas queixas em relação à falta de auxílio e acompanhamento técnico, a ausência momentânea das Universidades (UFPA e UFRA) que anteriormente acompanhavam as atividades e a organização coletiva na ilha de Cotijuba e a compreensão atual de que existe a necessidade de convergência de iniciativas com a atividade turística da mesma, uma vez que o turismo

movimenta boa parte da economia local. Nesse sentido a expressões da coordenação da MMIB são:

Seria importante termos um “pacote turístico” nosso, onde poderíamos mostrar melhor as coisas que a gente faz [...] o que é feito com e pela gente [...] gostaríamos de mostrar a comunidade. Já que temos essa relação de visitação de muitas pessoas, nós teríamos que ter melhores relações com esses turistas e com isso conseguiríamos beneficiar mais pessoas [...] hoje a associação retém 10% para manter suas atividades, mas precisamos aumentar os produtos oferecidos como o artesanato, por exemplo, mas fica difícil também pela limitação das nossas áreas e com as exigências da empresa em relação ao nosso produto principal (Priprioca).

Com esse depoimento, pode-se observar que o próprio grupo tem ciência da limitação que a relação produtores-empresa os coloca e se subentende a vontade de levar a cabo outros projetos que poderiam valorizar mais o espaço local e inserir mais indivíduos, gerando ganhos a todos os envolvidos, que poderiam ser até em maior número do que são os beneficiados da associação no momento.

A secretaria do município de Belém-PA responsável pela atividade agrícola na capital paraense é a Secretaria Municipal de Economia, através da Divisão de Atividades Produtivas Rurais, que afirma na atualidade ter apenas contatos com pequenos produtores do bairro Tapanã via convênios com associações, instituições e órgãos locais como a EMATER/PA. Conforme entrevistado: *“Nesse bairro, visualizamos quintais orgânicos, fomentamos a comercialização na feira [...] toda a comercialização sem uso de agrotóxicos [...] Lá são hortas com plantações diversas, sempre de forma orgânica”*.

Porém, em relação aos espaços das Ilhas, não tem havido quaisquer ações e as iniciativas que têm sido buscadas com diálogos junto à EMATER/PA não têm gerado resultados conforme o esperado, já que se vislumbravam financiamentos e auxílios às produções que acabaram não ocorrendo. Ainda segundo o responsável, tentou-se efetuar projetos de mecanização em 2002, mas nenhum teve sucesso, pois: *“As áreas não eram propícias para a mecanização, então existe a necessidade do trabalho com manejo do solo pela vulnerabilidade dos mesmos”*. Dentre as ações efetuadas anteriormente, e que até o presente ainda surtem efeito, situam-se as feiras no município. A Divisão de Atividades Produtivas Rurais faz a seguinte leitura:

São iniciativas que têm sido feitas onde a infraestrutura e a necessidade de oferta de espaço são os itens ofertados. Porém temos problemas que várias ocupações querem virar feira e o poder público tem que coibir, deixando apenas espaços oficiais. Mas

em várias feiras o que vemos são os problemas dos feirantes e dos “atravessadores” [...] muitas dessas feiras locais acabam não se viabilizando por serem de final de semana e nesses moldes [...] nem a nossa intermediação e interlocução levam a conscientização da eliminação desses agentes (atravessadores). Outra questão referente às ocupações é o estabelecimento de muitos indivíduos que vêm do Interior com a tendência a efetuarem agricultura [...] Tem se que ver as características, efetuar os projetos e discutir junto a eles para depois fazermos acompanhamentos, visitas e oficinas [...] Só depois conseguiríamos acompanhar e auxiliar efetivamente [...] atualmente não temos esse controle [...] Além disso ainda há problemas em relação à limitação de terra [...] como constituir...

Observa-se claramente a existência do potencial dessas ações pela sua permanência mesmo sem continuidade de projetos, porém, existe atualmente uma dificuldade na inserção do poder público atualmente se inserir na realidade desses atores, onde a lógica produtiva é voltada ao cotidiano dos indivíduos e muito pouco se adequa à organização do poder público. De qualquer forma, muitas dessas feiras foram elaboradas em projetos anteriores e seguem existindo, mesmo sem o acompanhamento dos responsáveis municipais. Nessa realidade, o que se destaca é o potencial de mercados próximos, onde os circuitos curtos agregam potenciais aos produtores, mesmo quando em pequenas quantidades produzidas, características essas destacadas pelos representantes indagados. Em relação aos circuitos curtos, destacam-se potenciais que são, conforme Bertrand, Rousier e Borg (2010, p. 53):

Les circuits courts permettent la valorisation de relations de proximité entre l'agriculture et la ville proche, offrant des possibilités de débouchés rémunérateurs pour les exploitants, au prix de contraintes importantes de travail au sein de l'exploitations. Ces circuits courts concernent d'abord deux circuits de vente classique, les marchés urbains de détail et les grandes surfaces [...] ¹⁰².

Esses potenciais são buscados no único projeto vigente e com acompanhamento pelo poder público no que se refere à Agricultura Urbana no município. O projeto é denominado Quintal Vivo¹⁰³ (Figura 39).

¹⁰² Os circuitos curtos permitem a valorização de relações de proximidade entre o agricultor e a cidade próxima, oferecendo possibilidades de oportunidades demandadoras para os exploradores, ao preço de contratos importantes de trabalho no seio da exploração. Esses circuitos curtos constituíam, inicialmente, dois circuitos de venda clássica, os mercados urbanos, pequenos e grandes [...] (TRADUÇÃO DO AUTOR).

¹⁰³ O projeto "Quintal Vivo" tem por objetivo contribuir para o aproveitamento racional dos quintais domésticos e áreas comunitárias através do apoio e incentivo à produção de hortas, plantio de mudas frutíferas e criação de pequenos animais para famílias residentes em bairros periféricos da região continental do município de Belém. Com isso, pretende-se que essa iniciativa busque a implementação de tecnologias específicas e apropriadas ao contexto urbano (e limitado!) em que vivem essas famílias carentes (tamanho dos quintais, intensidade de inundação, custos de produção, problemas produtivos, produção competitiva para o mercado, etc.), onde será fundamental a prestação de uma assistência técnica consciente e sensível às limitações dessa realidade (SECRETARIA DE ECONOMIA - SECON).



Figura 39: Horta do projeto Quintal Vivo

Fonte: Secretaria de Economia - SECON (2011).

A extensão rural na capital paraense (EMATER/PA) atualmente não tem nenhum projeto específico voltado aos espaços produtivos das áreas urbanas do município. Segundo o coordenador técnico indagado, existem os atendimentos específicos feitos na região metropolitana e para a Ilha de Mosqueiro são efetuadas algumas atividades de assistência técnica e oferta de microcrédito. Conforme o extensionista, a instituição observa o seguinte, em relação à Agricultura Urbana no município:

Positivamente em relação à ocupação das áreas, possibilidade de renda e quintais para que os indivíduos tenham um mínimo para alimentação. Até pelo espaço as pessoas conseguem organizar melhor a sua produção [...] pequeno volume. Porém existem muitos aspectos negativos, como roubos muito frequentes nessas áreas. A baixa escala de produção é um problema para os produtores e o fato das áreas serem mais abertas tem o avanço do urbano sobre o rural, só nos conjuntos não há tantos problemas.

Não houve relatos em relação a roubos ou quaisquer manifestações dos atores da agricultura urbana nem das demais instituições e poder público. Já o destaque sobre o avanço da ocupação com equipamentos urbanos e, sobretudo, conjuntos habitacionais pode-se observar ao longo da pesquisa em muitas áreas, conforme fica evidenciado em Mosqueiro, onde o acesso rodoviário tem contribuído para a intensificação das edificações em toda a Ilha (Figura 40).



Figura 40: Edificações na beira da praia, na Ilha de Mosqueiro

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Diante das realidades vislumbradas e das exposições por parte das instituições locais, pode-se afirmar que abordar os espaços produtivos numa conjuntura de articulação organizacional voltada a espaços urbanos, sobretudo no que concerne a aspectos socioeconômicos, pressupõe a existência de esforços voltados à valorização crescente das atividades pré-existentes e à conexão com ações passadas.

Outra questão importante é buscar a redução das pressões imobiliárias, pois, do contrário, a configuração urbana (ao menos nos casos dessas duas cidades pesquisadas - Belém-PA e Porto Alegre-RS) cada vez mais tomará espaço das áreas produtivas. Assim, os recortes territoriais atuais esmagadoramente urbanos, podem vir a se materializar como tais na prática, e daí decorreriam uma série de problemas ambientais e sociais, o que configuraria: “[...] uma macrocefalia urbana¹⁰⁴, que leva ao inchaço urbano, em uma cidade que não oferece infraestrutura adequada a toda a população gerando problemas, tais como: poluição [...] falta de políticas de saneamento, etc.” (ARRUDA, 2011, p. 7). Segue um quadro síntese, Quadro 6 da Agricultura Urbana com as associações, órgão de extensão (EMATER), Universidades e uma breve exposição sobre a CEASA (órgão que será focado especificamente no próximo capítulo).

¹⁰⁴ Crescimento excessivo de serviços e de pessoas numa metrópole, ou seja, as concentrações espaciais tinham ultrapassado limites, na medida em que se verificava que as condições de vida nessas metrópoles estavam se deteriorando cada vez mais e que diminuía a capacidade destas de permanecer no comando da economia nacional (ANDRADE e SERRA, 2002 apud ARRUDA, 2011, p. 7).

MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÕES	EMATER
Belém	Presentes no planejamento e desenvolvimento das ações das comunidades, dentre as quais a maior parte das ações se relacionam, direta ou indiretamente, aos aspectos produtivos. São fundamentais nos âmbitos locais. Parece apenas haver poucas relações com o ambiente externo à comunidade.	Atualmente não tem projeto específico no município. Existem apenas projetos externos a Belém-PA. Na cidade, existe apenas uma ação de assistência técnica específica e oferta de microcrédito numa Ilha. Outros projetos anteriores de hortaliças (com vinculação ao poder público) foram abandonados há algum tempo e não tiveram sequência, de forma que não existem mais.
	CEASA	UNIVERSIDADES
	Não tem nenhuma relação com a Agricultura Urbana situada em Belém-PA.	Já tiveram um papel muito relevante na proposição e sequência de projetos (muitos vinculados ao poder público). Atualmente não têm mais a mesma representatividade e fazem apenas algumas ações no campo da extensão. De resto, pode-se apontar pesquisas isoladas e bastante pontuais diante do universo da atividade e atores envolvidos.
Porto Alegre	ASSOCIAÇÕES	EMATER
	Uma iniciativa vislumbra questões agroecológicas e, com isso, oferece um mercado diferenciado com comércio em feiras específicas e retornos mais elevados. A outra possibilidade oferecida, e em maior extensão, tem focos bastante diferenciados, uma vez que abarca uma diversidade de estabelecimentos. Sua principal ação vincula os locais (e paisagens rurais) ao turismo.	Atua na Agricultura Urbana fomentando atividades mais focadas em aspectos sociais. São pequenas iniciativas de hortas e inserção de indivíduos com problemas de cunho social. A instituição atua sem auxílio financeiro, porém já recebeu anteriormente auxílio federal e pretende não deixar o projeto se esgotar. Em relação ao restante das atividades do município, não há ações sendo desenvolvidas e nada de concreto encaminhado nesse sentido.
	CEASA	UNIVERSIDADES
	Auxilia na comercialização através da oferta de mercado consumidor para a produção da Agricultura Urbana. Não apresenta atuação em relação a nenhum outro aspecto.	Ausentes em termos de ações práticas, com exceção de pesquisas acadêmicas pontuais, sem acompanhamento contínuo.

Quadro 6: Relações dos municípios com associações e instituições

Fonte: Trabalho de Campo (2011 e 2013).

Por fim, para além de tornar mais eficaz os aspectos positivos das relações existentes entre associações, instituições e município, é necessário expandir ações e diversificar atividades para que haja alternativas para os atores da atividade produtiva no âmbito urbano (potencializando e/ou consolidando alternativas socioeconômicas à população envolvida). Apenas com essa perspectiva poderão prosseguir e se ampliar os elementos favoráveis desse fenômeno (como a possibilidade de o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade e seus benefícios ambientais dentre outros) que são determinantes para a sustentabilidade da atividade. Obviamente tal situação apenas desenvolver-se-á caso a perspectiva do planejamento e dos projetos futuros tiverem a pretensão de sua continuidade.

7.2 Produção Agrícola no Espaço Urbano e a CEASA

As Centrais de Abastecimento (CEASA) comercializam mensalmente um grande percentual dos produtos agrícolas consumidos em ambos os estados. Em períodos de dificuldade no abastecimento, costumam comercializar mais de 30% dos consumos dos estados envolvidos.

Tanto a CEASA gaúcha quanto a paraense não tem influência direta sobre organizações e articulações produtivas no âmbito do espaço agrícola das capitais, assim como nas demais cidades que comercializam com a instituição, tampouco desempenham papéis de planejamento e gestão. Contudo, a CEASA gaúcha destaca-se por ser um mercado atuante e ainda em expansão para a comercialização de produtos.

As situações são bastante diferenciadas nos municípios em questão, pois em Belém-PA não existe comercialização dos produtos. Conforme o inquirido: *“Não tem produção em quantidade necessária [...] Além do mais, há o custo do transporte e a perecibilidade da produção nas temperaturas que temos aqui [...] Não bastasse tudo isso, há ainda a pouca vontade em estabelecer espaços produtivos competitivos e sólidos [...]”*.

A despeito de problemáticas produtivas e temperaturas locais, duas possibilidades emanam como condições possíveis na resolução de tal dificuldade. A primeira consistiria na atuação conjunta de grupos de produtores para ampliar o montante de produtos e redução de custos, ação que já é tomada por um grupo de Cotijuba quando da venda de produtos. Além disso, essa ação poderia ser apoiada institucionalmente pela Central, tanto na organização quanto na gestão, podendo ainda haver algum aporte físico/financeiro para tanto. Essa iniciativa poderia reduzir o valor dos produtos, pois muitos deles vêm não apenas de cidades distantes, mas também de outros estados do Brasil¹⁰⁵.

A respeito das possibilidades neste sentido, quando indagado o responsável do CEASA acenou como: *“Sem interesse da instituição em função de projeto passado de hortas que não vingou [...] não houve o empenho dos indivíduos que eram de situação de vulnerabilidade econômica”*. O trabalho de Madaleno (2002) corrobora com tal afirmação em

¹⁰⁵ O relatório de análise conjuntural de 2010 aponta o Desempenho da participação na Oferta de produtos na CEASA-PA por Região como: 42,43% da Região Nordeste; 20,72% da Região Sudeste; 20,12% da Região Norte; 8,57% da Região Centro-Oeste e; 8,03% da Região Sul. (Fonte: Ditec (Coac - Ceac) CEASA-Pa). O que demonstra a baixa participação de produtos da região e alta demanda externa, encarecendo assim o valor dos mesmos além de elevar o risco de desabastecimento em caso de quaisquer problemas envolvendo o transporte dos produtos.

suas conclusões, ao fazer referência à problemática de projetos nesse sentido¹⁰⁶. Essas expressões merecem uma abordagem especial, de forma que haja a compreensão dos problemas que envolveram tal(s) projeto(s). Porém, como não envolveram as áreas insulares pesquisadas (Cotijuba e Mosqueiro), não será focado no presente estudo, ficando como apontamento de objeto de estudo para pesquisadores interessados na temática.

A outra possibilidade envolveria a elaboração de produtos minimamente processados, como no caso da polpa do açaí em Belém-PA, exemplo potencial presente na Ilha de Cotijuba¹⁰⁷ (Figura 41). Ainda outra possibilidade consistiria na utilização de embalagem a vácuo, o que proporcionaria maior resistência dos produtos e, logo, um período maior para transporte dos mesmos, além de facilitar a constituição de estoques (dependendo do tipo do produto) juntamente com a possibilidade de elevação de valor, dado o valor agregado ao produto final.



Figura 41: Processamento do Açaí na Ilha de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

A CEASA/RS, por sua vez, constitui-se num importante canal de comercialização dos produtores do município de Porto Alegre. Atualmente, representa um mercado de 93

¹⁰⁶ A produção no espaço urbano segundo Madaleno (2002, p. 169): “Não é atividade praticada no geral pelos excluídos, pelos mais pobres [...] com raras exceções [...]”.

¹⁰⁷ Em relação ao acompanhamento da vigilância sanitária do Município cabe salientar que ações por parte do poder público estavam sendo tomadas (quando da coleta de dados em 2011) no sentido de acompanhar esse e outros empreendimentos locais a fim de evitar problemas no processamento e conseqüente contaminação do produto final.

gêneros agrícolas no município (vide APÊNDICE N). O destaque se dá principalmente na possibilidade de articulação que alguns bairros apresentam na aquisição das chamadas “pedras”, que são espaços adquiridos pelo produtor ou grupo de produtores (como é o caso de todos produtores de Porto Alegre) a um valor fixado pela CEASA. Esses espaços são de 5 m² ou 10 m² e, no caso dos produtores de Porto Alegre, situam-se no pavilhão da Agricultura Familiar, que tem 200 m² de área.

Essas organizações de produtores são denominadas pela CEASA de grupos de Vizinhança e permitem a comercialização direta com diversos supermercados e restaurantes da capital, que vão até esse espaço da instituição adquirir os produtos que necessitam. Na Figura 42, pode-se observar o fluxo de pessoas nas pedras no pavilhão da Agricultura Familiar.



Figura 42: “Pedras” no pavilhão da Agricultura Familiar da CEASA/RS

Fonte: Trabalho de Campo (2013).

A aquisição conjunta por grupos permite a utilização do local todos os dias da semana, de forma que a questão da restrição do volume de produção é sanada com a divisão do espaço, onde, segundo produtor 6: *“Alternamos entre o uso do espaço uma ou duas vezes na semana, varia de acordo com a época e a colheita que cada um de nós consegue [...] Quando temos bastante produtos, costumamos dividir o espaço, pois aqui a gente quase sempre vende a produção, se não vende nós trocamos por outros produtos dos companheiros”*.

A aquisição conjunta é uma articulação dos produtores e não conta com organização institucional da CEASA, ficando apenas a cargo da mesma o gerenciamento da estrutura do espaço de comercialização, que conta com o dinheiro da venda das “pedras” para sua manutenção. Segundo informante da CEASA, os fomentos aos produtores que comercializam no local ficam a cargo de: *“Programas de governo como o PAA e outros, nós nos ocupamos da oferta das 900 peças disponibilizadas para a comercialização dos produtores”*.

As informações acerca da localização da produção no município de Porto Alegre-RS contaram com a autodeclaração dos produtores, e as informações de comercialização da CEASA/RS foram obtidas por meio do cadastro de fornecedores. Cabe salientar que a CEASA aponta problemáticas no mapeamento específico da produção, pois: *“Mesmo que o talão de agricultor seja originário de Porto Alegre, não representa necessariamente cultivos efetuados aqui no município”*.

Tal problemática, segundo os técnicos da instituição, decorre da aquisição de produtos de outros municípios antes de chegar ao local de comercialização e se evidencia quando se observa a ocorrência de produtos que não são produzidos no município. Porém, conforme a própria CEASA, a certeza absoluta não há como precisar. Além disso, foram apontados alguns comerciantes que não estariam residindo em seus estabelecimentos agropecuários de Porto Alegre, logo não teriam como estar produzindo efetivamente na esfera municipal.

As informações repassadas dão conta de que as alocações produtivas estão situadas ao sul de Porto Alegre-RS, mais precisamente nos bairros Vila Nova, Belém Novo, Lami e Lageado. De forma geral, observou-se junto aos produtores, e ao encontro das análises efetuadas pela CEASA/RS, que a quantidade comercializada varia muito pouco, apresenta diversificação de produtos e volumes e a demanda dos consumidores é sanada nos espaços de comercialização.

Nesses grupos de vizinhança, segundo o informante da CEASA/RS: *“Quase sempre existe uma padronização de oferta de cultivos entre os produtores, com interessante diversificação entre as pedras [...] mas, efetivamente, tem ocorrido uma redução gradativa de produtores de Porto Alegre [...] em função do crescimento da cidade rumo ao sul”*. A primeira situação proporciona potencial que abarca diversificação e também quesito preço (diferencial comumente destacado nas instituições CEASA em todo o país) principalmente aos produtores situados no próprio município. Já a segunda confirma o processo atual que

Porto Alegre tem evidenciado de crescimento urbanístico e avanço da malha e estruturas urbanas sobre espaços que antes se caracterizavam como locais tipicamente rurais, ruralidades¹⁰⁸, que se expressavam tanto na ocupação dos indivíduos quanto nas residências da localidade.

Assim, a instituição CEASA/RS representa um importante canal de comercialização, mas não avança sobre quaisquer outros aspectos da produção nem dos produtores locais, o que não reduz a sua importância no papel desempenhado enquanto primordial canal de comercialização para produtores e produtos de todo o estado do Rio Grande do Sul¹⁰⁹, mas no tocante à abrangência da instituição na cadeia produtiva¹¹⁰, a mesma pauta-se apenas no(s) final(is) das etapas de cada um dos produtos.

7.3 Produção Agrícola no Espaço Urbano, Perspectivas e o Poder Público

No que se refere ao uso da terra, já há algumas décadas tem havido competição pelo uso do solo dessas duas capitais brasileiras. A ocupação e o uso da terra no espaço urbano apresentam o seu valor de uso¹¹¹ e o valor de troca¹¹², logo, tanto podem servir à produção como à especulação imobiliária e, não raro, abrigam condomínios e ambientes de lazer como chácaras ou sítios. Nas cidades, sobretudo se tratando de capitais, a competição aumenta ainda mais.

¹⁰⁸ [...] a ruralidade enquanto conceito contempla uma abordagem na contramão da dicotomia rural-urbano, defendendo portanto, a atribuição de novas características ao espaço e mantendo alguns atores anteriormente conhecidos e tradicionalmente expressos na paisagem rural, mas, agora, com inserções de novos agentes e contemplando outras visões do meio rural, as quais abarcam novos valores, oriundos das transformações e das novas necessidades da sociedade contemporânea. (WANDSCHEER e TEIXEIRA, 2010, p. 47-59).

¹⁰⁹ Cerca de 35% do total consumido no Estado são comercializados pelas empresas e produtores que nela atuam (CEASA/RS *apud* Kozenieski, 2010, p. 60).

¹¹⁰ É importante ter uma noção de cadeia produtiva, ou seja, do encadeamento de atividades que envolvem desde o fornecedor de insumos até o consumidor final, passando pelo agricultor. Mesmo que o consumidor final não seja o comprador direto, suas decisões de compra determinam a demanda dos supermercados, que, por sua vez, determinam a demanda de atacadistas e agroindústrias, o que resulta em uma demanda derivada para a produção agrícola (WAQUIL, MIELE, SCHUTZ, 2009 *apud* ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2000; KUPFER; HASENCLEVER, 2002; ARBAGE, 2006; MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

¹¹¹ Consiste na utilidade de uma determinada coisa que lhe dá um valor. É determinada pelas qualidades físicas da mercadoria e não existe sem isso. Esta capacidade resulta das condições naturais, das características das matérias de que o produto é feito e do trabalho concreto despendido na sua produção (MARX, 1982).

¹¹² É mensurado pelo tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria, o que possibilita trocas de produtos distintos, uma vez que todo produto abarca diferentes valores de uso (equivalendo-se os valores de troca). Nesses processos de troca, observam-se produtos qualitativamente distintos sendo trocados (MARX, 1982).

As abordagens do espaço produtivo em espaços urbanos frente a essas possibilidades de uso do solo envolvem projetos e projeções de sociedade a qual os poderes públicos tem se voltado, bem como aos interesses aos quais o setor privado tem se voltado e se articulam junto ao poder público. Frente a essas realidades, os atores locais se articulam e se adaptam às mudanças advindas do órgão gestor, tendendo a migrar para outras áreas, no próprio município ou fora do mesmo. Assim, ocorre a permanência do rural, porém de forma propensa a ser “engolido” progressivamente pelo desenfreado crescimento urbano.

Quanto às iniciativas dos poderes públicos de Belém-PA e Porto Alegre-RS, existem situações nas quais:

[...] as terras agricultáveis nas periferias das cidades estão sendo deslocadas cada vez mais para zonas mais distantes dos centros urbanos, abrindo espaço para a ocupação descontrolada do solo e urbanização rápida [...] este deslocamento deveria ser visto com mais cuidado pelos governantes na formulação de seus projetos, e que as zonas periféricas são muito complexas, pois envolvem problemas rurais e urbanos ao mesmo tempo (MACHADO e MACHADO, 2002 *apud* ARRUDA, 2011, p. 30).

Frente a essa situação, observa-se um quadro de mudança na realidade dos indivíduos, bem como as implicações dessa dinâmica sobre o espaço geográfico de ambas as cidades, pois, observando a relação entre antecessores envolvidos com a atividade produtiva agrícola e a pretensão dos filhos em seguir focados nas atividades agrícolas, os números apresentam um quadro de redução expressiva no contingente de indivíduos. Tal situação é, há algum tempo, visualizada pelos poderes públicos, dos quais não emergem alternativas no universo da questão agrícola, pelo contrário, tem-se observado perspectivas de fomentar ainda mais o esvaziamento das áreas. Com isso, aceleram-se os fenômenos da expansão dos núcleos urbanos, espaços que, cada vez mais, exigem equipamentos urbanos e restringem espaços produtivos e áreas verdes, espaços que costumam efetuar papéis de minimização de efeitos negativos das grandes metrópoles. A Tabela 9 apresenta as origens (agrícolas) dos familiares dos entrevistados.

Tabela 9. Os Antecessores familiares moravam no campo ou exerciam atividade agrícola

Exerciam Atividade Agrícola	Absoluta Porto Alegre	Percentual (%) Porto Alegre	Absoluta Belém-PA	Percentual (%) Belém-PA
Sim	23	74,2	25	80,6
Apenas um parentesco	1	3,2	2	6,5
Não	7	22,6	4	12,9
Total	31	100	31	100

Fonte: Coleta de Dados (2011 e 2013).

Como se pode observar na tabela tanto da capital gaúcha quanto na paraense existem expressivos percentuais apontando para origens ligadas ao setor primário (74,2% em Porto Alegre e 80,6% em Belém-PA). Quando somada a situação de parentescos com atividades agrícolas junto à situação de apenas um parentesco com vínculo a tal atividade, amplia-se o percentual e observa-se a situação de 77,4% da amostra de Porto Alegre-RS. Belém-PA não difere, pelo contrário, a diferença percentual é ainda maior e atinge 87,1% dos casos. Os percentuais restantes em ambas as situações decorrem de processos de migração de indivíduos para espaços mais periféricos das cidades, ou ainda migrações de outras cidades, dos quais muitos afirmam terem vivido processos similares em suas cidades de origem até a decisão pela evasão para outra cidade.

Tão logo, o que se pode observar é que existe a tendência à continuidade com as origens agrícolas, porém, dados os processos de avanço populacional e a necessidade de avanço de habitações (que não podem ser resolvidas apenas através de processos de verticalização das cidades) de forma horizontal no território urbano, uma gama de mudanças se processa. Tal situação combina “[...] a distorção entre o ritmo de crescimento da população que vive nas grandes cidades e o da população urbana em geral é representada, no espaço, por uma polarização urbana [...] O movimento de polarização urbana possui um dinamismo próprio, variando consideravelmente no tempo e no espaço” (SANTOS, 2010, p. 119).

Acerca das conformações locais estabelecidas nessas relações, e sob o prisma de um processo contínuo de carência do crescimento está presente o fato de que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. “No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si” (CARLOS, 2007, p. 22).

À observação dos processos de (re)configuração aos quais as cidades têm sido submetidas sucedem também outras transformações. As mesmas apresentam realidades no que concerne à situação produtiva agrícola, dentre as quais transcorre a continuidade dos filhos na permanência não só na propriedade, mas na atividade produtiva, seja pelo descrédito em relação à produção (optando por atuação no setor secundário ou terciário urbano), seja

pela urbanização crescente desses espaços (as duas explicações citadas ao longo da pesquisa). Quanto a essa segunda, Ferreira e Castilho (2012, p. 16) discorrem que: “[...] com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo e no Brasil, especificamente a partir da segunda metade do século XX, houve também nos espaços intra-urbanos um forte processo de urbanização”. Assim, ao serem indagados sobre o interesse dos filhos de permanecer/retornar à atividade agropecuária, os retornos apontam para uma esmagadora maioria sem interesse na permanência, apresentando percentuais de 61,3% na pesquisa do Rio Grande do Sul e 64,5% na pesquisa do Pará, conforme Tabela 10, a seguir.

Tabela 10. Perspectiva dos filhos de Permanecer/Retornar a atividade agrícola

Pretensão em Permanecer/Retornar a atividade	Absoluta Porto Alegre	Percentual (%) Porto Alegre	Absoluta Belém-PA	Percentual (%) Belém-PA
Sim	5	16,1	10	32,3
Não	19	61,3	20	64,5
Não tem filhos	7	22,6	1	3,2
Total	31	100	31	100

Fonte: Coleta de Dados (2011 e 2013).

As explicações dos indivíduos convergiam com a análise de desestímulo frente à urbanização vivenciada em Porto Alegre-RS, onde as pressões urbanizadoras levaram ao descrédito em relação ao potencial de permanência na agricultura. Porém em Belém-PA esse quesito não foi tão referenciado, ficando como principal aspecto a pouca perspectiva existente nas áreas locais. Esse quesito também apareceu em Porto Alegre, mas foi menos evidenciado, sobretudo dados os canais de comercialização de feiras orgânicas e o próprio mercado que a CEASA apresenta na atualidade. Quanto às localidades, tanto nesse quesito quanto nas origens dos antecessores, não houve diferença efetiva entre elas, de forma que parecem resultados convergentes nos limites territoriais das urbes.

Apesar dessa realidade, em Porto Alegre-RS, quando indagados acerca da perspectiva econômica da família na propriedade atualmente, a maior parcela, 51,6%, afirmou perspectivas de elevação de sua renda, seguida por manutenção do autoconsumo (16,1%) e manutenção da renda (12,9%), o que não é um ponto negativo para a atividade. Os demais percentuais consistiram em venda ou repasse para terceiros (9,7%), e em menores percentuais (3,2%) apareceram situações pontuais de elevação de autoconsumo ou outras situações, que consistiu na mudança do uso da terra. Dentre esses percentuais, pode-se afirmar que se

retirando o percentual de elevação de autoconsumo, somente 12,9% apresentam uma visão negativa no sentido da tendência ao abandono da atividade (Figura 43).

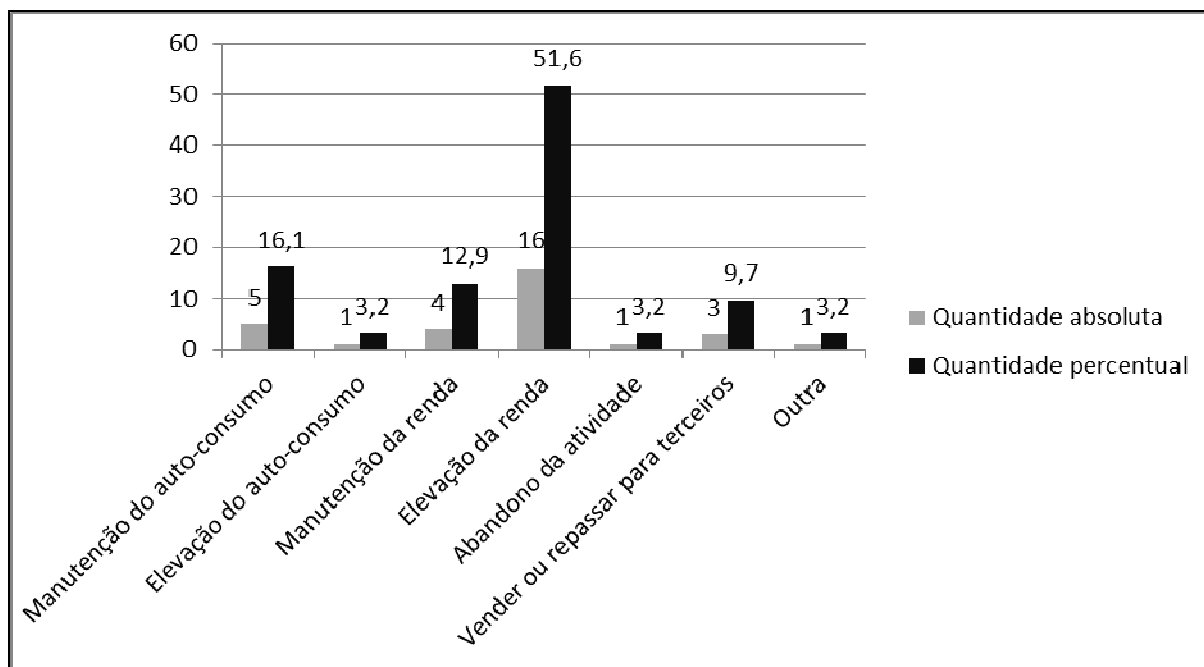


Figura 43. Perspectiva em relação à propriedade e à atividade exercida em Porto Alegre-RS

Fonte: Trabalho de Campo (2013).

Essa realidade significa perspectivas de avanços no âmbito produtivo, bem como de ampliações produtivas nos espaços em questão. As situações mais pessimistas como venda da propriedade e outras ocupações, referiram-se a problemas em relação à sucessão familiar, uma vez que os proprietários pretendem abandonar a atividade e não contam com filhos ou esses não têm a pretensão de continuar com a mesma.

Na realidade norte, ou seja, em Belém-PA, quando indagados acerca da perspectiva econômica da família na propriedade atualmente, a maior parcela 61,3% (maior percentual que o sul) afirmou perspectivas de elevação de sua renda, seguida por elevação do autoconsumo (16,1%), o que denota percentual de 77,4% de indivíduos dispostos a ampliar a sua produção, o que é um ponto positivo para a atividade. O restante consiste em pequenos percentuais dispostos pela ordem são: manutenção do autoconsumo (6,5%); venda para terceiros e outras (3,2%). Portanto, são apenas 9,7% dos indagados que apresentam hoje tendências à redução da atividade produtiva, já que a situação “outras” consiste em

remodelação da área em detrimento das culturas. A situação abandono da atividade não foi citada por nenhum ator (Figura 44).

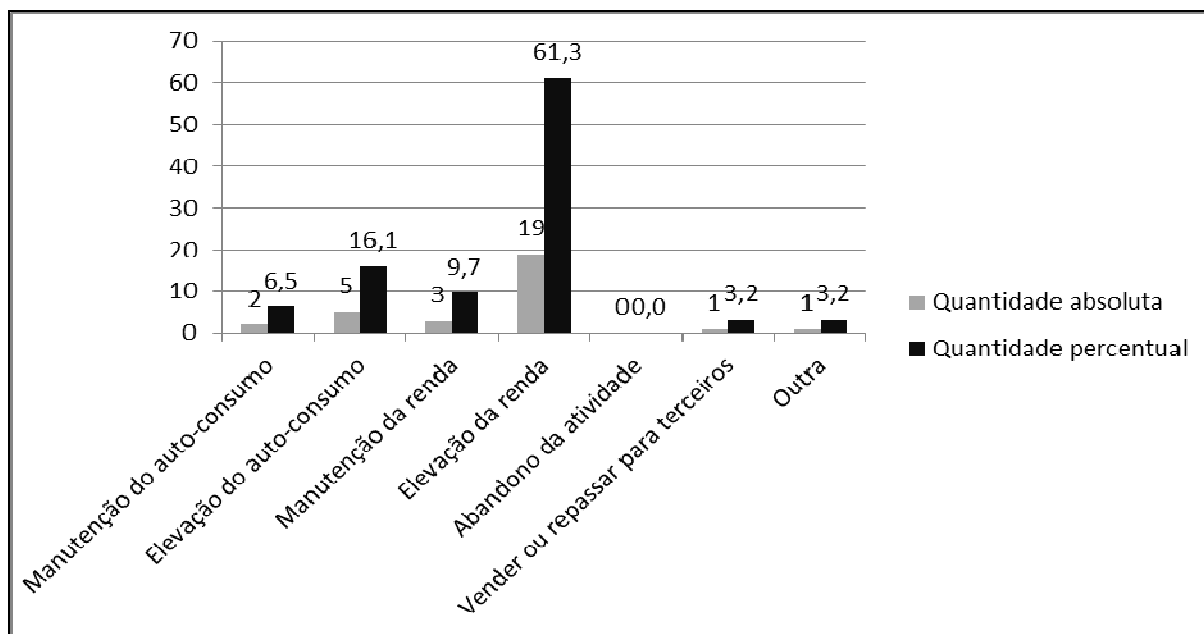


Figura 44. Perspectiva em relação à propriedade e à atividade exercida em Belém-PA

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

As duas situações apresentam momentaneamente perspectivas de continuidade, uma vez que almejam, na maioria das vezes, ampliações ou mesmo manutenção da produção (seja sob o prisma do autoconsumo, seja pela renda, sendo que não se pode isolar uma situação de outra). Porém, quanto à situação futura, ou seja, a continuidade de propriedade com fins agrícolas envolvendo os filhos, existe uma tendência de involução, de forma indissociável ao momento de expansão urbana, pois:

Excetuando-se certos rincões do planeta, a diferenciação do espaço agrícola devida às virtualidades naturais e às técnicas utilizadas pelos grupos humanos é um dado [...] A esta diferenciação “espontânea”, resultante de uma dinâmica interna às sociedades, sucedeu, um pouco por toda a parte, uma diferenciação especulativa do espaço [...] Os primeiros movimentos de capitais e de homens que acompanham a instalação da nova atividade desencadeiam uma série de outros movimentos que resultam numa redistribuição da população e dos capitais disponíveis sobre espaços [...] Os equilíbrios tradicionais foram rompidos e as parcelas de espaço, que viviam anteriormente de acordo com uma dinâmica própria, passaram desde então a participar de um sistema mais amplo cujo domínio escapa às sociedades locais [...] ainda que os graus de complexidade sejam variáveis [...] (SANTOS, 2007, p. 139-140).

Frente a essa dinâmica geográfica, quando indagados sobre o poder público, observou-se muito mais descontentamento ou desconhecimento de ações em relação às atuações do que retornos positivos, já que posições ótimas e razoáveis nortearam apenas um terço da amostra (32,3% em Belém-PA e 38,7% em Porto Alegre-RS) e apenas 16,1% em Belém-PA e 19,3% em Porto Alegre-RS de situações consideradas ótimas pelos produtores conforme Figura 45.

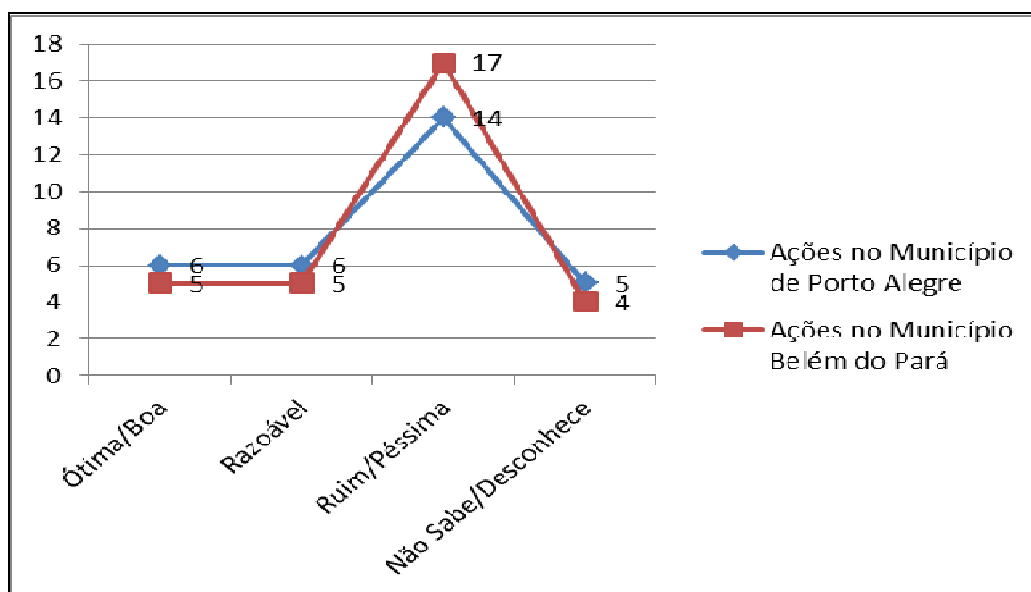


Figura 45. Ações do Poder Público nos espaços agrícolas do município

Fonte: Trabalho de Campo (2011 e 2013).

Os retornos dos atores nortearam aspectos atuais de suas vivências não só no que diz respeito à propriedade, mas também abarcaram alternativas e fomentos socioeconômicos, valorizações de potenciais para a agropecuária local, como divulgação, feiras, programas ou apoio organizacional para que a atividade possa se manter enquanto opção aos produtores, bem como possa ser valorizada pela população como um todo. Nesse quesito, Porto Alegre-RS obteve um percentual ligeiramente superior, em função de algumas feiras, das ações dos Caminhos Rurais e também do acesso a mercados que possuem junto à CEASA/RS. Foi frequente observar afirmações que enfocavam: *“Necessidade de sermos vistos em Porto Alegre e a importância do que produzimos, porque, senão, não existe a valorização do que vai para a mesa de toda essa gente daqui [...]”* (PRODUTOR 15 DE PORTO ALEGRE). Alguns afirmaram que seu desconhecimento se dá em função de sua ocupação urbana e na

projeção do rural apenas como espaços de moradia ou descanso mais isolados, ao passo que outros apontaram falta de “contato”, carência de aproximação com o poder público.

No município de Belém-PA, os aspectos positivos se deram por conta de ações anteriores e pequenos auxílios no âmbito técnico que ainda existem, mas que foram: “[...] decisivos em relação ao que plantamos hoje [...] *O que vendemos para as pessoas, principalmente os indivíduos que estão de passagem por aqui como turistas e viajantes*” (PRODUTOR 11 DE BELÉM-PA).

Porém, de forma geral, o que se observa é uma situação negativa na visão dos produtores. Dentre os atores belenenses, 54,8% não aprovam as ações que envolvem o espaço produtivo, pelo contrário, repudiam as mesmas, pois avaliam que *“querem é pegar essas áreas e fazer prédios, construções que vão trazer muita gente pra cá [...] o que pra nós aqui não interessa [...] não somos contra os que vêm pra cá, queremos que venham [...] mas que aproveitem a natureza, as paisagens e não que mudem tudo aqui*” (PRODUTOR 13 DE BELÉM-PA). O percentual restante, não observa atuação alguma da esfera pública, o que totaliza 12,9% da amostra.

Dentre os gaúchos não existe variação substancial, mantêm-se situações negativas de aceção dos produtores, uma vez que 45,2% não abonam positivamente os atos relacionados ao espaço produtivo. Para o Produtor 23 de Porto Alegre: *“Cada dia fica mais difícil a gente pensar em plantar [...] Tem a questão da área e dos problemas de contaminação e outras coisas... É bem difícil. Eu já nem sei até quando vou ficar aqui. A maioria dos vizinhos vendeu, eu estou pensando nessa possibilidade”*. Aqueles entrevistados que não observaram quaisquer atuações do poder público totalizaram 16,1% da amostra, o que representou percentuais muito próximos de ótimo/bom e razoável (19,3% respectivamente).

Destarte, em contraposição a ações atualmente vislumbradas, o caso de Grenoble destacado por Souchard (2010) exhibe a importância das ações de Agricultura Urbana, fato que merece reflexão no âmbito da possibilidade (destacada a seguir como exceção) de executar tal atividade na contemporaneidade:

Le récit des origines conserve manifestement une place structurante dans la justification de l'agriculture périurbaine comme nouvel objet d'une action publique territorialisée. Certes il participe de sa diffusion hors de la scène grenobloise mais il suggère aussi que cette expérience resterait marquée du sceau de l'exception. En fait, cette prégnance du récit trouve plutôt son explication dans le caractère inachevé du processus de territorialisation de l'action publique [...] sa transposition à l'expérience grenobloise suggère que la référence à l'intérêt général, comme

occultation des intérêts particuliers, risque de supplanter la référence au bien commun [...] ¹¹³ (SOUCHARD, 2010, p. 140).

Contudo, mesmo diante dessa perspectiva, as questões em relação à forma como visualizam as ações do poder público no espaço produtivo urbano do município de Porto Alegre tiveram praticamente os mesmos retornos em termos globais da visão geral dos espaços agrícolas como um todo no Município. As pequenas mudanças foram em percentual razoável e não sabe/desconhece com o decréscimo de 3,2% em ambas as situações. A maior mudança foi quanto à elevação do percentual ruim/péssimo, que foi de 14 casos para 16, o que representa elevação de 6,5% da amostra.

A maior distinção se deu na ampliação do descontentamento em Belém-PA (ruim/péssimo), quando indagados particularmente quanto às suas propriedades, uma vez que os indivíduos julgaram ter ocorrido “abandono” de projetos passados e não viram quaisquer ações que possam compensar esse abandono. Nesse sentido, o percentual de insatisfação (ruim/péssimo) foi de 45,2% a 51,6%, o que representa uma elevação de 6,4% na insatisfação em relação à questão.

Mesmo o percentual daqueles que desconhecem elevou-se de 12,9% para 16,1%, o que demonstra pouca ou ínfima atuação nesses espaços na atualidade. Os percentuais de ótimo/bom e razoável mantiveram seus índices de 16% (vide Figura 46 abaixo).

¹¹³ A história das origens conserva manifestamente lugar estruturante na justificação da agricultura periurbana como no objetivo de uma ação pública territorializada. Certamente participa de sua difusão fora da cena grenoblense, mas sugere também que essa experiência ficará marcada com o selo da exceção. De fato, está marcado de história achar muito mais sua explicação no caráter inacabado do processo de territorialização da ação pública [...] sua transposição à experiência grenoblense sugere que a referência ao interesse geral, como ocultação dos interesses particulares, corre o risco de suplantare a referência ao bem comum (TRADUÇÃO DO AUTOR).

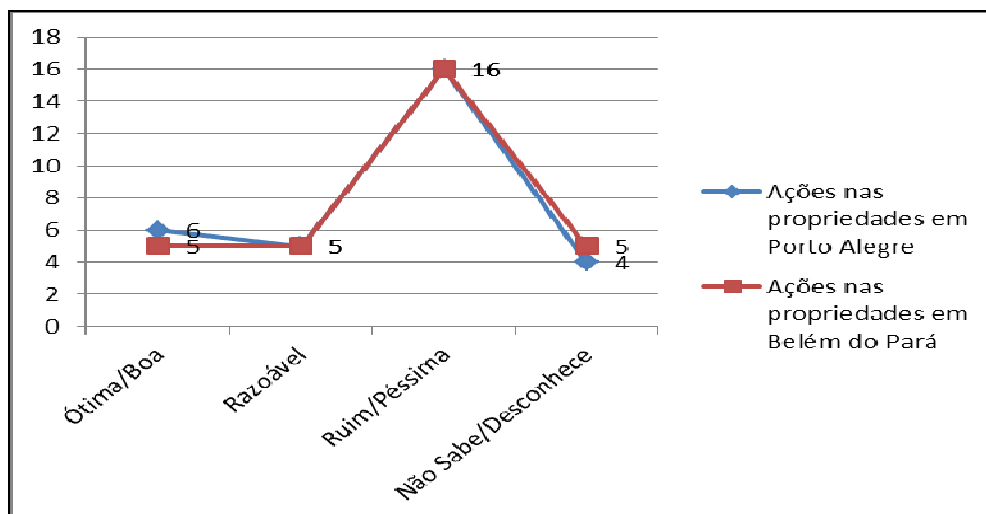


Figura 46. Ações do Poder Público especificamente nas propriedades agrícolas dos municípios

Fonte: Trabalho de Campo (2011 e 2013).

Em ambas as Figuras (45 e 46) anteriores (gráficos), os retornos foram bastante próximos, de forma que denotam um contexto peculiar da atividade de Agricultura Urbana, mesmo que em ambiente e condições bastante distintos, desde o transporte até os produtos cultivados, passando pelas temperaturas e aspectos político-sociais. Estes últimos elucidam a convergência para uma realidade que, embora com a expressão positiva por um relevante número de indagados em relação à atividade no presente, não observa o mesmo prisma positivo para o futuro, em relação à família, e expressa, nas duas capitais, tendências à visão negativa na continuidade de cultivos.

Tais análises em relação ao poder público, no âmbito da propriedade e dentro da conjuntura do município como um todo, parecem ser a forma mais próxima de compreender a percepção da população acerca de sua realidade e de como vê o seu entorno. Isso se dá em função da menor escala de análise e a vivência dos indivíduos no que tange a sua situação de produtores (rurais) urbanos.

As iniciativas de cunho público para os espaços de Agricultura Urbana parecem se assemelhar, de forma que as perspectivas e percepções negativas dos habitantes produtores agropecuários em espaços urbanos, sobretudo daqueles que ainda vislumbram ali a sua atividade econômica, ou seja, o planejamento, as visões contemplam unicamente estratégias voltadas ao urbano *latu sensu*. A habitação é meta e fim da maioria de seus projetos, sejam eles para abrigar moradias de pessoas ocupadas no setor secundário ou terciário, sejam para

disponibilização de espaços de lazer estabelecidos por sítios, chácaras ou outras formas, no âmbito desse mundo “rural”.

Cabe salientar que esse enfoque não é recente, não se deu apenas nas últimas gestões dos municípios, pelo contrário, o mesmo é contínuo e ampliado ao longo do tempo e parece agregar ainda mais energias na atualidade.

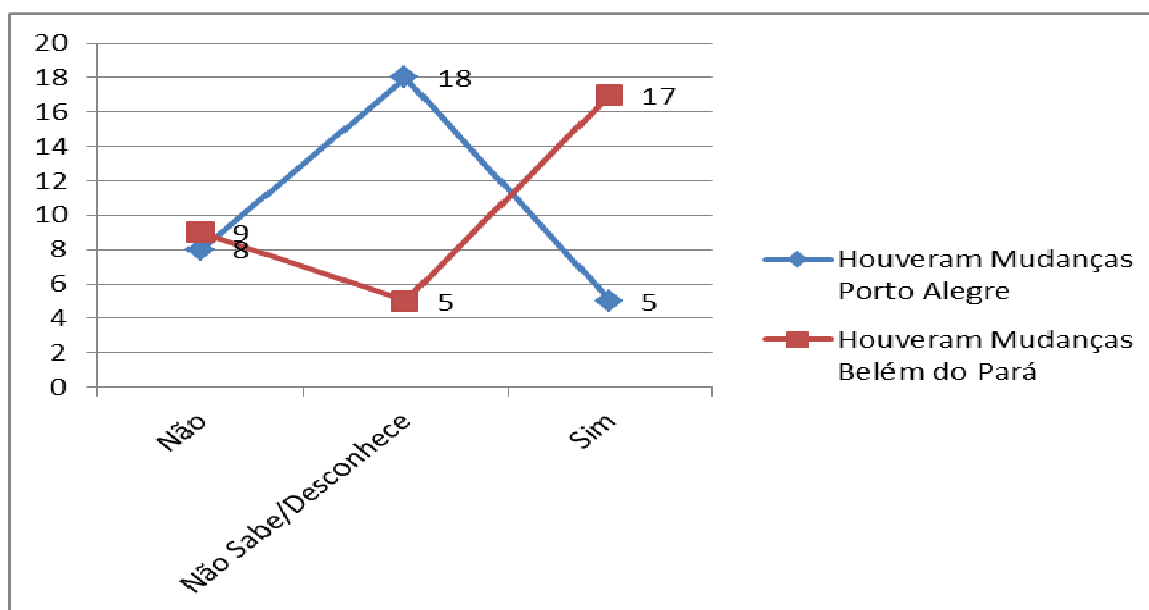


Figura 47. Visão das mudanças na Agricultura no espaço urbano ao longo dos anos

Fonte: Trabalho de Campo (2011 e 2013).

Pode-se, portanto, reiterar a afirmação de que as dinâmicas se processaram ao longo do tempo e se atenuaram no que diz respeito a mudanças, alterações estas que não foram positivas segundo os atores produtivos. Conforme Figura 47, em Porto Alegre 25,8% e em Belém 29% dos indagados informaram não ter havido quaisquer mudanças no espaço produtivo urbano. Entre os que se posicionaram acerca de mudança, ocorreram expressões negativas. Essas afirmações contemplaram 54,8% das exposições e podem ser expressas através da fala de um dos agricultores de Belém-PA, que afirma: “*Houve mudanças sim [...] exigências e falta de apoio [...] dificuldades no transporte, nenhum apoio para resolver esses problemas [...] foram mudanças que dificultaram a produção [...]*” (PRODUTOR 28 DE BELÉM-PA).

Mesmo sendo inferior à percentagem de Belém-PA, os 16,1% de retornos referentes a mudanças existentes no município de Porto Alegre-RS convergem para a carência nos auxílios e as pressões externas para eliminar as produções existentes nesses espaços. O

destaque quanto à capital sulina fica a cargo do alto índice de não houve/desconhece, que alcançou 58,1% dos entrevistados contra 16,1% em Belém-PA. Essa realidade possibilitou perceber a existência de pessoas sem acesso à informação do poder público, bem como a ausência de mudanças efetivas que as levem ao reconhecimento da atividade agrícola.

Em relação à inexistência de mudança, em ambas as capitais apresentaram pareceres muito similares quanto às mudanças de gestão, sobretudo no que tange a auxílios com equipamentos agrícolas e extensão técnica. Portanto, envolveram atores agrícolas mais necessitados no que tange às produções, logo, com menor poder aquisitivo para a contratação particular, de forma a apresentar um grau maior de dependência em relação à cessão de auxílios pontuais e contínuos ao longo do tempo. Essas negativas semelhantes foram em número de nove em Belém-PA, ou seja, 29%, e oito casos em Porto Alegre-RS, ou seja, 25,8%. O relato de um produtor de Belém-PA (Produtor 26) elucida tal questão: *“Se tivéssemos alguma orientação poderíamos melhorar a nossa produção, mas, como não somos orientados em nada e temos que fazer a produção de noite para comer no outro dia, a coisa fica difícil...”*.

Assim, observa-se a importância de compreender as atividades agrícolas nas capitais sulina e belenense de forma a observar seus benefícios e suas vulnerabilidades, sem perder de vista a projeção da atividade em seus elementos positivos, os seus potenciais. Tão logo, existe a carência na observação da atividade de forma mais profunda, compreendendo-se os papéis e as ocupações geradas, além das famílias nela envolvidas, o que, por si só, gera redução das “pressões” urbanas por empregos, ou de excluídos do sistema que acabam por habitar as capitais em espaços públicos não forjados para disponibilizar habitação e tampouco estrutura física aos indivíduos denominados “moradores de rua”.

Cabe salientar, contudo, o que José Graziano da Silva coloca em relação a esses novos espaços e as políticas públicas, pois o mesmo considera que:

[...] as pesquisas sobre a intervenção do poder público nesse novo rural, nesse novo urbano, somente se iniciaram. Está claro que existe uma competência local, o município, com instrumentos de intervenção possíveis. Alguns são clássicos, como o imposto territorial, o ISS, o manejo da extensão da área urbana, a definição do que é urbano e do que é rural. Mas existem ainda outros instrumentos muito promissores na linha da relação do território com o meio ambiente. Um leque de novos mecanismos de intervenção muito importantes de preservação e de recuperação do solo, da água, das florestas, do ambiente. Abre-se um espaço de intervenção do poder público, como forma de regular essas novas competências, criar novos instrumentos de intervenção do poder público, de ordenamento territorial sobre um

espaço, sobre o qual não existe uma clara organização social, nem política, nem territorial. Relações de dominação e sociabilidade não estão claramente estabelecidas neste novo rural, ainda que algumas apontem no sentido de recuperar velhas relações patriarcais de domínio, ou de clientelismo. (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 216).

Para tanto, ter uma preocupação para com o potencial do meio, aliado ao papel do poder público, sem esquecer a contribuição do privado para com a aplicação e posterior consolidação de iniciativas na área, são atribuições essenciais ao pensar e planejar o município. Assim, poder-se-ia visualizar a manutenção dos potenciais econômicos sem que houvesse prejuízos a distintos setores da economia.

Mesmo que se faça necessário o fomento aos demais setores, tem-se que compreender que no setor primário não se pode observar unicamente o desempenho econômico, comumente inferior aos setores de serviços e industriais (este último em maior parcela quando da presença de empresas de médio e/ou grande porte), mas também o mote social das ações efetuadas. Isso porque nele existem potenciais não calculados monetariamente, como o autoconsumo, a redução da pressão populacional sobre os espaços urbanos, bem como a redução do desemprego em virtude da possibilidade de ocupação agropecuária. Nesse sentido, refletir sobre a agricultura urbana num contexto de avançar em seus aspectos positivos no âmbito socioeconômico e ambiental pode apresentar uma série de benefícios que, no longo prazo, podem também materializar (uma série de) benefícios ao espaço geográfico.

8 COMPÊNDIO DA PESQUISA

A busca pela elaboração de um compêndio no presente trabalho se deu no intuito de elaborar um “fechamento” para esta pesquisa antecedendo às conclusões, pois considerou-se duas questões carentes de ponderações mais específicas e particulares. São elas a amplitude dos universos e peculiaridades envolvidas na construção das análises e os limitantes que se apresentaram ao longo dos percursos investigativos. Considerou-se, assim, que essas preocupações perduraram e não foram diluídas em sua totalidade ao longo do texto, de forma que mereceriam uma atenção especial no fechamento da Tese.

Primeiramente destaco o lócus analítico em que a Agricultura Urbana foi trabalhada, tendo como “pano de fundo” a dicotomia rural-urbano iminente nos espaços municipais brasileiros, onde foi possível perpassar diversas esferas e contextos. O presente compêndio audaciosamente pretende adentrar e manifestar, não apenas a situação atual da atividade agrícola urbana das duas capitais, mas também uma composição que conta com trajetórias históricas e metamorfoses contemporâneas, que fazem da Agricultura um aspecto singular à realidade em que se encontra inserida.

A outra inquietação foi expor alguns elementos reflexivos sobre o processo investigativo, os instrumentos de pesquisa utilizados e os limites com que todo o trabalho que se encerra se depara, ou seja, o fato de nunca ser completo. Assim, objetivou-se apontar caminhos de continuidade de pesquisa ou de (re)inícios em outros espaços geográficos visando sempre ao aperfeiçoamento do conhecimento científico, esse que é um caminho em constante processo de construção.

A par desses esclarecimentos, segue o esforço analítico que deu origem ao compêndio da presente pesquisa.

8.1 Os Desenhos e Projeções da Agricultura Urbana em Belém-PA e Porto Alegre-RS

As exposições efetuadas até o momento dão conta de um cenário no qual repercutem diferenciações nas duas capitais pesquisadas, onde uma atividade é mais comercial, em contraposição à outra, que é mais voltada ao autoconsumo. Em ambas, a existência de uma dessas características não inviabiliza a existência da outra, pois podem (e em grande medida o são) complementares. Assim, buscando sintetizar o que foi visualizado em termos de

manifestação, foram elaboradas graficamente as características mais marcantes de cada uma das Agriculturas Urbanas. Primeiramente mostra-se a capital gaúcha (Figura 48), onde quanto mais centralizado menor é o potencial manifestado e quanto mais distante do centro maior é a sua incidência nos espaços pesquisados. São, assim, gradações de Fraco (1), ao centro, Médio (2), na linha intermediária, e Forte (3), na parte mais externa do gráfico, que correspondem à construção metodológica exposta no subitem 4.4, referente à Análise dos Dados/Informações.

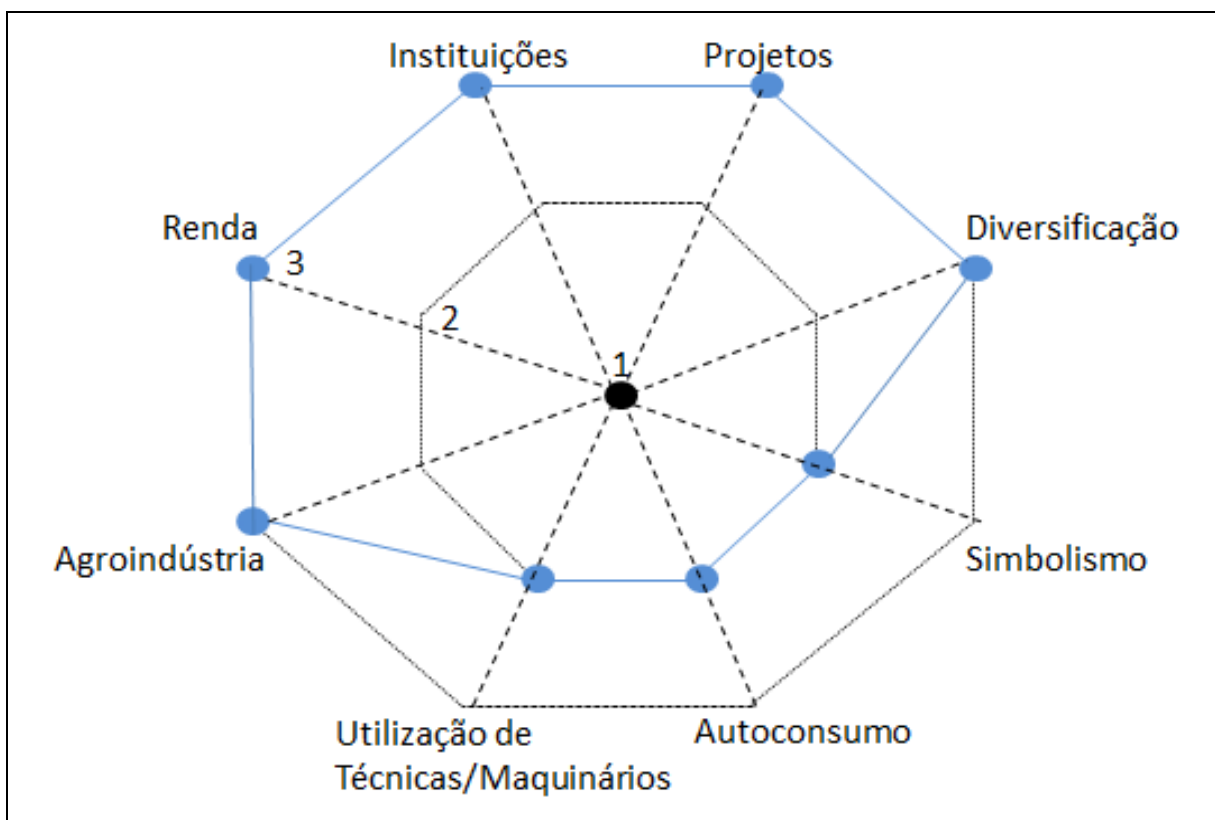


Figura 48: Gráfico das características da Agricultura Urbana em Porto Alegre-RS

Fonte: Trabalho de Campo (2013).

Como característica peculiar da Agricultura Urbana, expressou-se a diversificação na maioria das produções visualizadas. Contudo, a mesma não veio carregada de muito simbolismo, ou seja, os produtos não guardam consigo uma carga de valor simbólico para os produtores que ainda que valorizem o local e os cultivos, não projetam nessa agricultura traços mais marcantes de tradição ou hábitos de vida.

O autoconsumo foi visualizado em muitas produções, mas dada uma tendência de busca de renda, o mesmo fica um pouco abaixo em termos valorativos da atividade agrícola. Há baixa utilização de técnicas e maquinários, ainda que figure algum equipamento ou

alguma técnica, pois o emprego não se dá de forma massiva. Essa é uma característica efetiva das produções agropecuárias desenvolvidas em espaços urbanos.

Institucionalmente, existem ações que potencializam a comercialização, como feiras e aquisições institucionais (via CEASA, por exemplo), o que acaba corroborando com um maior volume de vendas e, em consequência, acarreta valorização à produção e instiga inclusive algumas atividades agroindustriais que, ainda que bastante incipientes em termos de oferta e diversidade de produtos, são pouco expressivas no contexto de Agriculturas Urbanas. Em relação a projetos que visam a Agricultura Urbana, já houve mais iniciativas, mas, mesmo assim, existem ações de organizações, como a horta comunitária que conta com o fomento da EMATER/RS e vários outros projetos vigentes até pouco tempo e que ainda rendem frutos a alguns produtores. Cabe ressaltar que os mesmos vêm se escasseando, de forma que a tendência é que não sejam tão efetivos em pouco tempo num futuro próximo.

Essa realidade, quando comparada à Belém-PA, apresenta diferenciação em alguns itens e se assemelha em outros, principalmente naqueles que são mais peculiares à Agricultura Urbana, como, por exemplo, diversificação, pouco maquinário e poucas técnicas. Assim, a figura 49 traz o gráfico que apresenta os mesmos elementos citados, mas com a indicação das manifestações existentes na capital paraense.

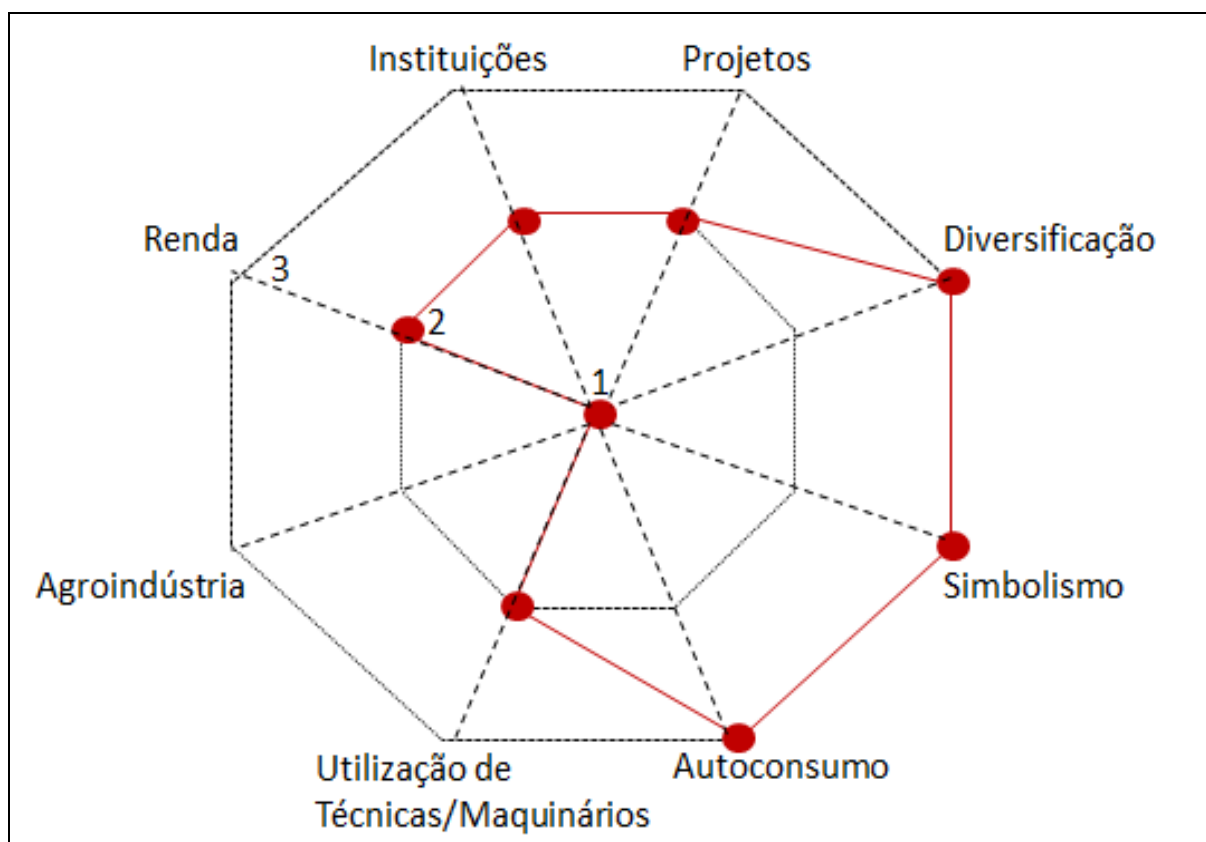


Figura 49: Gráfico das características da Agricultura Urbana em Belém-PA

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

Semelhante à situação sul-riograndense e até de forma mais marcante, a capital paraense apresentou em seus cultivos de Agricultura Urbana a diversificação nas produções e, diferentemente de Porto Alegre-RS, uma produção carregada de elementos simbólicos que vão desde o cultivo de determinado produto por herança cultural familiar até a afirmação da atividade via algum produto. Em muitas dessas situações, se atribui ao produto o laço cultural típico da cidade belenense e da região norte, o caso do Açaí. Assim, tem-se de forma efetiva a projeção de laços e tradições que para além do cultivo diário, perfazendo hábitos de vida que, conforme os próprios produtores, já ultrapassam mais de uma geração sendo, e ainda poderão ser responsáveis, pela permanência de muitos produtores na atividade agrícola.

O autoconsumo foi bastante enfatizado nas produções pesquisadas, onde o financeiro derivado dos cultivos ficou relegado a um segundo plano, havendo, assim, uma evidente prioridade do consumo sobre a renda. A utilização de técnicas e maquinários é corriqueiramente escassa e, por vezes, carente/precária em muitas atividades. Figuram muitas coletas feitas à mão, tendo apenas a enxada como um equipamento de maior uso nas plantações, equipamento esse praticamente único nas propriedades, o que vai ao encontro da

peculiaridade do pequeno número de utensílios empregados nas atividades de Agricultura Urbana.

Para tanto, o alimento se apresenta carregado de simbolismos da cultura. Nesse sentido, pode-se visualizar nas práticas agrícolas “[...] a ruralidade considerada como realidade vivida e mediada por significações, tem como eixo metodológico a experiência, que caracteriza esse rural muitas vezes em meio a tensões” (MEDEIROS, 2011, p. 63).

Institucionalmente, existe pouco espaço, inclusive não se processam compras nem na Central de abastecimento da cidade, que adquire todos os produtos de outras áreas que não são as pesquisadas, e igualmente são escassas as aquisições no restante da cidade. Quanto a projetos, já houve muitos planos específicos, mas, na atualidade, ao menos nas áreas pesquisadas em Belém, não existe a atuação de nenhuma ação e não houve menção de quaisquer projetos, pois os que existiram no passado não são mais atuantes e tampouco contam com alguma iniciativa que venha a alavancar a atividade ou trazer a ela algum benefício. Essa característica é mais caseira em relação ao consumo e pouco saliente em iniciativas agroindustriais, que foram identificadas em duas situações pontuais: uma de tritura do Açaí e outra de fabricação de compota de geléia, que se encontra desativada.

Comparativamente, as Agriculturas Urbanas expressaram mais diferenças do que propriamente similaridades, o que é demonstrado na figura 50. A figura em questão apresenta situações da capital gaúcha e da capital paraense.

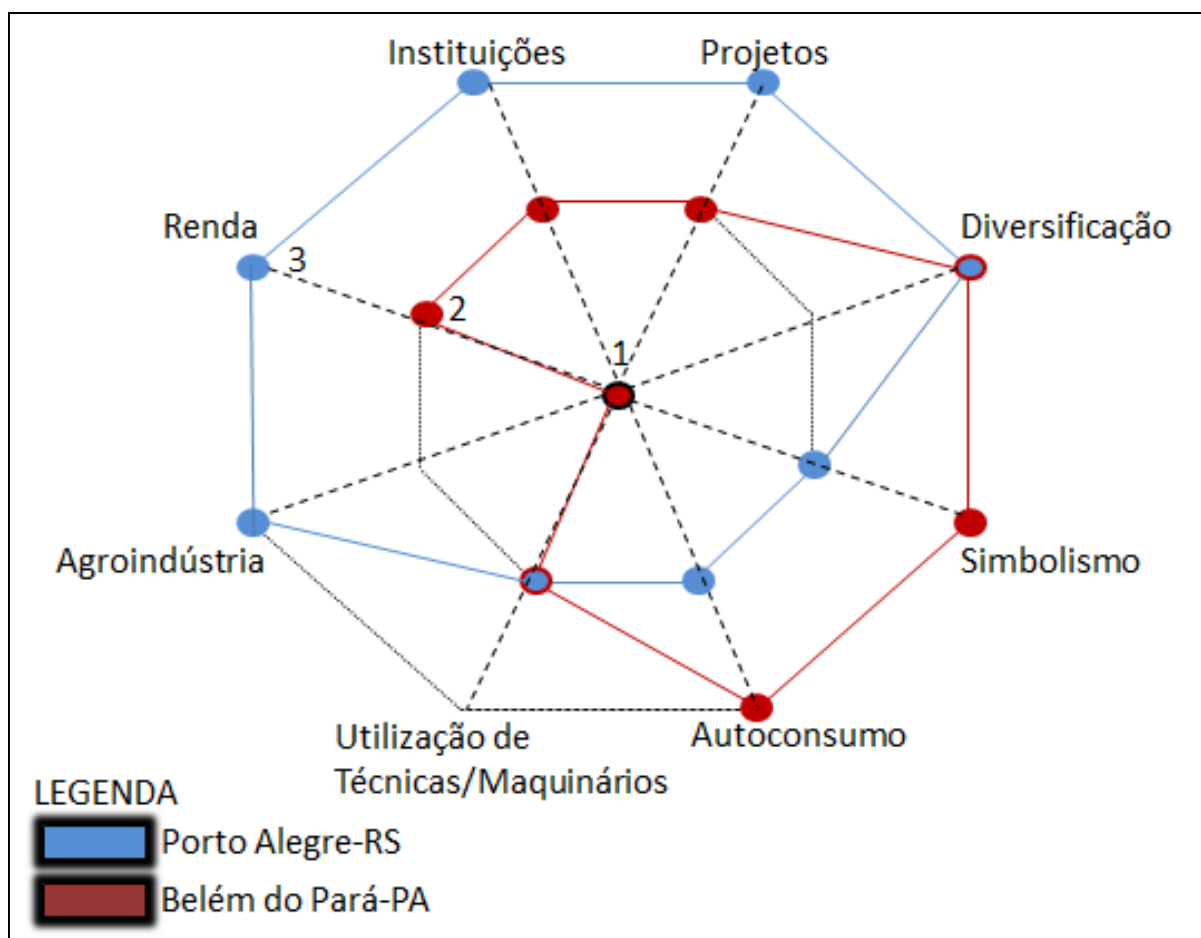


Figura 50: Gráfico das características da Agricultura Urbana em Belém-PA e Porto Alegre-RS

Fonte: Trabalho de Campo (2011 e 2013).

Conforme se observa, apenas há uma relação nas técnicas/máquinas e na diversificação, que se assemelham. A agroindústria é a maior distinção entre as capitais, enquanto que os demais elementos configuram uma relação que evidencia o caráter mais de consumo dos produtores belenenses. No contexto geral, pode-se observar um quadro favorável à produção e a tendência de segmentação de um ou poucos produtos na capital sul-riograndense, pois a mesma, pela sua configuração, alcança mais mercados para os produtos e, com isso, carece de maior quantidade de produtos específicos, o que, em consequência, acaba reprimindo a diversificação. Assim, ainda que essa seja a situação atual, algumas situações podem se alterar, por exemplo, a da diversidade que existe em ambos os casos, que talvez venha a se reduzir em prol dos aumentos quantitativos originados pelas demandas de mercado.

O que se constata desses elementos levantados é uma situação de maior configuração de continuidade de características em Belém-PA, pois os elementos mais fortes não se mostraram em processo de mudança, ao passo que os fracos não se desenham com potenciais de mudanças. Já em Porto Alegre-RS, os itens mais comerciais são explicitados e parecem tomar corpo e alterar um pouco algumas situações, de forma a enfraquecer a diversificação e ampliar a utilização de técnicas e maquinários, por exemplo. Além disso, também deve ocorrer o enfraquecimento da situação já mediana de simbolismo e autoconsumo em prol de renda e atendimento de demandas específicas que apresentam um foco central. Isso porque o atendimento de necessidades se dá no e para o espaço urbano, logo, voltado à recepção das demandas populacionais da capital. Essa situação, em particular, pode inclusive levar a atividade agrícola para outras cidades da região metropolitana, caso a demanda por espaço habitacional siga se expandido e adentrando seus espaços produtivos.

8.2 Reflexões e Ponderações: da Pesquisa ao Trabalho Final

Ao findar o trabalho, creio tornar-se necessário uma reflexão e a ponderação sobre possíveis falhas ou limitações que todo e qualquer trabalho enfrenta, natureza crítica de todo processo de pesquisa científica. A sua continuidade pode e será dada em publicações posteriores, no intuito de aperfeiçoar as análises e resultados aqui obtidos. Nesse sentido, é importante observar que, ao longo do processo de elaboração da produção científica, a busca pelo acerto, por vezes, acaba levando a pesquisa a um caminho complexo e pode vir a contribuir com a instauração de algumas limitações. Acerca dessa problemática, muitos pesquisadores afirmam ter levantado dados e/ou informações para além de sua demanda, o que não é incomum, muito pelo contrário, pois acaba ocorrendo com maior frequência do que se imagina e essencialmente maior do que se divulga.

Não se trata aqui de efetuar uma alegação sobre o que fora feito ou não, mas sim, uma ponderação sobre alguns aspectos que observo ao findar do trabalho que me foram um tanto custosos quando da análise (tanto em seus cruzamentos, quanto nas suas sistematizações). Essa situação decorreu do fato da atividade de campo já ter sido findada e o retorno aos locais de pesquisa ser inviável, tanto pelo aspecto financeiro, quanto pelos prazos.

Inicialmente a problemática do excedente de dados e/ou informações responde por um dispêndio de tempo que certamente impacta o indivíduo pesquisador e o universo que o

cerca, o que, não raro, acaba incidindo no custo também, os dois aspectos mais escassos de toda e qualquer situação de pesquisa. Por vezes influencia negativamente no prazo para o término do trabalho. Tão logo, assumo aqui o papel reflexivo e ponderado sobre alguns aspectos que julgo relevantes e limitantes no presente trabalho. Exponho aqui, portanto, alguns elementos limitantes que sugiro serem atentados previamente por futuros pesquisadores não apenas dessa temática, mas também de outras áreas, sobretudo daquelas em que tenho alguma experiência, quais sejam Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Posteriormente, um diagnóstico de adoção metodológica de trabalhos anteriores não só é muito válido quanto pode apontar “atalhos” aos resultados posteriores. No caso do presente trabalho não foi diferente, pois a ideia inicial pautava o trabalho quase exclusivamente no âmbito quantitativo e após o diagnóstico dos procedimentos de trabalho anteriores, expandiu-se a abordagem qualitativa e foi composto o atual formato de técnicas mistas. Explico aqui algumas situações competentes a certas temáticas que, em virtude de sua difusa manifestação, acabam tendo várias composições e inúmeras facetas, o que acaba por dificultar algumas questões no âmbito quantitativo. Mas claro que apenas esse aspecto não deve desmotivar a prática de métodos quantitativos, tampouco conter a busca por uma abordagem diferenciada em áreas que fazem pouco uso de outros métodos.

Porém, a observação que faço, e que desde já coloco com um aspecto limitante na presente pesquisa, refere-se à busca por uma abordagem ampla da esfera metodológica quantitativa, tal qual se verifica nos procedimentos qualitativos. Nesse sentido, optei por ampliar as opções e permitir, por vezes, a complementação com opções ainda mais variadas, no caso “outras” situações.

Essa opção nos instrumentos de dados não configura um erro crasso, mas certamente apresenta limitações que merecem atenção. Nesse aspecto, torna-se necessário verificar as dificuldades de cruzamentos dessas variáveis, dada a quantidade de elementos presentes, o que, juntamente com uma dificuldade dos próprios atores em se “situar” na diversidade por trás das opções expressas nos instrumentos de coleta de dados (pois os mesmos, não raro, não possuem conhecimento prévio da temática e tampouco da teoria empregada), pode-se ter uma dificuldade insurgente que leva o autor a não conseguir ou a se situar de forma limitada ao buscar a configuração do “o que é?”; “quem é?”; “como é?”; “de que forma é?”; “quando foi ou é?”; dentre outras indagações que se faça ou se busque no âmbito do exame analítico do(s) autor(es).

Acerca dessa problemática, no trabalho em questão, a posteriori do campo presenciou-se, em muitos pontos, a presença emergente da amplitude de alternativas e, por conseguinte, uma dificuldade ao sistematizar o desenho dos quadros em questão. Assim, em muitas situações, recorreu-se à ampliação do uso do ferramental qualitativo, frente às dificuldades impostas pela difusão de alternativas quantitativas. A abordagem de áreas distantes também impediria a retomada do trabalho campo, sobretudo em virtude dos custos e do tempo necessário ao campo em particular e ao contato com os agentes.

Por fim, analiticamente os pontos propostos foram obtidos, mas, por vezes, não foram buscados via ferramental quantitativo e, às vezes, não foram compostos na totalidade do uso misto de métodos. Assim, aconselha-se para estudos posteriores, mesmo com áreas bastante díspares e pluriativas que não se amplie demasiadamente as alternativas, onde principalmente a incidência de expansão em muitas opções acaba colocando em relevo essa problemática e dificultando a discussão dos resultados e a consequente obtenção daqueles que sejam capazes de responder aos objetivos específicos. Essa situação, por consequência, afeta o objetivo geral e leva o pesquisador a buscar as respostas sob outros vieses, o que, no presente trabalho, foi possível via instrumentos qualitativos, que foram as entrevistas e o diário de campo.

9 CONCLUSÕES

Neste capítulo que finda a Tese, serão apresentados alguns elementos que sintetizam os que foram abordados ao longo do trabalho, muitos dos quais já foram expostos com maior profundidade no curso do compêndio, capítulo esse que visou trazer estruturadamente um esboço comparativo das atividades em sua materialização socioeconômica nos espaços das duas capitais pesquisadas, ou seja, Belém no estado do Pará (ao norte do Brasil) e Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul (ao sul do Brasil).

Primeiramente nesta abordagem final, considero pertinente uma manifestação acerca da complexidade em que se constitui o estudo dessa temática, quer seja pelas distinções das áreas, quer pela diversidade de manifestações de Agricultura Urbana. Além disso, a primeira e principal questão destacada já demonstra a presença do rural e dos “mundos” ruralizados na face urbana, tanto em situações oficializadas via poder público, onde foram presenciadas atividades agrícolas e características tipicamente rurais de forma clara e manifesta, ou então em áreas transitórias e reproduções de locais voltados a peculiaridades rurais.

Um aspecto a ser salientado é a temporalidade, pois grande parcela das produções agrícolas que se verificam no território físico urbano não é recente, ou muitas vezes quando o é, na verdade retorna aos papéis que já desenvolvia no passado (passado muitas vezes recente). Assim, é importante ter em mente que a existência da atividade agrícola urbana não se refere a uma atividade materializada no espaço recentemente, já que a utilização da terra para fins estritamente urbanos, na maior parte do país, data de pouco mais de meio século e, ainda assim, em áreas bastante restritas, das quais a maior parcela não apresenta a Agricultura Urbana aqui pesquisada.

Tão logo, os cultivos recentes possuem algum laço de origem rural, seja por parte dos atores (produtores) que migraram do interior, seja pela função que a(s) propriedade(s) já vinha desenvolvendo ou desenvolvia anteriormente. Assim, são poucas aquelas produções realmente novas, que quando verificadas atendem a perspectivas de mudanças, essas que podem ser demandas por quesitos pessoais dos produtores ou por oportunidades latentes que se manifestam no cotidiano contemporâneo (que muitos denominam de Sociedade Pós-Moderna¹¹⁴).

¹¹⁴ Principalmente no que se refere ao consumidor, Cachinho (2006, p. 33) faz a seguinte exposição sobre o termo: “[...] a metrópole contemporânea se pode caracterizar, essencialmente, como um centro de consumo.

Não obstante, os atores expressaram, em suas atividades, atenções diferenciadas quanto às estratégias de reprodução social ou projetos futuros, onde explicitaram preocupações que tangenciaram várias temáticas abarcando temas diversos, expressos em segurança alimentar, agroindústria, políticas públicas, agroecologia e sustentabilidade no ambiente urbano, dentre outras. A todos esses assuntos, sugere-se pesquisas futuras, visando aprofundar as diversas temáticas em suas relações com a Agricultura Urbana, bem como se considera importante inferências mais incisivas e pontuais sobre as situações apontadas, de modo que se possa compreender de forma mais integral situações tratadas na presente pesquisa (até pela extensa abordagem de duas capitais brasileiras).

Ao encontro desses anseios, as práticas da Agricultura Urbana permitem observar que os espaços/territórios produtivos ainda são fortemente impactados por soluções que atendem situações emergenciais momentâneas. Sobre essa problemática, salienta-se que apenas com planejamento e ações a longo prazo, com respostas prontamente oferecidas, assim que os problemas venham à tona, será possível a projeção da atividade perdurando positivamente no âmbito socioeconômico das propriedades, sem oscilações.

Em muitas situações, o que se viu são produções que, ainda que existentes há um tempo mais amplo, podem se apresentar como uma situação transitória, onde as adequações podem levar a mudanças na ou da propriedade. Quanto a essas, alguns casos apontam para a ameaça de manutenção futura. De qualquer forma, é inegável que a maioria esmagadora das produções visualizadas cumpre um papel socioeconômico fundamental como atividade capaz de suprir necessidades (como alimentação e renda), mesmo com questionamentos sobre o futuro da produção tal qual se encontrava no momento da pesquisa.

Esses aspectos são fundamentais diante de determinadas carências alimentares ou dependência de quantidades e preços expostos ao consumidor, sobretudo num cenário de crescimento populacional para o Brasil nos próximos anos e não diferente para os estados do

Consumo que é elevado ao estatuto de espectáculo pelos diferentes actores urbanos. Enquanto centro de consumo, a metrópole pós-moderna alimenta-se de dois tipos de paisagens: a cityscape, o ambiente construído ou a arquitectura física da cidade, e a mindscape, as paisagens interiores, ou da alma, produto da espacialidade das práticas quotidianas. As primeiras fornecem os palcos e os cenários necessários à representação dos consumidores, as segundas escrevem os textos que servem de guião à representação [...] na sociedade urbana pós-moderna, os consumidores se tornaram, simultaneamente, espectadores e actores [...] persona implicada na representação e nas experiências de consumo, transformaram-se na figura de consumactores [...] pela sua condição de viajante contemplativo, empenhado em obter prazer estético na experiência superficial das intensidades e no fluxo das imagens, o consumactor transita, deambula, passeia-se por múltiplos palcos [...] Feitos de simulações, arranjos cenográficos, jogos de sedução e possibilidades [...] o espectáculo e a representação.

Pará e do Rio Grande do Sul. Mesmo diante dessas projeções, as produções parecem não apresentar um movimento preciso e contínuo, sob o qual seja estabelecida de forma mais clara a compreensão de qual será(ão) o(s) papel(is) dessa atividade num futuro próximo e quais serão os desencadeamentos na realidade dos atores envolvidos nessa realidade produtiva.

Por hora, parece impossível traçar um perfil preciso e constante, pois os questionamentos são muitos e as variáveis inconstantes, mas, desde já, considero como objetivo atingido poder demonstrar a sua validade e sua relevância, que parece ainda subtilizada diante dos potenciais produtivos (principalmente se levadas em conta às áreas físicas restritas em que ocorrem os cultivos).

Outro aspecto importante de ressaltar é que a expansão urbana atual no Brasil, assim como em grande parte do mundo apresenta “pressões” sobre as atividades de Agricultura Urbana, não apenas por construções residenciais e prediais, mas também por especulações imobiliárias. Comportamentos verificados nessas atividades demonstram que, quanto mais atrelada ao mercado, maior é a tendência de migrar para áreas metropolitanas próximas, ao passo que as produções mais focadas no autoconsumo apresentam maior identidade local e inclinação à permanência do núcleo produtivo.

Como exemplo desses avanços do urbano *latu sensu* sobre áreas produtivas, a atividade agrícola na capital sulina apresentou-se muito mais propensa à extinção, muito em razão de ações como projetos imobiliários que já vem sendo efetuados, mas também em virtude das possibilidades que sua região metropolitana de acesso permite. Ao possibilitar maiores facilidades no tocante ao acesso e diante de um mercado estabelecido com rendimentos interessantes sobre os produtos agrícolas, a venda das terras nos locais atuais pode oportunizar ganhos superiores de área em porções próximas à capital na região metropolitana.

Tratando especificamente das cidades abordadas, é possível afirmar que as práticas agrícolas em Belém e em Porto Alegre se manifestam em limites territoriais físicos delimitados como urbanos. Em termos de agricultura urbana, observam-se espaços cultivados tanto em áreas mais centrais quanto em espaços mais periféricos do território, de forma que quando observado nos espaços mais centrais, os mesmos ocorrem em pequenos cultivos, ao passo que quanto mais externos à área central, os cultivos adquirem maiores proporções.

São diversas as situações observadas nos cultivos, variando em função do tamanho da área e do foco produtivo, mantendo sempre alguma preocupação com o autoconsumo,

preocupação essa mais latente nas produções belenenses, uma vez que em Porto Alegre existe uma preocupação comercial maior. Em muitos casos as produções se voltam para nichos de mercado, que vinculam a produção e sua dinâmica organizacional do espaço a um comprador em particular dos produtos (empresas, redes de supermercado, mercados institucionais ou mesmo a venda direta).

Muitos desses nichos de mercado se constituem em demandas contemporâneas, nas quais as oportunidades oferecidas para produtos diferenciados (como orgânicos ou agroecológicos, em feiras ou mesmo nos supermercados convencionais) atendem a demandas específicas dos consumidores urbanos, sem as quais não existiriam, ou seja, emergem consumos bastante singulares, que estão voltados a atender quesitos como qualidade do produto, referência do produtor, preocupação ambiental, dentre outros aspectos. O fato é que esses novos canais representam uma situação diferenciada, na qual os produtos agrícolas se inserem, e que os produtores podem aproveitar para aumentar a sua comercialização e/ou ampliar seus rendimentos.

As vendas diretas foram observadas principalmente na capital sul-riograndense, onde as feiras possibilitam desde a venda de produtos convencionais até produtos com determinados valores agregados, como orgânicos, ou com alguma transformação envolvida (dependendo do foco da feira). Na situação de Belém-PA, destacam-se situações pontuais como produto vinculado a multinacional, por exemplo, o que agrega renda, mas impactou, em parte, a produção hortigranjeira dos atores envolvidos.

A maior parte dos produtores observados apresenta autonomia em sua produção, ainda que organizados em distribuição ou comercialização, com exceção do caso da produção destinada à multinacional anteriormente citada. A diferença em relação a essa autonomia se dá no âmbito dos produtos assinalados como principais nos cultivos dos agricultores urbanos. A capital Belém tem sua produção pautada na valorização de cultivares peculiares, são produtos tradicionais do local/região, assim como raramente utilizam produtos químicos e contam com escassos ou mesmo nenhum maquinário. Além disso, a mão de obra empregada também é pouca, sendo raros os casos em que toda a família se ocupa da atividade.

Já Porto Alegre-RS, por sua vez, utiliza a autonomia muito mais para adequar as produções a demandas de mercado, de forma que raramente ocorrem cultivos de espécies características do local e, quando ocorrem, são pequenos espaços diante da área total de produção.

É pouco comum nas áreas com Agricultura Urbana, tanto no norte quanto do sul do país, a presença da pecuária. Não que essa produção consista em uma atividade recente, pois a mesma já se fez presente em diversos espaços produtivos no passado, mas o fato é que, dadas as necessidades específicas, como restrições sanitárias, carências de espaço físico ou mão de obra, a mesma só foi visualizada em maior escala em virtude de demandas específicas. Em Belém-PA, quando presente, trata-se de situação muito acanhada (uma ou duas unidades de pequenos animais). Parte desta realidade pode ser respondida pela problemática do transporte, esta enfrentada tanto em termos qualitativos (espaços e acondicionamento), quanto em aspectos quantitativos, em virtude de escassos transportes.

Os casos de pecuária em Porto Alegre-RS responderam por produtores com mercados estabelecidos, que vinculam sua produção a religiões as quais utilizam animais em seus cultos. Esses consumidores efetuam compras periódicas e em quantidades mais vultuosas, o que garante bons retornos aos produtores que comercializam os animais vivos, pois não possuem qualquer estrutura nem licença para efetuar o abate desses animais.

De forma abrangente, o que se pode afirmar sobre a Agricultura Urbana nos dois municípios pesquisados é que, independente do foco produtivo, e salvo algumas exceções a diversidade, é uma característica que marca a realidade produtiva das áreas, tendo maior manifestação em produções mais voltadas ao autoconsumo. Outro elemento que se viu é o pouco emprego de técnicas e maquinários, estes últimos que, quando presentes, foram visualizados apenas em pequenos utensílios como a enxada, por exemplo. A exceção que pode ser aqui citada refere-se aos casos de casas de pecuária na capital gaúcha, pois a necessidade de maior volume de animais exigiu maior adaptação das estruturas físicas e equipamentos nas propriedades.

Um aspecto conclusivo importante de ressaltar é a potencialidade de estudos futuros que envolvam relações da Agricultura Urbana com produções do entorno, sobretudo em relação às produções efetuadas nas regiões metropolitanas, onde, inegavelmente, existe um grande contingente de mercado consumidor e a tendência a um restrito número de produtores frente à demanda alimentar. Essas situações, na presente pesquisa, se apresentaram como uma tendência, até porque o trabalho não teve essa pretensão em seu objetivo geral e tampouco nos seus específicos e, aparentemente, essa abordagem merece maior aprofundamento. Deixo, assim, mais esse apontamento a outro(s) pesquisador(es) da temática da Agricultura Urbana, que venham a desenvolver estudos tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Por fim, destaca-se que as produções observadas mostraram-se importantes para a parcela dos produtores e também para muitos consumidores da população urbana. Mesmo quando não visualizadas como componente de renda, pode-se auferir que as mesmas contribuem para a sustentação de indivíduos e núcleos familiares. Essa realidade é de grande relevância, sobretudo no contexto recente, onde se observa um crescimento populacional em âmbito mundial, com 7 bilhões de pessoas no mundo, e um país com mais de 190 milhões de pessoas¹¹⁵.

¹¹⁵ O Brasil tem 190.755.799 habitantes, 20.933.524 a mais que no ano 2000. Desse total, a maioria são mulheres (97.348.809), e 160.925.804 viviam nas cidades. Essas e outras informações fazem parte do Censo 2010 – a maior e mais complexa pesquisa realizada nos domicílios brasileiros pelo IBGE (Censo IBGE, 2010).

REFERÊNCIAS

ABE, M. N. **Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa**. 110f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ADALBERTO MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme; MANOEL DE MELO, Lenivaldo; MACHADO MAIA, Cláudio. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. (Série Educação a Distância).

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**. Um manual de metodologia. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989.

ALMEIDA, J. A.; SOUZA M. de. Multifuncionalidade dos espaços rural e urbano: reflexões iniciais. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. 2003. p. 193 - 214.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. **Belém**: Secretaria de Coordenação e Gestão, v.11, 2006.

ALVES, A. F. Boca invisível - incerteza, risco e confiança na rede de produção e consumo. In: CASARIL, K. B. P. B.; PLEIN C. (Orgs). **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar**. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2005. p. 79 - 90.

AQUINO, M. C.; ASSIS. Análise e diagnóstico de parques urbanos em Maringá (PR). **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. X, n. 1, p. 137-150, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>>. Acesso em: 17 de fev. de 2012.

ARARA. **Cupuaçu**. Disponível em: <<http://www.arara.fr/BBCUPUACU.html>>. Acesso em 26 jan. 2012.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. 197 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. [s.n.] Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BARATA, L. E. S. A economia verde - Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paula, v. 63, n. 3, 2012. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 set. 2014.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARROS, C. De rural a rururbanos: transformaciones territoriales y construcción de lugares al Sudoeste del área metropolitana de Buenos Aires. **Scripta Nova**, Uberlândia, v. 51, n. 45, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-52.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

BATALHA, M. O. Sistemas Agroindustriais: Definições e correntes Metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Agroindustrial: História, Cultura e Sociedade**. vol. 1. São Paulo: Atlas, 1997. p. 23-48.

BERTRAND, N.; ROUSIER, N.; BORG, D. Le rapport de l'agriculture à la ville: vers quelles proximités économiques? In: BERTRAND, N. (Org.). **L'agriculture dans la ville éclatée**. Montréal: Université de Montréal, 2010. p. 47 - 64.

BONI, S. J.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v.2 n.1 (3), janeiro-julho/2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Segmentação do turismo: marcos conceituais. Brasília: MTur, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL. **Secretaria de Assuntos Estratégicos**. SAE na mídia. Brasília: SAE, 2013. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17351>> Acesso em: 15 jan. 2015.

CACHINHO, H. Consumactor: Da condição do indivíduo na cidade Pós-Moderna. **Finisterra**. Portugal, v. XLI, n. 81, p. 33-56. 2006. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_02.pdf>. Acesso em: 17 de ago. de 2015.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, H. L. A Modernização em Porto Alegre e o Majestic Hotel. In: ÁVILA, M. de F. (Org.). **Porto Alegre: Dissertações e Teses**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996. p. 65-72.

CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. A segurança alimentar e a fome no Brasil: contribuição ao debate. In: CASARIL, K. B. P. B.; PLEIN C. (Orgs). **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar**. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2005. p. 11 - 28.

CAVALCANTI, A. de S. As Vilas Rurais do Paraná: Experiência em Assentamento Planejado. **Diálogos & Saberes**. Mandaguari, v. 5, n. 1, p. 81-92, 2009. Disponível em: <<http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/view/41/26>>. Acesso em: 10 de jan. de 2011.

CAMINHOS RURAIS. **Início**. Disponível em: <<http://www.caminhosrurais.tur.br>>. Acesso em 11 fev. 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Região e Organização Espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

CORIO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CENTRO DE APOIO A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-CAAUP/RMB. **Relatório de Execução-Edital MDS/SESAN 05/2008**. 2010. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pretext Hall, 2002.

CITTADINI, R.; GONZÁLEZ, N.; GONZÁLEZ, V.; CARROZZI, L.; GÉNOVA, F.; PORTA, J. La agricultura urbana como herramienta ante el proceso de marginación y exclusión em la ciudad de Mar del Plata, Argentina. In: **Anais do VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural**. Porto Alegre, novembro de 2002. p. 472 - 478.

CMI BRASIL. Mídia Independente. **Experiências brasileiras com semente crioula**. 2004. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/05/280782.shtml>>. Acesso em 15 fev. 2013.

CONTERATO, M.; FILLIPI, E. E. **Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).

COUTINHO, M. N. **Agricultura Urbana: Análise e Reflexão Sobre os Marcos Legais e Normativos do Município de Belo Horizonte**. 113 p. Monografia (Bacharel em Geografia) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**. Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ NETO, O. **O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação**. In: MINAYO, M. C. de S. (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p 51-66.

CTP. Importância do vazio sanitário nos sistemas de criação de frango de corte.

Disponível em: <<http://www.cpt.com.br/noticias/importancia-do-vazio-sanitario-nos-sistemas-de-criacao-de-frango-de-corte>>. Acesso em 02 fev. 2014.

CUBA LIBERDADE. Agricultura Urbana. **FAO destaca programa cubano de agricultura urbana.** s/d. Disponível em: <<http://cubaliberdade.blogspot.com.br/2011/10/fao-destaca-programa-cubano-de.html5895>>. Acesso em 08 fev. 2013.

DA ROS, C. A. A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos. **NERA**. Presidente Prudente, a. 11, n. 13, p. 47-82, jul.-dez./2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/13/9_da_ros_13.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2011.

DAVID, A. A. et al. Informação nutricional de alimentos e segurança alimentar. In: CASARIL, K. B. P. B.; PLEIN C. (Orgs). **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar**. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2005. p. 135 - 146.

DELGADO, G. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural. O Plano safra 2003-2004 e o Plano Nacional de Reforma Agrária. In: ROCHA, M. da. **Segurança Alimentar**. Um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. p. 65 - 74, 2004.

NAVE, J. G. O rural e os seus duplos. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Orgs.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta. p. 129-148. 2003.

DESLANDES, S. F. O **Projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In: MINAYO, M. C. de S. (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p 31-60.

DIAS, C. S.; DIAS, S. I. S. **Urbano e Regional: Ensaio Acadêmicos do CAUFAG 2008**. Belém: História, Urbanismo e Identidade. 2007. Cascavel: Smolarek Arquitetura. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/professores/solange/PRODUCAO%20CIENTIFICA/5%BA%20ECC I/BEL%C9M%20DO%20PAR%C1%20-%20Caio.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2012.

DOMESTICA ECLESIA. **Início**. Disponível em: <<http://domesticaecclesia.blogspot.com.br/2013/11/sao-roque-gonzales-e-companheiros-ou-os.html>>. Acesso em 02 ago. 2014.

DOWBOR, L. Notas sobre governabilidade. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Mercado das Letras, 1996. p. 93-108.

DO CARMO, L. F. Z. **Agricultura urbana na cidade de Rio Branco, Acre**: caracterização, espacialização e subsídios ao planejamento urbano. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2006.

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5 - 32, 1980. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.2/a1.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

EDITORES DO PUBLICATIONS INTERNATIONAL. UOL. **Como desenhar paisagens**. Disponível em: <<http://lazer.hsw.uol.com.br/como-desenhar.htm>>. Acesso em 20 jan. 2012.

FAO. Selecte issues: urbana agriculture: na oxymoron? In: **The state of food and agriculture**. Food Security: some macroeconomic dimensions. Rome: FAO, 1996.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura Urbana: discutindo algumas das engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Campo-Território: Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/111/66>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

FLORES, M.; RELLO, F. **Capital social**: virtudes y limitaciones. In: Conferencia Regional sobre Capital Social y Pobreza, CEPAL y Universidad del Estado de Michigan, realizado em Santiago de Chile, de 24 a 26 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://socinfo.eclac.org/prensa/noticias/comunicados/8/7918/flores-relo.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

FONTOURA, L. F. M. A relação campo-cidade como método. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (Orgs.). **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 269-284.

FROIE GRÁS COM DENDÊ. Maxixe. Disponível em: <<http://foiegrascomdende.blogspot.com/2011/05/maxixe-revista-muito-receitas.html>>. Acesso em 26 jan. 2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALEAZZI, M. A. M. A Segurança Alimentar e os Problemas Estruturais de Acesso. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas: Mercado das Letras, 1996. p. 103-156.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/467.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito**. Teoria e prática. 3. ed. Oeiras: Celta, 1997.

GOODMAN, D. et al. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GORENSTEIN, S; NAPAL, M.; OLEA, M. Territorios agrários y realidades rururbanas. Reflexiones sobre el desarrollo rural a partir del caso pampeano bonaerense. **Revista EURE**, Santiago do Chile, v. 33, n. 100, p. 91-113, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612007000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 fev. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. Palestra de encerramento to III Seminário do Rurbano. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. G. da. (Orgs). **O novo rural brasileiro**. Novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 211-216.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. **Turismo em áreas rurais**: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas: Papirus, 2000. p. 15-62. (Coleção Turismo).

GRIZA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, v. 46, p. 481-515, 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/61247/2/v46n2a08.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

GRUPO PET-GEOGRAFIA. As Transformações Territoriais e seus agentes como elementos geradores de Mobilidade Populacional no bairro Vila Nova em Porto Alegre/RS. **ParaOnde!?**. Porto Alegre, v.1 n.1, julho-dezembro/2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22063/12816>>. Acesso em: 10 de novembro de 2010.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. A ligação rodoviária Norte-Sul: Sonhos e Realidade. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. da UFPA, v. 1, 2004. p. 35-40.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a Fronteira**. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. da UFPA, v. 1, 2004. p. 41-73.

IGNARRA, L. R. **Dinâmicas dos eventos turísticos e seus impactos na hotelaria paulistana**. 252 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 de nov. de 2010.

_____. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 de nov. de 2010.

_____. **SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 de nov. de 2010.

IZQUIERDO, J.; GRANADOS, S. Agricultura urbana y periurbana como alternativa para mejorar la calidad de vida de las familias vulnerables: respuesta al alza de los precios de los alimentos. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **Políticas de reemplazo de importaciones agrícolas**. Santiago: FAO, 2009.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

KOZENIESKI, E. de M. **O rural agrícola na metrópole**: o caso de Porto Alegre/RS. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LIMA, R. de S.; JÚNIOR, J. F. C.; D'AMICO, A. R. Segurança Alimentar e sustentabilidade ecológica e social: o caso da extração ilegal e produção clandestina do Palmito-Juçara (*Euterpe edulis*) no Parque Nacional do Iguaçu. In: CASARIL, K. B. P. B.; PLEIN C. (Orgs). **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar**. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2005. p. 147 - 162.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, n. 1, ano 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 71-91. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/7/6>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

LINDNER, M.; WANDSCHEER, E. A. R. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 147-165, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11960/6986>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

LOEBENS, B. J. **Economia agrícola familiar e a centralização do capital**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

MACHADO, F. L.; ABRANCHES, M. Caminhos limitados de Integração Social. Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Lisboa, n. 48, p. 69-91, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a06.pdf>>. Acesso em: 27 de dez. de 2014.

MACHADO; A. T.; MACHADO, C. T. de T.; **Agricultura urbana**. Planaltina: EMBRAPA, 2002. (Documentos, 48).

MADALENO, I. R. **A cidade das mangueiras**: agricultura urbana em Belém do Pará. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MARTIN, S. Multifonctionnalité de l'activité ou multi-usage de l'espace: vers une << tertiarisation >> de l'agriculture. In: BERTRAND, N. (Org.). **L'agriculture dans la ville éclatée**. Montréal: Université de Montréal, 2010. p. 65 - 76.

MARTÍNEZ, P. Z.; ESTEBAN, J. M.; MORA, O. F. Concepciones Teorico-Methodologicas para el Analisis del Medio Ambiente la Agricultura. In: **Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito, Ecuador, novembro de 2006. p. 1 - 19. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.alasru.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2011%2F12%2F14-GT-Pablo-Zaldivar-Mart%2523U00ednez-Joaqu%2523U00edn-Medina-Esteban-Omar->>

.doc&ei=eN4tVbnKBMecNu3agLAG&usg=AFQjCNH3Kg0Mwp5LivCKy0ZfgX2u5RGa8w>. Acesso em: 22 de nov. 2014.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAXIMILIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'E GA**. Curitiba, n. 8, p. 83 - 91, 2004.

MAXWELL, D.; LEVIN, C. Does urban agriculture help prevent malnutrition? Evidence from Kampala. In: **Food Policy**. Grã-Bretanha, Vol. 23, n. 5. 1998. p. 411 - 424.

MEDEIROS, R. M. V. Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Orgs.). **Territórios e diversidades latino-americanas e francesas**. 2011. p. 67 - 78.

MELLO, P. F.; MIELITZ NETTO, C. G. A. O assentamento rururbano e a reforma agrária na atualidade brasileira. In: 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Riberão Preto (São Paulo). **Palestra**. 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/439.pdf>>. Acesso em 10 de jan. 2012.

MELO, O. do C. **O lugar e a comunidade na ilha de Cotijuba-PA**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2010.

MENEZES, E. M. da S.; TORRES, A. T.; SRUR, A. U. S. Valor nutricional da polpa de açaí (*Euterpe oleracea* Mart) liofilizada. **Acta Amazônica**. Manaus, v. 38, n. 2, p. 311-316. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v38n2/v38n2a14>>. Acesso em: 17 de abr. de 2015.

MIGUEL, L. de A. Heterogeneidades do espaço rural da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A. SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 181 - 194.

MISSÃO BRASIL BELÉM. **Pará Grafical**. Disponível em: <http://www.mission.net/brazil/belem/page.php?pg_id=4182>. Acesso em 30 jan. 2012.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MONDARDO, M. L. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11849/6935>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana: concepto y definición. **La Revista Agricultura Urbana**. Vol. 1, julho de 2000. Disponível em: <<http://www.ipes.org/aguila>>. Acesso em 10 mar. 2008.

_____. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER, M., DUBBELING, M., SABEL-KOSCHELLA, U., ZEEUW, H. (Orgs.). **Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**. DSE, Feldafing, Germany, 2000, p. 1-42.

MURADÁS, J. **A Geopolítica e a Formação Territorial do Sul do Brasil**. 328 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NABARRO, S. A.; SUZUKI, J. C. A renda da terra nos autores clássicos. In: **Encontro Nacional dos Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças**, XVI, Porto Alegre, 2010. Anais... Porto Alegre: ENG.

NAVE, J. G. O rural e os seus duplos. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Orgs.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta. p. 129-148. 2003.

NEVES, D. P. A luta pela redefinição do acesso aos fatores de produção. In: ANGELO-MENEZES, M de N.; NEVES, D. P. (Orgs.). **Agricultura familiar**. Pesquisa formação e desenvolvimento. Belém: Ed. da UFPA/NEAF, 2004. p. 26-32. (Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura Familiar).

NYGAARD, P. D. **Planos diretores de cidades: discutindo suas base doutrinária**. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, F. L. de. Vitruvius. **Arquitextos**. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3433>>. Acesso em 20 jan. 2012.

OLIVEIRA, F. L. de. A Margem e o Centro na Produção do Urbano na Amazônia. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade**. Belém: Ed. do NAEA, 2010. p. 33-48.

OLIVEIRA, A. E. M. de. **Quintais agroflorestais em Assentamentos de reforma agrária na Ilha de Mosqueiro Região Amazônica**. 2010. 68f. Monografia (Graduação em Tecnologia em Agroecologia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Lapa, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO. **Agricultura Urbana e Periurbana como ferramenta para a segurança alimentar e o desenvolvimento territorial**. Santiago do Chile, 2009. CD-ROM.

ORNELLAS, L. H. **A alimentação através dos tempos**. 4. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2008.

PEREIRA, J. C. M. A Urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia**. Diferentes Olhares em Perspectivas. Belém: Ed. da UFPA, 2006. p. 23-54.

PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. In: **Revista Qualidade de Vida**. Ano 2, n. 11. Abril de 2000. São Paulo. p. 01 - 04.

PEREZ, A. S. (Coord.) **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PESSOA, C. C. **Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria - RS**. 2005. 82f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

PESSOA, C. C.; SOUZA, M. de; SCHUCH, I. Agricultura urbana e segurança alimentar: estudo no município de Santa Maria - RS. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, número 13, v. 1, p. 47 - 64, 2003.

PLANTAS MEDICINAIS & FITOTERAPIA. Arqutextos. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.120/3433>>. Acesso em 20 jan. 2012.

POMERODE NEWS. **Embrapa cria plantas de Alface**. Disponível em: <<http://pomerodenews.blogspot.com.br/2013/12/embrapa-cria-plantas-de-alface-com.html>>. Acesso em 02 fev. 2014.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Açaí: benefícios do suco, fruta e da polpa de Açaí. Disponível em: <<http://www.plantasmedicinaisfitoterapia.com/plantas-medicinais-acai.html>>. Acesso em 26 jan. 2012.

PORTO ALEGRE. **Agricultura Urbana: Orientações para a formulação de políticas municipais**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003.

_____. Centro De Pesquisa Histórica. Secretaria Municipal Da Cultura. **Breve História de Porto Alegre**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_de_porto_alegre.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2014.

_____. Secretaria do Planejamento. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental: Lei Complementar 434/99**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1999.

PORTO ALEGRE ANTIGO. O maior presente. **Dos antepassados ao século XXI - A maior história de Porto Alegre em ordem cronológica**. Disponível em:

<<http://lealevalerosa.blogspot.com.br/2010/05/parque-da-redecpcao.html>>. Acesso em 04 set. 2014.

PRIEB, R. I. P. **A pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Ed. da FEEVALE, 2013.

QUE TAL VIAJAR. **Ficha de Belém - Pará**. Disponível em:

<<http://www.quetalviajar.com/guia-de-viagem/previsao-do-tempo>>. Acesso em 30 jan. 2012.

RECHENBERG, F. **“Vamo falá do nosso Lami”**: Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva, Cotidiano e Meio Ambiente no bairro Lami, Porto Alegre. 223 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RÉMY, J. Le rural et l’urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/champagne. **Espaces et sociétés**, Paris, n. 72, p. 31-47, 1993.

RIBEIRO, A. P. **Análise da percepção socioambiental dos moradores do entorno quanto à criação do Parque Morro São Pedro**. 64 f. Monografia (Graduação em Geografia Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESE, A. D. Agricultura Urbana. **Rural Centro**. Brasília: EMBRAPA, s/d. Disponível em: <<http://www.ruralcentro.com.br/Sistema/Noticias.aspx?ID=5895>>. Acesso em 10 jun. 2009.

ROSSATO, M. S.; DA SILVA, D. L. A reconstrução da paisagem metropolitana de Porto Alegre: o tempo do homem e a degradação ambiental da cidade. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A. SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 107 - 124.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

_____. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANCHEZ, H. A. La agricultura en las ciudades y su periferia: un enfoque desde la Geografía. **Investigaciones Geográficas**, abril, n. 53. Distrito Federal, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 98-121.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e suas diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO; Secretaria de Segurança Alimentar-SESAN, jun. 2007. Não paginado. Disponível em: <www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100>. Acesso em: 15 de nov. 2011.

SANTANDREU, A.; MERZTHAL, G. Agricultura Urbana e sua Integração em Programas e Políticas Públicas: A Experiência do Brasil. In: ARANHA, A. V. (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 3, 2010. p. 145-157. Disponível em: <<http://segalinut.com/tag/agricultura-urbana-e-periurbana/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **A totalidade do diabo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A urbanização desigual**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009a.

_____. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009b.

_____. **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009c.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Testamento intelectual**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS M. A. S. dos.; SILVA, M. Y. C. da. Agricultura Urbana e Periurbana na região metropolitana de Belém: um estudo exploratório com produtores de hortaliças no município de Marituba. **Produção Científica**. 2010. Disponível em: <<http://www.unama.br:8080/Colunas/ServletVerArquivo?idColuna=301>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHUMPETER, J. P. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCOLA, R. Taxa de desemprego no Brasil fica em 4,9% em setembro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 out. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/10/taxa-de-desemprego-no-brasil-fica-em-4-9-em-setembro-4627068.html>>. Acesso em: 29 out. 2014.

SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL - SETUR. **Rotas e Roteiros**. Disponível em: <www2.turismo.rs.gov.br>. Acesso em 01 ago. 2014.

SEMINIS. **Megha**. Disponível em: <<http://www.seminis.com/global/br/products/Pages/Megha.aspx>>. Acesso em 02 fev. 2014.

SILVA, D. L. M. DA; ROSSATO, M. S. A reconstrução da paisagem metropolitana de Porto Alegre: o tempo do homem e a degradação ambiental da cidade. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. (Orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2004. p. 107-124.

SILVA, S. B. e. **Belém e o ambiente insular**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2010.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 155 p.

SOUCHARD, N. L'agriculture <<périurbaine>>, emblème ou programme d'une nouvelle forme d'action publique territorialisée? L'expérience grenobloise. In: BERTRAND, N. (Org.). **L'agriculture dans la ville éclatée**. Montréal: Université de Montréal, 2010. p. 139 - 156.

SOUZA, C. F. de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

SOUZA, C. F. de; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e Sua Evolução Urbana**. 2. ed. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2007.

SPALDING, W. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

TEIXEIRA, A. R. **A Contribuição das Associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o Desenvolvimento da Atividade Turística no Espaço**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TERRA, L.; ARAÚJO, R.; GUIMARÃES, R. B. **Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2009.

TERRILE, R. **Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU**. Textotemático del Curso-Taller: “Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana”, IPES, RUAUF, Lima. 2006.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em Pesquisa Qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, n. 3, p. 20-27, set. 2009. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Urban Agriculture**. Food, jobs and sustainable cities. New York: UNDP, 1996.

VEIGA, J. E. da. **A história não os absolverá nem a geografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 47-59.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. A importância da Agroindustrialização nas estratégias de reprodução das Famílias Rurais. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, XLIV, Fortaleza, 2006. Anais... Brasília: SOBER.

WRIGHT, C. L. Método Econométrico: algumas reflexões sobre a obra pioneira de Von Thünen. **Revista de econometria**, p. 77 - 94, nov. 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/viewFile/3161/2057>>. Acesso em: 07 set. 2014.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. Turismo, planejamento e cotidiano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FOLHA EXPLICATIVA DA PESQUISA

Pesquisa:

AGRICULTURA URBANA DO NORTE AO SUL DO BRASIL: ATIVIDADE PRODUTIVA, DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL (ESTUDO EM BELÉM-PA E PORTO ALEGRE -RS)

Equipe do Projeto:

Elvis Albert Robe Wandscheer, acadêmico do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Fone: (51) 9889-8816, e-mail: elvishz@yahoo.com.br

Rosa Maria Vieira Medeiros, Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Fone: (51) 9972-8205, e-mail: rmvmedeiros@yahoo.com.br

Sr(a) Entrevistado(a):

Estamos convidando você para participar do projeto de pesquisa acima mencionado, mediante entrevista individual, em que serão registradas algumas informações.

O principal objetivo da pesquisa é identificar os distintos papéis e dinâmicas socioeconômicas da atividade agrícola nos espaços urbanos de Belém-PA e Porto Alegre-RS.

Sua identidade será mantida em caráter confidencial. Igualmente, fica assegurada a liberdade de optar pelo ingresso e continuidade no estudo, bem como a opção pela desistência, a qualquer momento, sem que sua tomada de decisão incorra em prejuízo a você. Igualmente ressalta-se a opção por não responder a qualquer questionamento efetuado em caso de desconhecimento ou desconforto.

Os resultados da pesquisa serão mencionados em publicações científicas, vinculadas à área de conhecimento que deu origem ao projeto e/ou em outras modalidades de comunicação como em congressos e eventos, de forma a socializar a informação.

APÊNDICE B - ENTREVISTA PARA O PODER PÚBLICO, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES RELACIONADAS A AGRICULTURA URBANA



**ENTREVISTA PARA O PODER PÚBLICO,
INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES
RELACIONADAS A AGRICULTURA URBANA**



BLOCO I: INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

Cargo ocupado (no poder público ou instituição): _____

Contato: _____ Data da entrevista: ____/____/____

BLOCO II: VISÕES, REALIZAÇÕES E AÇÕES

- 01) Quais foram e quais são as principais ações e áreas de atuação do Poder Público, Associações (ou Cooperativas) e/ou de instituições (locais, regionais, nacionais e internacionais)?
- 02) Quais são as características da agricultura urbana no município? Poderia descrevê-la?
- 03) Qual é a importância do rural em termos econômicos para o município?
- 04) Qual a relevância do rural em relação ao fator social no âmbito municipal?
- 05) Como o Poder Público tem estruturado seu plano diretor em relação as atividades agropecuárias no espaço urbano?
- 06) Quais são as diferenciações existentes entre os diferentes grupos ou núcleo de atores (Comunitários, Associados ou Privados) ou então agricultores (ex: aqueles de tempo parcial e integral)?
- 07) Que fatores da evolução histórica influenciaram diretamente a atividade agrícola e a ocupação laboral de sua população?
- 08) Qual a relação dos espaços agropecuários do município com o processo de mecanização da agricultura e a industrialização local, regional e nacional?
- 09) Como é vista a relação urbano-rural no município?
- 10) Qual é o nível de relação/integração das atividades agrícolas com agroindústrias?
- 11) Qual é o nível de relação/integração das atividades agrícolas com redes (pequenas, médias ou grandes)?
- 12) Quais são os impactos (positivos e negativos) da agricultura urbana no âmbito municipal?

13) Qual é a situação e a perspectiva de geração de trabalho e renda, bem como produção de alimentos dos atores inseridos na atividade?

14) A produção orgânica; a existência de feiras ou ainda a existência de mercados consumidores (locais ou externos garantidos) se constituem como um diferencial? São visualizadas localmente ou apresentam potencial para passar a integrar a realidade local?

15) Qual é a visão do poder público/instituição em relação ao espaço rural e urbano atualmente existente no município?

16) Teria mais algum elemento que gostaria de apontar em relação a abordagem da presente pesquisa?

**APÊNDICE C - ENTREVISTA PARA AGRICULTORES, JARDINEIROS E
CASEIROS ENVOLVIDOS COM A PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL**

**ENTREVISTA PARA AGRICULTORES,
JARDINEIROS E CASEIROS ENVOLVIDOS COM
A PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA**



BLOCO I: INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

Cargo ocupado (no poder público ou instituição): _____

Contato: _____ Data da entrevista: ____/____/____

BLOCO II: VISÕES, REALIZAÇÕES E AÇÕES

01) Quais foram e quais são as principais ações e atuação voltada a agricultura na área em que trabalha? Trabalha sozinho ou com mais alguém na atividade agropecuária?

02) Quais são as características da agricultura urbana para área em que trabalha? E para o município? Poderia descrevê-la?

03) Qual é a importância da prática da agricultura urbana em termos econômicos para a área em que trabalha? E para o município?

04) Qual a relevância da prática da agricultura urbana em termos sociais para a área em que trabalha? E para o município?

05) Quais são as visões dos moradores do local em relação a agricultura urbana?

06) A quanto tempo trabalha na atividade agrícola e possui a atual ocupação laboral? Que fatores histórico da sua trajetória levaram ao atual trabalho?

07) Utiliza-se algum maquinário na atividade?

08) Como você vê a relação urbano-rural no município?

09) Existe alguma relação/integração das atividades agrícolas da área com agroindústrias?

10) Existe alguma relação/integração das atividades agrícolas com redes (pequenas, médias ou grandes)?

11) Quais são os impactos (positivos e negativos) da agricultura urbana no local?

12) A produção orgânica é praticada na área de cultivo? Existe comercialização? Se sim, qual(is) é (são) o(s) mercado(s) consumidor(es)? Existiria potencial para o comercialização orgânica do produto produzido localmente?

13) Qual é a sua visão em relação ao poder público e as instituições relacionadas com a agricultura urbana no local e no município?

14) Teria mais algum elemento que gostaria de apontar em relação a abordagem da presente pesquisa?

**APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO AOS ATORES ENVOLVIDOS COM A
AGRICULTURA URBANA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL**

**QUESTIONÁRIO AOS ATORES
ENVOLVIDOS COM A AGRICULTURA
URBANA**



BLOCO I: INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____ Localidade (Distrito/Comunidade): _____

Natural do Local ou município _____ Data de realização da entrevista: ____/____/____

BLOCO II: CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES

01) Qual é a sua ocupação?

01. () Agricultor 04. () Trabalho Informal 07. () Indústria-Transformação ou Final

02. () Desempregado 05. () Serviços 08. () Indústria-Construção Civil

03. () Do Lar 06. () Indústria-Extrativa 09. () Outra: _____

Local? _____ A quanto tempo? _____

02) Os antecessores familiares moravam no campo e exerciam atividade agrícola?

01. () Sim 02. () Apenas um parentesco 03. () Não

03) Os filhos pretendem permanecer/retornar/se inserir na atividade agrícola?

01. () Sim 02. () Não 03. () Não tem

04) Número de pessoas no núcleo familiar? _____ pessoas. Quantas pessoas trabalham na produção agrícola? ____ pessoas. Quem?

01. () O respondente 03. () Filho 05. () Parceiro(a)

02. () O casal 04. () Filha 06. () Parentes. Sexo: M () F ()

07. () Membros externos. Que tipo? _____

05) Quais são as escolaridades (nível de instrução formal)?

Escolaridade	Número de indivíduos	Quem são
Sem estudo		
Fundamental incompleto		
Fundamental completo		
Médio incompleto		
Médio completo		
Superior completo		
Superior incompleto		

06) Quantas pessoas exercem atividade remunerada externa a agricultura?

01. () Todos 04. () Parente(s) 07. () Casal e Filho(s)

02. () Parceiro(a) 05. () Casal e Parente(s) 08. () Parente(s) e Filho(s)

03. () O(s) Filho(s) 06. () Casal e Filho(s) 09. () Ninguém

07) Algum membro da família recebe benefícios (aposentado, pensionista, aluguéis, locações ou outros)?

01. () Não

02. () Sim ____ pessoa(s). Qual(is) e quem é/são: _____

08) Qual é a renda média mensal da família (com base no salário mínimo vigente)?

01. () Menos de 1/2 salário 03. () Entre 1 e 2 salários 05. () Entre 3 e 4 salários

02. () Menos de 1 salário 04. () Entre 2 e 3 salários 06. () Mais de 4 salários

09) Quanto o auto-consumo representa na totalidade dos produtos da alimentação?

01. () De 5 a 10% 03. () Entre 25 e 50% 05. () Entre 75 e 90%

02. () Entre 10 e 25% 04. () Entre 50 e 75% 06. () Mais de 90% 07. () Nada

10) Quanto tempo desenvolve agricultura urbana?

01. () Não sabe/desconhece 03. () De 2 a 5 anos 05. () Entre 10 e 20 anos

02. () Menos de 2 anos 04. () Entre 5 e 10 anos 06. () Mais de 20 anos

BLOCO III: A PROPRIEDADE DA AGROPECUÁRIA

11) Qual é o tamanho de sua propriedade?

_____ metros quadrados () ou hectares (). Esta propriedade é:

01. () Própria

03. () Parceiro

05. () Comunitária

02. () Aluguel

04. () Posseiro ou Meeiro

06. () Cooperativa

07. () Outra relação. Qual? _____

08. () Não há

12) Qual a origem da propriedade?

01. () Adquirida

03. () Aquisição conjunta

05. () Comunitária. Pub. () Priv.()

02. () Herança

04. () Posseiro ou Meeiro

06. () Cooperativa. Pub. () Priv.()

07. () Ocupação

08. () Doação

09. () Outra relação. Qual? _____

13) Como descreve a organização e produção no âmbito da propriedade?

01. () Positiva. Fatores: _____

02. () Negativa. Fatores: _____

14) O que significa e como é fazer agricultura em uma grande cidade?

01. () Positivamente. Fatores: _____

02. () Negativamente. Fatores: _____

BLOCO IV: PRODUÇÃO - CARACTERIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FINALIDADE

15) A produção se destina a que finalidade?

01. () Rendimento

03. () Rendimento e Auto-consumo

05. () Doação. Pub() Priv ()

02. () Auto-consumo 04. () Auto-consumo e Rendimento 06. () Outra. Qual? _____

16) Considera satisfatório os rendimentos da produção comercializada?

01. () Sim. Por quê? _____

02. () Não. Por quê? _____

03. () Não há rendimento

17) Qual é(são) o(s) principal(is) destino(s) da produção agrícola comercializada?

01. () CEASA 05. () Consumidor final 09. () Peq. (redes) Supermercados
 02. () Feira(s) 06. () Mercado(s) local(s) 10. () Peq. e/ou Médias Agroind.
 03. () Programas Soc 07. () Grande(s) rede(s) 11. () Grandes Agroindústrias
 04. () Intermediário 08. () Não comercializa 12. () Outra. Qual? _____

18) Quantas colheitas são feitas por ano?

01. () Diária 03. () Semanal 05. () Semestral e/ou Anual
 02. () 2 vezes Semana 04. () Mensal 06. () Outra. Qual? _____

19) Existe alguma relação entre a propriedade, os produtos ou algum membro da sua família com os empreendimento(s) agroindustrial(i)s locais (próprio ou coletivo)?

01. () Sim. Qual(is)? _____
 02. () Não. Por quê? _____

03. () Não produz nenhum produto agropecuário

20) Quais são os utensílios utilizados na produção?

01. () Catana ou Facão 03. () Foice 05. () Maquinário. Qual(is)? _____
 02. () Tesoura de Poda 04. () Enxada 06. () Outro(s). Qual(is)? _____

21) Qual(s) é(são) as maiores limitações para a prática da agricultura urbana?

01. () Área 03. () Conhecimento Técnico 05. () Mercado(s)
 02. () Mão-de-obra 04. () Instrumentos/Maquinário 06. () Assoc./Cooperativa(s)
 07. () Outra. Qual? _____ 08. () Não há

22) Quais são/foram as principais transformações no espaço a partir da agricultura urbana ou com a redução da área produtiva em detrimento da área de produção?

01. () Nenhuma (já havia) 03. () Mediana (alguns aspectos) 05. () Transformadora
 02. () Pouca (manutenção) 04. () Significativa (muitos aspectos) 06. () Não sabe/desc.

23) Qual é a perspectiva socioeconômica da família em relação a área e a produção agropecuária desenvolvida?

01. () Manutenção do auto-consumo 04. () Elevação da renda
 02. () Elevação do auto-consumo 05. () Abandono da atividade
 03. () Manutenção da renda 06. () Vender ou repassar para terceiros
 07. () Outra. Qual? _____

24) Quais são os principais produtos consumidos que não são produzidos?

Tipo		Produto	Porque não produz	Gasto
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			

Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			
Agric.	Pec.			

25) Quais são os produtos da agropecuária da sua agricultura urbana?

Tipo		Produto	Forma de Produção	Auto-consumo	Comercialização	Técnica/Maquinário	Renda
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						
Agric.	Pec.						

BLOCO V: VISÃO DOS ATORES QUANTO AS INSTITUIÇÕES E AO PODER PÚBLICO

26) Como o Sr.(a) considera as ações que tem sido tomadas em relação a agricultura urbana no município?

01. () Ótima/Boa

03. () Ruim/Péssima

02. () Razoável

04. () Não Sabe/Desconhece

Questões a destacar: _____

27) E para a sua propriedade ou espaço de criação e/ou cultivo como um todo, como considera essas ações?

01. () Ótimas/Boas

03. () Ruins/Péssimas

02. () Razoáveis

04. () Não Sabe/Desconhece/Não há

Questões a destacar: _____

28) As ações voltadas a agricultura urbana tiveram diferenciações consideráveis em algum período desde que tal prática está sendo desenvolvida no municipal?

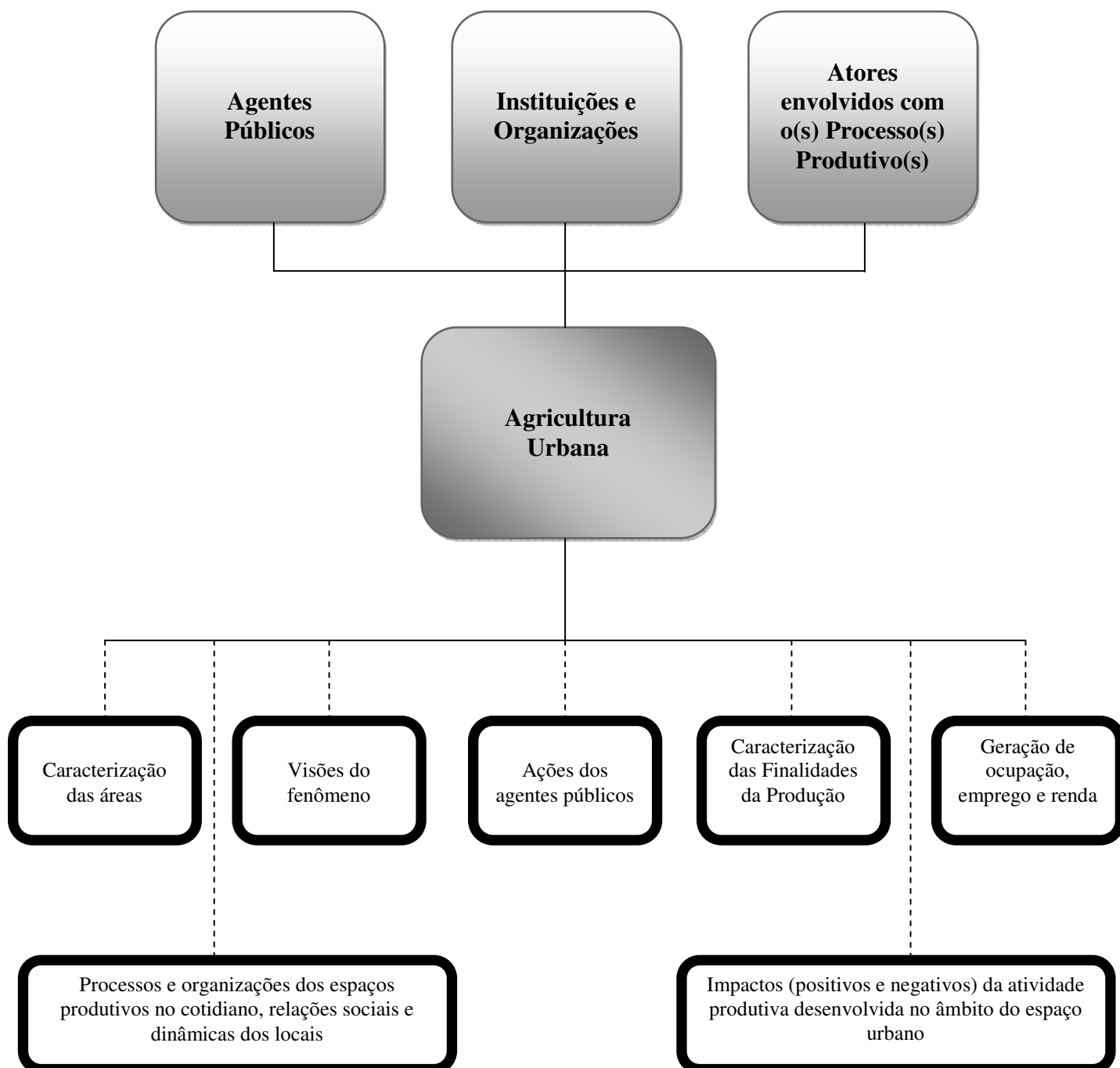
01. () Não

02. () Não Sabe/Desconhece/ Não há

03. () Sim. Em que período?

Questões a destacar: _____

APÊNDICE E - CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA O PODER PÚBLICO, ATORES ENVOLVIDOS COM O(S) PROCESSO(S) PRODUTIVO(S) E AS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES VINCULADAS A AGRICULTURA URBANA



APÊNDICE F - LISTA DE TRABALHOS ELABORADOS POR INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS SOBRE AGRICULTURA URBANA NOS MUNICÍPIOS DE BELÉM-PA E PORTO ALEGRE-RS QUE INFLUENCIARAM A DECISÃO PELOS LOCAIS DE PESQUISA

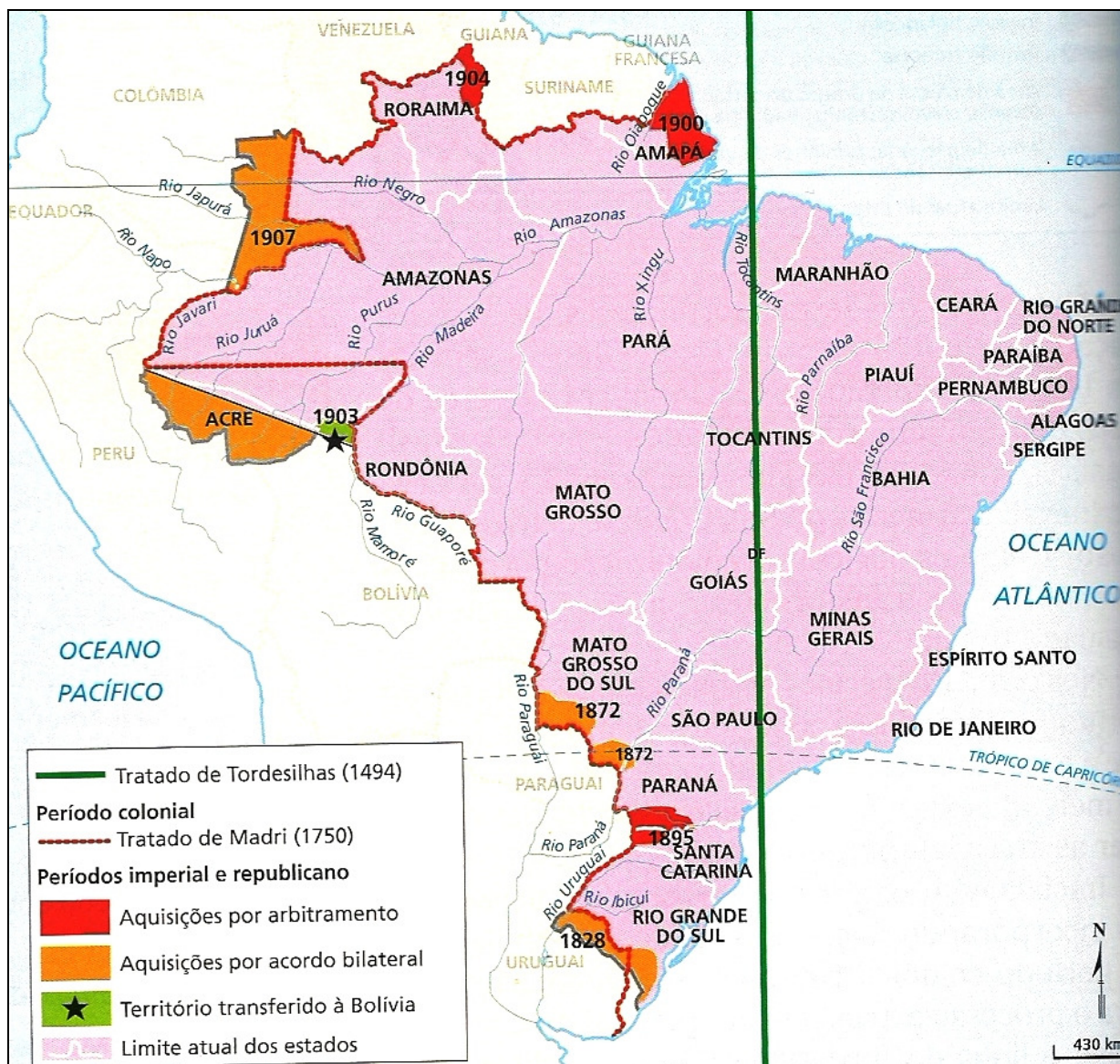
- 1) CENTRO DE APOIO A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-CAAUP/RMB. **Relatório de Execução-Edital MDS/SESAN 05/2008**. 2010. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS.
- 2) GRUPO PET-GEOGRAFIA. As Transformações Territoriais e seus agentes como elementos geradores de Mobilidade Populacional no bairro Vila Nova em Porto Alegre/RS. **ParaOnde!?**. Porto Alegre, v.1 n.1, julho-dezembro/2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22063/12816>>. Acesso em: 10 de novembro de 2010.
- 3) KOZENIESKI, E. de M. **O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS**. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- 4) MADALENO, I. R. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- 5) MELO, O. do C. **O lugar e a comunidade na ilha de Cotijuba-PA**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2010.
- 6) MIGUEL, L. de A. Heterogeneidades do espaço rural da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A. SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 181 - 194.
- 7) OLIVEIRA, A. E. M. de. **Quintais agroflorestais em Assentamentos de reforma agrária na Ilha de Mosqueiro Região Amazônica**. 2010. 68f. Monografia (Graduação em Tecnologia em Agroecologia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Lapa, 2010.
- 8) RECHENBERG, F. **“Vamo falá do nosso Lami”**: Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva, Cotidiano e Meio Ambiente no bairro Lami, Porto Alegre. 2007. 223f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- 9) SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e suas diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO; Secretaria de Segurança Alimentar-SESAN, jun. 2007. Não

paginado. Disponível em: <www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100>. Acesso em: 15 de nov. 2011.

10) SANTANDREU, A.; MERZTHAL, G. Agricultura Urbana e sua Integração em Programas e Políticas Públicas: A Experiência do Brasil. In: ARANHA, A. V. (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 3, 2010. p. 145-157. Disponível em: <<http://segalinut.com/tag/agricultura-urbana-e-periurbana/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

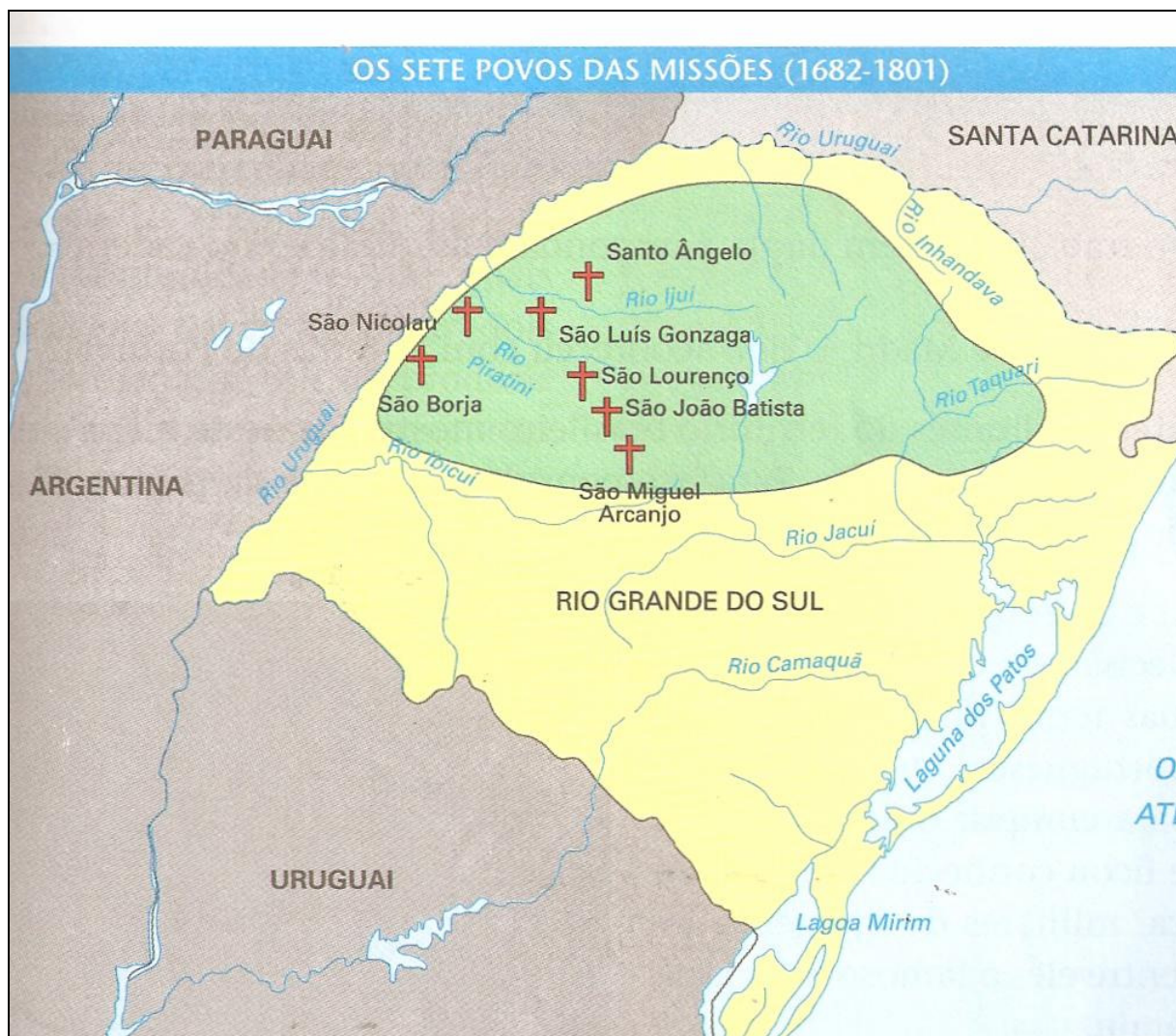
11) SANTOS M. A. S. dos.; SILVA, M. Y. C. da. Agricultura Urbana e Periurbana na região metropolitana de Belém: um estudo exploratório com produtores de hortaliças no município de Marituba. **Produção Científica**. 2010. Disponível em: <<http://www.unama.br:8080/Colunas/ServletVerArquivo?idColuna=301>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

APÊNDICE G - DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS (1494)



Fonte: Terra; Araújo; Guimarães (2009).

**APÊNDICE H - ÁREA DOS SETE POVOS DAS MISSÕES NO ATUAL
TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL**



Fonte: Domestica Ecclesia (2014).

APÊNDICE I - LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO TAPANÃ EM BELÉM-PA



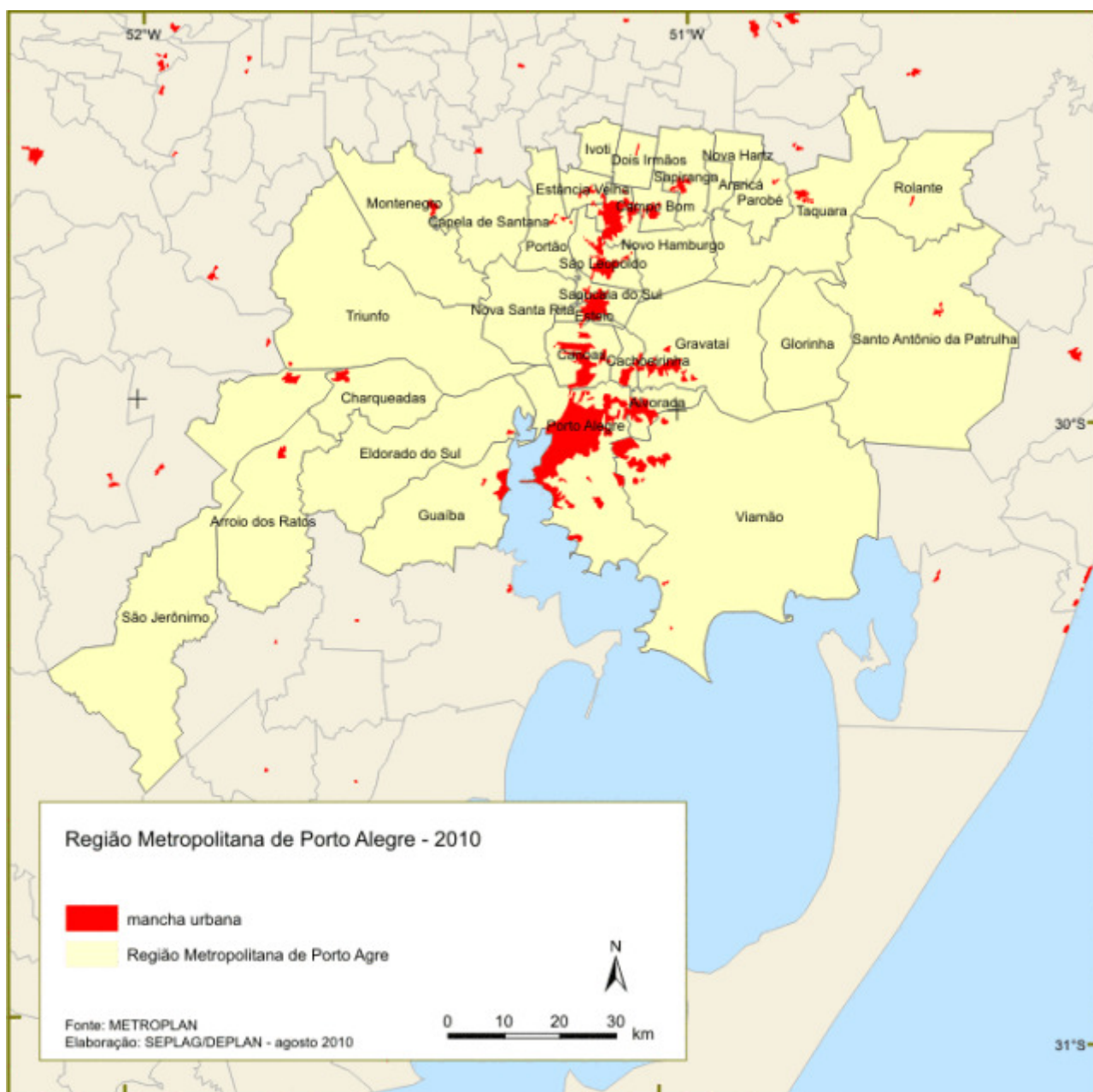
Fonte: Software Track Maker 13.9

Organização: WANDSCHEER, E. A. R.

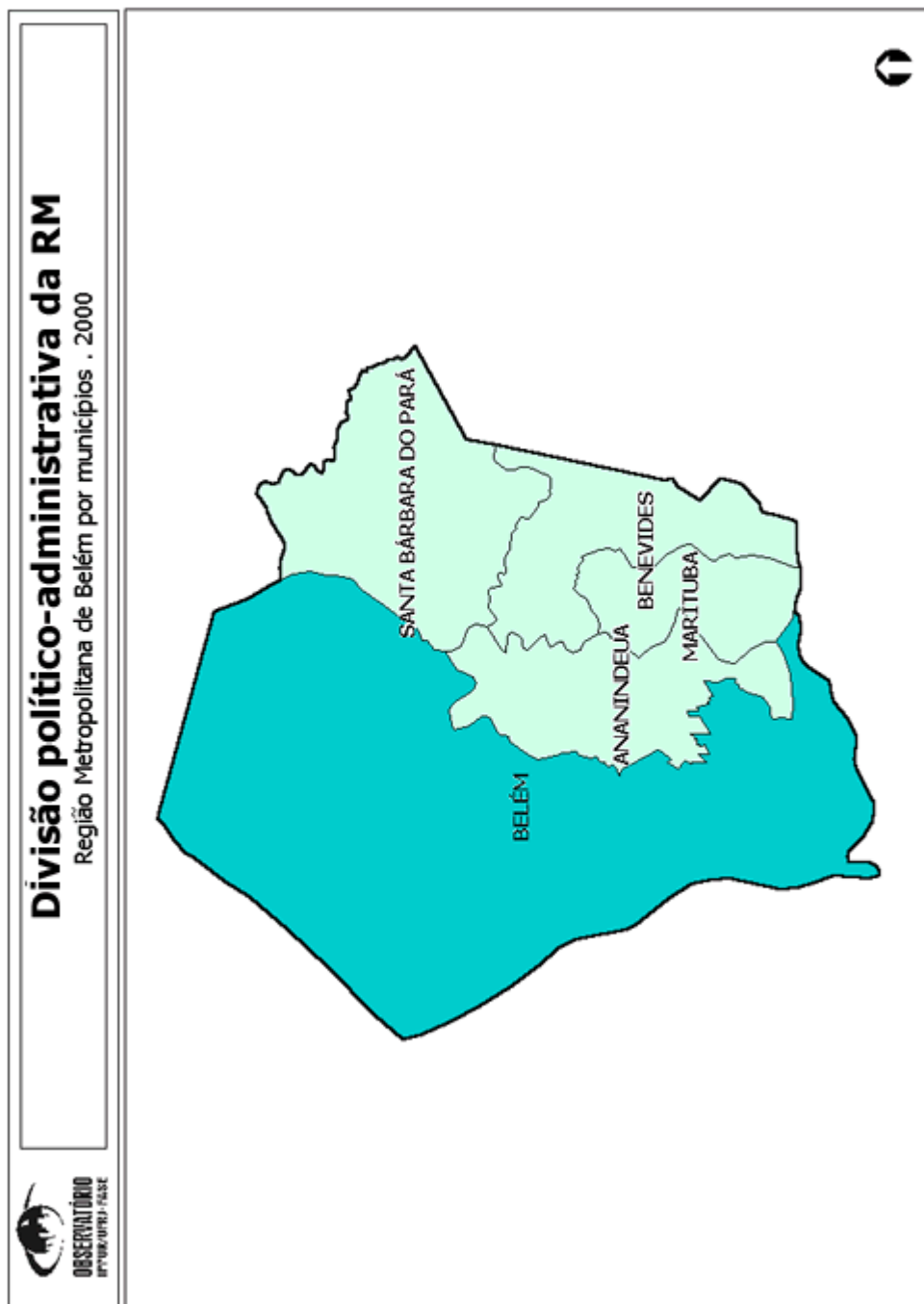
APÊNDICE J - LOCALIZAÇÃO DE BAIRROS EM PORTO ALEGRE-RS



APÊNDICE K - REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE-RS



APÊNDICE L - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-PA



**APÊNDICE M - LISTA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PRODUZIDOS E NÃO
PRODUZIDOS EM BELÉM-PA**

PRODUTO PRODUZIDO	CITAÇÕES	%	PRODUTO PRODUZIDO	CITAÇÕES	%
1-Açaí	14	45,2	43-Beterraba	1	3,23
2-Macaxera	13	41,9	44-Biribá	1	3,23
3-Cupuaçú	11	35,5	45-Calango	1	3,23
4-Maxixe	8	25,8	46-Cana-de-açúcar	1	3,23
5-Avicultura	7	22,6	47-Carambola	1	3,23
6-Carirú	7	22,6	48-Carvão	1	3,23
7-Cebolinha	7	22,6	49-Cenoura	1	3,23
8-Côco	7	22,6	50-Coentro	1	3,23
9-Couve-Flor	6	19,4	51-Chicória	1	3,23
10-Feijão	6	19,4	52-Favaca	1	3,23
11-Alface	5	16,1	53-Graviola	1	3,23
12-Cajú	5	16,1	54-Hortifrutigranjeiro	1	3,23
13-Feijão Verde	5	16,1	55-Jaca	1	3,23
14-Hortaliças	5	16,1	56-Madeira	1	3,23
15-Abacaxi	4	12,9	57-Manga	1	3,23
16-Acerola	4	12,9	58-Maracujá	1	3,23
17-Cheiro Verde	4	12,9	59-Mudas	1	3,23
18-Limão	4	12,9	60-Muruci	1	3,23
19-Príprioca	4	12,9	61-None	1	3,23
20-Pupunha	4	12,9	62-Pepino	1	3,23
21-Mandioca (Mandioca Braba)	4	12,9	63-Pimenta Vermelha	1	3,23
22-Piscicultura	4	12,9	64-Plantas Medicinais	1	3,23
23-Abacate	3	9,68	65-Plantas Ornamentais	1	3,23
24-Banana	3	9,68	66-Taperebá	1	3,23
25-Farinha	3	9,68	67-Urucú	1	3,23
26-Goiaba	3	9,68	68-Uxi	1	3,23
27-Milho	3	9,68	69-Jiló	1	3,23
28-Arroz	2	6,45	PRODUTO NÃO PRODUZIDO	CITAÇÕES	%
29-Bacaba	2	6,45	1-Arroz	19	61,3
30-Fruticultura	2	6,45	2-Carne Gado, Suíno, Frango e Peixe*	19	61,3
31-Ingá	2	6,45	3-Feijão	16	51,6
32-Laranja	2	6,45	4-Produtos industrializados	10	32,3
33-Mamão	2	6,45	5-Farinha	5	16,1
34-Pimenta	2	6,45	6-Milho	3	9,68
35-Quiabo	2	6,45	7-Leite	2	6,45
36-Suinocultura	2	6,45	8-Macaxeira	2	6,45
37-Abió	1	3,23	9-Batata	1	3,23
38-Abrecor	1	3,23	10-Cebola	1	3,23
39-Alfavaca	1	3,23	11-Frutas	1	3,23
40-Apicultura	1	3,23	12-Hortaliça	1	3,23
41-Beriba	1	3,23	13-Hortifrutigranjeiro	1	3,23
42-Beringela	1	3,23			

Fonte: Trabalho de Campo (2012).

* As carnes foram elencadas conjuntamente na demanda em função dos mesmos se fazerem ausentes em todas as situações em sua maior parcela do consumo dos indivíduos.

**APÊNDICE N - LISTA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PRODUZIDOS E NÃO
PRODUZIDOS EM PORTO ALEGRE-RS**

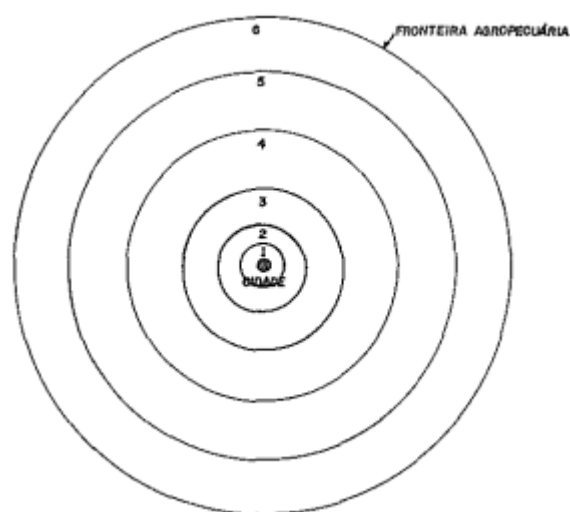
PRODUTO PRODUZIDO	CITAÇÕES	%	PRODUTO PRODUZIDO	CITAÇÕES	%
1-Alface	9	29	44-Maracujá	1	3,23
2-Rúcula	9	29	45-Milho	1	3,23
3-Pecuária	8	25,8	46-Ovos	1	3,23
4-Couve Flor	6	19,4	47-Pastas	1	3,23
5-Cenoura	5	16,1	48-Pães	1	3,23
6-Beringela	4	12,9	49-Pêra	1	3,23
7-Beterraba	4	12,9	50-Pesto	1	3,23
8-Frutas	4	12,9	51-Pimenta	1	3,23
9-Ameixa	3	9,68	52-Plantas Ornamentais	1	3,23
10-Flores	3	9,68	53-Repolho	1	3,23
11-Hortaliças	3	9,68	54-Salsa	1	3,23
12-Ibisco	3	9,68	55-Tomate	1	3,23
13-Pepino	3	9,68	56-Uva	1	3,23
14-Rabanete	3	9,68	57-Vagem	1	3,23
15-Radici	3	9,68	Fonte: Trabalho de Campo (2013).		
16-Tempero Verde	3	9,68			
16-Aipim	2	6,45	PRODUTO NÃO PRODUZIDO	CITAÇÕES	%
17-Alho Poró	2	6,45	1-Todos produtos consumidos*	14	45,2
18-Chicória	2	6,45	2-Arroz	10	32,3
19-Hortifrutigranjeiros	2	6,45	3-Feijão	10	32,3
20-Laranja	2	6,45	4-Produtos industrializados	7	22,6
21-Morango	2	6,45	5-Carne Gado, Suíno, Frango e Peixe	6	19,4
22-Mostarda	2	6,45	6-Leite	4	12,9
23-Nabo	2	6,45	7-Queijo	4	12,9
24-Pêssego	2	6,45	8-Legumes	3	9,68
25-Tomate	2	6,45	9-Alface	2	6,45
26-Alecrim	1	3,23	10-Beterraba	2	6,45
27-Alho	1	3,23	11-Repolho	2	6,45
28-Barras de Cereais	1	3,23	12-Rúcula	2	6,45
29-Batata	1	3,23	13-Massas	2	6,45
30-Batata Doce	1	3,23	14-Vagem	2	6,45
31-Bergamota	1	3,23	15-Frutas	1	3,23
32-Brócolis	1	3,23	16-Mel	1	3,23
33-Biscoitos	1	3,23	*Alguns disseram consumir algumas vezes hortaliças ou verduras.		
34-Cebola	1	3,23	Fonte: Trabalho de Campo (2013).		
35-Cebolinha	1	3,23			
36-Chuchu	1	3,23			
37-Ervas Medicinais	1	3,23			
38-Ervilha	1	3,23			
39-Espinafre	1	3,23			
40-Jaboticaba	1	3,23			
41-Kibe Vegetariano	1	3,23			
42-Leite	1	3,23			
43-Mangerona	1	3,23			

**APÊNDICE O - LISTA DOS PRODUTOS PRODUZIDOS EM PORTO ALEGRE-RS
VENDIDOS NO CEASA/RS**

ESTADÍSTICA - CEASA/RS - PORTO ALEGRE		
RELATÓRIO ANUAL DE PRODUTOS (25/01/2013)		
ABACATE COMUM	ESPINAFRE	PIMENTAO AMARELO
ABACAXI CAIENA (HAWAI)	FAVA	QUIABO
ABACAXI PEROLA	FEIJAO	RABANETE
ABOBORA	FIGO MADURO	RABANETE MOLHO
ABOBRINHA ITALIANA	FIGO VERDE	REPOLHO ROXO
ABOBRINHA TRONCO	GOIABA	REPOLHO VERDE
AGRÍAO	KINKAN	ROMA
AIPO SALSÃO	LARANJA BAIA (UMBIGO)	ROSA
ALFACE	LARANJA SUÇO/VALENCIA	RUCULA
ALFACE AMERICANA	LIMAO TAITI	TANGERINA COMUM (CAI)
ALHO PORRO	MACA GALA CX MAD	TANGERINA MONTENEGRINA
ALMEIRAO/RADITE	MACA GALA CX PAP	TANGERINA PONKAN
AMEIXA NACIONAL	MAMAO AMAZONAS (PAPAIA)	TOMATE CAQUI (GAUCHO)
AMORA PRETA	MAMAO FORMOSA	TOMATE CAQUI
BANANA CATURRA/NANICA	MANDIOCA	LONGA VIDA
BANANA PRATA/CATARINA	MANGA	TOMATE CEREJA
BATATA BRANCA DIV/MIUDA	MELAO COMUM (GAUCHO)	TOMATE ITALIANO/PAULISTA
BATATA BRANCA ESPECIAL	MELAO ESPANHOL	UVA COMUM DE MESA
BATATA DOCE	MELAO GALIA/CANTALOUPE	VAGEM
BERINJELA	MELAO ORANJE	
BETERRABA	MELAO SUNRISE	
BETERRABA MOLHO	MORANGA CABOTIA, PRETA	
BROCOLIS	MORANGO	
BROCOLIS HIBRIDO	MOSTARDA	
CAQUI CHOCOLATE	NABO	
CARAMBOLA	NABO COMPRIDO	
CEBOLA NACIONAL	NABO REDONDO	
CENOURA	NECTARINA	
CENOURA MOLHO	NESPERA - RS	
CHEIRO VERDE\TEMPERO	OVO BRANCO	
CHICORIA/ESCAROLA	OVO CODORNA	
CHUCHU	OVO VERMELHO	
COUVE	PEPINO JAPONES	
COUVE CHINESA	PEPINO SALADA	
COUVE FLOR	PESSEGO NACIONAL	
ERVILHA	PIMENTA	
ERVILHA TORTA	PIMENTAO	

APÊNDICE P - MODELO DE VON THÜNEN (1826)

O modelo de Von Thünen (1826) visou compreender a espacialização da atividade agrícola e sua relação com o maior centro consumidor da proximidade, ou seja, a cidade. Assim, conforme pode se observar na figura ilustrativa abaixo, o autor cunhou uma estruturação produtiva em seis anéis no entorno da cidade (principal consumidora dos produtos agrícolas).



Representação simplificada da Teoria de Localização Agrícola de Von Thünen

Fonte: Wright (1982, p. 83) *apud* Thünen (1966, p. 216)

O primeiro anel territorial seria ocupado com hortaliças e leite devido à escassa resistência dos mesmos a maiores percursos, além de outras duas situações peculiares: a exigência da oferta do produto “fresco”, e o fato da comercialização se dar em pequenas quantidades (cabe salientar que quando da elaboração da teoria, as viagens eram feitas de carroça e as vias de acesso eram precárias, o que demandava um tempo substancial da propriedade até o local de venda). Conforme Wright (1982, p. 82):

[...] a renda da terra (valor de aluguel, o que se refletiria também no preço) era extremamente elevada nessa faixa, os agricultores precisavam obter a produção máxima por área [...] A renda da terra, definida como o excedente do preço recebido menos os custos de produção e de transporte, atingiria o valor máximo nessa faixa.

Quanto aos outros círculos, o autor procurou descrever padrões de consumo levando em conta os preços dos grãos, os custos de transporte, e as rendas. Haveria assim uma interdependência da relação distância e cidade. Assim, conforme Wright (1982, p. 82): “[...]”

Todos esses valores foram expressos em duas unidades distintas, dinheiro e centeio. Os valores monetários correspondiam aos preços dos bens provenientes da cidade que eram consumidos no campo, e os valores em grãos referiam-se aos custos de bens oriundos do campo.

A teoria Thüniana apresentou assim, o segundo anel composto pelo plantio de madeira, considerando que a relação do custo de transporte e o preço do produto (não tão valorizado na época quanto na contemporaneidade) compreenderiam uma melhor relação econômica nessa faixa. A maior parte dessa madeira seria utilizada como lenha na cidade destaca Wright (1982).

Os três círculos posteriores em relação à cidade teriam diferentes sistemas, todos voltados para a produção de diferentes grãos. Os consequentes aumentos da distância do polo consumidor (cidade) reduziriam as rendas quanto mais afastado estivesse o local do centro, logo, exigiria diferenciação de grãos levando em conta os custos de transporte e de produção, atentando para o valor que seria possível obter com o produto na venda. Wright (1982, p. 84) chama a atenção ainda para: “[...] a utilização de técnicas de cultivo de menores custos (e de menor produtividade), de forma que o custo de transporte mais o de produção não excedesse o preço na cidade. As rendas ou aluguéis da terra decresceriam com a distância da cidade”. O primeiro aspecto pode atualmente ser inexistente, uma vez que a tecnologia tem se propagado sobremaneira na agricultura, mas o segundo ainda permanece operacional, mesmo que os valores das propriedades (inclusive as mais distantes) tem apresentado crescente valorização ao longo do tempo (principalmente pela elevação do volume de alimentos consumidos no mundo, em função do aumento do poder aquisitivo em muitas porções do globo terrestre, bem como em virtude do crescimento populacional). O autor Wright (1982, p. 84) complementa o raciocínio anterior e explicita o último círculo, ou seja, o sexto anel da seguinte forma:

[...] Nas áreas mais distantes, só os produtos mais nobres, ou de menor razão peso/preço, são economicamente viáveis: queijo e manteiga, lã e carne [...] O último anel da sexta faixa é a fronteira agrícola. Essa linha imaginária separa a área de agropecuária comercial da área de mato inexplorado, onde será possível tão somente a produção para o consumo próprio, caça e pesca. A renda da terra nessa linha seria nula, pois os custos de produção e transporte seriam iguais ao preço do produto na cidade. Além da fronteira, os custos seriam superiores ao preço de mercado e seria antieconômico tentar comercializar qualquer produto agropecuário.

Essa concepção do sexto anel da teoria Thüniana não se sustenta na maior parcela da realidade agropecuária contemporânea, principalmente em virtude dos aspectos anteriormente

citados, que são: a elevação do consumo e a mudança nos padrões de consumo no âmbito mundial. Ambas as situações elevaram a necessidade de oferta de uma série de alimentos.

Por fim, com relação às fronteiras agrícolas, talvez caiba um adendo em relação a questões que estão sendo debatidas muito mais recentemente, trata-se da questão ambiental, pois a manutenção de áreas de mata inexplorada e as atividades agrícolas de subsistência são observadas na paisagem presente, não raro, com essa finalidade.

APÊNDICE Q - MATÉRIA DO JORNAL SUL 21



10/dez/2014, 11h15min

Delimitação da zona rural de Porto Alegre causa polêmica e discórdia

Like 378 Tweetar 18 +1 3

Send



(<http://12.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/wp-content/uploads/2014/12/20141205-Imagem97480.jpg>)

Projeto delimita novamente área voltada à atividade primáriaFoto: Divulgação/PMPA

Jaqueline Silveira

O restabelecimento da zona rural de Porto Alegre promete um debate quente nesta quarta-feira (10), às 19h, na Câmara de Vereadores, que ocorrerá a audiência pública para discutir o projeto de autoria do Executivo. Desde 1999, com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), a Capital não tem área rural.

Pela proposta encaminhada pela prefeitura à Câmara, a zona rural contemplará cerca de quatro mil hectares da região Extremo-Sul voltada agricultura, pecuária e ao extrativismo. A extensão corresponde a 8,28% da área total do município de Porto Alegre e abrangerá, parcialmente localidades do Lami (a praia não está contemplada), Canta Galo, Lageado, São Caetano, Belém Novo e Extrema. A limitação do meio rural foi definida por um Grupo de Trabalho (GT) criado pela prefeitura com a participação de secretarias municipais, da Câmara e de representantes do Sindicato Rural

Presidente do Sindicato Rural, Cléber Quadros Vieira diz que o retorno do meio rural é uma reivindicação da entidade e dos produtores, que, segundo dirigente, encontram dificuldades para ter acesso a financiamentos por oficialmente pertencerem à zona urbana. "Esse é um problema que acontece na Zona Sul. A zona rural existe de fato, mas não existe de direito", explica Vieira. Hoje, Porto Alegre ocupa a 10ª posição entre as cidades do Estado que fornecem produtos a Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa). Hortaliças, pêssegos, melões, uvas e ameixas integram a produção da zona rural, porém o cultivo da fruticultura não está no Extremo-Sul. A maioria dos agricultores está isento do Imposto Territorial Urbano (IPTU), chamado de rururbano, desde que comprovem que cultivam em pequena propriedade familiar.

A limitação da zona rural deve render muita polêmica, já que os ambientalistas, especialmente do Projeto Cinturão Verde de Porto Alegre, são contrários ao projeto por não contemplar as áreas de preservação, além de a proposta, de acordo com eles, não contribuir para frear a urbanização da Zona Sul, já que já foram erguidos loteamentos populares e condomínios de luxo e há projeções de novas construções. O grupo lançou, inclusive, um documentário (assista abaixo) de 28 minutos na noite de segunda-feira (8). No vídeo, os representantes do coletivo mostram o desmatamento de algumas áreas de preservação de outras, além do avanço da urbanização. Também há depoimentos de produtores ecológicos e de representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Pesquisadora da UFRGS, Andrea Loguerio comenta que a Região Sul "já perdeu alguma característica" e "vive uma expansão imobiliária", além de sofrer com o desmatamento. Boa parte dos problemas, avalia ela no documentário, é devido à falta de zoneamento ambiental para estabelecer "o que o que pode e o que não pode". A pesquisadora critica, ainda, a flexibilidade do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental para permitir construções. "O Plano Diretor traz uma vertente ambiental, mas que, a todo momento, por um projeto de lei, por uma costura política, por uma costura imobiliária, ele pode ser modificado", argumenta Andrea.

"Zona rural já nasce retalhada"

"As nascentes ficaram todas de fora", argumenta o ambientalista Felipe Viana, do Instituto Ecosciência, uma das entidades que integra o coletivo Cinturão Verde, sobre a área delimitada no projeto. Membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, ele afirma que a sociedade civil não foi chamada para integrar o Grupo de Trabalho depois de sua reativação, em agosto de 2013. O GT foi instituído em 2012 com a participação das entidades, mas o trabalho foi suspenso devido ao período eleitoral. "O meio ambiente está todo fora (do projeto). O resto está suscetível a virar condomínio", alerta Viana, que acompanha o assunto há 15 anos. "Para mim, o grande equívoco é que a zona rural já nasce retalhada", avalia ele, acrescentando que o adequado seria a regularização das moradias já existentes na área e oferecer infraestrutura.



(<http://11.wp.com/www.sul21.com.br/jornal/content/uploads/2014/12/20141212imagem115010-e1418173029225.jpg>)

Fruticultura tem presença forte na região|Foto: Luciano Lanes/PMPA

Porto Alegre tem a segunda maior área rural do país – só perde para Palmas, capital de Tocantins. Parte dela é de Mata Atlântica e cercada por morros. A definição da zona rural proposta no projeto, conforme o presidente do Sindicato Rural, foi a viável. "Foi o possível, é melhor ter uma zona rural preservada do que não ter nada, mas acho que é muito pouco. A gente tem o pulmão na Zona Sul", argumenta Vieira. Ela afirma que os morros foram contemplados porque já estão preservados em legislação. O presidente acredita que com esses 8,28% de zona rural assegurados será possível conter a "especulação imobiliária", já que como área urbana não há como proibir as construções de loteamentos e condomínios.

Arquiteta da Supervisão de Desenvolvimento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, Andréa Oberrather diz que foi delimitada como zona rural a área que já está incluída no Plano Diretor como de produção primária, além de ser uma decisão do "gestor (governo)" quanto à extensão contemplada no projeto. "É essencialmente o Extremo-Sul", acrescenta ela. Em relação às áreas de proteção ambiental, a arquiteta ressalta que "há dispositivos próprios no Plano Diretor que protegem os bens naturais" ao estabelecer restrições nesses locais.

Na audiência desta quarta-feira, os ambientalistas tentarão convencer a prefeitura a ampliar a zona rural para garantir uma maior preservação.

ANEXOS

ANEXO A - IMAGENS DE BELÉM-PA



Horta do projeto da Sec. de Economia

Fonte: Secretaria de Economia - Divisão Rural (2011).



Tomateiro do projeto de Horta

Fonte: Secretaria de Economia-Divisão Rural (2011)



CEASA/PA

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Comercialização na CEASA/PA

Fonte: CEASA/PA (2011).



Açaí advindo de Cotijuba no Porto

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Plantação de Produtor de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

ANEXO A - IMAGENS DE BELÉM-PA



Maxixe embalado para a venda em Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Trator usado na Agricultura de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Habitação Rústica de Madeira e Palha de Produtor Agrícola na Ilha de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Habitação de Concreto e tijolos de Produtor de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Habitação Rústica de Palha de Produtor Agrícola na Ilha de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Habitação de Barro de Produtor na Ilha de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

ANEXO A - IMAGENS DE BELÉM-PA



Habitação Mista de Produtor Agrícola na Ilha de Mosqueiro

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Habitação de Madeira de Produtor na Agrovila da Ilha de Mosqueiro

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Habitação de Barro de Produtor na Ilha de Mosqueiro

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Feira improvisada na Ilha de Cotijuba

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Feira Agroecológica Agricultura em Belém

Fonte: Trabalho de Campo (2011).



Feirantes Agroecológicos em Belém

Fonte: Trabalho de Campo (2011).

ANEXO B - IMAGENS DE PORTO ALEGRE-RS



Preparo da terra na Lomba do Pinheiro

Fonte: EMATER/RS (2012).



Semeando terreno na Lomba do Pinheiro

Fonte: EMATER/RS (2012).



Cercamento da Horta na Lomba do Pinheiro

Fonte: EMATER/RS (2012).



Plantas para a horta da Lomba do Pinheiro

Fonte: EMATER/RS (2012).



Adubação da Horta na Lomba do Pinheiro

Fonte: EMATER/RS (2012).



Germinação da Horta Lomba do Pinheiro

Fonte: EMATER/RS (2012).

ANEXO B - IMAGENS DE PORTO ALEGRE-RS



Plantação de Pêssego na Vila Nova

Fonte: Kozenieski (2010).



Produtor da Associação RAMA

Fonte: Trabalho de Campo (2013).



Imagem de Turismo Rural Pedagógico em propriedade no Lami

Fonte: Site Caminhos Rurais (2013).



CEASA/RS

Fonte: Trabalho de Campo (2013).



Vista aérea da Zona Sul

Fonte: Ribeiro (2010).

ANEXO B - IMAGENS DE PORTO ALEGRE-RS



Parreiral de Uva e Pecuária da Zona Sul

Fonte: Ribeiro (2010).



Vista em projeção do Rural para o Urbano

Fonte: SETUR (2014).



Vista aérea de Propriedade Rural Zona Sul

Fonte: Caminhos Rurais (2013).



Cabanha Costa do Cerro

Caminhos Rurais (2013).



Propriedade Rural na Zona Sul

Fonte: Trabalho de Campo (2013).



Produção de Milho localizada na Zona Sul

Fonte: Trabalho de Campo (2013).